

Vania Beatriz Merlotti Herédia ▪ Gianpaolo Romanato (Orgs.)



MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI

COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE

Fontes Diplomáticas:

Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul

- I. La colonizzazione nel Paraná.
- II. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves.
- III. L'immigrazione nell'Argentina durante l'anno 1903.
- IV. Statistica dell'emigrazione italiana nell'anno 1903.
- V. Movimento dell'emigrazione italiana per paesi transoceanici nel 2° trimestre 1904.
- VI. L'azione del Segretariato dell'emigrazione di Udine.
- VII. Atti del Commissariato (vettori, procuratori, piroscafi, noli).
- VIII. Avvertenze agli emigranti intorno ad alcuni paesi esteri (Germania, Stati Uniti, Messico, Guatemala, Panama, Venezuela).



ROMA

TIPOGRAFIA NAZIONALE DI G. BERTERO E C.

VIA UMBRIA

1904



EDUCS

Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul

Organizadores

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1984). Doutora em História das Américas pela Universidade de Gênova, sede descentralizada em Turim, Itália (1992). Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Pádua (2002) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Professora titular na Universidade de Caxias do Sul. Atua na graduação e na pós-graduação. Tem experiência de pesquisa nas seguintes temáticas: migrações contemporâneas, migrações internas, migrações históricas, trabalho e políticas sociais, história regional e história de empresas.

Gianpaolo Romanato

Professore di Storia contemporanea all'Università di Padova e membro dal 2007 del Pontificio Comitato di Studi Storici (Città del Vaticano), designato da Benedetto XVI. Fa parte di numerose istituzioni culturali italiane. Collabora a vari giornali e periodici, fra i quali "L'Osservatore Romano", quotidiano della Santa Sede, che si pubblica in varie lingue, compreso il portoghese. I suoi interventi su temi di cultura e di attualità sono frequentemente citati dai media e siti internet. I suoi temi di studio sono, in particolare, la Storia del Cattolicesimo nel XIX e XX secolo, la storia delle missioni in Africa e in America Latina (in particolare le Riduzioni), la storia sociale e politica italiana fra '800 e '900 e la storia dell'emigrazione. Della questione migratoria si occupa anche istituzionalmente come membro da una decina d'anni della Consulta Regionale per l'Emigrazione della Regione Veneto. Ha compiuto missioni, svolto conferenze e tenuto lezioni in Polonia, Ungheria, Brasile, Perù, Paraguay, Argentina, Sudan.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-Presidente:

Nelson Fábio Sbabo

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:

Nilda Stecanela

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Marcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

F683 Fontes diplomáticas [recurso eletrônico] : documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul / org. Vania Beatriz Merlotti Herédia, Gianpaolo Romanato. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.
Dados eletrônicos (4 arquivos : 1 registro cada)

ISBN 978-85-7061-838-2
Apresenta bibliografia.
Textos em português e italiano.
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Italianos – Brasil – Historiografia. 2. Italianos – Rio Grande do Sul - Historiografia. 3. Migração. I. Herédia, Vania Beatriz Merlotti. II. Romanato, Gianpaolo.

CDU 2. ed.: 325.54(450:81)(093)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|------------------------|
| 1. Italianos – Brasil – Historiografia | 325.54(450:81)(093) |
| 2. Italianos – Rio Grande do Sul - Historiografia | 325.54(450:816.5)(093) |
| 3. Migração | 325.54 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291.



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95001-970 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

SUMÁRIO

Apresentação	5
Gelson Leonardo Rech	

Prefácio	7
Vania B. M. Herédia e Gianpaolo Romanato	

Fontes documentais sobre a emigração italiana no século XIX e XX, no Rio Grande do Sul. Vania B. M. Herédia	10
--	----

L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano. Problemi e specificità. Gianpaolo Romanato	37
--	----

TOMO I

Bollettino Consolare. Ministero per gli Affari Esteri di S. M. Il Re D'Italia. L'emigrazione italiana nel biennio 1877-1878. Volume XV. Parte I. Roma, Fratelli Bocca, 1879	58
--	----

Bollettino Consolare. Ministero per gli Affari Esteri. Le colonie Brasiliane. Conte D'Eu e Donna Isabella. Rapporto dell'Avv. Enrico Perrod. Console a Porto Alegre. Roma, Fratelli Bocca, Volume XIX. Parte I. 1883	93
---	----

Emigrazione e colonie. Rapporti Agenti Diplomatici e Consolari. Ministero degli Affari Esteri. Rapporto del R. Console Cav.avv. Edoardo dei conti Compans de Brichanteau. Roma, MAE, 1893	119
--	-----

Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Lo Stato di Rio Grande do Sul e l'Emigrazione italiana. Rapporto del Conte Pietro Antonelli-Regio Ministro in Rio de Janeiro. Roma, MAE, 1899	141
--	-----

Bollettino del Ministero degli Affari Esteri. Lo Stato di Rio Grande do Sul nel Brasile e l'Immigrazione italiana. Rapporto del Cav. Enrico Ciapelli - Regio Console in Porto Alegre. Roma, MAE, 1900	159
--	-----

Apresentação

A Universidade de Caxias do Sul tem uma longa trajetória de investigação científica. No seu ano de fundação, em 1967, as primeiras pesquisas foram realizadas na área de arqueologia e viticultura. Em 1974, a UCS criou o seu primeiro programa institucional de pesquisa, assim nascia o Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas (Isbiep). Criado num momento especial, em que se celebrava o Centenário da Imigração (1975), originou vários projetos, como o Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul (Ecirs). Desde então, a Universidade de Pádua se constituiu uma importante parceira da UCS nesta e em outras áreas, estabelecendo-se, assim, como pesquisadores, muitos professores da Instituição que contribuíram para essa temática da imigração. Nesse sentido, os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de História, Letras e Educação, posteriormente estabelecidos, fortaleceram e continuaram as investigações.

Muitos foram os pesquisadores pioneiros que se propuseram a entender o processo migratório, particularmente, a imigração italiana, que marcou a cultura do nosso estado. Para citar alguns desta Universidade, recordemos os professores José Clemente Pozenato, Luís Alberto De Boni e Ciro Mioranza, e as professoras Cleodes Piazza Ribeiro, Vania Merlotti Herédia, Vitalina Frosi, Loraine Giron, Eliana Rela, Luiza Horn Iotti, Terciane Luchese, entre outros. Particularmente, o professor De Boni, na década de 80, traduziu e publicou vários boletins e relatórios aqui apresentados. Em 1990, em continuidade a esse trabalho, o Instituto Memória Histórica e Cultural da UCS iniciou a tradução de alguns boletins e relatórios, contando com a preciosa dedicação do professor Paulo Zugno. A tradução ainda não está finalizada, tarefa que, se realizada, coroará a trajetória institucional de pesquisa na área aberta a cerca de 40 anos.

Os boletins da imigração italiana ora publicados se constituem importante fonte para as investigações desse fenômeno e trazem informações variadas, artigos, notas, dados estatísticos, informações dos locais de destino, relatos, visões de um mundo novo. Está consolidada a ideia de que as fontes diplomáticas acerca da migração se estabelecem como elementos fundamentais para os estudos da

imigração, além de ser uma fonte oficial. Os boletins foram e são objeto de inúmeros trabalhos de professores pesquisadores que, até agora, dispunham de fotocópias buscadas nos arquivos do *Ministero Degli Affari Esteri* e que foram sendo compiladas e, solidariamente, cedidas aos colegas e que, aos poucos, foram formando acervos pessoais dos pesquisadores. Alguns boletins se encontram disponíveis em outras Universidades gaúchas, que se dedicam à temática da imigração, como a PUCRS, a UPF e a Unisinos.

Não resta dúvida de que este trabalho de seleção e compilação dos boletins, levado a cabo pela professora Vania Merlotti Herédia e pelo professor Gianpaolo Romanato, reconhecidos pesquisadores, constituiu-se um presente ao público interessado e um marco no tocante às fontes da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Ambos brindam o leitor com dois textos introdutórios e esclarecedores. A professora Vania, com o texto *Fontes documentais sobre a imigração italiana no século XIX e XX*, contextualiza a imigração no Brasil e a importância dos boletins e relatórios como fontes da historiografia e apresenta a estrutura da obra. O professor Romanato da Universidade de Pádua, com o texto *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano: problemi e specificità*, também apresenta elementos do contexto da imigração no Rio Grande do Sul, salientando que a vida e as condições dos italianos que emigravam foi objeto constante de atenção do governo italiano, cujos boletins eram registros oficiais. O professor Romanato ainda adverte que não exijamos das fontes mais do que elas podem dar, considerando que os autores dos documentos eram funcionários italianos, não brasileiros.

Após 140 anos do início do grande fluxo da imigração transoceânica, continua-se a perscrutar as fontes, as quais permitem a ampliação da nossa compreensão desse processo imigratório. Com esta publicação, os interessados terão acesso aos documentos diplomáticos relativos ao período de 1877 a 1913, em língua italiana, concernente ao Rio Grande do Sul. Esta obra, com mais de 600 páginas, dividida em quatro tomos, trata-se de uma rica fonte historiográfica que a Editora da Universidade de Caxias do Sul se orgulha em apresentar.

Prof. Dr. Gelson Leonardo Rech

Prefácio

A intenção de publicar os boletins do Ministério de Relações Exteriores da Itália referentes ao estado do Rio Grande do Sul nasceu alguns anos atrás quando se avaliava a importância da disponibilidade de fontes oficiais para a pesquisa sobre a emigração italiana no Brasil. Naquela data, junho de 2015, a Universidade foi sede do IV Simpósio Internacional de Imigração e XII Fórum de Estudos Italo-Brasileiros que reunia pesquisadores de vários países interessados na temática. No final desse evento, em conversa com o Diretor do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Prof. Dr. Everaldo Cescon, o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UCS, Prof. Dr. Roberto Radünz, Prof. Gianpaolo Romanato da Università degli Studi di Padova, Prof. Dra. Vania Herédia, Prof. do Programa de Pós-Graduação em História e a Diretora do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, Prof. Elenira Prux, organizadores do evento, foi acordado o interesse na publicação dos boletins editados pelo Ministério de Relações Exteriores do Reino da Itália sobre as colônias italianas no Brasil.

O argumento centrava-se na convicção de que o tema da emigração italiana no Rio Grande do Sul era de interesse público, principalmente para a região que recebeu tantos emigrantes, a partir de 1875, provenientes de diversas Províncias italianas; parte da identidade cultural dessa região. Além desses motivos, é objeto de estudo da Universidade de Caxias do Sul a muitas décadas. Nessa direção, a UCS possui um Programa de Pós-Graduação em História, o qual consta com uma linha de pesquisa que trata de “Fontes e Acervos” e essa iniciativa abriria uma série de possibilidades de estudos para nossos alunos.

Dessa maneira, a publicação dos Boletins do Ministério de Relações Exteriores da Itália tem como objetivo oportunizar o acesso para os pesquisadores na área da emigração italiana no Brasil aos registros oficiais. Como a Universidade de Caxias do Sul tem um papel de vanguarda nesses estudos, seria mais uma iniciativa para o fortalecimento da área da história regional, e uma demonstração de que

a Universidade continua nesse campo de estudos e que contribui para o avanço do mesmo.

Em fevereiro de 2016, o Prof. Gianpaolo Romanato esteve na Universidade de Caxias do Sul, no convênio internacional Padova/Caxias do Sul, e lembrou do acordo feito no ano anterior. Nesse encontro ficou definido que a Universidade ficaria responsável pela publicação desses documentos. Estavam presentes: Chefe de Gabinete, Prof. Dr. Gelson Rech, Prof. Gianpaolo Romanato, Prof. Dr. Roberto Radünz, Prof. Dra. Vania Herédia e Elenira Prux, do Arquivo Público Municipal de Caxias do Sul. Nesse encontro ficou também decidido que a publicação seria editada pela UCS e lançada como parte da Programação dos 50 anos da Universidade de Caxias do Sul, evidenciando o convênio internacional que a Universidade de Caxias do Sul possui com a Universidade de Padova.

A publicação contempla 17 boletins publicados pelo Ministério de Relações Exteriores que versam sobre o Rio Grande do Sul, no período de 1878 a 1913. A reunião desses boletins contou com a colaboração da Banca D'Itália em Roma, da Universidade de Padova e da Universidade de Caxias do Sul, os quais agradecemos a disponibilidade para realizar essa edição. Os boletins aqui selecionados são Boletins do Ministério das Relações Exteriores, Boletins Consulares e Boletins da Emigração. Aproveitamos para agradecer aos bolsistas de iniciação científica da Universidade de Caxias do Sul, acadêmicos do curso de história, Rodrigo Oliveira e Artur Vieira pelo trabalho nos boletins e pela digitalização dos mesmos.

A publicação foi dividida em quatro tomos que foram distribuídos da seguinte maneira: no primeiro tomo temos cinco boletins que tratam de forma generalizada acerca da emigração italiana no Brasil, de 1878 a 1900, e versam sobre as colônias italianas no Rio Grande do Sul. Entre esses documentos, tem-se um relatório, denominado "Emigração e Colonie" que descreve como viviam os italianos no sul do Brasil. No segundo tomo, três são os boletins que o constituem. O primeiro trata da "Lei de Emigração de 1901" e mais dois boletins, um de 1903 e outro de 1904 cuja análise foca a imigração italiana no Rio Grande do Sul,

especialmente o distrito consular de Bento Gonçalves. O terceiro tomo é composto por quatro boletins que explicitam as condições que viviam os colonos no Rio Grande do Sul e em suas colônias entre 1904 a 1905. O quarto tomo reúne cinco boletins da emigração, do período de 1905 a 1913 e discorre sobre as principais colônias e suas condições de vida. Inclui um relatório sobre “Emigrazione e Colonie”, publicado em 1908 que apresenta dados muito ilustrativos sobre a organização nas colônias, a legislação sobre a emigração e imigração italiana por meio das leis e regulamentos sobre as terras públicas no Rio Grande do Sul e alguns resultados das colônias agrícolas no Estado.

A pesquisa e a transcrição dos relatórios consulares italianos sobre o Rio Grande do Sul nos anos da grande migração Italiana não foi uma tarefa simples. A presente coletânea é completa com exceção de alguns relatórios relativos ao final do século XIX, que são indicados por diversas fontes, mas que não conseguimos reuni-los para essa edição. Contamos de poder fazê-lo na continuidade dos demais boletins e talvez incluí-los na publicação impressa que ocorrerá posteriormente a essa eletrônica. É importante frisar que publicação não traz toda a série de boletins editados pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália sobre o Rio Grande do Sul, mas acredita-se que o conjunto de documentos aqui apresentados permitem ao leitor se aproximar da posição que os agentes e representantes diplomáticos emitiram sobre as colônias no Sul do Brasil na época em que visitaram as mesmas, período que compreende a fundação das colônias até a Primeira Guerra Mundial.

Vania Herédia e Gianpaolo Romanato
Caxias do Sul, novembro de 2016

Fontes documentais sobre a emigração italiana no século XIX e XX

Vania B. M. Herédia

Os movimentos migratórios fazem parte da História da humanidade. Os deslocamentos populacionais sempre estiveram presentes como garantias da reprodução social e estudá-los permite a compreensão das condições que as sociedades enfrentaram tanto no momento da expulsão como no recebimento dessa força humana. Para cada período histórico, as explicações dos deslocamentos estavam relacionadas às suas causas primeiras. No sistema capitalista, a mobilidade humana faz parte do processo de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o registro na história é uma forma de entender os movimentos migratórios como mecanismos utilizados na luta pela sobrevivência.

O fenômeno da imigração italiana tem sido estudado no Brasil pela forte influência que teve na construção da cultura brasileira, especialmente em áreas onde o fenômeno foi mais concentrado, e interferiu na organização da vida coletiva daqueles que fizeram como opção para sua pátria o Brasil. Feldman-Bianco (2010, p. 15) define diáspora de forma genérica como “pertencimento e identificação além de fronteiras nacionais, independentemente da ligação ou não a Estados nacionais”.

Nessa direção, os quadros sociais em que ocorreu o fenômeno da imigração são importantes para entender o sentimento de pertencimento, que gera elementos de identidade entre os que se deslocaram. De acordo com Halbwachs (2004), os quadros sociais reais são condição *sine qua non* para trabalhar com a memória coletiva, uma vez que os mesmos ajudam a reconstruir as paisagens culturais em que se dá o fenômeno imigratório. Ajudam também a situar no tempo e no espaço os acontecimentos que ocorreram e o significado que os imigrantes deram a eles. No caso dos imigrantes italianos no Brasil, a riqueza das descrições feitas por viajantes evidencia os diversos percursos que os mesmos registraram e os diversos olhares que tiveram sobre essas paisagens culturais. Com a expansão do sistema capitalista e com a Unificação da Itália, os relatórios emitidos pelos

representantes do governo italiano em ações diplomáticas são importantes para compreender a visão que repassavam aos dirigentes para tomarem decisões relacionadas aos súditos que não viviam no Exterior.

Trazer a público os documentos que os agentes do governo italiano escreveram sobre o Brasil, no final do século XIX e no começo do século XX, tem a intenção de oferecer aos estudiosos dessa temática a possibilidade do contato direto com as fontes. A historiografia da imigração italiana contou com diversos tipos de registros sobre essa história, cuja classificação foi proposta em estudos anteriores.¹ Entretanto, o contato com as fontes originais é uma forma de apresentar os interessados pelo fenômeno com o acesso ao próprio documento.

A Itália e o Brasil: a emigração e a imigração

No contexto dessa história, Brasil e Itália se encontravam em situações distintas na posição que ocupavam na economia internacional. A Itália havia feito sua unificação política apenas em 1861 e havia se constituído como Reino Unido da Itália, apenas naquela data. Sua estrutura política unificada era recente e abrigava diversos reinos, ducados e repúblicas. Sua divisão política envolvia as seguintes regiões geográficas: o domínio austro-húngaro; o domínio da Casa de Saboia; o domínio do Vaticano e alguns ducados.² Esses reinos eram marcados por diferentes tradições históricas, que representavam culturas de origens distintas. O domínio do Vaticano foi o último a se agregar à Itália Unida, e a tomada de Roma foi “uma questão de honra

¹ Ver HERÉDIA, V.B.M. A produção científica sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: HERÉDIA, V.B.M.; PAVIANI, N.S. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: EducS, 2003. Essa publicação expressa os diversos tipos de produção sobre a emigração, incluindo desde as laudatórias e comemorativas até a produção acadêmica, produzida nos programas de pós-graduação.

² A divisão política que abrigava regiões geográficas distintas estava constituída pelos seguintes territórios: “o domínio austro-húngaro, que incluía as regiões da Lombardia, do Trentino e da Veneza; o domínio da Casa de Saboia, que abrangia parte da Lombardia; o Piemonte e a Ligúria; o domínio do Vaticano, que envolvia a Emília Romanha e a existência de ducados que haviam se estabelecido como regiões autônomas”. (HERÉDIA, V.B.M. Contexto histórico da Itália antes da unificação. p. 295. In: RIBEIRO, C.R.; POZENATO, J. C. *Cultura, imigração e memória*. Caxias do Sul: EducS, 2004).

nacional” (MANFROI, 1975, p. 145), tendo sido ocupada em 20 de setembro de 1870.

A Europa passava por transformações de ordem econômica decorrentes dos efeitos da Revolução Industrial inglesa, e essas alterações afetaram as sociedades europeias, obrigando-as a fazerem a passagem da sociedade rural para a sociedade urbano-industrial, como condição de competição naqueles mercados. As consequências da Revolução Industrial pressionaram os demais países na busca de uma modernização que garantisse o desenvolvimento econômico, baseado no modelo inglês.

Segundo Rémond (1976, p.104), as mudanças geraram dois fenômenos distintos: “o crescimento da indústria e o êxodo rural”. O primeiro envolveu a introdução da mecanização nos processos de manufatura para aqueles países, que tinham uma indústria forte, e o segundo promoveu diante do êxodo o fenômeno migratório. A emigração se apresentava como uma experiência temporária, em que a população buscava trabalho fora do local onde vivia. Entretanto, a solução não era a emigração temporária, buscavam uma resposta que lhes desse condições de manter a família, pensar no futuro do grupo e também da própria nação. A emigração transoceânica era uma solução para o Reino de Itália, uma vez que resolvia o problema de excesso de população e ainda havia a possibilidade de manter os vínculos com aqueles que partissem. Segundo dados estatísticos do Reino, no período entre 1876 e 1901 emigraram do Reino de Itália “quase seis milhões de cidadãos, divididos quase igualmente entre “temporários” e transoceânicos”.³

Nesse sentido, os que escolheram como destino o Brasil tinham um momento adequado para realizar um sonho que, dificilmente, o fariam na terra de origem. Após 1850, o governo imperial havia editado a “Lei de Terras”, que possibilitava a compra de terras em condições especiais para aqueles que se direcionassem para as áreas escolhidas pelo Império. No Brasil, algumas províncias haviam sido eleitas para terem esse tipo de ocupação, principalmente no Sul do País. Entretanto, é necessários lembrar que a imigração para São Paulo foi distinta da que ocorreu no Rio Grande do Sul, pelo fato de que, em São Paulo, a mão de obra imigrante foi utilizada nas fazendas do café em substituição aos

³ FRANZINA, 2006, p. 84.

escravos. Trento (1988, p. 26) chama a atenção que a posição da oligarquia paulista torna-se a mesma posição nacional “com a proclamação da República, a transformação das províncias em estados e a ampla autonomia concedida a cada uma delas pela Constituição de 1891”.

No caso da Província do Rio Grande do Sul, havia um interesse na colonização e imigração, principalmente devido às fronteiras nacionais bem como o interesse no desenvolvimento de núcleos coloniais, que pudessem desenvolver a policultura e estimular o desenvolvimento econômico da região. A Lei 514, de 28 de outubro de 1848, estabelece a concessão de trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas destinadas à colonização para cada província.

Dessa forma, a política de colonização e imigração, promovida pelo governo imperial, é um fator de atração da força de trabalho excedente que parte da Itália, a partir de 1870. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, as terras devolutas são destinadas para esse tipo de ocupação, tendo sido distribuídas em linhas e travessões, com a intenção de promover a colonização agrícola. Havia como pressuposto do êxito dessa iniciativa a experiência realizada em 1824, com a Colônia de São Leopoldo. “O processo de formação da pequena propriedade a partir da forma como se configura a imigração alemã no Rio Grande do Sul aparece como um processo ambíguo”, dizem Lando e Barros. (1980, p. 46). Esses autores justificam que essa configuração se dá “ao mesmo tempo como uma modificação nas relações de produção e como pressuposto do capitalismo no Rio Grande do Sul, na medida em que a terra passa a ser um equivalente de capital como renda territorial capitalizada”. (LANDO; BARROS, 1980, p. 46).

A partir da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, as terras no Brasil podem ser adquiridas pelo sistema de compra e não mais pelo sistema de doação. Vários decretos são estabelecidos para regulamentar a venda de terras, o pagamento das mesmas, o crédito, o registro, bem como as garantias para que o sistema funcionasse. A legislação previa que houvesse, dentro do Ministério da Agricultura, um setor encarregado dessas prerrogativas. Segundo Adami (1971, p.19), a Província do Estado do Rio Grande do Sul recebe do Império para colonizar “dois territórios de quatro léguas em quadro cada um, em terras devolutas entre o rio Caí, os Campos de Vacaria e o município de Triunfo”. Essa decisão é legitimada pelo Ato de 9 de fevereiro de 1870

e, em maio do mesmo ano, são criadas duas colônias: a colônia Conde d'Eu e a Colônia Princesa D. Isabel.

Para estimular a vinda de imigrantes para o Brasil, em 1867 foi criado um regulamento que oferecia vantagens aos que escolhessem o Sul do Brasil como seu destino final. Era uma forma de atração para estimular o projeto de colonização. Essas vantagens envolviam: viagem gratuita, crédito para a compra da terra e ainda alguns benefícios sociais oferecidos na chegada dos imigrantes aos lotes coloniais. Esse regulamento durou por doze anos e foi suspenso em 1879. Com sua suspensão, o governo imperial, por meio do Ministério da Agricultura, avisava aos representantes do governo, na Europa, que não haveria mais subsídios aos colonos por parte do império.

A colonização provincial passa para a responsabilidade do Império em 1875, quando este avalia que o projeto não estava tendo os resultados esperados, uma vez que o número de imigrantes instalados nessas duas colônias era reduzido. Nessa direção, o Império reassume o projeto de colonização e funda mais duas colônias: a de “Fundos de Nova Palmira” e a “colônia de Silveira Martins”. Três dessas colônias se emancipam do regime colonial em 1884 e o governo imperial decide fundar novas colônias, que nascem ainda dentro desse regime, que são: “São Marcos (1885), Mariana Pimentel (1888), Antônio Prado (1889), Jaguari (1889), Guarani (1889)”. (MANFROI, 1975, p. 65). As colônias citadas acima nascem antes da Proclamação da República, que adotará novas regras quanto à política imigratória, não sendo a favor dos subsídios. A partir do regime republicano, os estados retomam a responsabilidade acerca dessa política, e o fim dos subsídios ocorre no governo de Borges de Medeiros, em julho de 1914.

Fluxos migratórios entre os séculos XIX e XX: emigração permanente e temporária

Os estudos sobre a emigração italiana no Brasil são numerosos e remetem principalmente à fase da emigração transoceânica. A Itália, a partir de 1861, torna-se um Reino Unido, o que implica que muitos emigrantes que vieram para o Brasil, em 1875, tinham como identidade muito mais o povoado em que nasceram e a região a que pertenciam do que a nação que os abrigava e/ou expulsava.

Emílio Franzina (2006), conhecido estudioso sobre a emigração italiana no Brasil, afirma que as causas que fomentaram a grande emigração italiana, principalmente a vêneta, estavam ligadas à situação estrutural pela qual o país passava economicamente e não apenas a conjuntural. O País precisava se modernizar e as exigências do modelo industrial se impunham frente à estrutura de uma sociedade agrária tradicional, o que implicava alterações no modelo de produção e adoção de novas tecnologias, para enfrentar a concorrência internacional.

A constituição do Reino da Itália trazia uma série de consequências que a própria unificação política não conseguiu resolver. Naquele período, a crise agrícola, promovida pela concorrência de produtos agrícolas no mercado internacional, havia afetado o preço dos produtos italianos, o que prejudicou diretamente os pequenos proprietários e aqueles que arrendavam terras. Associado a essa condição do comércio internacional, o país enfrentou problemas de ordem climática, que haviam afetado as safras e justificavam para os trabalhadores da terra a perda das suas plantações. A crise agrícola agudizou a crise pela qual o País passava e a pobreza e a miséria fizeram parte desse cenário que acabou fortalecendo a ideia de que a única alternativa era a emigração.

A emigração para a América (Norte e Sul) havia assumido sérias proporções no país, principalmente nos muitos povoados que enfrentavam as condições precárias de subsistência, afetados pela crise agrícola. Seus habitantes já possuíam uma forte experiência de emigrações temporárias e não temiam o fenômeno do deslocamento. Entretanto, a emigração transoceânica não era uma condição simples para o retorno. Muitos foram obrigados a vender suas terras e seus bens para emigrar com a família. A emigração temporária era comum no Norte da Itália, principalmente pela proximidade dos países que precisavam de mão de obra no inverno. Nessas condições, os italianos possuíam uma noção do que representava sair de casa, trabalhar no estrangeiro, movimentar-se em busca de trabalho.

Miséria, pobreza, dificuldades de sobrevivência, catástrofes ocasionadas pelo clima, doenças endêmicas⁴, impostos e taxas cobradas

⁴ Influência de doenças endêmicas como a epidemia de cólera que afetou em 1886 várias partes da Itália e do Vêneto e de Montello e a da pelagra Segundo depoimento do prefeito de Pádua, as causas eram muitas: "A colheita escassa, a baixa dos preços dos cereais, a diminuição do valor do preço do gado, a escassez dos salários, a

às classes que atuavam na agricultura são fatores que justificam o êxodo dos italianos para a América do Norte e para a América do Sul. Nessas condições, Franzina alega que a sociedade italiana “respondendo o fluxo à ‘atração’ de um mercado internacional de força de trabalho” (2006, p. 45), estimula a emigração. À medida que esta se torna um “mecanismo de acumulação nacional dando lugar a um duplo processo de exploração dos trabalhadores emigrados, através da repatriação de meios monetários” (FRANZINA, 2006, p. 45-46), a emigração assume uma função econômica para o Estado italiano.

Essa explicação se baseia nas remessas que os italianos que vivem no Exterior enviam para a Itália, com o objetivo de auxiliar aqueles que lá permaneceram e que continuaram enfrentando graves problemas econômicos. Alguns estudos mostram que a migração para alguns países tornou-se um investimento profícuo, quando aquele que parte remete regularmente remessas monetárias para aqueles que permanecem no lugar de origem.

Ainda, Franzina chama a atenção que os que sofrem pela crise agrária não são apenas os mais pobres sobre os quais normalmente é atribuída a causa do êxodo. Franzina ressalta que as primeiras vítimas não são os camponeses, mas “os pequenos arrendatários, os pequenos proprietários, ou seja, os pequenos produtores capazes de inserir-se no mercado por si mesmos, mas incapazes, por causa da sua objetiva fragilidade, de resistir à violência das crises conjunturais”. (2006, p. 39). Entretanto, o que este histórico destaca, como o único interesse “das classes dirigentes pela emigração, primeiramente no plano teórico e também depois de 1901, parcialmente prático, gira sobretudo, em torno de um aspecto: o da tutela, na Itália e no exterior, dos patrícios obrigados a se expatriarem”. (2006, p. 41).

Nos Anais Estatísticos acerca da emigração italiana no Exterior, no ano de 1878, publicados pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio em 1880, a miséria é considerada a grande causa da emigração para o Exterior. No documento, são os prefeitos que falam sobre o deslocamento da população dos locais que administravam.

suspensão dos trabalhos por causa da instabilidade da estação, o rigor do inverno, são todas as causas que contribuíram para tornar tristes as condições gerais dos agricultores”. (Archivio di Stato di Padova, 1884. In: FRANZINA, 2006, p.76.)

Pelos registros, constata-se que a causa da emigração deve-se às precárias condições que o país oferece aos súditos do que a ação dos agentes de colonização, pagos para recrutar mão de obra para o exterior. “De algumas províncias, e especialmente do Vêneto, se declara ser a miséria a verdadeira causa da emigração.” (MAIC, Roma, 1880, p. 35).

Nos anuários da emigração italiana, a emigração temporária era uma saída para enfrentar os problemas que haviam nascido da transformação da sociedade agrária para a sociedade industrial. A chegada do capitalismo havia imposto novos padrões de produção e de consumo, afetando a população que habitava nas zonas de montanha, distantes das áreas mais urbanas.

É importante lembrar que apenas em 1876 começa o registro oficial acerca dos movimentos emigratórios ao Exterior, por intermédio da Direção Estatística Italiana, segundo afirmação de Favero e Tasselo. (1976, p. 9). Entretanto, tem-se à disposição dados sobre a emigração italiana, em 1871 publicados por Leone Carpi.

O primeiro período de emigração do Vêneto compreende os anos entre 1869-1875, visto por Franzina (2006) como as “origens do fluxo migratório”. Naquele período, a emigração temporária sobrepõe a permanente e ocorre em direção dos seguintes países: Áustria, França, Alemanha. Aparece nos documento a emigração clandestina.⁵ Entretanto, a fase da emigração transoceânica modifica a fisionomia do êxodo. Esse elemento diferencia as demais migrações, o que caracteriza esse fluxo de forma distinta. Essa fase é dividida em dois períodos, sendo o primeiro entre a unificação política e o fim do século XIX, marcado por fatores endógenos⁶ de expulsão e por fatores exógenos de atração, como o estímulo da política de colonização agrícola da América Latina e a imigração para a América do Norte, e o segundo que compreende a “era giolittiana” até a última fase de imigração livre na América, marcado por fatores apenas de atração.

⁵ Há a presença da emigração clandestina que representa aqueles que viajam sem passaporte com validade anual.

⁶ Chama a atenção que nem sempre o fator de emigração é o excesso de população. É o caso das províncias de Belluno e de Udine, que não eram tão povoadas, mas que foram mais afetadas pelo fluxo migratório.

Quadro 1 – Emigração italiana 1869-1880

ANOS	PRÓPRIA	TEMPORÁRIA	TOTAL	CLANDESTINA	TOTAL
1869	22.201	83.565	105.766	14.040	119.806
1870	16.427	83.588	100.015	11.015	111.459
1871	15.027	96.384	111.411	11.068	122.479
1872	-----	-----	140.680	5.585	146.205
1873	___	___	139.860	11.921	151.781
1874	___	___	91.239	17.362	108.601
1875	___	___	76.095	27.253	103.348
1876	19.756	89.015	___	___	108.601
1877	21.087	78.126	___	___	99.213
1878	18.535	77.733	___	___	96.268
1879	40.824	79.007	___	___	119.831
1880	37.934	81.967	___	___	119.901

Fonte: Statística della Emigrazione Italiana avvenuta nel 1897. Roma: Bertero, 1899.

O primeiro período pode ser subdividido em dois momentos, ou seja, o primeiro, de 1876-1886 que envolve principalmente os assalariados rurais e pequenos proprietários e o segundo, de 1887-1901,⁷ que envolve além das classes rurais, artesãos e operários das cidades.⁸

São raros os períodos nos quais os governos impedem ou proíbem as partidas. Alguns documentos comprovam as restrições feitas pelos governos, decorrentes de questões externas, como restringir a emigração quando os países de recebimento estão em guerra ou sofrem efeitos de epidemias evidentes, como foi o caso das proibições em 1891 para o Brasil, devido à febre amarela, ou em 1873⁹ para a região platense, quando da guerra civil.

A partir de 1881, o número médio de partidas por ano na Itália é estimado a mais “de 150.000, contra os 108.00 de partidas anuais do período de 1875-1880. Entre 1885 e 1890, a média supera os 220.000 atingindo no período entre 1895-1900 a cifra de 310.000”. (PÉCOUT, 1999, p. 270). Os números mostram que o discurso da emigração

⁷ “Percebemos facilmente o quanto o divisor histórico de 1887, marco do início da gestão protecionista da economia italiana, contribuiu para manter divididas as duas fases principais da emigração do Vêneto, no século XIX.” (FRANZINA, 2006, p.85.)

⁸ A divisão feita pelos historiadores nem sempre segue o mesmo arco temporal. (Franzina).

⁹ Circular Lanza impedia a emigração para a região do Plata, devido à guerra civil em 1873.

temporária não é mais adequado à medida que os números de emigrantes aumentam ano a ano e o retorno não acontece. Dando sequência a esse raciocínio, Pécout (1999) afirma que houve “uma estratégia familiar e profissional, que contaram [sic] com redes de informação e coleções de matérias a favor dos pequenos agricultores, propensos a deixar às [sic] próprias terras do Sul para dirigir-se a América”. (PÉCOUT, 1999, p. 273).

O Censo Demográfico feito em 1861, quando da unificação política, destaca que “três quartos da população acima dos cinco anos é analfabeta”. (PÉCOUT, 1999 p. 204). Nessa direção, Pécout salienta que, em 1876, quando a Itália tem um governo de esquerda moderada, faz pesquisas para identificar as atividades econômicas da sua população e demonstra preocupações como as de “assumir o controle das condições que otimizam as atividades agrícolas e industriais de um país que tem todas as intenções de dar instrumentos autônomos de uma grande potência europeia”. (PÉCOUT, 1999, p. 204). Nos governos anteriores, logo após a unificação, a presidência do governo de Ricasoli possui a intenção efetiva de promover a unidade territorial do novo Estado e enfrentar os problemas legais que dessa situação derivaram, “como é o caso da questão romana e da depredação dos estados sulinos”. (PÉCOUT, 1999, p. 227).

A Itália estava dividida por regiões. **A Itália do Norte**, formada pelo Piemonte e Vale d’Aosta (Alessandria, Cuneo, Novara e Turim), Ligúria (Genova, Porto Maurízio), Lombardia (Bérgamo, Brescia, Como, Cremona, Mântua, Milão, Pavia e Sondrio), Vêneto e Friuli (Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Udine, Veneza, Verona e Vicenza) Emilia e Romagna (Bolonha, Ferrara, Forli, Módena, Parma, Piacenza, Ravenna, Reggio Emilia). **A Itália Central** pela Toscana (Arezzo, Florença, Grosseto, Livorno, Lucca, Massa e Carrara, Pisa, Siena), Le Marche (Ancona, Ascoli Piceno, Macerata, Pesaro e Urbino), Úmbria (Perugia) e Lácio (Roma). A Itália do Sul foi constituída pelas províncias de Abruzos e Molise (L’Aquila, Campobasso, Chieti e Teramo); pela Campânia (Avellino, Benevento, Caserta, Nápoles e Salerno), Púglia (Bari, Foggia e Lecce), Basilicata (Potenza), Calábria (Catanzaro, Cosenza, Reggio Calabria) e pelas ilhas da Sicília (Caltanissetta, Catania, Girgenti, Messina, Palermo, Siracusa, Trapani) e Sardenha (Cagliari e Sassari).

Segundo estudos de Leone Carpi (1871), os que partem primeiro da Itália são os pequenos proprietários e os meeiros, facilitados pelas políticas de atração e expulsão. A Itália já possuía uma forte mobilidade, devido às experiências provocadas pela emigração temporária, registrada nas áreas de montanha do Norte, principalmente na província de Bérgamo, Bréscia, Belluno, Planalto de Asiago, Carnia e Trentino.

As **zonas de proveniência dos emigrantes** são marcadas por características geográficas distintas, como a localização, o clima, o acesso à água. É o caso dos que partiram de Vicenza, Treviso, Belluno e Udine, cujas terras localizam-se em “planície não irrigada, de colina, de alta colina e de montanha”, enquanto as de “Verona, Rovigo, Pádua e Veneza são de planície do Rio Pó, áreas onde já havia obras de drenagem e de modernização hidráulica”. (FRANZINA, 2006, p. 136).

Para entender as diferenças das regiões de onde provinham os emigrantes, é necessário analisar a situação de propriedade fundiária e as condições dos contratos agrários em cada região. Nas regiões montanhosas prevalecia a pequena propriedade e a pequena e média locação, onde acontecia a parceria; nas outras províncias, como é o caso de Pádua, Verona e Veneza, a grande propriedade e a cultura extensiva. (FRANZINA, 2006, p. 136). Além disso, as províncias vênetas possuíam histórias administrativas diferentes, costumes e tradições distintas, inclusive a língua, marcada pela presença dos dialetos, evidenciando culturas e formas distintas de produção, o que evidenciava paisagens culturais distintas.

Entretanto, é importante assinalar que o desenvolvimento da indústria na Itália, nas duas últimas décadas do século XIX, tem sinais visíveis de expansão, principalmente no setor da metalurgia e da siderurgia. Existe em parte uma preocupação com a mão de obra, já que o movimento emigratório foi bastante acentuado e provocou uma mudança no perfil demográfico, com a saída de tantos italianos da pátria. Pécout (1999) trata dessa situação econômica e política, lembrando que muitos italianos decidiram, ao invés de viver na Itália, partir. Em sua análise evidencia que “o comportamento demográfico italiano permanece aquele típico de um país prevalentemente rural, no qual as famílias numerosas são a regra e as quais a taxa de mortalidade decresce mais rapidamente em respeito àquelas de nascimento”. (PECOUT, 1999, p. 266-267). Mostra que, no período entre 1861-1901,

houve um aumento na expectativa de vida dos italianos, o que representou um ganho de quase dez anos na vida dos italianos. Esse componente de melhora nas condições de vida aumenta as taxas de longevidade, que incrementam o número da população total.

Nesse contexto, o elevado número de emigrantes que partiram da Itália prova que os mesmos buscaram soluções de subsistência fora do país de nascimento. Os dados estatísticos comprovam que, antes da vigília da Primeira Guerra Mundial, o “número de partidas ultrapassara o teto de 872.000”. (PECOUT, 1999, p. 270). Para chamar a atenção sobre o resultado do processo emigratório, Rodolfo Bernini, em 1911, realça que, “o censo de 1901 evidencia na relação entre taxa de crescimento natural um vazio de incremento demográfico de 2.250.000 pessoas devido à emigração”. (PECOUT, 1999, p. 270).

À medida que crescem as taxas de saída de sua população, o governo italiano promulga a primeira lei sobre a emigração em 30 de dezembro de 1888. Essa lei postula que cabe ao Estado supervisionar o exercício do direito de emigrar por meio do controle daqueles que promovem a emigração. (PÉCOUT, 1999, p. 275). Em 1901, é feita uma nova lei, de 31 de janeiro sobre a emigração. Essa lei cria o Comissariado Geral da Emigração, que é um meio de organizar a emigração italiana e também “defender o governo das acusações de absoluta indiferença em relação aos emigrantes”. (FRANZINA, 2006, p. 45).

É fundamental destacar que, a partir dessa lei, o Estado reconhece o princípio de liberdade de movimento dos que decidem sair do país.

Uma vez aceito o princípio da liberdade de movimentar-se, o papel do poder público se limita reconhecer as decisões registradas pelos que partem (nullaosta) e vigiar a legalidade das mediações, supervisionando as condições materiais e higiênicas do expatrio. De resto, para o Estado, a situação desta população no país de proveniência conta menos daquela que conhecerão no país de chegada; os emigrantes são antes de tudo emigrados, e os responsáveis políticos tem tendência de pensar que o comportamento desses italianos fora da Itália refere-se apenas a autoridade dos cônsules. Na outra extremidade da cadeia imigratória, nos povoados dos emigrantes, são por vez os prefeitos, os únicos interlocutores acessíveis com facilidade a conferir a administração de seu papel positivo para os emigrantes. (PECOUT, 1999, p. 275).

O crescimento da emigração gera muitas posições políticas acerca do fenômeno. Uma das posições é que a emigração cresce como “resposta a questão social, especialmente a superpopulação do campo e a crônica desocupação escondida sobre a fachada do salário sazonal”. Essa posição, defendida por muitos históricos contemporâneos, baseia-se na argumentação de que a causa é mais econômica do que política. Outra posição, “a dos seus acusadores que atribuem à emigração a carência de mão de obra bem como o aumento indevido dos salários”. (PECOUT, 1999, p. 272). Vale lembrar as consequências que o Decreto Prinetti, datado em 26 de março de 1902, promove em relação às correntes emigratórias para o Brasil. O mesmo “proibia a emigração subsidiada para o Brasil de grupos coletivos, a não ser com base em contratos aprovados pelo CGE”. (TRENTO, 1988, p. 53). O decreto define posição sobre a emigração subsidiada e esclarece sobre a emigração espontânea. Trento comenta que, devido às inúmeras denúncias sobre as precárias condições que os emigrantes sofriam no Brasil, o Comissariado Geral da Emigração solicita uma avaliação por meio de um fiscal que vêm ao Brasil para esclarecer a situação. Essa avaliação feita por Aldo Rossi é publicada no Boletim da Emigração e fortalece a posição do Decreto.

Dessa forma, pode-se afirmar que, no começo do século XX já existe uma posição definida do governo italiano frente à emigração e que, na última década do século XIX, ainda era muito estimulada a sair do país como solução dos problemas sociais pelos quais a Itália passara nos vinte e cinco anos anteriores.

Fontes diplomáticas

As fontes diplomáticas acerca da emigração italiana no Brasil são documentos oficiais fundamentais para a historiografia da emigração italiana. Para tal, é importante entender a evolução desses registros, a partir da construção do Reino da Itália, no ano de 1861.

É oportuno dizer que o governo italiano precisava conhecer inicialmente seus súditos, os problemas do seu reino e a potencialidade da nação que governaria. O Reino da Itália havia sido instituído como resultado da luta política, gerada na tentativa de Unificação Italiana e precisava conhecer as condições do Novo Reino. Naquela data, institui

uma Comissão Parlamentar para tomar conhecimento das regiões que constituíam a nova nação e as condições nas quais viviam seus habitantes. Então, define a realização de uma grande pesquisa nacional, denominada de *Inchiesta Agraria*, cuja tarefa foi oferecer ao Reino uma fotografia de todas as comunidades que faziam parte das Províncias que o constituíam. Os resultados da *Inchiesta Agraria* foi o primeiro retrato do Reino, que se iniciava naquela época. Após essa grande pesquisa, outras sucederam bem como os registros demográficos e estatísticos do Reino.

Segundo Rosoli e Ostuni, quando tratam das Estatísticas Oficiais Italianas, apresentando as publicações realizadas pela direção-geral da Estatística, comentam que essa instituição enfrentou muitas dificuldades, e graças a ação de Luigi Bodio, seu primeiro diretor¹⁰, existem dados em série disponíveis sobre os movimentos da emigração italiana. Comentam ainda que, antes de 1876, quando começam as séries históricas de dados estatísticos sobre a emigração italiana, havia “estudos de Leone Carpi, dignos de destaque e ricos de informações, devido ao apoio fornecido pela pesquisa do Ministério do Interior”. (ROSOLI; OSTUNI, 1978, p. 275).

À medida que cresce o número de súditos que partem da Itália, o governo começa a se preocupar com a posição dos mesmos e de suas relações com aqueles que permaneceram no país. Um dos dados econômicos que corroboram essa efetiva relação são as somas de recursos que os emigrantes remetem aos parentes que permaneceram na pátria.

Nessa direção, a ação diplomática torna-se importante e as informações sobre o processo da emigração permanente asseguram condições de maior controle sobre a situação instalada. Até 1888, a emigração não estava regulamentada pelo Ministério de Relações Exteriores e é no governo de Crispi¹¹ que a mesma é estabelecida. Apenas em 31 de janeiro de 1901, é criada uma nova lei, conforme já dito. (PECOUT, 1999, p. 275).

¹⁰ Luigi Bodio dirige o Departamento Nacional de Estatística Italiana de 1872-1898 e o Comissariado-Geral da Emigração, de 1901-1904. (ROSOLI; OSTUNI, 1978, p. 275).

¹¹ A era de Francesco Crispi teve dois períodos distintos: o primeiro que se estende de agosto de 1887 a fevereiro de 1891 e o segundo que abarca dezembro de 1893 a março de 1896. (PÉCOUT, 1999, p. 360-361).

Várias são as publicações¹² efetivadas pelo Ministério de Relações Exteriores do Reino da Itália após a Unificação. Os primeiros relatórios são os “Boletins Consulares” e após a criação do Commissariado-Geral da Emigração, os boletins são designados de “Boletins da Emigração”. Segundo Cordasco (1980, p. XIII), esse boletim “representa o maior arquivo de narrativas não só da emigração dos italianos para todas as partes do mundo, mas igualmente tem a possibilidade de delinear a experiência italiana em muitas nações para as quais os italianos emigraram”.

Os “Boletins da Emigração” são considerados uma das fontes mais ricas da historiografia da emigração italiana no mundo. O papel dos agentes consulares e a obrigação de apresentarem relatórios sobre os territórios que estavam sob sua jurisdição mostram como os mesmos viam a sociedade e a relação do cidadão italiano que emigrara. Os Boletins da Emigração foram criados a partir da “Lei da Emigração Italiana de 1901”, como uma “resposta burocrática ao movimento de saída dos italianos em grande escala”.¹³ (CORDASCO, 1980, XIII) e foram

¹² Muitos pesquisadores brasileiros utilizaram essas publicações para seus estudos. Cito Rovílio Costa e Luís Antônio De Boni, Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, Lúcio Kreutz, Terciani Lucchesi, Luiza Iotti, Loraine Slomp Giron, entre outros. Luís A. De Boni, em *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*, edita partes dos boletins que ele mesmo traduz para demonstrar a importância dessa fonte nos estudos emigratórios. Na obra *A Itália e o Rio Grande do Sul IV*, Luis A. De Boni publica dois relatórios, também traduzidos por ele, dando continuidade ao que havia publicado anos antes na obra sobre Bento Gonçalves. Importantes também são os estudos realizados por Luiza Iotti sobre os relatórios consulares e a legislação que envolve a imigração e a colonização. As obras, *Imigração e colonização (2001) O olhar do poder (1996) e Imigração e poder (2010)* ajudam a entender a posição oficial dos representantes diplomáticos acerca dos italianos no Rio Grande do Sul e identificar quem eram os cônsules italianos e como os mesmos viam as colônias italianas. Lucio Kreutz e Terciani Lucchese trabalham com os boletins para recuperar a visão que os agentes diplomáticos tinham acerca da instrução nas colônias italianas, no Rio Grande do Sul. Núncia Santoro de Constantino utiliza os boletins consulares, especialmente Pascale Corte (1884), Francesco Veluttis (1908), Pietro Antonelli (1905), Eduardo dei Conti Compans de Brichanteau (1893), para tratar acerca da emigração italiana no Sul do Brasil, em seu livro *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Loraine Slomp Giron, em sua tese de doutoramento sobre o fascismo na região de colonização italiana, *As sombras do littório: o fascismo no Rio Grande do Sul* (1994) utiliza os boletins como referência bibliográfica.

¹³ A obra de Robert Foester estima que, entre 1876 e 1976, emigraram da Itália 25.800.000, italianos de forma permanente. Em 1913, a emigração atingiu o ponto mais alto de 872.598 expatriados. In: CORDASCO, 1980, XIII.

publicados aos cuidados do Comissariado-Geral da Emigração, que fazia parte do Ministério de Relações Exteriores da Itália.

O período que abarca os boletins da Emigração é de 1902-1927. O primeiro boletim foi publicado em 1902 e a previsão de sua publicação era mensal. Apenas em 1918 foi suspenso, mas retornou sua periodicidade no ano seguinte. Quando o Comissariado-Geral da Emigração perdeu sua função em 1927, a publicação também foi afetada. Vale afirmar que a lei de 1901 permitiu ao Comissariado uma série de autorizações que tinha como objetivo proteger o cidadão italiano que emigrava, estabelecendo regras que regularizaram as partidas, os portos, os bilhetes forneciam também informações sobre estabelecimentos, com vistas à inspeção e ao controle da emigração. Propiciava também acordos entre as nações interessadas na emigração. Para tal, foi criado um Fundo de Emigração que financiava assistência aos emigrantes que envolviam: taxas, bilhetes de ferrovia, passaportes, licenças de transporte, entre outras exigências.

Na perspectiva do Comissariado-Geral da Emigração, o que era publicado nos boletins interessava a todos os que lidavam com a emigração, uma vez que tinha as informações mais diversas acerca de vários países que envolviam o processo emigratório e colaborava para divulgar essas informações.

Sono notizie sul mercato di lavoro dei vari paesi di destinazione, sulle condizioni dei nostri nuclei coloniali, sul movimento legislativo operaio e sulla giurisprudenza del lavoro, sul movimento della pubblica opinione verso la mostra emigrazione nei paesi stranieri. (Commissariato Generale dell'Emigrazione. L'emigrazione italiana dal 1910 al 1923. Roma: Comissariato, 1926. 2.vols. II. 756-761). (p. 755).

Segundo Cordasco, autor do guia bibliográfico acerca dos Boletins da Emigração (1902-1927), as publicações organizadas pelo “Comissariado-Geral da Emigração” se reduzem a cinco categorias: “(1) a lei e a jurisprudência da emigração; (2) a emigração e a imigração nas colônias; (3) os periódicos; (4) regulamentos e guias administrativos; (5) compêndios informativos”. (CORDASCO, 1980, p. XIX). Essas cinco categorias ressaltam as informações trazidas pelas publicações desse órgão, que norteavam os interessados no fenômeno emigratório.

É interessante observar que, associado às informações sobre a emigração que constam nos boletins, são publicadas as leis e os

regulamentos acerca da imigração. Essa observação indica que as publicações feitas pelo Ministério de Relações Exteriores permitem ao estudioso sobre emigrações/imigrações localizar a posição do governo por meio das leis editadas e dos relatórios que mostram as demandas e as condições enfrentadas pelos italianos no Exterior, no período que antecede a criação do Comissariado-Geral da Emigração e fase posterior. Os boletins contribuem para trazer informações sobre a emigração, por meio de “artigos, notas, estudos que envolvem todas as fases da emigração”. (CODASCO, 1980, p. XIX).¹⁴

Rosoli e Ostuni chamam também a atenção para outras publicações que o Comissariado-Geral da Emigração propõe. Entre elas, *Emigrazione e colonie: raccolta da rapporti degli agenti diplomatici e consolari*. Os autores recordam que, “em 1901, por ocasião do censo nacional, vêm reproposto aos representantes diplomáticos e consulares no exterior um questionário, mais amplo e circunstanciado daquele de 1893 sobre a emigração italiana”. O resultado é publicado e os temas são analisados conforme a localização dos países.

Apontamentos acerca dos documentos diplomáticos no Rio Grande do Sul

Antes da criação do Comissariado-Geral da Emigração, o Ministério das Relações Exteriores editava primeiramente uma publicação, o Boletim Consular, nomeado depois de Boletins do Ministério de Relações Exteriores e mais tarde, em 1901, de Boletim da Emigração, cuja finalidade era divulgar as ações realizadas pelos italianos no Exterior, na visão de seus representantes diplomáticos.

Esses boletins, que envolviam relatórios desses agentes em diversos países do mundo, principalmente onde a emigração italiana havia se instalado, retratam a posição da diplomacia que, por meio de viagens, relatos, experiências, vivências, cartas, correspondências, descreve os acontecimentos no exterior.

¹⁴ Na publicação de Cordasco, os boletins estão numerados por temas, sendo que muitos tratam do Brasil, principalmente de Santa Catarina (1902, p. 6), São Paulo (1902, n. 7), Rio Grande do Sul, Paraná (1903, n.7-1903, n. 10-1904, n. 13), Espírito Santo (1903, n.7) entre outros. Em 1903 (n.4) E. Ciapelli escreve sobre o Rio Grande do Sul e a imigração italiana (p.48-59); em 1904, n.13 L. Petrocchi trata das colônias italianas no distrito de Bento Gonçalves, e o mesmo relator trata dos italianos, no distrito de Bento Gonçalves, em 1904, n. 18. A obra de Cordasco se constitui num guia de orientação acerca dos boletins da emigração, publicados a pa

A comunidade italiana que vive fora da Itália é descrita por meio desses documentos, o que propicia um acervo dessa memória. Dessa forma, as colônias que concentram maior número de emigrantes são objeto desses relatórios, cuja descrição por parte de alguns representantes permite fazer o percurso que os mesmos fizeram e entender as facilidades por parte de alguns e as dificuldades por parte de outros, no enfrentamento dos territórios escolhidos.

Os documentos que tratam sobre a emigração italiana, no Rio Grande do Sul, publicados nesta edição, abarcam o período de 1877 a 1913, sendo que, a partir de 1901, são tidos como boletim da emigração como já foi dito anteriormente.

A presente publicação envolve quatro tomos, devido ao volume de informações que os mesmos possuem.

No primeiro tomo, tem-se à disposição cinco boletins que compreendem o período de 1877-1878 a 1900. O primeiro documento desta publicação trata da “emigração italiana no biênio de 1877-1878” e explicita a diferença entre a emigração temporária e a emigração permanente, que ocorre no Reino da Itália e a problemática que a mobilidade traz para o país. Nesse documento, o Brasil aparece com destaque devido ao número de emigrantes italianos que partiram. O documento traz dados estatísticos que corroboram a explicação que emitem sobre o fenômeno emigratório na Itália. O documento comenta a posição do governo brasileiro na emissão do Decreto de 1867 e descreve situações com as quais os emigrantes se defrontam na chegada ao Brasil, os principais portos nos quais desembarcam e as condições precárias que enfrentaram. O documento traz ainda dados sobre as imigrações e as diversas nacionalidades que escolheram o Brasil como destino. Dentre as principais, destacam-se portugueses, russos, austríacos, alemães, franceses, chineses, suíços, sendo os italianos o grupo de maior número. Além dos dados estatísticos, as informações acerca do destino dos italianos no Brasil, principalmente as principais colônias como: “Porto Real, Gloria ou Sant’Anna, Itajahy, Morretes, Alexandra, Caxias e Conde d’Eu.” (*Bollettino Consolare*, 1877-1878, p.9). O documento envolve ainda dados sobre outros países da América Latina, da América Central e do Norte, numa demonstração da força da emigração italiana no mundo. Conclui dizendo que “a emigração é um direito entre as demais características humanas e uma

necessidade econômica e um benefício a todos”. (*Bollettino Consolare*, 1877-1878, p.28).

O segundo documento, o Boletim Consular de 1883, compreende um relatório de Enrico Perrod, Cônsul em Porto Alegre, escrito em janeiro de 1883. Esse relatório ocupa-se das Colônias de Conde d’EU e Dona Isabel, por meio de uma descrição da viagem que o cônsul fez para chegar às colônias. Explicita as diferenças existentes entre as colônias do governo, da Província e as particulares. Mostra que “as primeiras estavam vinculadas a administração do Governo central, as segundas a Província e as terceiras de propriedade particular”. (*Bollettino Consolare*, 1883, p.298). Das treze colônias existentes, quatro são do governo, duas da Província e as demais são particulares. Chama a atenção que as colônias se tornaram municípios quando se emanciparam do governo. Comenta as cláusulas do Decreto de 19 de janeiro de 1867, numa demonstração dos benefícios que o governo brasileiro oferecia àqueles que se dedicassem à terra, esclarecendo a extensão dos lotes por categorias e o preço de cada um deles. No mesmo documento, mostra as mudanças sofridas no Decreto de 1867 pela Lei de janeiro de 1881. A partir dessas observações, o relatório se dedica à posição geográfica, à superfície e ao clima das duas colônias, bem com à origem das mesmas. Ao estudioso da emigração, esse boletim oferece os dados específicos sobre as colônias Conde d’Eu e Dona Isabel, tais como: a parte administrativa, a produção de gêneros, a instrução, a população, as indústrias, os produtos de exportação, as estradas e as vias de comunicação.

O terceiro documento, denominado “Emigrazione e Colonie”, trata de um documento do consulado, produzido por Eduardo Dei Conti Compans de Brichanteau, em 1893, em que explicita a organização de uma série de instituições políticas que funcionavam no Brasil, envolvendo desde a história da ocupação das terras pelos alemães, seguida pelos italianos, a estrutura do comércio, a base das pequenas indústrias e as principais profissões que estão disponíveis nas colônias. Salienta que os italianos são valorizados pelo mercado em confronto a outras etnias. O relatório aconselha que o período não é propício a novas emigrações, uma vez que muitos imigrantes italianos enfrentam dificuldades nas colônias. O relatório discorre ainda sobre os títulos definitivos de propriedade e o número de lotes de terra, que estão sob a posse dos italianos. Comenta ainda sobre a importância dos institutos

de crédito e sobre o papel da Associação de Mútuo Socorro. Detalha as condições econômicas nas quais se encontram algumas colônias italianas, como Bento Gonçalves, a Colônia Caxias, Silveira Martins, Conde d'Eu, Encantado, Alfredo Chaves, Pelotas, Colônia Maciel, Jaguary. A riqueza desse relatório são os detalhes que Brichanteau descreve de cada colônia.

O quarto documento, “Boletim do Ministério de Relações Exteriores de 1899”, dedicado ao Brasil, trata do “Rio Grande do Sul e a Emigração Italiana”. Esse relatório é escrito pelo Conde Pietro Antonelli em maio de 1899 e publicado no boletim de junho daquele ano. Esse boletim narra a viagem do Conde Pietro Antonelli ao Rio Grande do Sul, “numa excursão oferecida por Borges de Medeiros às colônias italianas no Rio Grande do Sul, guiado por Parobé que era ministro de obras públicas do governador e pelo subchefe de Polícia, Coronel Bento Porto”. (*Bollettino Consular* de 1899, p.225). A viagem dura trinta e três dias do Rio de Janeiro a Porto Alegre e ao interior das colônias. O percurso é descrito por uma rica narrativa, que permite ao leitor verificar as diferenças da cultura alemã para a italiana na forma de plantio, de habitação e da seleção das diversas culturas. O texto abrange a visita à Colônia Caxias, a Antônio Prado, Alfredo Chaves, Guaporé, Bento Gonçalves, Garibaldi e o retorno por São João de Montenegro, São Sebastião do Cahy e Porto Alegre. Antonelli ressalta que visitou a “Hospedaria dos Imigrantes”, situada à margem esquerda do Guaíba, local de hospedagem dos imigrantes e elogia a visita oferecida pelo governo rio-grandense. O relatório traz uma série de observações feitas pelo cônsul, em relação à estrutura territorial, ao clima, às condições das companhias de navegação no estado, às vias de comunicação no interior das colônias e à possibilidade de expansão das linhas férreas, que naquele momento eram apenas duas no estado. Os comentários permitem ao leitor a compreensão da organização do transporte nos municípios citados.

O quinto documento, “Boletim do Ministério de Relações Exteriores de 1900”, tem como título “Lo Stato di Rio Grande do Sul nel Brasile e l'Immigrazione Italiana”, redigido por Enrico Ciapelli, Cônsul em Porto Alegre, em dezembro de 1899 e publicado em março de 1900. Esse boletim apresenta os dados dos imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul, em 1898 e das localidades que provieram. Relata também o destino que os mesmos escolheram no estado e traz dados do

Município de Alfredo Chaves e o núcleo de Guaporé, Ijuhy, Jaguary, Guarany, Colônia Villanova e Colônia Marquês do Herval. Discorre sobre as vias de comunicação no interior do estado e destaca as condições sobre as quais viviam os italianos que se encontravam nos núcleos citados. O boletim se ocupa de explicitar as normas que o governo brasileiro estabeleceu para a formação dos núcleos e da colonização, segundo o Decreto 247, de 19 de agosto de 1899, que regula a imigração no estado.

O segundo tomo desta publicação traz três documentos importantes que foram produzidos de 1901 a 1904 pelo Ministério de Relações Exteriores da Itália. O primeiro, Boletim do Ministério de Relações Exteriores, publica a Lei de 31 de janeiro de 1901, n. 23 sobre a emigração. O segundo, publicado em 1903, de nº4, é um documento do Cônsul de Porto Alegre, Cav.E. Ciapelli, escrito em 1901 sobre “o Estado do Rio Grande do Sul e a Imigração Italiana”. O relatório apresenta uma síntese da história do Rio Grande do Sul, a partir da chegada dos italianos e evidencia as condições econômicas e sociais que os mesmos tiveram para o desenvolvimento de suas comunidades. O terceiro documento, escrito em janeiro de 1904 pelo Agente consular em Bento Gonçalves, Luigi Petrocchi, tem como referência “As colônias italianas do distrito de Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul)”. O relatório traz dados das principais colônias italianas do distrito de Bento Gonçalves, entre elas: Guaporé, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Garibaldi e Bento Gonçalves. Traz dados também sobre as escolas nessas colônias.

O terceiro tomo é constituído por quatro boletins, que fornecem muitas informações sobre a emigração italiana no mundo. O Boletim da Emigração de 1904, de n. 11, redigido por Edoardo Pantano, relata a situação da emigração italiana apresentada à Câmara de Deputados naquele ano. O documento não está completo,¹⁵ mas traz ao leitor informações precisas e importantes sobre o processo emigratório.

O Boletim da Emigração de 1904, n. 18, relato de L. Petrocchi, de julho de 1904, aborda as questões referentes aos italianos, no distrito de Bento Gonçalves. O relatório é dedicado aos italianos daquela comunidade e situa e localiza o município geograficamente. Descreve os principais gêneros de produtos coloniais, as fábricas, os meios de

¹⁵ Falta uma dezena de páginas no documento. Entretanto, optou-se por mantê-lo devido à preciosidade de informações que o mesmo traz a público.

transporte e os estabelecimentos comerciais. Tece comentários acerca da vila de Guaporé, numa continuidade ao relatório pelo qual era responsável anteriormente.

O Boletim da Emigração, publicado em 1905, de n. 8, tem como relator L. Petrocchi, referente a dezembro de 1904. Esse relatório aborda as colônias italianas que fazem parte da circunscrição consular de Bento Gonçalves, que são: “Bento Gonçalves, Garibaldi, Guaporé, Alfredo Chaves e Antônio Prado.” (1905, p. 623).

O quarto boletim, publicado nesse tomo, versa sobre “O Estado do Rio Grande do Sul”, escrito pelo cônsul de Porto Alegre, E. Ciapelli, no ano de 1905, n. 12. O boletim explicita uma série de variáveis sobre o estado, tais como: posição geográfica, superfície, população, clima, língua, religião e discorre sobre as colônias estrangeiras presentes no estado, incluindo alemães, italianos, portugueses, espanhóis, polacos, russos, austríacos e ingleses. O documento evidencia a forma de administração do Estado, suas diversas funções e competências, envolvendo as circunscrições escolásticas e as escolas elementares administradas pelo governo. Ressalta ainda as riquezas provindas da economia primária, secundária e terciária, numa demonstração da riqueza produzida pelo Estado. Apresenta ainda os principais artigos de importação e de exportação, as principais companhias de navegação e as vias de comunicação e os principais bancos e o sistema de crédito. O documento apresenta ainda uma breve síntese dos principais municípios, discorrendo sobre suas potencialidades e mostrando a riqueza do estado.

O quarto tomo compreende cinco boletins da emigração, de 1905 a 1913. O boletim de 1905, n. 19, foi redigido por Umberto Ancarini, e trata sobre a colônia italiana de Caxias do Sul. Esse boletim apresenta um mapa ilustrativo da colônia, com o objetivo de localizá-la entre os núcleos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul. Esse documento contém dados sobre a Colônia Caxias, que envolvem: posição geográfica, topografia, primeiros habitantes, formação, população, estradas, meios de transporte e sistemas de cultivo. O boletim traz ainda dados econômicos que evidenciam a prosperidade da colônia, no que diz respeito aos dados de exportação e importação, dados culturais que mostram o crescimento da instrução, das escolas privadas e das sociedades locais, incluindo imprensa, correio e ação do telégrafo.

O Boletim de Emigração de 1906, n. 5 dedica-se à Colônia Italiana de Bento Gonçalves, sendo que a descrição feita por Luigi Petrocchi refere-se a dezembro de 1905. O documento localiza os núcleos coloniais europeus na chamada “Serra Geral”, onde destaca a presença de bugres e evidencia a chegada dos italianos à região. Comenta sobre as primeiras estradas, os preços dos lotes coloniais e as primeiras habitações. A evolução da colônia contou com práticas de cultivo e com o destaque de algumas culturas muito usadas pelos italianos. O boletim traz também as colônias italianas que faziam parte do Distrito Consular de Bento Gonçalves, chamadas de colônias italianas, entre elas o Município de Garibaldi, Alfredo Chaves, Guaporé e Antônio Prado. No que concerne aos dados econômicos, apresenta os produtos de exportação e importação, o desenvolvimento da ferrovia, como condição para a circulação das mercadorias, a estrutura para a navegação fluvial e os portos correspondentes, bem como as principais condições econômicas que o colono italiano enfrentava na colônia. Bento Gonçalves é o objeto desta narrativa e a descrição evidencia informações importantes acerca dessa colônia.

O Boletim de Emigração de 1906, n. 6, divulga a “Legislação sobre a emigração e sobre a imigração: leis e regulamentos sobre as terras públicas no Estado do Rio Grande do Sul”. Sua importância está na divulgação da própria lei e do conhecimento da mesma para entender as ações que são tomadas nas colônias, a partir dela. O Boletim explica que as “disposições legislativas que resguardam a colocação dos imigrantes e da concessão de terrenos no Rio Grande do Sul estão contidas na lei, de 5 de outubro de 1899, n. 28 sobre as terras públicas e no Decreto de 4 de julho de 1900, n. 313”. (*Bollettino dell’Emigrazione*, Roma, 1906, p.13).

O documento “Emigrazione e Colonie” escrito em fevereiro de 1908 pelo Cônsul de Porto Alegre, Francesco de Veluttis, tem como tema o “Rio Grande do Sul e a crise econômica durante o último quinquênio.” O documento relata a crise econômica que sofre o Rio Grande do Sul, a partir da mudança de câmbio que ocorre em Londres. A instabilidade financeira, refletida pela crise cambial, é explicada no documento e a relação com a economia rio-grandense. O documento explicita as dificuldades que os colonos enfrentaram para o deslocamento dos produtos para o mercado, e chama a atenção para a chave do problema, que seria solucionado com a construção de um

porto marítimo. O texto inclui a construção e ampliação da estrada de ferro nas colônias, dizendo que esta questão já estava encaminhada. O relatório chama a atenção da chegada de italianos no Rio Grande do Sul e da presença de um movimento de imigração para a Argentina e o Chile. Traz dados estatísticos sobre os italianos no estado e sobre as condições sanitárias que existem nas colônias, bem como as principais doenças. Registra como se dá a organização administrativa quando a colônia se torna município, esclarecendo que em todo município existe um Conselho Municipal, presidido pelo intendente. Esse Conselho tem a missão de estabelecer as normas e elaborar as leis para reger o território sobre sua circunscrição. O município é administrado pelo intendente, e os distritos que constituem o município são dirigidos pelos subintendentes, que são escolhidos pelo intendente. Além da administração, o texto esclarece o funcionamento do Poder Judiciário. O relatório destaca traços dos principais núcleos coloniais italianos, como: Caxias, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Garibaldi, Guaporé, Silveira Martins, Jaguaré, Ijuí, Mariana Pimentel, Barão do Triunfo e algumas colônias menores. Dedicar um capítulo sobre as colônias agrícolas e outro sobre as colônias urbanas. Sobre as primeiras enumera os principais produtos que os colonos produzem e as condições que enfrentam para viver. Explica como é extraída a erva-mate, como é a produção do vinho, da banha e de chapéus de palha. Discorre sobre os meios de comunicação e as dificuldades de manter as estradas trafegáveis e como são cobrados os impostos sobre a produção. Elucida as diversas profissões presentes na colônia e as classes a que pertencem. Sobre colônias urbanas, aborda aspectos que tratam dos ofícios, das profissões e dos artistas, das condições econômicas e da força da economia, nas indústrias e nas propriedades. Envolve ainda a questão das remessas de poupança dos colonos para a Itália, bem como as condições morais que os imigrantes apresentam. As instituições de crédito, instrução, assistência, previdência e sociedades italianas também são tema desse relatório.

O Boletim da Emigração de 1913, de n. 10, foi publicado em agosto daquele ano, de responsabilidade do Cônsul de Porto Alegre, G.B. Beverini, cujo relato apresenta apontamentos e observações sobre a "zona agrícola do Rio Grande do Sul". O relatório inicialmente descreve os traços gerais do território rio-grandense e explicita características acerca da divisão que faz desse espaço: região costeira, região do campo

e região montanhosa, onde se encontra a maioria das colônias italianas. O relator explica que a viagem que fez pelo Rio Grande do Sul ocorreu em 1911, quando utilizou as referências do seu antecessor Francesco De Veluttis. Comenta a importância dos meios de comunicação, reconhecendo as deficiências que o Estado apresenta quanto às possibilidades de circulação de mercadorias. Discorre sobre as diversas linhas ferroviárias que foram abertas no Rio Grande do Sul, seus percursos e suas perspectivas e sintetiza os planos sobre as vias de comunicação marítima, destacando o potencial das Lagoas e da necessidade de ampliar o Porto de Torres. Reconhece que o colono italiano, que se localiza na zona colonial, não possui os meios adequados utilizados para desenvolver o plantio em grande escala. Destaca a importância da “policultura além de que o fracionamento da propriedade, também a posição geográfica e a configuração topográfica da comunidade”. (*Boletim da Emigração*, 1913, n. 10, p.8). Detalha os principais gêneros produzidos pelos italianos e compara com as colônias alemãs. O relatório discorre sobre a indústria florestal e justifica a ausência de normas para o desmatamento que ocorre nos lotes coloniais. Cita os principais tipos de madeira que são usados para a construção e aqueles relacionados às ervas como o caso da erva-mate. O texto traz ainda uma síntese da colonização no Rio Grande do Sul, destacando a presença da imigração alemã e mais tarde da italiana, descrevendo os percursos pelos quais os imigrantes passaram até instalarem-se nas zonas escolhidas pelo governo. Chama a atenção sobre os dois decretos que influenciaram as correntes emigratórias na época no Rio Grande do Sul, ou seja, o decreto Von Heydt, de 1859, e posteriormente o Decreto Prinetti, de 26 de março de 1902. Diz que a partir desses, o governo brasileiro modifica o conceito de povoamento do solo, acreditando que

a forte aglomeração de indivíduos da mesma nacionalidade, enquanto conserva entre si a língua e os costumes do país de origem, dificulta para a mesma região a assimilação do elemento nacional, julgando ser preferível o sistema de colônias mistas, na qual o italiano, o polaco, o alemão, o russo, o sueco etc. se encontram misturados entre eles e com o elemento indígena. (*Boletim da Emigração*, 1913, n. 10, p. 11).

Beverini (1913) faz alguns comentários sobre a preocupação do governo, dizendo que a possibilidade de desnacionalização dos colonos

seja infundada, uma vez que acredita que o emigrado não esquece a pátria mesmo que não possa voltar a ela. Traz à tona o conceito de isolamento, partindo da premissa de que se o emigrante se encontra entre grupos de diversas nacionalidades, que falam uma língua que não se compreende, é mais comum que se isole na mesma colônia, até ter a possibilidade de se encontrar com outros italianos que o compreendem. (*Boletim da Emigração*, 1913, n. 10, p.12).

Trata sobre as condições gerais do colono italiano, quando abarca as econômicas, sociais, jurídicas, morais, intelectuais e as higiênicas. Sobre as condições econômicas discorre sobre o regime de propriedade, o preço da terra e o título definitivo do lote e dos problemas estabelecidos, nos limites das propriedades. Quanto às condições sociais e jurídicas, as observações refletem problemas internos que os emigrantes sofreriam na vida coletiva, inclusive com comentários sobre aqueles que eram contrários ao partido dominante. A questão da segurança física dos colonos bem como a de furtos que ocorrem nas propriedades, é tema tratado nesse relatório, além das condições morais. O relator evidencia a falta de respeito dos filhos aos pais. Enumera os obstáculos que os colonos passam para dispor de uma instrução pública. Ressalta como problema as distâncias que os colonos enfrentam para chegar ao local, bem como estradas precárias e a concepção de que para os colonos, antes de dar estudo aos filhos, estes devem ajudar no trabalho agrícola ou doméstico. Comenta ainda sobre o zelo que os professores demonstram com seus alunos nas colônias que visitou. Quanto às condições higiênicas, atribui que, em geral, eram boas, auxiliadas pelo clima que é favorável. Indica as principais doenças contagiosas, as infecciosas e as que afetavam principalmente as mulheres. O relatório é detalhado e traz dezenas de explicações sobre os temas apontados.

Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. 2. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971. t. I.

CARPI, Leone. *Dell'emigrazione italiana all'estero nei suoi rapporti con l'agricoltura, coll'industria e col commercio*. Firenze: Civelli, 1871.

_____. *Statistica illustrata dell'emigrazione all'estero del triennio 1874-1876 nei suoi rapporti coi problemi economico-sociali*. Roma, 1878.

_____. *L'Italia all'estero*. Roma: Centenari, 1887.

CORDASCO, Francesco. *Italian mass emigration: the exodus of a Latin People*. A bibliographical guide to the bollettino dell'Emigrazione. 1902-1927. New Jersey: Rowan and Littlefield, 1979.

FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

FELDMAN, Bela. Repensando a localidade nos estudos migratórios. In: SILVA, Sidney Antonio da. (Org.). *Migrações na pan-amazônia: fluxos, fronteiras e processos sócio-culturais*. São Paulo: Fapeam/Hucitec, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HERÉDIA, V.B.M.; PAVIANI, N.S. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

LANDO, Aldair; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. p. 9-33. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MAIC. Statistica dell'emigrazione italiana all'estero. In: FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 106-107.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul/IEL/DAC/SEC, 1975.

PÉCOUT, Gilles. *Il lungo risorgimento: la nascita dell'Italia contemporânea (1770-1922)*. Milano: Mondadori, 1999.

ROSOLI, Gianfausto; OSTUNI, Maria Rosaria. Saggio di bibliografia statistica dell'emigrazione italiana. p. 273-365. In: ROSOLI, G. (A cura di). *Un secolo di emigrazione italiana: 1876-1976*. Roma: Centro Studi di Emigrazione, 1978. p. 385.

STATÍSTICA DELLA EMIGRAZIONE ITALIANA AVVENUTA NEL 1897. Roma: Bertero, 1899.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1988.

L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano. Problemi e specificità

1. I paesi verso i quali si diresse l'emigrazione italiana negli anni tra la fine dell'Ottocento e l'inizio del Novecento furono oggetto di costante attenzione da parte dei consolati di Roma. Consoli, viceconsoli, agenti consolari, ispettori li girarono in lungo e in largo, li radiografarono con la maggior precisione possibile e, al ritorno, scrissero dettagliati rapporti, alcuni molto ampi, in cui analizzarono i paesi visitati sotto il profilo geografico, climatico, economico, sociale, politico, produttivo, con l'attenzione rivolta soprattutto alle condizioni della vita quotidiana: viabilità, trasporti, prezzo dei generi alimentari e di consumo, possibilità abitative e lavorative, sicurezza e tutele, rapporto con la popolazione locale, convenienza o meno di emigrarvi. Questi rapporti furono pubblicati sulle riviste del Ministero degli Affari Esteri: prima il "Bollettino consolare" poi il "Bollettino del Ministero degli Esteri" (a partire dal 1886), infine il "Bollettino dell'emigrazione", che iniziò le pubblicazioni nel 1901. Alcune apparvero in due importanti raccolte curate dal Mae fra il 1893 e il 1908, *Emigrazioni e colonie*.¹

Si tratta di uno sterminato dossier di notizie reperite in ogni parte del mondo: in Europa, in Africa, nelle due Americhe, in Australia, nel Medio Oriente. Molte relazioni riguardano il Brasile – il paese verso il quale il flusso migratorio fu particolarmente intenso, dove si calcola che i discendenti degli italiani siano oggi circa trenta milioni – e una ventina si riferiscono al Rio Grande do Sul, lo stato brasiliano più meridionale, incuneato fra l'Uruguay, a sud, e l'Argentina, a ovest. Queste relazioni sul Rio Grande sono state selezionate, scansionate dalla pubblicazione originale in cui apparvero e riproposte nel presente volume in ordine cronologico. Per quale motivo? Perché l'emigrazione italiana verso il Rio Grande do Sul, per la maggior parte proveniente dalla regione del Veneto, ha avuto caratteristiche proprie, probabilmente uniche, nel panorama migratorio dalla penisola.

¹ Una panoramica complessiva dell'emigrazione italiana, anche relativamente alle fonti, in *L'emigrazione italiana. 1870-1970. Atti dei colloqui di Roma, I*, Pubblicazione degli Archivi di Stato, Saggi 70, Roma, 2002 e nei due volumi a cura di P. Bevilacqua, A. De Clementi, E. Franzina, *Storia dell'emigrazione italiana. I: Partenze, II: Arrivi*, Donzelli, Roma, 2009.

Per inquadrare storicamente la documentazione qui raccolta varrà perciò la pena di spendere qualche parola su questa vicenda, non tanto per il pubblico brasiliano, che dispone ormai di un'ampia e solida bibliografia in argomento,² quanto piuttosto per quello italiano, dove l'emigrazione, nonostante l'imponenza del fenomeno e l'abbondanza delle pubblicazioni (per la verità di valore diseguale, spesso solo localistiche e celebrative),³ rimane tutto sommato marginale nel panorama dei grandi interessi storiografici.

2. Sinteticamente, direi così. Quando il Brasile divenne indipendente, nel 1822, era un immenso territorio spopolato, con enormi problemi da risolvere: la colonizzazione delle terre incolte; la viabilità da costruire; le rivolte indipendentiste che scoppiavano in diverse province periferiche; il declino dell'economia schiavista, dopo che la comunità internazionale aveva posto fuori legge la tratta. In pratica, era uno Stato ancora in gran parte da costruire. L'immigrazione parve il rimedio appropriato. I coloni stranieri avrebbero occupato le zone vuote, sostituito la manodopera schiava, arginato le ribellioni con uno studiato rimescolamento degli insediamenti, riequilibrata la popolazione dalla parte dei bianchi, dato che ancora nel 1850 la maggioranza dei brasiliani risultava composta di neri o mulatti. La politica immigratoria fu una precisa scelta politica volta a rifare il Paese, a partire dal sud, cioè dal Rio Grande, esteso poco meno dell'Italia ma disabitato (poco più di 400.000 residenti nel 1870), semiselvaggio, senza legami con il centro, ben poco desideroso di diventare brasiliano. Ancora alla fine dell'Ottocento lo si raggiungeva solo via mare, con un viaggio che, da Rio o da Santos, non durava meno di una settimana, soprattutto per la difficile navigazione nelle acque basse della *Lagoa dos Patos*, sulla quale si affaccia Porto Alegre, il capoluogo.⁴

² Rinvio a L. Slomp Giron e H. Eberle Bergamaschi, *Terra e Homens. Colônias e Colonos no Brasil*, Educs, Caxias do Sul, 2004. Il libro analizza i collegamenti fra la colonizzazione del territorio brasiliano e l'immigrazione prima e, soprattutto, dopo l'indipendenza, con un'ampia bibliografia.

³ Non senza ragione Emilio Franzina, ancora nel 1989, descriveva come "diluviale" la pubblicistica in materia (*Emigrazione transoceanica e ricerca storica in Italia: gli ultimi dieci anni (1978-1988)*, "Altreitalia", 1/1989, p. 22.

⁴ Si veda, qui di seguito, la relazione del conte Pietro Antonelli, che partì da Rio il 3 dicembre 1898 e giunse via mare a Porto Alegre il 10 dicembre.

Era stato sede di alcune missioni dei gesuiti fra i guaraní, le ben note riduzioni del Paraguay. Ma queste missioni nel Rio Grande – i *Sete povos das missões*⁵ – erano fiorite quando il territorio riograndese apparteneva alla Spagna. Furono trasferite al Portogallo con la definizione dei confini fra le due potenze, prevista dal Trattato di Madrid del 1750, e passarono definitivamente sotto il controllo di Lisbona cinquant'anni dopo. È in questo mezzo secolo che iniziò la loro decadenza, causata dalla crisi della Compagnia di Gesù, espulsa dall'America Latina e poi soppressa canonicamente dalla Santa Sede, e dalla conseguente rivolta indigena, nota come *guerra guaranítica*, nella quale emerse il valore del *cacique* guaraní di São Miguel Sepé Tiaraju, strenuo difensore del diritto del suo popolo a rimanere nelle missioni.⁶ Oggi l'imponente monumento che lo celebra nella città di Santo Ângel, già sede di una florida riduzione, dove gli è stato intitolato anche l'aeroporto, ci ricorda che fino a tutto il Settecento questa terra, plasmata dai gesuiti, apparteneva agli indios.⁷ Fu la fine del mondo gesuitico-guaraní, insomma, che segnò l'inizio del moderno Rio Grande do Sul portoghese. Ma l'eredità lasciata dall'esperienza riduzionale, che si era prolungata per oltre un secolo, rimane molto forte. L'area di insediamento delle sette Riduzioni, che confina con quella colonizzata poi dagli italiani, conserva il nome amministrativo di *Missões* e i suoi attuali abitanti sono denominati *Missioneiros*, mentre l'antica missione di São Miguel (richiamata anche nel celebre film *Mission* di Roland Joffé) è la maggior attrattiva storico-culturale dello Stato. Tutto ciò ha ispirato agli storici dell'Università di Passo Fundo un interessante volume di

⁵ G. Romanato, *Gesuiti, guaraní ed emigranti nelle Riduzioni del Paraguay*, Regione del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2008, p. 75ss. (la rassegna storiografica sulle riduzioni alle p. 45-73).

⁶ Sulla Guerra guaranítica: T. Golin, *A Guerra Guaranítica. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*, Ediupf-Ufrgs, Porto Alegre, 1999; R. da Silveira Several, *A Guerra Guaranítica*, Martins Livreiro, Porto Alegre, 1995. Su Sepé Tiaraju: S. Jatahy Pesavento (org.), *Sepé Tiaraju muito além da lenda*, Comunicação Imprensa, Porto Alegre, 2006; Id., *Storia, letteratura e mito: Sepé Tiaraju delle missioni gesuite*, in "Miscellanea di storia delle esplorazioni", Bozzi, Genova, XXXI (2006), p. 227-242.

⁷ Sul problema degli indios rinvio all'imponente *História dos Índios no Brasil*, Editora Schwarcz, São Paulo, 1992, in particolare ai capitoli sulla politica indigenista nel XIX secolo (p. 133, ss.) e sui Guaraní nel Brasile meridionale (p. 475, ss.).

riflessioni sulla rimozione di quella vicenda, ma anche sul lascito profondo che ne è rimasto nella moderna identità riograndese.⁸

Il Rio Grande, ormai acquisito dal Brasile, era stato poi il teatro della *Guerra farroupilha*, a carattere repubblicano e indipendentista, protrattasi per un decennio, dal 1835 al 1845, quella in cui operò Garibaldi, che proprio qui conobbe Anita e cominciò a creare il suo mito, combattendo insieme con altri italiani: Livio Zambecari, Luigi Rossetti, Francesco Anzani.⁹ Il conflitto, che aveva evidenziato quanto infida fosse questa regione di frontiera, rese indispensabile l'adozione di misure mirati alla sua definitiva integrazione.¹⁰ Così, dopo l'immigrazione di diverse migliaia di coloni tedeschi, che si accaparrarono le terre migliori, sulla costa, poco a nord di Porto Alegre, il governo favorì l'arrivo degli italiani, che cominciarono ad affluire massicciamente, stando ai documenti di immigrazione, a partire dal 1875. Per l'Italia, appena giunta all'unificazione, fu l'inizio dell'emigrazione di massa; per il Rio Grande, l'avvio della grande trasformazione, della sua definitiva incorporazione nello stato brasiliano.

Man mano che arrivavano in Brasile, gli italiani venivano indirizzati o a San Paolo, o nel Minas Gerais, o nell'Espirito Santo o, appunto, nel Rio Grande. L'insediamento più caratterizzato è quest'ultimo. Per le ragioni appena esposte, il governo vi aveva infatti delimitato nella zona di montagna e in quella centrale un'area piuttosto ampia, più o meno come una grande regione italiana, destinandola prevalentemente a loro. Nelle sterminate foreste di araucaria che allora ricoprivano questa terra incontaminata, lontana da tutto, totalmente incolta e raggiungibile solo al prezzo di un trasferimento massacrante, i

⁸ A.L. Setti Reckziegel e L. Otero Félix (org.), *RS: 200 Anos. Definindo espaços na História Nacional*, Upf Editora, Passo Fundo, 2002.

⁹ T. Ruas, *Garibaldi e Rossetti. A Ação e Participação dos Italianos na Revolução Farroupilha*, Acirs, Porto Alegre, 2003; L. Collor, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, Editora Globo, Rio de Janeiro-Porto Alegre-São Paulo, 1938; O.L. de Barros Filho, R.Vaz Seelig, S. Bojunga (org.), *Os caminhos de Garibaldi na America*, Colção Sujeito & Prospectiva vol. 3, Laser Press Comunicação, Porto Alegre, 2007.

¹⁰ Sulla complessa vicenda storica che tra XVIII e XIX secolo portò alla definizione delle attuali frontiere fra Brasile, Uruguay, Argentina e Paraguay e alla nascita dell'odierno Rio Grande do Sul, rinvio ai due volumi di T. Golin, *A Fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguay e a Argentina*, L&PM Editores, Porto Alegre, 2002; *A Fronteira. Os Tratados de limites Brasil-Uruguay-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territorios contestados e os conflitos na bacia do Prata*, L&PM Editores, Porto Alegre, 2004.

tecnicisti brasiliani progettarono la creazione di quattro colonie agricole, suddividendo il terreno in lotti mediamente di una trentina di ettari ciascuno. In questi lotti furono indirizzati i coloni italiani, armati solo di qualche attrezzo agricolo e dell'indispensabile per disboscare il terreno e cominciare a coltivarlo.¹¹ Nel giro di una trentina d'anni arrivarono dall'Italia nelle quattro colonie (Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, create nel 1875 nel nord-est del territorio di montagna riograndese; Silveira Martins, fondata due anni dopo nella zona centrale, meno impervia)¹² diverse decine di migliaia di famiglie, molte delle quali poi si spostarono nei due stati a nord del Rio Grande: Santa Catarina e Paraná. Il numero complessivo degli immigrati è difficilmente quantificabile, come si vedrà leggendo le relazioni consolari che seguono. Il console Francesco de Velutiis, che scrive nel febbraio del 1908, calcolava a circa 1.200.000 la popolazione del Rio Grande. Di questi, si poteva far ascendere a 400.000 il numero complessivo degli immigrati e a 250.000 quello degli italiani. Ma era un calcolo approssimativo. Vincendo la disperazione, adattandosi a fare ogni cosa, mantenendo una straordinaria coesione interna, con un tasso di prolificità incredibile (anche dodici, quindici figli per famiglia), il gruppo italiano non solo vinse la sfida ma creò, nell'area che gli era stata assegnata, la *serra gaúcha*, l'embrione di un altro Brasile, ben diverso da quello tradizionale. Solo per dare un'idea delle condizioni cui dovettero adattarsi i coloni, merita di essere riletta questa pagina dello storico riograndese Olivo Manfroi, che si riferisce al viaggio da Porto Alegre alla colonia Caxias:

Da São Sebastião do Caí a Caxias (66 km) gli immigrati prendevano la strada Visconde do Rio Branco, che presentava le stesse condizioni di abbandono di quella di

¹¹ Non è necessario entrare qui nei criteri tecnici con cui furono pensate e organizzate le colonie, dalla scelta del luogo alla delimitazione dei lotti, ampiamente descritti dalla storiografia in argomento, soprattutto brasiliana. Rinvio a due studi, uno in portoghese e uno in italiano: V. B. Merlotti Herédia, *Processo de industrialização da zona colonial italiana*, Educs, Caxias do Sul, p. 19-81; A. Zannini e D. Gazzì, *Contadini, emigranti, "colonos". Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale: storia e demografia. 1780-1910*, 2 voll., Fondazione Benetton Studi e Ricerche-Canova, Treviso, 2004, pp. 363-440 (con una mappa dettagliata della lottizzazione nella colonia Caxias).

¹² La Colonia Caxias comprende oggi i municipi di Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, Nova Pádua e Otávio Rocha; la Colonia Conte d'Eu i municipi di Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Santa Teresa; la Colonia Dona Isabel racchiude gli attuali Garibaldi, Coronel Pilar e Carlos Barbosa. Alla Colonia Silveira Martins fanno oggi riferimento Santa Maria, Cachoeira do Sul, Teutônia e Silveira Martins.

Buarque de Macedo. Questa marcia verso l'ignoto, verso la foresta vergine, passando per una strada che era poco più di un sentiero largo cinque metri nel cuore della foresta, segnava profondamente gli immigrati. La foresta vergine, con il senso di solitudine e di paura che ispirava e lo stato di impraticabilità della strada, facevano del viaggio un'impresa che gli italiani non erano abituati ad affrontare. La marcia di tre giorni e tre notti, senza riparo, senza cibo, sotto il sole e la pioggia, il freddo e il caldo, veniva affrontata da individui già estenuati dalla lunga traversata di oceani e di fiumi, alcuni malati, altri segnati da sofferenze fisiche e morali. Era fatta da vecchi e bambini, da donne incinte e madri con bimbi in braccio. Il tragitto non era una semplice camminata in mezzo alla foresta, ma una scalata della temibile *Serra Geral*, attraverso valli e precipizi. In tre giorni di marcia passavano da 10 a 800 metri di altitudine. Arrivati alla colonia, gli immigrati dovevano aspettare a volte per mesi la distribuzione dei lotti, in quanto la lottizzazione era lenta e presentava delle difficoltà.¹³

Quali sono state le caratteristiche di questa comunità? Innanzitutto la solidità della struttura familiare. L'unica forza sulla quale potevano contare i coloni era la coesione della famiglia, la sua capacità lavorativa, l'energia morale che ne derivava. E il numero dei figli accresceva l'energia delle famiglie. In questa compatta struttura domestica il ruolo della donna era fondamentale, dato che gli uomini erano assenti tutto il giorno, impegnati a disboscare, lavorare in campagna, oppure occupati, ancora più lontano e per periodi lunghi, nei lavori a favore della comunità, soprattutto la costruzione di ponti, l'apertura di nuove strade o il miglioramento di quelle esistenti. Si formò a poco a poco una tipologia familiare e femminile diversa da quella brasiliana. Fra questi due modelli di famiglia non ci furono conflitti perché l'ampiezza smisurata del Paese permise a ciascun gruppo di crescere in autonomia, senza interferenze né tensioni. Ma oggi la distanza fra il sud e il resto del Brasile è ancora ben visibile.

La seconda caratteristica è rappresentata dall'attaccamento al sentimento religioso. Gli emigranti provenivano da regioni italiane nelle quali la Chiesa cattolica era il solo elemento di aggregazione, l'unico concreto luogo di appartenenza. La solitudine e l'abbandono in cui

¹³ *Euroamericani*, Fondazione Giovanni Agnelli, Torino, 1987, I p, 258. Si deve a quest'autore uno dei primi studi complessivi sull'emigrazione italiana nel Rio Grande: O. Manfroi, *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Grafosul, 1975.

vennero a trovarsi nel nuovo mondo accrebbe questa religiosità, materializzatasi nelle chiese e nelle cappelle rurali, che fungevano da luogo di preghiera e di riunione, nelle edicole costruite nella foresta, molte delle quali ancora esistenti, nelle pratiche pie, nelle orazioni in comune, nella venerazione dei santi. La cronica carenza di clero (i sacerdoti non bastarono mai ai bisogni della comunità) favorì la crescita di una religiosità molto autonoma, guidata nei primi anni della colonizzazione da laici, che dirigevano alla domenica i momenti di culto, seppellivano i morti, consigliavano la gente. Il “prete di scapoera”, come veniva definito (da *capoeira*, in brasiliano bosco, foresta domata e ridotta a coltura) fu un'originale creazione della religiosità e della libertà dei primi coloni. Probabilmente non è lontano dal vero chi sostiene che le comunità di base a carattere laicale cresciute negli anni recenti in tutto il Brasile, debbano molto all'organizzazione religiosa delle vecchie comunità di emigranti.¹⁴

Una terza caratteristica è costituita da quella che possiamo chiamare “etica del lavoro”. Il lavoro fu la salvezza della prima generazione di coloni. Se non avessero lavorato a ritmi inimmaginabili, disboscando la foresta, costruendosi le case, prima in legno e poi in muratura, fabbricando gli strumenti essenziali, coltivando i campi e traendone il sostentamento, aprendo le strade, avviando l'indispensabile struttura commerciale di scambio, difendendosi dagli animali selvatici e dagli indios – gli antichi abitanti di questa regione, tutt'altro che felici di dover cedere il loro territorio ai nuovi venuti¹⁵ – per loro ci sarebbe stata soltanto la sconfitta. E la sconfitta equivaleva a morire.¹⁶ Per ragioni del tutto intuitive, poca attenzione essi dedicarono alla scuola e all'istruzione. Come attestano le testimonianze riportate nelle pagine che seguono, fino alla Prima guerra mondiale il grado di

¹⁴ Sui diversi modelli di religiosità e di organizzazione del senso religioso (coloniale, gesuitico, riduzionale, luterano, cattolico, istituzionale, popolare) presente nel Rio Grande do Sul segnalo la raccolta di saggi curata da M.N. Dreher, *Populações Rio-Grandeses e Modelos de Igreja*, Est, Porto Alegre, 1998. Sulla religiosità laicale e il “prete di scapoera”: *Veneti in Rio Grande do Sul*, a cura di G. Meo Zilio, Regione del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2006, p. 21.

¹⁵ Una testimonianza di prima mano sugli scontri tra gli indios e i coloni italiani, alcuni dei quali rimasero uccisi, nelle memorie di un sacerdote italiano che operò a Urussanga, nel sud dello Stato di Santa Catarina: L. Marzano, *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*, Firenze, 1904 (ristampa anastatica, Belluno, 1991), p. 115ss. La mattanza di coloni qui riferita avvenne nel 1883.

¹⁶ R. Grosselli, *Vincere o morire. Contadini trentini nelle foreste brasiliane*, Trento, 1986.

istruzione degli italiani non andò oltre la prima alfabetizzazione, e spesso mancò anche questa. Ciò che spiega l'esiguità di fonti scritte dirette sulla loro storia.¹⁷

Così la capacità lavorativa del Brasile italiano, se è stata all'inizio la salvezza degli emigrati (come testimoniano oggi i numerosi musei dell'emigrazione presenti nella *serra* riograndese), è diventata successivamente una straordinaria risorsa per il Paese, sorretta da uno spirito imprenditoriale, un'autonomia, una capacità innovativa e un senso del rischio che hanno enormemente arricchito l'economia nazionale.¹⁸ Si calcola che nel Rio Grande i discendenti di italiani siano oggi più di due milioni, quasi un quinto della popolazione dello Stato (circa 11 milioni di abitanti nel 2014). Questa comunità, inizialmente di contadini e lavoratori generici, produce ormai l'élite dell'imprenditoria locale, e poi intellettuali, giornalisti, professionisti, professori d'università, scrittori, politici al massimo livello. Cinque governatori dello Stato di Rio Grande, nel secondo dopoguerra, vantano un'ascendenza italiana: Ildo Meneghetti, Leonel Brizola, Sinval Guazzelli, Euclides Triches, Germano Rigotto.

Il maggior elemento di distinzione e di coesione è stato la lingua. Ma non l'italiano, bensì il dialetto. I coloni, analfabeti o semianalfabeti, si esprimevano solo in dialetto. La parlata, nelle condizioni di isolamento in cui vennero a trovarsi, rimase inalterata, con pochi apporti dal portoghese, limitati alle parole necessarie ai rapporti di scambio e alla comunicazione indispensabile. Nella mescolanza dei dialetti prevalse il veneto, cioè quello più usato. I veneti, infatti, erano

¹⁷ Rappresenta un'eccezione il libro di memorie di Giulio Lorenzoni. Nato a Marostica (Vicenza) nel 1863, questi aveva studiato fino alle superiori ed emigrò a Silveira Martins nel 1877, dove giunse sei mesi dopo essere partito dal paese natio. Lorenzoni morì nel 1936 a Bento Gonçalves, lasciando un racconto della sua vita in America che fu pubblicato nel 1975 a Porto Alegre dalla Livraria Sulina Editora (*Memorias de imigrante italiano*). Tradotto in italiano (*Memorie di un emigrante italiano*, Viella, Roma, 2008), questo libro, scritto con buona vena narrativa, è esemplificativo di innumerevoli altre storie migratorie che non hanno potuto lasciare memoria. Su questo libro e sul suo autore: E. Franzina, *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*, Termanini Editore, Genova, 2014, p. 181-234.

¹⁸ Le caratteristiche economico-sociali degli insediamenti italiani nel Rio Grande, poste a confronto con il cosiddetto "modello veneto", sono state studiate in un convegno organizzato a Caxias do Sul nel 2002 dall'Università di Padova e dalla locale Università, Ucs: *Seminario Internacional Veneto/Rio Grande do Sul. Modelos de desenvolvimento comparados (1945-2000)*, Caxias do Sul, 16-17 settembre 2002, coordenadores P. L. Zugno e V. B. Merletti Héredia, Educus, Caxias do Sul, 2003.

più della metà degli immigrati italiani, seguiti dai lombardi. Questa compattezza, sociale e linguistica, si mantenne fino alla Seconda guerra mondiale, quando fu interrotta dai provvedimenti voluti da Getulio Vargas durante il suo primo governo (1930-1945). Le leggi Vargas avevano lo scopo di creare in Brasile l'*Estado novo*, sul modello degli stati autoritari europei dell'epoca, e puntavano ad integrare le comunità ancora semiautonome degli immigrati europei. Dopo l'entrata in guerra contro la Germania e l'Italia e a fianco degli Stati Uniti, nel 1942, il governo Vargas operò un ulteriore giro di vite restringendo le libertà degli italiani, come dei tedeschi e dei giapponesi. A farne le spese fu soprattutto l'uso della loro lingua parlata e scritta,¹⁹ sottoposta a drastiche restrizioni e improvvisamente criminalizzata perché divenuta lingua del nemico. L'italiano subì così un brusco ridimensionamento e rimase soltanto come parlata "domestica", all'interno delle famiglie e nelle case.

Tuttavia il "talian", come è stata definita questa *koinè* linguistica veneto-portoghese che ha dato luogo anche a testi letterari come la saga di *Nanetto Pipetta*, continua a sopravvivere e costituisce oggetto di studio da parte di linguisti ed etnologi. Creata dal frate cappuccino Aquiles Bernardi, la storia di *Nanetto Pipetta* apparve dapprima sul giornale "Staffetta Riograndese" tra il 1924 e il 1926 e poi fu edita autonomamente, con molte successive ristampe.²⁰ C'è un pizzico di esagerazione nel giudizio di Rovilio Costa e Louis De Boni che definiscono questo testo "una delle grandi opere popolari del ventesimo secolo", ma è indubbio che la vivacità del linguaggio, la freschezza della narrazione e la veridicità dei contenuti ne fanno un testo degno di attenzione.²¹ A far perdere terreno al "talian", oggi, è la scolarizzazione di massa, che abitua i giovani ad usare il portoghese tanto in pubblico quanto in privato.

¹⁹ L. Slomp Giron, *As Sombras do Littorio. O Fascismo no Rio Grande do Sul*, Parlanda, Porto Alegre, 1994, p. 126-132; A. Dal Ri, *Immigrazione e nazionalità nell'ordinamento brasiliano*, in *Situazione e destino della doppia cittadinanza*, Fondazione Cassamarca, Treviso, 2001. Si tenga presente che Getulio Vargas, il maggiore e più discusso statista brasiliano del Novecento, era un *gaúcho*, nato nel 1882 a São Borja, al confine con Argentina. Prima di assumere il governo del Brasile era stato per due anni governatore del Rio Grande do Sul.

²⁰ A. Bernardi, *Vita e storia de Nanetto Pipetta nascuo in Italia e vegnudo in Merica par catar la cuccagna*, Est, Porto Alegre, 1976. La saga di *Nanetto* ha avuto continuazione in altri testi dello stesso tenore.

²¹ *Euroamericani*, cit., p. 129.

Ma il torto fatto durante la guerra alla comunità italiana, quando fu derubata di ciò che la faceva sentire tale, cioè della lingua, è una ferita che ha sanguinato a lungo. Per molti vecchi immigrati che erano vissuti sempre nelle colonie e avevano continuato a parlare il dialetto natio, imparando del portoghese solo le parole indispensabili, le disposizioni che vietarono l'uso in pubblico della loro lingua furono vissute come un tradimento incomprensibile, ingiusto e umiliante. È per rimediare a tale ferita che il governo brasiliano, dopo la Seconda guerra mondiale, costruì a Caxias – la prima e la più antica fra le colonie italiane, oggi una fiorente città di mezzo milione di abitanti – un grandioso monumento all'emigrante. Getulio Vargas, ritornato al potere nel 1950, volle inaugurarne personalmente il 28 febbraio 1954, pochi mesi prima della sua tragica scomparsa, avvenuta alla fine di agosto dello stesso anno. Sulla facciata del monumento campeggia a grandi caratteri la scritta *A NAÇÃO BRASILEIRA AO IMIGRANTE*. Fu il riconoscimento di ciò che il Brasile doveva a tutti gli immigrati europei, non solo agli italiani, ma anche un gesto di riparazione e di riconciliazione per l'ingiustizia che essi avevano subito con quella che è stata definita la "legge del silenzio".²²

3. Come ha ricordato il compianto Gianfausto Rosoli, "in nessun altro contesto di immigrazione si trova un fenomeno del genere e di così lunga durata",²³ un fenomeno che pone domande cui non è facile rispondere circa l'identità di questa comunità, perfettamente brasilianizzata ma tenacemente ancorata a un'origine non tanto nazionale quanto regionale o addirittura paesana. È necessario infatti ricordare che "l'italianità" degli emigrati ottocenteschi, privi di cultura e provenienti da regioni – Lombardia e Veneto – che da pochi anni erano confluite nel Regno, era precaria per non dire inesistente. Fortissimo era invece l'attaccamento al paese, alla vallata, alla comunità locale, alla parrocchia, alla piccola patria che avevano dovuto abbandonare. Questo attaccamento, intriso di nostalgia, di speranze, di affetti e di disperazione, unito al dialetto, che dava forza e riconoscibilità alla

²² C.M. Sganzerla, *A lei do Silêncio. Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé*, Edupf Editora, Passo Fundo, 2001.

²³ G. Rosoli, *L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana*, in J. Dal Bo, L. Horn Iotti, M.B. Pinheiro Machado (org.), *Emigração italiana e estudos Italo-Brasileiros. Anais do simpósio internacional sobre imigração Italiana e IX Fórum de estudos Italo-Brasileiros*, Educus, Caxias do Sul, 1999, p. 105.

consapevolezza di appartenere ad una comunità capace di sopravvivere al trapianto oltre oceano, in una terra sconosciuta, hanno costruito l'orizzonte identitario degli italiani del Rio Grande. Un orizzonte che inizialmente si è tradotto nell'abitudine di chiamare i nuovi insediamenti con lo stesso nome di quelli lasciati in Italia: Nova Milano, Nova Padova, Nova Bassano, Nova Trento, Nova Vicenza, Nova Treviso, Nova Venezia.

L'apporto che questa comunità ha fornito al cambiamento e alla modernizzazione del Brasile è stato decisivo. Mentre infatti in altre aree del Paese l'immigrazione è un fenomeno che rimase subordinato ad esigenze economiche e fu prevalentemente trasferimento di manodopera, qui fu un esperimento di ingegneria sociale che cambiò il volto del territorio, lo fece diventare polo produttivo di primaria importanza, lo inserì stabilmente nel corpo dello Stato, ponendo fine a tensioni e contese che erano rimaste vive per tutto l'Ottocento.

L'immissione graduale di lavoratori liberi in un sistema prima fondato sulla dualità padroni-schiavi rimescolò la società, ne iniziò la stratificazione in classi, pose le premesse per la sua successiva evoluzione capitalistica, stimolò spinte al cambiamento prima inesistenti, mettendo in moto il processo di industrializzazione. Va ricordato che nelle colonie era stata vietata la manodopera schiava, sia per non compromettere le finalità della politica migratoria, che mirava a trapiantare in Brasile il modello europeo, fondato sul lavoro libero, sia perché lo schiavismo suscitava negli europei ripugnanza e disgusto.²⁴ Nelle terre di colonizzazione, o dove furono dislocati gli immigrati, si svilupparono quindi il senso del rischio, lo spirito d'iniziativa, l'orgoglio della produzione manuale, la concorrenza, l'abitudine al confronto e a intendere la vita come sfida e non come destino. Atteggiamenti e sentimenti ben diversi da quelli del Brasile tradizionale. È questa nuova cultura importata dall'Europa che ha avviato la modernizzazione del Paese, con effetti che si irradiano dovunque. Varrà la pena di segnalare che anche il movimento dei *sem terra*, oggi probabilmente il più consistente movimento popolare di

²⁴ Decreto 3784 del 19.1.1867, art. 40: "Nelle colonie presenti e future è espressamente proibita, sotto qualsiasi forma, la presenza di schiavi. Ugualmente, non potranno stabilirvisi persone che possiedano schiavi" (L. Horn Iotti, org., *Imgração e colonização. Legislação de 1747-1915*, Educs, Caxias do Sul, 2001, p. 302). Si veda anche: L. Slomp Giron, *Presença africana na Serra Gaúcha. Subsídios*, Suliani, Porto Alegre, 2009.

massa, è nato nel Rio Grande ad opera di discendenti di italiani, così come la *serra gaúcha* è diventata un polo produttivo fra i più avanzati di tutta l'America Latina.

4. Questa, in sintesi, la storia degli italiani, per la maggior parte veneti e lombardi, trapiantatisi nella *serra* del Rio Grande. La riflessione storiografica e culturale su questa vicenda, esaurita la fase pionieristica dell'insediamento, è iniziata dopo il secondo conflitto mondiale, intrecciata con un'attenzione al fenomeno migratorio che si è venuta sviluppando anche in Italia, soprattutto dopo la nascita delle Regioni a statuto ordinario (1970). Sul versante italiano vanno ricordati i convegni e le pubblicazioni promossi dalla Fondazione Agnelli e le riviste "Altreitalie" e "Studi emigrazione", dei benemeriti padri scalabriniani, oltre a tanti studiosi che sarebbe troppo lungo elencare nominativamente. Nel Rio Grande, sulla scia degli studi di Thales De Azevedo, Louis De Boni e Rovilio Costa, si sono imposti nuclei di storici concentrati soprattutto nelle università di Passo Fundo (UPF), São Leopoldo (Unisinos), Porto Alegre (in particolare la Pontificia Università Cattolica, Pucrs), Caxias do Sul (UCS). In occasione del centenario dell'arrivo dei primi italiani, nel 1975, si svolse proprio a Caxias do Sul, probabilmente la città più attiva in questo genere di studi, il primo *Forum de Estudos Ítalo-Brasileiros*.²⁵ In quell'occasione furono chiaramente segnalati due limiti della storiografia coltivata fino ad allora: da un lato il tono spesso laudatorio, agiografico, autoreferenziale, dall'altro la sottovalutazione dei nessi che collegavano l'immigrazione con le scelte politiche e le trasformazioni del sistema economico e sociale brasiliano. Gli analoghi convegni svoltisi a Caxias negli anni successivi, anche con l'apporto di studiosi italiani e la partecipazione dell'Università di Padova, hanno preso perciò un'altra direzione. Il fattore migratorio è stato sottratto ai limiti dell'etnicismo microstorico proprio delle minoranze e inserito nel filone centrale della storia brasiliana, un paese che dopo il distacco dal Portogallo costruì la propria identità non giustapponendo l'eredità coloniale agli apporti successivi, ma fondendo le diverse culture in una mescolanza dalla quale è nato (o, sarebbe meglio dire, sta nascendo) il nuovo Brasile.

²⁵ *Imigração italiana. Estudos*, Porto Alegre, Est, 1979.

I contributi di questa nuova generazione di storici e di intellettuali stanno finalmente dimostrando che l'emigrazione europea e la colonizzazione – di cui quella italiana fu *magna pars* – non rappresentano una storia minore, “ai margini” della grande storia brasiliana, una sorta di versione americana di quella che in Italia chiamiamo storia locale, ma sono, al contrario, parte integrante e decisiva del processo di costruzione della nazione e dello Stato brasiliani nel XIX e XX secolo. Questo risveglio si accompagna al contemporaneo recupero della memoria delle Riduzioni, nel loro intreccio di apporti europei portati dai gesuiti e di indigenità espressa dai guaraní (il cosiddetto barocco gesuitico-guaraní).²⁶ Le due vicende, che pure non ebbero punti in comune se non la casuale contiguità geografica dei luoghi in cui accaddero, sono all'origine dell'identità del Rio Grande e di tutto il sud del Brasile, della sua diversità, che si sta lentamente fondendo con il resto del paese e ne sta trasformando la natura.²⁷

Emerge, insomma, la consapevolezza sempre più chiara che il Brasile moderno non è un paese monocentrico ma policentrico, alla cui costruzione contribuiscono tanto le componenti tradizionali quanto quelle indigene, tanto l'apporto lontano dei gesuiti quanto il contributo recente dall'emigrazione. Questo concetto è stato espresso con molta efficacia e consapevolezza culturale nel corso del convegno organizzato nel 2001 dall'Università di Passo Fundo, che ho già ricordato. Nel volume degli atti leggiamo un passaggio, giustamente e consapevolmente polemico, che mi sembra opportuno riprodurre: “Il Rio Grande do Sul possiede, storicamente, duecento anni di

²⁶ Bozidar D. Sustersic, *Arte Jesuítico-Guaraní y sus estilos*, Univesidad de Buenos Aires, Facultad de filosofia y letras, Buenos Aires, 2010.

²⁷ Oggi le riduzioni organizzate dai gesuiti fra gli indiani guaraní sono uno dei tempi più studiati dalla storiografia latino-americana, sia in lingua portoghese sia in lingua spagnola. Per parte portoghese mi limiterò a segnalare i *Simposios nacionais de estudos missioneiros* avviati dall'Università riograndese di Santa Rosa nel 1975. I relativi *Anais*, apparsi a cura della Facoltà di scienze e lettere della medesima Università tra il 1975 e il 1991, comprendono nove volumi: I: *A experiência reducional: os Guarani*; II: *Anais do II simpósio nacional de estudos missioneiros*; III: *As reduções na época dos sete povos*; IV: *A população missioneira. Fatores adversos e favoráveis as Reduções*; V: *O espaço missioneiro*; VI: *Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*; VII: *Cultura e sociedade*; VIII: *Trabalho e evangelização*; IX: *As missões depois da missão*. Questa iniziativa si è allargata alle *Jornadas internacionais sobre las Misiones Jesuíticas*, che si svolgono ad anni alterni in località scelte di volta in volta, dopo la prima edizione che ebbe luogo a Resistencia, in Argentina, nel 1982.

individualità propria all'interno della nazione brasiliana". Questa individualità, osservano gli storici di Passo Fundo, è ormai nota ma ancora poco percepita nella sua specificità, "soprattutto a causa della forza di una storia nazionale omologata ed egemonizzata da alcuni centri di potere storiografici, che tendono a fissarla negli eventi accaduti in Bahia (luogo di arrivo degli scopritori portoghesi), a São Paulo (dove Martin Alfonso de Souza iniziò la colonizzazione del territorio) e a Rio de Janeiro (la città più importante nella storia del paese), sottovalutando altri luoghi e differenti processi di costruzione dello spazio fisico-politico della nazione e dello stato brasiliani".²⁸

È dunque su questo sfondo storico-culturale, ben più complesso e interessante di quanto non sembri, che deve essere studiato e interpretato l'insediamento italiano nel Rio Grande do Sul. Un insediamento compatto, omogeneo, perfettamente delimitato dal punto di vista territoriale, che in un secolo e mezzo di vita non ha ancora perduto le caratteristiche originarie e il legame con le radici italiane, nonostante la disattenzione nei suoi confronti delle autorità politiche di Roma.

5. La questione migratoria – secondo un giudizio ormai consolidato – è uno dei problemi più complessi della storia italiana postunitaria. Le imponenti dimensioni dell'esodo verso l'estero, la molteplicità delle componenti sociali e delle spinte economiche, la varietà delle destinazioni, nonché la contraddittorietà delle valutazioni politiche, resero molto difficile tanto la sua interpretazione quanto l'adozione di interventi di disciplinamento. Di fronte alla fuga della popolazione rurale non fu facile trovare un equilibrio fra chi, fedele al principio liberistico, non avrebbe voluto porre alcun limite al diritto di emigrazione e chi invece desiderava frenarlo, per non sguarnire di manodopera le campagne, con un prevedibile rialzo del costo del lavoro. A ciò deve aggiungersi la contraddittoria e velleitaria politica coloniale, che provocò la disfatta di Adua nel 1896, illusa di poter dirottare verso le colonie d'Africa – prima l'Eritrea e poi la Libia – il flusso degli emigranti. A complicare il quadro intervenivano le frizioni tra intervento pubblico e iniziativa privata, le difficoltà create dai paesi di destinazione ad una politica di tutela degli emigranti da parte delle

²⁸ A. L. Setti Reckziegel e L. Otero Felix, *RS 200 Anos. Definindo espaços na história nacional*, cit, p. 13.

autorità italiane e certe diffidenze laiche nei confronti delle iniziative di patronato poste in atto da autorità ecclesiastiche, in particolare dai vescovi Giovanni Battista Scalabrini e Geremia Bonomelli. La complessità del problema, a lungo rimosso, si riflette oggi nella storiografia, che cerca con fatica di fornire convincenti quadri interpretativi di un fenomeno “di confine, sul limite di storie nazionali diverse”, di metodologie di indagine eterogenee, di ragioni culturali e di spinte, anche emotive, le più varie.²⁹

La politica governativa italiana fu perciò carente, episodica, disattenta alle situazioni locali. Il flusso verso l'estero fu abbandonato a se stesso, senza regole né protezioni, nonostante le denunce apparse anche in pubblicazioni del Ministero degli Esteri. Merita di essere letta la pagina impressionante che segue, ricavata da un rapporto pubblicato sulla rivista ufficiale del Mae e riferita all'emigrazione in Brasile nel biennio 1878-79, forse proprio alle colonie del Rio Grande, anche se queste non sono nominate:³⁰

È doloroso, è orribile il seguire gl'infelici emigranti [diretti in Brasile] sul loro Calvario; vederli inebriati dalle rosee menzogne, dai raggiri degli arruolatori – offrire a qualunque prezzo il campicello paterno e le poche lor robe per mettere insieme il valore di una senseria o di un viaggio già strapagati; vederli poi, giacenti colle famiglie sul lastrico di Marsiglia o di Genova pel protratto imbarco, obbligati ad accontentarsi, in luogo del promesso piroscampo, di un pigro veliere, per arrivare, dopo una lunga peregrinazione, pigiati come zavorra, nudriti di biscotto avariato, vittime qualche volta di un capitano crudele, senza forze, sfigurati, al porto di destinazione. E là nuovi guai. Ricevuti dall'Ispettore di immigrazione, che se ne impadronisce come di una cosa propria, sottraendoli gelosamente ai Rappresentanti della lor patria, sono spinti per carovane in solitudini che debbono conquistare palmo a palmo, disboscandole e sostenendo una disperata lotta con un terreno che mal riceve le nostre sementi e mal si piega alle nostre colture, in mezzo ad un clima da modificarsi, sotto la torrida sferza del sole e il tormento degli insetti, qua forzati ad un lavoro assiduo e regolamentare, in balia di direttori assuefatti a

²⁹ Emilio Franzina, *Conclusioni*, in *Storia dell'emigrazione italiana. Partenze*, cit., p. 601ss.

³⁰ *L'emigrazione italiana nel biennio 1877-78 secondo la corrispondenza diplomatica e consolare del R. Ministero per gli Affari Esteri*, “Bollettino consolare”, volume XV – Parte I, p. 7-8.

comandare a schiavi; là estenuati dall'impaludismo, assediati dalla febbre gialla o dal tifo, oppure costretti, pel frodolento ritardo nella distribuzione de' viveri, a cibarsi di radici selvagge, e dei frutti del pino silvestre; per lo più impotenti a far pervenire le loro querele alla Regia Legazione e al Governo locale; in ogni dove nella terribile condizione di chi non può vivere più, e non vuole morire.

La conclusione del rapporto era perentoria: "Si fa sempre più viva la necessità di una legge completa sulla nostra emigrazione, che senza né impedirla né favorirla, giovi energicamente a proteggerla".³¹ Il risultato, invece, fu più che deludente: solo dieci anni dopo fu varata la legge n. 5866 del 30 dicembre 1888, la prima legge in materia. Un provvedimento tardivo e, oltre tutto, privo di efficacia, perché propose quasi soltanto norme di polizia tendenti a reprimere gli abusi ai danni degli emigranti, ma non previdenze a loro favore. Solo nel 1901 (legge n. 23 del 31 gennaio, con regolamento attuativo emanato il 10 luglio) l'Italia si dotò di una normativa organica a favore dell'emigrazione, con prescrizioni precise e dettagliate tese a tutelare i propri cittadini che sceglievano di trasferirsi all'estero: controlli pubblici sulle compagnie di navigazione autorizzate a trasportarli, presenza a bordo di medici militari, commissioni ispettive nei porti di imbarco e nei comuni di partenza, commissari viaggianti incaricati di ispezionare in loco le condizioni degli emigranti. Il tutto sotto il controllo di un organismo apposito, il Commissariato generale per l'emigrazione (Cge) – una sorta di ministero – affiancato da un Consiglio dell'emigrazione e con la supervisione di una Commissione parlamentare. La legge produsse anche la nascita del "Bollettino dell'emigrazione", sul quale sono apparse la maggior parte delle relazioni qui di seguito riprodotte. Qualche anno dopo, inoltre, la rete consolare fu potenziata con personale specificamente addetto alla tutela degli interessi degli italiani emigrati. Era una svolta, che finalmente portava in primo piano la questione migratoria e segnava la nascita di una vera e propria diplomazia sociale al servizio degli italiani all'estero.³²

Purtroppo, però, la legge giunse tardi, quando la maggiore ondata migratoria era già uscita dai nostri confini in condizioni di pressoché

³¹ Ivi, p. 35.

³² Si vedano gli atti del seminario "La diplomazia sociale", in *La formazione della diplomazia italiana 1861-1915*, a cura di L. Pilotti, Franco Angeli, Milano, 1989, p. 691ss.

totale anarchia. Inoltre il personale a disposizione del Cge fu sempre insufficiente rispetto alle necessità.³³ Fino al 1905 vi fu un solo commissario viaggiante in servizio, Adolfo Rossi, che compì importanti missioni presso gli italiani trapiantatisi a San Paolo, in Sud Africa e negli Stati Uniti. La sua ispezione a San Paolo produsse il decreto del Ministro degli esteri Giulio Prinetti (26 marzo 1902) che revocò la facoltà prima concessa al Brasile di importare a proprie spese contadini italiani.³⁴ Il decreto pose fine alla causa principale degli abusi di cui erano stati vittime i nostri connazionali e provocò una continua diminuzione del flusso migratorio diretto in Brasile, ma lasciò sostanzialmente irrisolta l'esigenza della protezione di chi vi era già stabilito, come riconosceva la relazione al Parlamento sullo stato della nostra emigrazione datata 25 giugno 1905: "Il problema della tutela dei nostri in Brasile - vi si legge - rimane della maggiore importanza, sia per la misera condizione di tanta parte degli emigrati italiani, sia pel gran numero di loro".³⁵

Il personale in servizio nel consolato italiano di Porto Alegre³⁶ sollecitò ripetutamente l'adozione di misure concrete a favore delle colonie del Rio Grande, ma non ottenne mai ascolto. Nel 1899 fece notare la necessità di istituire una linea diretta di navigazione fra Genova e Porto Alegre per favorire i "nostri scambi commerciali con questa ricca regione, dove il consumo dei nostri prodotti non è in proporzione col numero degli italiani. Disgraziatamente però - faceva notare Pietro Antonelli, autore dell'inchiesta - l'Italia non è il paese delle iniziative".³⁷ Cinque anni dopo si tornava sulla medesima

³³ L'organico del personale a disposizione del Cge, anno per anno, in *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione (1901-1919)*, cit., p. 21-30.

³⁴ G. Romanato, *L'Italia della vergogna nelle cronache di Adolfo Rossi*, Regione del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2010. Il libro pubblica il testo completo della relazione di Rossi sulla sua ispezione a San Paolo (p. 49-137).

³⁵ *Relazione della Commissione parlamentare di vigilanza sul Fondo per l'emigrazione, presentata dal Ministro degli affari esteri alla Camera dei Deputati il 25 giugno 1904, relatore l'on. Edoardo Pantano*, "Bollettino dell'emigrazione", 1904, n. 11, p. 9ss, la citazione a p. 32.

³⁶ Nell'arco di tempo qui considerato l'Italia ebbe un consolato a Porto Alegre e, per periodi più brevi, due vice consolati a Pelotas (1888-1891) e a Bento Gonçalves (1894-1903). Vi operarono venti persone, tra consoli e viceconsoli, che occuparono le rispettive sedi, mediamente, per meno di due anni ciascuno. Fa eccezione Giovanni Battista Beverini, che rimase a Porto Alegre per nove anni, dal 1908 al 1917.

³⁷ Rapporto del conte Pietro Antonelli, maggio 1899, vedi supra. Pietro Antonelli (1853-1901), dal 1897 ministro plenipotenziario a Rio de Janeiro, nipote del cardinale Giacomo Antonelli, segretario di Stato di Pio IX, fu il diplomatico italiano di grado più elevato che visitò le colonie italiane del Rio Grande (Università di Lecce, *La formazione*

lamentela: “Riguardo all’esportazione per i paesi esteri, l’Italia, nella statistica del 1902, figura purtroppo per l’ultima. Ma questo stato di cose cambierà se il R. Governo farà iniziare la tanto desiderata linea di navigazione fra l’Italia e il Rio Grande”.³⁸ E pochi anni dopo leggiamo che “non si capisce come mai l’Italia, che ha pure tanti suoi figli in questo Stato, non abbia ancora col Brasile il servizio di vaglia internazionali, mentre gli uffici postali di questo Stato emettono vaglia postali per qualunque paese d’Europa”.³⁹ Per rimediare poi allo scarso livello di istruzione dei coloni, soprattutto se confrontata con quella dei tedeschi, il console Enrico Ciapelli scriveva che “gioverebbe istituire delle scuole italiane, mandandovi dall’Italia maestri onesti e capaci, ai quali si potrebbero affidare anche le funzioni di agenti consolari, provvedendo in tal modo anche alla tutela dei connazionali, oltre che alla loro istruzione”.⁴⁰ Con espressioni ben più severe si espresse in quegli stessi anni un osservatore del tutto imparziale, Vittorio Buccelli. Politico (fu per una quindicina d’anni deputato al Parlamento italiano) e uomo di cultura di ampie vedute, questi nel 1905 compì un lungo viaggio nel Rio Grande, visitandone quasi palmo a palmo l’intero territorio. Al ritorno in Italia pubblicò un libro che rappresenta probabilmente la più attenta descrizione di questo stato e della condizione delle colonie italiane apparsa in quegli anni.⁴¹ Un libro (purtroppo mai tradotto in portoghese) che dovrebbe essere letto contestualmente alle relazioni riprodotte nelle pagine che seguono. Ebbene, i suoi giudizi sul disinteresse italiano per la comunità di connazionali che vi risiedevano – un esempio, scrive, perfettamente riuscito di trapianto di popolazione da un continente ad un altro – sono impietosi.⁴²

della diplomazia nazionale (1861-1915). Repertorio bio-bibliografico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1987, ad vocem).

³⁸ Rapporto di Luigi Petrocchi, agente consolare a Bento Gonçalves, gennaio 1904, vedi *ultra*.

³⁹ Rapporto di Umberto Ancarani, 1905, vedi *ultra*.

⁴⁰ Rapporto di Enrico Ciapelli, 1905, vedi *ultra*.

⁴¹ V. Buccelli, *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, Casa Editrice Pallesstrini, Milano, 1906. Su Buccelli: G. Romanato, *Rio Grande do Sul e dintorni nel giudizio di esploratori, antropologi e viaggiatori italiani*, in V.B. Merlotti Herédia e R. Radünz (org.), *História e Imigração*, Educs, Caxias do Sul, 2011, p. 209-214.

⁴² *Ivi*, p. 219.

Non erano mancati, dunque, gli appelli, anche accorati, ad intervenire con misure di sostegno alle colonie. Ma questi appelli erano sempre rimasti inascoltati. Negli anni successivi la situazione non migliorò, per cui non deve stupire quanto scrive Luigi Arduini, console a Porto Alegre dopo la Prima guerra mondiale, nel volume celebrativo del primo cinquantenario della presenza italiana nel Rio Grande, pubblicato nel 1925. Nelle sue parole – scrive quando in Italia si era ormai installato al potere Benito Mussolini – è evidente la volontà di contrapporre anche in materia di politica estera l’attivismo fascista all’inerzia dei governi liberali. Ma non si può non concordare con lui quando fa notare “l’abbandono in cui per anni e anni questa grande collettività fu lasciata” dalle “patrie Autorità”, le quali, immaginando il Brasile, non andavano oltre San Paolo e le grandi aziende pauliste, trascurando gli altri insediamenti italiani.⁴³

6. È dentro questo quadro complessivo che vanno inquadrare le relazioni che consoli e agenti consolari scrissero dopo le loro visite alle colonie del Rio Grande, dove non giunsero mai gli ispettori previsti nell’organico del Cge. L’ispezione di Adolfo Rossi, prima ricordata, si era limitata alla zona di San Paolo, senza toccare il Rio Grande. La documentazione qui pubblicata è già nota – benché non nella sua interezza – agli studiosi dell’emigrazione, sia brasiliani sia italiani. Due pregevoli studi di Luiza Horn Iotti hanno analizzato e sintetizzato queste relazioni, fornendone l’elenco completo, corredato da un’analitica descrizione della carriera consolare italiana e dalle funzioni delegate ai consoli nell’ambito della pubblica amministrazione del Regno d’Italia. Inoltre la medesima studiosa, ha fornito le note biografiche complete sul personale consolare in servizio a Porto Alegre fino al 1914⁴⁴ – al quale si deve la stesura di dette relazioni – trascrivendole dagli studi italiani al riguardo.⁴⁵ Senza perciò ripetere

⁴³ *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul. 1875-1925. La cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*, Porto Alegre, 2000 (riproduzione anastatica dell’edizione del 1925), p. 25-32.

⁴⁴ L. Horn Iotti, *O olhar do poder. A imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914 através dos relatórios consulares*, Educus, Caxias do Sul, 1996 (l’elenco delle relazioni a p. 85, il quadro cronologico-biografico di consoli e agenti consolari italiani alle p. 127-164); L. Horn Iotti, *Imigração e poder. A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*, Educus, Caxias do Sul, 2010, p. 89-143.

⁴⁵ I dati biografici sul personale consolare italiano nel Rio Grande do Sul sono contenuti in Università di Lecce, *La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915). Repertorio bio-bibliografico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri*, cit.,

quanto anche gli storici brasiliani possono agevolmente reperire in questi due volumi, noi abbiamo creduto fosse utile proporre le relazioni dei consoli nella loro interezza e nella successione cronologica. La loro importanza è duplice. Da un lato costituiscono una fonte preziosa e di prima mano sulla nascita del Rio Grande do Sul e sul suo processo di sviluppo negli anni cruciali della grande emigrazione italiana verso il Brasile. Dall'altro sono la testimonianza delle difficoltà, delle incertezze e delle inadempienze – l'espressione non sembri eccessiva – della politica italiana in materia di emigrazione.

Con un'ultima avvertenza, che va tenuta presente per non chiedere alla fonte più di quanto possa dare: gli autori di queste relazioni erano funzionari italiani, non brasiliani. Essi perciò esprimono un punto di vista sostanzialmente "esterno" al paese che descrivono. Rispecchiano la visione che si aveva in Italia, nelle sfere governative, della questione migratoria. E rispecchiano anche i loro pregiudizi di classe: provenivano quasi tutti, come la maggior parte del personale diplomatico italiano ottocentesco, dalle classi sociali medio alte e nobiliari della penisola, esprimevano cioè proprio quel segmento della società italiana – i grandi possidenti terrieri – dalla cui rapacità gli emigranti erano fuggiti rifugiandosi in America.⁴⁶ Ma pur con questi limiti (nessuna fonte è neutra e obiettiva) essi hanno fornito un ritratto della colonizzazione italiana del Rio Grande e dello sviluppo umano, sociale, economico e infrastrutturale di questo Stato che oggi gli studiosi – italiani e brasiliani – non possono trascurare.

Gianpaolo Romanato
Università di Padova (Italia)
Agosto 2016

ad vocem. L'elenco nominativo dei consoli italiani nel Rio Grande do Sul si trova in *La rete consolare nel periodo crispino (1886-1891)*, a cura di M. Cacioli, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1988, p. 73, e in *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione (1901-1919)*, a cura di F. Grispo, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1986, p. 54-55. Uno studio complessivo sulla formazione e organizzazione della diplomazia italiana (carriere, provenienza e origine familiare del personale, rappresentatività sociale), in Università di Lecce, *La formazione della diplomazia nazionale (1866-1915). Indagine statistica*, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1986.

⁴⁶ Iotti, *Imigração e poder*, op. cit., p. 95-104.

TOMO I

BOLLETTINO CONSOLARE

PUBBLICATO PER CURA

DEL

MINISTERO PER GLI AFFARI ESTERI

DI S. M.

IL RE D' ITALIA

Volume XV. — Parte I.

ROMA

LIBRERIA DEI FRATELLI BOCCA

Corso 216.

L'EMIGRAZIONE ITALIANA NEL BIENNIO 1877-78

SECONDO LA CORRISPONDENZA DIPLOMATICA E CONSOLARE

DEL R. MINISTERO PER GLI AFFARI ESTERI

(Divisione Commerciale)

Facciamo uso della solita terminologia, distinguendo l'emigrazione in *temporanea*, ossia quella di braccianti che a date stagioni dell'anno si recano in cerca di lavoro nei paesi finitimi per poi rincasare a stagione compiuta, emigrazione per così dire tradizionale nelle classi lavoratrici di talune provincie, massime di frontiera; e *permanente*, qual è in generale la transatlantica, in cui l'emigrato va a trapiantarsi sul suolo straniero o per sempre o per un tempo indeterminato, tanto da dare luogo ad una vera espatriazione. E, per lo più, la prima è composta di maschi soli e operai, l'altra di agricoltori e famiglie.

EMIGRAZIONE TEMPORANEA

Come in addietro, le sue principali correnti si sono volte alla Svizzera, alla Germania, all'Ungheria, e con maggior impeto e ampiezza nell'Algeria. Si volsero anche alla Bosnia, ivi attratte dalle edificazioni militari, alla Tunisia, ed anche alla Bulgaria e Romania. Ma, se diverse le mete, fu la sorte una sola — ci duole dirlo — tristissima.

E già, fin dal primo trimestre 1877, il R. Governo aveva, nell'interesse degli emigrandi, preavvisate le autorità dell'intera amministrazione, come lo stato economico di quelle contrade, non solo non comportasse un aumento sul numero degli operai che vi si trovavano già, ma minacciasse di metterne in libertà una parte non lieve. Infatti, in Germania, per le diffi-

cili condizioni in cui versavano le industrie del ferro e delle miniere di carbone, molti intraprenditori si eran veduti costretti a licenziare il soverchio dei loro operai, incominciando naturalmente dagli stranieri; e in Baviera si era intanto sospesa l'esecuzione di progettate strade di ferro, e così s'era fatto in Svizzera, mentre in Ungheria finite le grandi opere che nel 1875 avevano chiamato colà con fondata speranza di lucro tante braccia operose e qualche mano rapace, non rimanevano a compiersi che pochi lavori di secondaria importanza. Malgrado ciò e malgrado gli avvertimenti e le esortazioni del patrio Governo, diffuse nelle più riposte parti del Regno per opera dei Prefetti, dei Sindaci e della stampa quotidiana, e quel ch'è più, malgrado la stessa individuale esperienza degli emigranti raccolta a carissimo prezzo nell'anno antecedente, in questo biennio, l'emigrazione periodica si manifestò colla intensità consueta (1). Drappelli di contadini e operai, alle solite stagioni, varcarono le facili frontiere verso paesi già saturi di lavoratori. Ben presto se ne videro a Lugano, donde procedevano confidenti diretti al Gottardo incontro ad altri drappelli che ne tornavano laceri ed affamati; se ne videro a Basilea, provenienti mezzo disingannati di Francia, e a Monaco di Baviera provenienti d'Austria e di Svizzera, disillusi del tutto; se ne videro a Serajevo, dove pur era qualche bisogno di braccia, imprecaando allo scarso salario e all'alto prezzo dei viveri, e a Colonia, affollati a quel Consolato, chiedendo soccorso; se ne segnalavano infine a Buda-Pest, trapassando a torme alla volta di Bulgaria e Romania in cerca di lavori ipotetici, mentre a torme ne tornavano di colà, fuggenti la fame e le epidemie, abituale strascico della guerra, e fuggenti insieme il solo lavoro che loro si offrisse, quello di seppellire cadaveri.

Dove però i mali che porta il rigurgito di operai quando il lavoro manca, apparvero in tutta la lor crudeltà, fu in Algeria. Sedotti dalle splendide promesse d'appaltatori, ai quali giovava di mantenere, perchè le mercedi scemassero, una concorrenza di braccia, invitati dalla non lontananza dei luoghi e dal nes-

(1)		Maschi	Femmine
	Anno 1876	— 81,919	7,096
	> 1877	— 71,790	6,306
1° semestre	> 1878	— 48,081	3,641.

sun obbligo di passaporto per gli stati francesi, moltissimi incauti, vendute perfino le lor masserizie, per procurarsi il prezzo della traversata che promettevasi loro a 22 lire, imbarcaronsi per l'Algeria, non d'altro provvisti che di speranza. E inutilmente, anche qui, le Autorità nazionali fecero quant'era in loro potere per dissuaderli, e inutilmente il Console Generale e la Società di beneficenza a Marsiglia (chè in quella città avvengono tali imbarchi) cercarono di diffidarli con pubblicazioni e consigli. Non vapore o veliere che toccasse i porti algerini, senza mettere a terra squadre di nuovi braccianti. Ma il disinganno giungeva presto ed atroce. Quelli immensi lavori metallurgici, salubriferi, ferroviari — disseccamenti di laghi, strade, dissodamenti di lande — tanto magnificati dalle anonime Circolari sparse in Italia, o erano ancora in disegno, o erano stati interrotti o già avevano assorbita la quantità di operai necessaria. Per quanto si adoperassero, i Consoli non potevano se non collocare qualche rado emigrato. Gli altri ramangono ancora di provincia in provincia, a bande, elemosinando, o ingombrano della loro miseria il lastrico delle città. Corpi già debellati dalla fame, non han più difesa contro i veleni del clima. Mentre intorno ai cantieri, operai disoccupati girano spiando che qualcheduno fra chi lavora, sopraffatto da una fatica che non è riparata da bastevole cibo, abbandoni il suo posto, per impossessarsene, altri abbrividendo di febbre alle porte dei già zeppi ospedali, aspettano che la morte vuoti per loro un giaciglio. E intanto la stampa algerina accusa l'Italia di sbarazzarsi in tale maniera de' propri accattoni; si tumultua nelle anticamere de' Consolati, alle grida di pane e rimpatrio: s'ingiuriano, si minacciano della vita i nostri rappresentanti cui la legge impedisce di accordare quanto suggerirebbe il cuore; la pubblica forza è spesso costretta d'intervenire, e la prigione salva talora dal morire di fame.

Nè la tragedia, mentre scriviamo, è finita.

Or concludendo questi fuggevoli cenni sulla temporanea emigrazione nel trascorso biennio, se la causa di essa fu, come sempre, il bisogno del meglio, unito per lo più all'abitudine, la vera cagione del suo accrescimento può ravvisarsi in quelli stessi grandi lavori che intrapresi da vari Stati, or fa pochi anni, migliorarono effettivamente la sorte di molti fra i nostri emigrati. Ma, compiuta da un lato la maggior parte di questi la-

vorì, nè iniziandosene nuovi per la crisi economica che travolse tutta l'Europa, e le cui ferite non sono ancor chiuse, e dall'altro aumentandosi il numero degli operai emigranti a ciò lusingati dall'esempio dei *beati primi*, ne venne quell'immenso squilibrio fra la domanda di lavoro e l'offerta, quella iliade di guai che rese impotente il soccorso e fà parer lievi le più profonde espressioni della pietà.

EMIGRAZIONE PERMANENTE

Di questa, nel biennio di cui trattiamo, la *transatlantica* venne attirata come nell'anno antecedente al Brasile, al Guatemala, alla Venezuela, e continuò assai diminuita, agli Stati Uniti del Nord e pareggiata quasi da quelli che rimpatriavano all'Uruguay e alla Plata; la *transoceanica* si volse più numerosa che non per lo innanzi all'Australia e segnatamente alla Nuova Zelanda (1).

Brasile

Per la sua importanza numerica e per la grandezza de' mali sofferti, la corrente dell'emigrazione italiana al Brasile, richiede prima d'ogni altra la nostra attenzione. È noto come il Brasile fin dal 1851, decretata l'abolizione della schiavitù, cercasse di supplire al bisogno di braccia, promovendo una immigrazione cosmopolita; ed è noto altresì, come i suoi sforzi non sortissero per molti anni l'effetto desiderato, perchè l'emigrante, finchè è lasciato al suo istinto, preferisce una nuova società che lo accoglie da eguale ad una che lo tratta da lavoratore ausiliario. I mali che hanno colpito cotesta emigrazione hanno

(1) La cifra totale, come appare dalle partenze del Regno, sarebbe:

	Maschi	Femmine
Anno 1877 —	13409	7,078
1° semestre » 1878 —	5969	3,101

Cf. Anno 1876 in cui partirono maschi 13,268; femmine 6,488.

la loro prima radice nel decreto del Governo brasiliano de' 19 gennaio 1867, che è una serie di promesse troppo attraenti per essere suscettibili di piena esecuzione, e la loro prossima causa, nel colossale contratto fra l'Amministrazione Imperiale e un certo agente che si obbligava a fornire 100,000 coloni; contratto il quale ci prova la somma imprudenza di chi lo firmava senza avere, nè tempo, nè mezzi, per provvedere al ricevimento delle persone da importarsi (1). E intorno a tale contratto e ad altri minori, si formò presto uno sciame di speculatori che si propagò per tutta Europa, principalmente in Italia, coi nomi di agenti e sottoagenti, sedicentisi autorizzati, ufficiali o semiofficiali, dividendosi il premio del Governo Imperiale e servendosi del suo credito e nome per viemeglio ingannare. È doloroso, è orribile il seguire gl'infelici emigranti sul loro Calvario; vederli inebriati dalle rosee menzogne, dai raggi degli arrolatori — offrire a qualunque prezzo il campicello paterno e le poche lor robe per mettere insieme il valore di una senseria o di un viaggio già strapagati; vederli poi, giacenti colle famiglie sul lastrico di Marsiglia o di Genova pel protratto imbarco, obbligati ad accontentarsi, in luogo del promesso piroscalo, di un pigro veliere, per arrivare dopo una lunga peregrinazione, pigiati come zavorra, nudriti di biscotto avariato, vittime qualche volta di un capitano crudele, senza forze, quasi sfigurati, al porto di destinazione. E là nuovi guai. Ricevuti dall'Ispettore di immigrazione, che se ne impadronisce come di cosa propria, sottraendoli gelosamente ai Rappresentanti della lor patria, sono spinti per carovane in solitudini che debbono conquistare palmo a palmo, diboscandole, e sostenendo una disperata lotta, con un terreno che mal riceve le nostre sementi e mal si piega alle nostre colture; in mezzo a un clima *da modificarsi*, sotto la torrida sferza del sole e il tormento degli insetti, qua forzati a un lavoro assiduo e regolamentare, in balia di direttori assuefatti a comandare a schiavi; là, estenuati dall'impaludismo, assediati dalla febbre

(1) Difatti, la spesa annua cui diede luogo tale contratto fu di 4,200 *contos* (lire 10,500,000) mentre la somma collocata era appena di *contos* 1800 (lire 4,500,000). Al che si provvide in principio con uno storno di fondi, facendo lavorare i coloni in opere pubbliche, pagandoli come lavoranti e non come coloni.

gialla o dal tifo, oppure costretti, pel frodolento ritardo nella distribuzione de' viveri, a cibarsi di radici selvaggie, e dei frutti del pino silvestre; per lo più impotenti a far pervenire le loro querele alla R. Legazione e al Governo locale; in ogni dove nella terribile condizione di chi non può vivere più, e non vuole morire.

E qui ameremmo di porre l'esatto numero degli italiani che, nel biennio di cui parliamo, andarono a scontare in Brasile la loro credulità, ma finora non sono giunte a nostra notizia se non le cifre dell'anno 1877. Desumendo queste da un giornale del luogo (*O Cruzeiro*) troviamo che sul totale di 27,192 immigrati, gli italiani toccavano il numero di 12,842, ossia:

arrivati nel porto di Rio Janeiro	6,988
arrivati in altri porti dell'Impero	5,854
	12,842

fra i quali si contavano 2,693 famiglie e 581 scapoli, provenienti quest'ultimi, la maggior parte, da Buenos Ayres (1).

E aggiunge lo stesso giornale, che gli scapoli avevano preferito di rimanere nelle città, mentre le famiglie erano state ripartite fra le colonie dello Stato, portando di tale maniera il contingente italiano per ciascuna colonia alle seguenti cifre:

(1) In complesso, nella immigrazione generale al Brasile del 1877, la nazionalità italiana è entrata quasi per la metà, come risulta dal seguente specchio:

Immigrati in Brasile nel 1877								
Italiani	Portoghesi	Russo Alemanni	Austriaci	Alemanni	Francesi	Chinesi	Svizzeri	Diversi
12,842	7,765	1,915	1,387	2,010	283	193	62	735
TOTALE 27,192								

Porto Reale . . . (provincia di Rio de Janeiro)	circa	600
Gloria e Sant'Anna	» di S. Paolo)	» 800
Itajahy.	» di S. Caterina)	» 4,000
Morretes	» di Paraná)	» 4,000
Alexandra	» di Rio Grande)	» 700
Caxias	»	» 3,000
Conde d'Eu	»	» 3,500
		16,600

Come si disse, tutte le suaccennate colonie (dall' Alessandria all'infuori che poi lo divenne) erano e sono governative. Sostituita alla colonizzazione privata che aveva dato non buona prova al Brasile, non già pel suo irriprovevole fondamento della *mezzadria*, ma per la poca scrupolosità con cui gli obblighi che questa apporta venivano rispettati dai contraenti, la colonizzazione dello Stato ebbe esito peggiore assai. Infatti, se al primo sistema mancava la condizione della proprietà, vivendovi anzi il mezzadro in uno stato d'instinguibile debito, nel secondo mancava affatto quella della libertà, due condizioni che sono lo spirito vivificatore d'ogni colonizzazione. E davvero, dove trovare il requisito della libertà, se il Regolamento imprimeva al lavoro una forma disciplinare, proibendo, ad esempio, al colono di dilungarsi dalla colonia senza il permesso del direttore ed esponendolo inerme ai soprusi di questi, non rattenuto dal lontano controllo del Governatore della Provincia? Certo il Governo brasiliano doveva essere animato dalle migliori intenzioni al riguardo degli immigranti, chè altrimenti non avrebbe erogato per essi somme sì ingenti; ma bisogna anche dire che egli fosse pur male servito dai propri impiegati. Chi volesse fare la storia delle disonestà, degli arbitrî, degli errori di molti fra gli alti e bassi ufficiali delle Colonie, colmerebbe volumi. Aggiungi che, sempre per quell'improvvido Regolamento del 1867, i sei mesi, durante i quali dovevano gli immigrati essere gratuitamente provveduti di vettovalie, si computavano non già dal preso possesso dei terreni lor destinati, dalle costruite capanne, dalla prima messe, ma dall'entrata nel deposito di colonizzazione, dov'erano spesso costretti a rimanere mesi nell'ozio, finchè gli ingegneri governativi avessero compiute le misurazioni dei lotti; aggiungi i ritardi nella consegna delle sementi e degli istrumenti ru-

rali, e la siccità e i raccolti, che in quella sovrabbondanza di vegetazione riuscivano solitamente tanto meschini che il grano turco dava un terzo, e i fagioli due terzi meno che non in Italia; aggiungi il costo della macinatura che era in talune località di 5 lire per libbre 80 di farina, e la lontananza delle colonie dai centri di smercio e dagli sbocchi, ed anche l'indugio nei pagamenti dovuti pei lavori stradali a conto dello Stato, fatti dai coloni non come tali - poi, se ne cavino le conseguenze. Donde il prezzo eccessivo delle derrate alimentari, che in qualche luogo, come a Campos dos Bugres, raggiunse per la farina la somma di 100 lire al quintale, pel riso di soldi 25 e pel grasso di soldi 60 il chilogramma: donde la fame e le tumultuose domande di pane, alle quali si rispondeva talora, come nella Colonia Caxias, coll'invio di cento soldati da mantenere, e la soldatesca licenza e le rappresaglie e le punizioni atroci, mentre taluni, fra gli agenti stessi, scusavansi delle lor piattonate di sciabola e de' colpi di rivoltella, col dire, per mezzo di una compiacente stampa, che l'emigrazione italiana abbondava di cattivi soggetti.

Nè noi vogliamo negare che di costoro non ne venisse al Brasile oltre la giusta misura. Gli ingordi sensali avean badato più al numero che alla qualità. Pur di ottenere il guadagno assicurato dal testo dei loro contratti, non s'erano fatto scrupolo d'inviare a una impresa che avrebbe spossato la volontà più ostinata e il più pertinace lavoro, non solo intere famiglie composte di donne e fanciulli, di vecchi, d'imbelli d'animo o di corpo, ma vagabondi e infingardi e riottosi. Sta però sempre che la generalità fosse buona. Il colono italiano, a condizioni normali, non è secondo a nessuno per laboriosità, sobrietà, onestà.

Ma a far conoscere meglio le vicende di questi nostri emigrati, le partiremo in due stadi.

Nel primo regna il colossale contratto di cui dicemmo e gli altri minori, e per essi l'Amministrazione Imperiale d'allora promove potentemente l'emigrazione europea. Intanto, tutti i mali che abbiamo enumerato, sono nel loro pieno sviluppo, le colonie rovinano (e fra le colonie va ancor rammentata la privata *Alessandra*, concessa a persona non prima conosciuta, che disegnava di popolarla di un largo numero di coltivatori per cederla poi con una grossa indennità allo Stato); intanto, gli affamati italiani della provincia di Rio Grande do Sul scendono

per ben tre volte a Porto Alegre a protestare al Consolato d'Italia; intanto pubblicazioni che palpitano di verità, lo scrittore delle quali fu spesso la vittima dei mali che narra, commovono la pubblica opinione al di quà e al di là dell'Atlantico. Vero è bene, che alle vivissime rimostranze del nostro Incaricato d'affari, il Ministero Imperiale acconsente di provvedere e di far sospendere gli invii di nuovi coloni; senonchè l'effetto di tale misura non può non essere diametralmente all'opposto di quanto gli ingenui si promettevano. Gli ingaggiatori, forti dei loro regolari contratti, non solo non danno ascolto ad una semplice raccomandazione contraria ai loro interessi, ma accortisi che il Brasile si va ritirando dall'intrapresa, ne affrettano il compimento, imbarcando emigranti quanto più possono. Prova ne sia, che due o tre mesi dopo la raccomandazione, altri 3,000 coloni sono sbarcati in Brasile.

Il secondo periodo è quello invece del miglioramento. Noi lo troviamo segnato da due fatti egualmente propizi alle colonie; l'uno il mutato indirizzo nell'amministrazione brasiliana; l'altro l'arrivo a Rio de Janeiro del ministro plenipotenziario conte Fè, munito di precise e stringenti istruzioni del regio governo. E allora vediamo, da un lato la Legazione Reale rinnovare con maggiore insistenza e validità le sue sollecitazioni a prò de' nostri emigrati, dall'altro il Governo imperiale, con una lealtà che l'onora, riconoscere che il sistema sino allora seguito per dar valore ai propri terreni non giova nè al credito suo nè alle finanze. Fu data opera dunque ai rimedi; e come il primo fra essi era di opporsi alla continuazione del male, si decretò nel maggio del 1878 la sospensione *effettiva* del contratto che già conosciamo. Impedita così la venuta di nuovi infelici cui sovvenire, restò meno difficile di migliorare la condizione di quelli arrivati antecedentemente. E a ciò si provvide col destituire anzitutto que' direttori e amministratori delle colonie, incolpati degli abusi più gravi, e le dimissioni di altri che tosto si succedettero per evitare la destituzione, agevolarono l'opera riparatrice. Si soddisfecero quindi gli arretrati dovuti ai coloni pei vari lavori non coloniali fatti a pro' dello Stato — lavori che già s'era tentato di mettere a fascio cogli altri obbligatori degli stessi — e i pagamenti oltrepassarono il milione di franchi; fu offerta alla Legazione italiana la massima facilità per fare accogliere negli ospedali i bisognosi e gl'infermi; si concedettero anzi rimpatri

a spese dello Stato alle vedove e agli orfani; si regolò la posizione della colonia *Alessandra*, facendola, mediante acquisto, governativa; s'iniziò infine una inchiesta sulla immigrazione ufficiale, deputando commissioni sui luoghi, e prendendo in esame sincero gl'infiniti reclami che s'erano inutilmente accumulati nei pubblici uffici ed in quelli della Legazione italiana. Apparvero allora alla luce frodi immense, enormi. Ne citeremo una sola: i passaggi pagati in doppio agli agenti di emigrazione dal Governo Imperiale e dagli emigrati, arrivano al mezzo milione di franchi.

Argentina

Da molti anni il superbo bacino della Plata è il favorito convegno della emigrazione europea e della italiana in ispecie. Le cause di questo fatto le potremmo trovare nella sollecitudine che ha sempre posto il Governo argentino, anche in tempi di strettezze economiche, a incoraggiarlo, e nelle concessioni gratuite o a facili patti di terre (50 ettari nelle provincie di Entrerios e Santa Fé, e 100 nel Chaco) e negli alti premi agli arrolatori; ma siccome di tali spedienti si valsero pure pel medesimo scopo altri Stati d'America con un esito assai meno buono, occorre cercare qualch'altra causa, e questa la ravvisiamo nella confidente accoglienza fatta a chi immigra e che si traduce in una completa e quasi immediata assimilazione fra il naturalizzato e il nativo nell'eguaglianza dei diritti politici, civili e religiosi. Alle quali attrattive si vogliono aggiungere gli ospizi per mantenere gli immigrati senza risorse nei primi cinque giorni dal loro arrivo, e lo sbarco gratuito a differenza degli Stati Uniti, e il clima generalmente salubre, consimile all'europeo, e per noi italiani la lingua affine alla nostra, come pure il gran numero di concittadini da cui giova sperare protezione e soccorso.

Tuttavia, in questi ultimi anni, le penose prove che sopportò l'Argentina nel campo politico, commerciale ed agricolo, se non respinsero affatto la colonna emigrante verso i suoi porti, la pareggiarono quasi con quella che ne salpava (1). Relazioni uf-

(1) Per es : nel 1876 gli immigrati furono 6,950, i rimpatriati, dirigendosi a Genova e a Napoli, 5,889.

ficiali, lettere private, corrispondenze di gazzette, parlano di siccità ostinata e di nemi di cavallette che maltrattarono crudelmente le colonie di Santa Fè, Entrerios e Chubut, d'invasioni d'Indiani nelle colonie Iriondo e Teodolinda e sulla frontiera sud di Santa Fè, di rivoluzioni nelle provincie di Entrerios, Mendoza, Santiago, S. Juan e Jujuy, di pubblica insicurezza, di assassini impuniti, ecc. ecc.; e soprattutto parlano delle conseguenze di quella crisi economica che avea fatto ascendere l'aggio dell'oro al 34 per cento, inondando insieme il mercato di cartamoneta emessa da un banco che non avea quasi riserva metallica. Sulle quali notizie, il nostro Ministero dell'Interno nel Luglio 1877 compilò e diramò una circolare ai Prefetti del Regno, perchè fosse noto a chi intendeva emigrare per la Plata, il vero stato delle cose, circolare che unitamente ad una notificazione del Sindaco di Roma suscitò acri polemiche nella stampa argentina, e provocò nella Camera di Buenos Ayres una interpellanza al Ministro dell'Estero. Osserviamo però che, in seguito ad un prudente scambio di diplomatiche spiegazioni, la disputa che già accennava a mutarsi in lite, fu chiusa fra i due governi nel Giugno 1878, con reciproco soddisfacimento e amichevoli dichiarazioni.

Infatti, se non conviene interamente affidarci a certe rosee descrizioni dell'Argentina, dobbiamo anche accettare col beneficio dell'inventario le fosche notizie che spesso ce ne provengono. Di sfortunati vi ha larga messe dovunque, e il dolore grida, mentre il benessere gode e tace. Quelli stessi che avevano dato con troppa fretta giudizi non favorevoli sulle condizioni delle colonie della Plata, quando vollero poi corroborare colla prova degli occhi le anticipazioni della mente, dovettero modificarle in gran parte. Una gita a Corrientes, ai Chaco del Paraná e del Paraguay, alle città di Parana e di Santa Fè, regioni in cui il nostro elemento predomina tanto che se le leggi del luogo non considerassero come argentini i figli degli immigrati, quattro quinti di quella popolazione sarebbe italiana, mostrò che di miseria propriamente detta, quale s'incontra, ad esempio, fra le rustiche plebi d'Italia, non c'era. Tutti, o quasi tutti, mangiavano pane bianco e carne. In ogni dove le tracce dell'attività e dell'economia. Ben è vero, alcune colonie, novellamente fondate, avevano assai patito per l'invasione delle locuste e per la tardanza delle piogge fecondatrici; ma già ritrovavano,

mercè l'ajuto delle mature colonie, il lor giovanile rigoglio. E a questo proposito due utili avvertimenti ci si suggeriscono per chi vorrebbe emigrare, massime nell'Argentina; il primo, di non avventurarsi dove non sono compaesani che lo ajutino nelle opere preparatorie di stabilimento e lavoro; l'altro, di rifuggire dal concorrere colla propria famiglia alla formazione di una nuova colonia il cui imprenditore non offra bastevoli guarantee.

E per finire, e per rispondere insieme all'accusa che la pubblica sicurezza, non molto esemplare, dell'Argentina, sia tutta dovuta ai crinosi soggetti italiani colà rifugiati, che, qualora veramente il fatto sussistesse (e noi ne dubitiamo) il governo di Buenos Ayres avrebbe agevole modo di provvedere, mostrandosi meno difficile ad accordarci le chiestegli estradizioni.

Venezuela

Le incolte campagne della Venezuela, proibite alla tratta del negro, dimandano, anch'esse, braccia all'Europa, e noi vediamo di tempo in tempo il Governo venezuelano sollecitare il favore della popolazione emigrante. Il successò, per altro, è sempre meschino. Difatti, non ostante il decreto del 14 febbraio 1874 che organizza tale materia, fu colà minimo nel 1876 il numero degli immigrati italiani e tedeschi e minore del consueto quel dei francesi. D'italiani poi, nel detto anno 1876, non se ne contavano in quella Repubblica che 10,000 all'incirca, e per giunta, appartenenti nella massima parte alla immigrazione temporanea, essendo lavoranti in latta e giornalieri e merciajuoli girovaghi.

Per quanto sappiamo, il più recente impulso dato dal Governo della Venezuela alla sua lenta immigrazione è il decreto 28 marzo 1878 che istituisce depositi di colonizzazione alla Guayra e a Porto Cabello. Contemporaneamente al decreto si celebrarono contratti con vari ingaggiatori, perchè si recassero in Europa a far propaganda. Uno di essi s'era fatto cedere da alcuni proprietari zone di terreno non messe ancora a coltura, per poi ricederle ad una Società impiantatrice di colonie, che avea inescate a Bordeaux le sue trappole. Quest'agente dovea stabilirsi a Parigi e di là tendere le sue fila in Svizzera, nel

Tirolo, in Italia. Quantunque la polizia francese non gli facesse la migliore accoglienza, se si vuol credere ad una sua lettera pubblicata nel *Diario de Avisos* di Caracas, non pare che ciò bastasse a sconsigliarlo dall'intrapresa. Oltre le sue Circolari del 1876 in cui ostenta il concorso di capitalisti italiani e i programmi della Società redatti in tuono da piazza, conosciamo di lui manifesti a stampa pubblicati a Cette in cui si promettono agli emigranti italiani 50, 000 metri di buon terreno, e conosciamo pure bullettini, sparsi principalmente nel modenese e bresciano, tutta roba bugiarda e continuamente smentita dalle relazioni ufficiali, dalle Circolari del R. Ministero dell'Interno e dagli ingenui racconti di chi ritornava dai luoghi e ci faceva per esempio sapere: che nell'Aprile del 1876, novanta coloni si eran recati al Consolato italiano a Caracas per protestare contro il cibo che davasi loro, composto di soli fagioli bolliti senza sale, di poco maiz e di acqua stagnante — che il lavoro dei campi vi andava da dicembre a maggio con scarsissima paga (lire 1,50 agli uomini e lire 1 alle donne) non potendosi in conseguenza fare risparmi per gli altri sei mesi di sciopero, sciopero forzato dagli immiti calori e dalle grandi piogge; che nella campagna il velenoso morso d'insetti produceva gonfiori alle gambe, donde molti morivano; che inoltre le sofferenze della traversata erano indicibili, nutriti, come si era, di pane guasto e galletta inverminata, di baccalà e polenta e di carne porcina salata una volta la settimana; che perciò chi non soccombeva in viaggio, arrivava, istupidito dai patimenti, mal disposto alle novità del clima, ma dispostissimo alle malattie che lo attendevano in porto, come la febbre gialla.

Senonchè, come sempre, la menzogna che adula alle nostre speranze, trovò più favore della verità che le offende.

Infatti, nel Dicembre 1876, ecco arrivare alla Guayra su un guscio di nave 44 italiani, affamati, febbricitanti. Furono ricevuti da un Commissario d'immigrazione che diede loro per isfamarli un po' di riso spappolato e qualche patata. Si assembrarono tosto alla R. Legazione domandando soccorso. Alcuni poterono trovar lavoro a Caracas, perchè calzolai; vennero gli altri internati nella campagna.

E nel susseguente Febbraio, ai 14, ecco sbarcare altri 80 emigranti di cui 72 italiani dell'Alta Italia con 10 donne, e diversi bambini, dopo un penoso viaggio di settantacinque giorni.

Quasi contemporaneamente ne giungevano 271 dalla Prussia, e se ne aspettavano altri 300 dalla Pomerania.

Poi, a' di 16 dello stesso Febbraio, arrivano altri 340 italiani con 150 donne e 70 bambini. Nulla è preparato a riceverli. Solite imprecazioni contro gli abbindolatori; solite domande di aiuto alla Legazione Regia. E qui fra chi impreca, troviamo anche il capitano della nave, che mal riesce a farsi pagare dal Governo venezuelano i 35 *pesos* pattuiti per ogni capo dell'armento umano importato.

E poi, altri 268 arrivano in Maggio, tutti italiani e tutti contadini, salvo 3 di condizione civile. Volevano recarsi al Brasile; dovettero per un raggio d'agente andare alla Venezuela. Giaccono senza vitto nè asilo a Porto Cabello.

E poi, in Luglio, altri 296, ancora italiani, con 100 donne (essendone morti in viaggio 8). Sono nuovi gabbati dalle agenzie, ... e l'inganno continua.

Ma or bisognava in qualche maniera soccorrere a tanta povera gente, che la miseria faceva degna di compassione e l'agglomerazione temibile, e il Governo venezuelano, cedendo alle rimostranze del nostro Incaricato d'affari, ricorse a un privato. Fu cioè firmato un contratto con un proprietario di latifondi. Rufino Blanco, che si assumeva di ricevere gli immigrati ancora vaganti a vari patti, equi assai, fra i quali troviamo:

Che Blanco dà 70 centesimi venezuelani ossia lire 3,50 agli uomini adulti per ogni giorno che lavorano nella sua *hacienda*, come pure dà 5 ettari di terreno, e l'alloggio pel tempo indispensabile a costruire la loro abitazione;

Che gli immigrati sono tenuti a lavorare tre giorni la settimana per Blanco per lo spazio di 4 anni, decorsi i quali, rimangono proprietari del terreno concesso loro;

Che infine il Governo si obbliga a pagare pel mantenimento di ogni persona una ragione di 20 centesimi venezuelani (lira una italiana) durante il tempo di quaranta giorni per quindici anticipate, e di somministrare a Blanco la somma di quattro venezuelani per persona, per le spese di viaggio, trasporto di robe, vitto ecc.

Sull'esito di tale contratto non abbiamo finora notizie, e non ne abbiamo neppure sulle condizioni attuali dei nostri concittadini colà emigrati. Dubitiamo per altro, nonostante il numero di qualche rilievo degli adescati in questo biennio alla Vene-

zuela, che il Governo di quella Repubblica abbia avviato solidamente l'impresa. Simili correnti, distolte per artificio dai naturali lor letti, appena la frode è scoperta (nè ci vuol molto) si arrestano e tornano ai loro veri interessi. Del permanente insuccesso del Governo venezuelano, doppia è la causa. Benchè il bisogno di braccia lo spinga a promuovere l'immigrazione, l'indigeno è sospettoso dell'elemento straniero, perchè paventa di essere sopraffatto dal numero de' nuovi venuti, ignaro della fisica legge che il suolo specifica gli abitatori, e non li accoglie colla sincerità confidente degli Stati Uniti del Nord e dell'Argentina, anzi, fin dove può, li attraversa (1). Nè ci si dica che la Venezuela fa cittadini tutti coloro che arrivano ne' suoi porti come immigranti, dando loro perfino in varie provincie, come in quella di Bolivar, il voto politico di primo tratto. Corre di molto fra la naturalizzazione facoltativa dell'Argentina e degli Stati Uniti e l'obbligo di pigliarsela della Venezuela. « Gli italiani » come ben scrive l'egregio Bodio allorchè nota la prevalenza grandissima del sesso maschile sull'altro nella nostra emigrazione « partono col desiderio, colla preoccupazione assidua « del ritorno. Gli inglesi, gl'irlandesi, i tedeschi, vanno in America « e vi si fanno cittadini; i nostri portano invece la patria nel « cuore e mantengono con essa anche il vincolo politico, non « profittano del diritto pubblico americano che in qualche Stato « li farebbe incolti dopo un anno e in qualch'altro dal giorno « stesso in cui vi fissano la loro dimora ». Imaginiamoci dunque qual beneficio debba esser per loro il dono forzato di una cittadinanza che li sottrae alla protezione della patria bandiera, principalmente in paesi in cui sì spesso è necessario invocarla. Tanto più che una volta entrati nella Venezuela come immigranti, ossia come venezuelani, non c'è più, praticamente, verso di uscirne. Gli è come di quel paradiso terrestre che uno Sciah dello Yemen avea fabbricato per i suoi favoriti. Guai a

(1) Ecco un fatto a conforto dell'asserzione. Nel 1877, nello stato di Jaracug, 70 operai italiani che lavoravano nelle miniere di rame d'Aroa a 10 lire al giorno, furono assaliti per gelosia di mestiere da una banda d'indigeni. Avvenuta una lotta, 7 fra gli italiani rimasero feriti. Nè la polizia intervenne, che per obbligare la Compagnia inglese che soprastava alle cave a licenziare gli operai italiani e a non più accettare che lavoratori indigeni.

Bollettino Consolare, Vol. XV, Parte I (Gennaio e Febbraio 1879)

colui il quale, ottenuta una volta la deplorable preferenza di esservi ammesso, osava stancarsi di quella monotona felicità, e superare la cerchia!

Guatemala

Il 12 febbraio 1878 la città di Guatemala era commossa per l'improvviso sbarco nel porto di San Tomaso di 340 emigrati fra tirolesi e italiani provenienti da Marsiglia. L'agente che li aveva prima arrolati per la Venezuela, non avendo, a quanto sembra, ricevuto un sussidio promessogli, li aveva invece diretti e abbandonati nel porto di San Tomaso di Guatemala, dove sarebbero indubbiamente periti se il Governo locale e la Società d'Immigrazione non vi avessero tosto inviato viveri e medicine. E quei poveretti furono poi ricoverati in un edificio pubblico, e fu iniziata per loro una sottoscrizione che raggiunse in breve la cifra di 4,000 scudi. Sulle prime si disegnava di ripartirli fra le colonie dello Stato, ma poi prevalse l'idea di stabilirli in una colonia a parte. Fu perciò scelto un terreno a una lega dalla città, già dissodato; si distribuirono fra le varie famiglie le piante di caffè preesistenti sullo stesso terreno, si lasciò loro la nomina delle proprie autorità municipali. Insomma le cose procedevano bene e promettevano meglio. Felici della lieta accoglienza, que' nostri concittadini ne ringraziavano i guatemalesi e il R. Incaricato d'affari che si era con tanta fortuna adoperato per essi.

Quand'ecco, improvvisamente, ai 2 marzo 1878, il Generale di divisione Rufino Barrios, Presidente della Repubblica, « con-
« siderando che molte parti dello Stato sono deserte e che
« quindi bisogna favorire l'immigrazione; considerando però che
« questa immigrazione non sarebbe utile al paese se gli im-
« migrati rimanessero stranieri » decreta, 1. l'obbligo di rinunciare alla cittadinanza nativa per chi fece il viaggio con sussidio del Governo, o per chi, benchè emigrando a sue spese, accetta dallo Stato sussidi, terreni o altri benefizi: 2. la facoltà di domandare dopo un anno di domicilio, carta di cittadinanza guatemalese che verrà accordata a chi avrà osservata buona condotta.

Addio progetti! addio speranze! Lasciamo stare che il poco

meditato decreto riusciva appunto all'effetto contrario di quello che si voleva raggiungere, ossia respingeva invece di attrarre l'emigrazione: fatto è, che gli italiani, i quali, come s'è detto, non amano troppo di tali larghezze che per qualche diritto politico di dubbio valore li privano della preziosa assistenza dei loro Consoli, preferirono, alla intimazione lor fatta di risolversi entro due mesi, di abbandonare la incipiente colonia, pur di restare italiani. Si sparsero dunque per la città in cerca d'altro lavoro. Ben pochi ne trovarono. Gli altri rimasero disoccupati nella triste condizione di non potere da un lato accettare i terreni che loro offriva il Governo senza rinnegare la patria, dall'altro di non potere pur darsi con frutto a differente lavoro, perchè la Società d'immigrazione esigeva il rimborso delle spese anticipate (25 scudi circa per persona) sugli eventuali salari.

Nè l'intervento del R. Incaricato d'affari e del Rappresentante inglese approdò molto. Benchè si finisse col non pretendere più quel rimborso di spese anticipate, e il Governo prolungasse a 5 mesi il termine alla decisione sulla rinuncia della cittadinanza originaria (e fu allora che, nella speranza che il decreto venisse poi abrogato, alcuni pochi tornarono nella colonia), la cosa in sostanza non era affatto mutata. Non tolta, era solo prorogata la precarietà della condizione di quelli italiani. E per quanto riguarda gli emigranti venturi, se un successivo decreto era giunto a modificare quello de' 2 di marzo, esigendo che la rinuncia della cittadinanza facesse parte del contratto di arrolamento, cioè fosse data innanzi di partire, l'emigrante, dal punto dell'imbarco a un anno dalla nuova dimora, continuava a trovarsi nella stessa curiosa condizione di prima, di non essere più, poniamo, italiano e non ancora guatemalese.

E fu appunto in quel torno, che un ricco proprietario del Guatemala, certo Josè Saturnino Tinoco, stringeva un contratto con un tale B. noto in Francia e in Italia per truffe abilmente ordite e felicemente compiute. Costui s'impegnava di provvedere Tinoco, in meno di mesi sei, di 200 coltivatori a vari patti, di cui trascogliamo i seguenti:

gli emigrati sono tenuti a lavorare tre anni pel signor Tinoco, poi sono liberi, salvo i debiti che dovessero pagare col loro lavoro personale;

spirati i tre anni, il colono può collocarsi dove vuole e ritornare anche in Europa a suo rischio e spese;

obbligo di lavorare nella *finca* per 10 ore al giorno, assoggettandosi al regime interno della stessa;

i giorni di non lavoro saranno detratti dal soldo mensile;

Tinoco dà abitazione e vitto (caffè due volte al giorno, farina di maiz giornaliera alternata con fagioli, riso e carne) oltre un soldo mensile di 10 *pesos* agli uomini dai 15 ai 55 anni e di 5 *pesos* alle donne e ai ragazzi dagli 8 a 14;

nella *finca* viene concesso ai coloni una stesa dalle 10, 000 alle 15,000 *varas* quadrate, 85 (cm), ma i coloni non possono vendere i terreni e debbono procurarsi per proprio conto le sementi;

Tinoco darà poi all'agenzia franchi 350 per ogni individuo adulto dai 13 ai 55 anni e 175 per ogni individuo dai 3 ai 12 anni; e siccome la traversata è a spese di Tinoco, il quale se ne rimborserà sul soldo mensile, ciò vuol dire che gli emigranti probabilmente la pagheranno in doppio a Tinoco ed all'agenzia.

Siamo certi che nessuno dei nostri contadini, sol che avesse potuto dare un'occhiata a tale contratto, sarebbesi indotto a firmarlo. Proletario in Italia, andava per esso a farsi schiavo in America. Ma l'onesto B. nel compilare le sue Circolari, si guardò bene, naturalmente, dal fare cenno delle basi onerose del contratto Tinoco, e tanto meno della rinunzia della patria nazionalità imposta dal decreto guatemalese. Anzi il sensale, di mano in mano che la sua credula clientela giungeva a Marsiglia, avea cura d'impadronirsene e di vegliarla gelosamente in una campagna non lungi della città, finchè la nave fosse allestita e completo il carico.

E uno di questi carichi arrivava a destino l'ottobre scorso. Sbarcarono 171 italiani. Mettere piede a terra ed accorgersi dell'inganno fu un punto solo: le condizioni di lavoro e mercede che si vedevano offerte erano ben diverse dalle promesse. E allora si recarono in folla, secondo la consuetudine, alla Legazione Regia per protestare - magra risorsa - e per implorare soccorso. Noi non sappiamo che abbia loro risposto quel R. Incaricato d'affari, ma presso a poco avrà lor parlato così: « Figliuoli, il vostro Governo non ci può nulla. Esso ha già fatto per voi tutto quanto doveva. I vostri Sindaci vi hanno ripetutamente avvertiti contro le fallaci lusinghe e le grossolane bugie di cui turpissimi speculatori circuivano la vostra ignoranza e la vostra cupidità, e delle quali voi stessi avreste dovuto ben dif-

« fidare, non foss'altro, per la loro medesima smisuratezza. Ma
 « voi, ai savi consigli delle vostre Autorità, badaste come a quelli
 « di gente che cercasse frapporsi alla vostra fortuna, e insieme
 « sdegnaste di domandarne alla prudenza che valicò i mari prima
 « di voi. Pigliandovela col Governo che si sforzava di tutelarvi
 « anche a vostro dispetto, fuggiste di contrabbando la patria,
 « come malfattori; riparaste in un porto straniero a darvi com-
 « pletamente in balia di chi v'ingannava, e là, nascosti alla in-
 « comoda vigilanza de' vostri Consoli, firmaste un contratto che
 « non avevate pur letto e nessuno vi guarentiva, e vi imbarcaste
 « verso una terra che non sapevate precisamente qual fosse nè
 « dove. A voi dunque e non ad altri sono da ascriversi le delu-
 « sioni che qui avete incontrate e le prove crudeli che forse vi
 « stanno aspettando. Il soccorso che la patria consacra per quelli
 « infelici che in terra straniera, senza lor colpa e senza nessuna
 « difesa, si trovano esposti alla miseria e alle malattie, non può
 « esser distratto per voi che avete deliberatamente, ostinata-
 « mente cercato il danno vostro » (1).

(1) Nel punto di pubblicare il presente lavoro, veniamo a conoscere come il S. Tinoco per le vive premure del cavaliere di Leignano, regio incaricato d'affari, e in considerazione dell'inganno di cui furono vittime quei nostri emigrati, siasi indotto a sciogliere questi dall'obbligo di lavorare per lui durante tre anni, limitandosi a esigere che gli compensino in altrettanta mano d'opera le somme loro anticipate. E veniamo pure a conoscere, con nostra soddisfazione, come la seconda progettata spedizione, che doveva essere di 700 emigrati, non possa effettuarsi, poichè i proprietari guatemalesi ai quali sarebbero destinati, scaltro da quanto avvenne al S. Tinoco, non solo si rifiutano di anticipare fondi all'agenzia ma negano di ricevere quelli emigranti che non dichiarino, dinanzi alle debite autorità, di esser disposti ad eseguire i contratti da essi firmati. Si aggiunge che anche la Società di Immigrazione del Guatemala assai opportunamente ha pubblicato una Circolare che qui, a norma di chi vorrebbe emigrare, ci piace di riprodurre nella sua integrità:

« Guatemala, 1er novembre 1878.

« Ayant appris qu'on répand des circulaires en langue italienne, portant ce titre: *Colonisation du Guatemala (Amérique centrale)*, direction générale à Marseille, 12. rue Pavé-d'Amour, la Société d'immigration de Guatemala a le devoir de déclarer que, ni le gouvernement de Guatemala, ni elle-même, n'ont jusqu'à ce jour établi en Europe aucune agence d'émigration, et que, par conséquent, les Circulaires sus-mentionnées émanent d'une *entreprise particulière*. Il est nécessaire d'ajouter que les énonciations de ces circulaires na-

Messico, Perù, Honduras, Uruguay, Paraguay

Poche notizie di qualche interesse per i nostri emigranti.

Per quanto riguarda il Messico, non si ebbe fortunatamente che una minaccia di emigrazione a quella volta. Un italiano, esimio per scroccherie, aveva saputo carpire, crediamo nel Luglio 1878, dal Governo del Messico la concessione d'importarvi coloni. Il Governo non si obbligava che a trasportarli sopra i terreni loro assegnati, buoni o cattivi, poi li lasciava al loro destino. Dall'imbarco all'approdo, la sorte di quei disgraziati era tutta affidata all'ingaggiatore, il quale avrebbe probabilmente arruolata qualunque sorta di gente, e, per lucrarci il possibile, l'avrebbe esposta durante il viaggio a patimenti d'ogni maniera. Accortosi a tempo della poca onorabilità della persona colla quale trattava, il Governo della Repubblica sciolse il contratto. Fu una misura in ogni modo provvidenziale, perchè il Messico, quantunque paese ferace e generalmente salubre, travagliato, siccome sembra, dalle guerre civili e dalla crisi economica, non è il più propizio per ora a favorire colonizzazioni, che vogliono attività di scambi e pace.

sont pas toutes conformes à la vérité ; qu'on y fait des promesses difficiles à tenir, et qu'on affirme que les émigrants engagés sur les plantations du Guatemala n'ont à travailler que pendant trois mois de l'année, alors que le salaire qu'ils reçoivent les oblige à travailler toute l'année.

« D'autre part, il faut dire bien haut que les émigrants agriculteurs peuvent se créer au Guatemala une position fortunée, s'ils sont honnêtes, intelligents et laborieux ; mais on ne saurait trop leur recommander de bien connaître, lorsqu'ils signent des contrats d'engagement, les droits qu'ils acquièrent et les devoirs qu'ils contractent ; à quelles conditions on leur donne le passage jusqu'au Guatemala, et quelles personnes sont responsables de l'accomplissement des promesses qui leur sont faites. Pour cela, ils devront se faire montrer, par les agents d'engagement, les contrats authentiques passés avec les planteurs guatémaliens auxquels ils seront destinés, et ne signer que des engagements portant en regard du texte espagnol la traduction en leur propre langue.

« Les agents diplomatiques et consulaires du Guatemala sont invités par le gouvernement suprême à veiller à la stricte exécution de ces dispositions et à ne permettre, sous aucun prétexte, à des entreprises particulières de tromper les émigrants et de se donner les apparences d'agences officielles.

« Signé : Ignacio Souts, secrétaire. »

Passando al Perù, troviamo, intorno all'agosto 1877, che il locale Governo aveva accettata la proposta di un tal Guglielmo Roem, tedesco, che si assumeva di recarsi in Russia per provocare l'emigrazione verso il Perù dei Mennoniti, espulsi come egli diceva da quell'Impero. Il Governo di Lima si obbligava dal canto suo a pagare il viaggio al Roem, a corrispondergli pel corso di un anno lo stipendio mensile di S. 200, a concedergli poi i terreni per lo stabilimento di una colonia, di cui il Roem sarebbe stato il direttore. L'elemento italiano non doveva essere escluso dalla colonia. Non sappiamo però se il progetto abbia avuto seguito.

E così non sappiamo quali effetti recasse il decreto della Repubblica di Honduras del 29 aprile 1877, che concedeva gratuitamente terreni di proprietà dello Stato a tutti gli agricoltori, nazionali o stranieri, che ne facessero domanda al Governo.

Circa poi all'Uruguay, esaminando il suo *Informe anual*, veniamo a conoscere che tutta la emigrazione vi era in notevole decrescimento.

Circa infine al Paraguay, essendosi sparsa nel 1877 la voce che vi si stavano preparando spedizioni per esplorare alcune miniere aurifere, il R. Governo pensò giustamente di mettere in guardia chi intendeva immigrarvi, intorno alla incertezza di simili imprese. Nè fu certo accusato di troppa prudenza da chi ricordava la deplorabile storia dell'oro californiano del 1848.

Stati Uniti del Nord

In questa corsa attraverso l'America abbiamo lasciato avvistamente per ultimi gli Stati Uniti, poichè, dopo tante miserie che fummo costretti a narrare, possiamo, scrivendo di essi, aggiungere se non una intiera pagina lieta, almeno una mezza. Tutti sanno che, al pari dell'Argentina, l'Unione Americana si attirò sempre le maggiori correnti dell'emigrazione, massime dell'anglo-sassone. Ciò si deve agli ordini profondamente democratici di quello Stato, ai rapporti fra domanda ed offerta, fra vitto e mercede, fra rendita territoriale e prezzo dei prodotti non dissimili dagli europei, alla facilità di diventarvi e proprietario e cittadino (la quale ultima è assai apprezzata, se non dai nostri, dagli emigrati tedeschi) e così pure ad alcune pub-

bliche istituzioni, come quella del *Castle Garden*, che mantiene chi arriva direttamente dall'Europa e sbarca come emigrato nel porto di Nuova York (1). Ben è vero, che in questo biennio e nell'altro che lo precedette, vuoi la crisi economica che arrestò molti lavori, vuoi il numero dei nuovi venuti fra i quali avea gran parte l'elemento operajo, riunito al numero dei licenziati, produsse le deplorevoli conseguenze di cui tutti leggemo nei giornali d'Europa e d'America, rallentando insieme l'emigrazione a quei luoghi, tuttavia, nulla ci fa temere che l'attuale ingorgo di braccia non abbia presto a dissolversi e che l'emigrante agricoltore, se non l'operajo, non possa ancora trovare nella Federazione, per lunghissimo tempo, posto o fortuna.

Ma noi qui non intendiamo parlare di tutti gli Stati Uniti e di tutta l'emigrazione; bensì di un angolo solo delle immense sue terre e di pochi nostri connazionali che vi si sono raccolti. Vogliamo dire, cioè, della borgata di Vineland nella Nuova Jersey, sorta, or fa dieci anni, quasi per incantesimo per opera del ricchissimo Carlo Laudis. È in quella borgata una colonia agricola, di cui fu iniziatore il cavaliere Secchi de Casali, composta di più di cento famiglie italiane, ossia quattrocento individui, riuniti intorno a due grandi fattorie, divise in piccoli lotti. Una delle fattorie si trova nella parte settentrionale della *Garden Avenue*, l'altra nella meridionale e chiamasi *Nuova Italia*. Oltre i cereali e le frutta e l'allevamento del bestiame, quei nostri concittadini si sono messi a educare la vite con sorprendente successo, e già si accingono alla coltivazione del gelso e del baco da seta. Laboriosi, sobri, tranquilli, vivono nel più esemplare affratellamento, aiutandosi a vicenda anche per mezzo di una eccellente *Mutua associazione* che hanno da poco fondata. Mandano i loro figliuoli alle pubbliche scuole, frequentano la loro piccola chiesa. E la colonia italiana di Vineland è citata come modello di ben meritata prosperità, come titolo d'onore per l'uomo egregio che la suscitava.

(1) Ed è necessario che i nostri emigranti per l'Unione americana, avvertano bene, che l'istituzione di *Castle Garden* non è che a favore di quelli che *provenienti direttamente d'Europa, sbarcano a Nuova York*.

Si rammentino che solo nel marzo 1878 una comitiva d'italiani, essendo sbarcata per un raggio dell'arrotatore a Filadelfia, e di là proceduta a Nuova York per ottenere, come sperava, vitto ed alloggio dal *Castle Garden*, non lo poté.

Australia e isole australiane

Il continente oceanico, e più ancora le isole che gli fanno corteggio, sono per ora il miglior campo dove l'emigrazione, finchè perduri il rigurgito di lavoratori nell'Argentina e negli Stati Uniti, o la mediocre condizione ora politica, ora economica, ora morale degli altri paesi d'America, possa sfogarsi con una forte probabilità di buon esito. Difatti, il clima v'è buono, prodigo il suolo e denso di secolari foreste e ricco di minerali, nè l'immigrazione sovrabbondante... Di più, vi si trova libertà inglese, sicurezza di vita e d'avere, civiltà e costume affatto europei. Dalla colonia Vittoria all'infuori, in cui, pel commercio, domina il sistema protettivo, e per l'emigrazione, sono vigenti leggi contrarie a quanto la possa artificialmente incoraggiare, in tutte le altre vi ha ogni larghezza commerciale e favore per l'immigrante. Il quale favore riveste spesso la forma del viaggio che si accorda a chi emigra, senz'obbligo di restituzione, purchè, beninteso, ciò avvenga coll'intervento degli agenti a Londra delle colonie di Nuova Galles del Sud, Australia Meridionale, Queensland, Tasmania e Nuova Zelanda, ai quali è deputata la scelta delle persone atte allo scopo della colonizzazione. E questo è utile avviso per coloro dei nostri, che ignari della benigna disposizione, pagano, partendo da Londra tutto il viaggio per proprio conto, sprovvedendosi, a voltè, in tal modo di quel prezioso peculio che loro dovrebbe servire per fare fronte alle difficoltà inseparabili di un primo stabilimento. Inquantochè — è bene pure avvertirlo — i Governi delle anzidette colonie, quantunque non manchino, quando possono, di dar lavoro a chi sbarca cercandone, declinano qualunque obbligo in proposito e lo lasciano il più delle volte alla sua sola tutela.

Fatto è però che tutti i lavoratori, in questa Australia scintillante d'oro e promesse, trovano occupazione — tutti, intendiamoci, che tengono le attitudini categoricamente indicate dai coloniali Governi ai propri agenti. Chi lavora di penna e non di marra può starsene a casa. Senza contare che presso gl'inglesi non c'è tutto quel lusso, e per dir meglio, quell'ozio di burocrazia che si deplora da noi, e gli affari di *scagno* procedono speditamente colla maggiore semplicità e con pochi commessi; questi ultimi, per la ragione della indispensabile lingua, sono per lo

più forniti dall'elemento britannico alle stesse case francesi e ai negozi italiani. Di medici, legulei, ingegneri, maestri d'arti e di lettere, vi ha eccesso, e occorre che conoscano bene la lingua inglese e adempino alle formalità richieste dalle leggi locali per l'esercizio delle lor professioni. Coloro dunque le cui sorti possono dirsi assicurate — per tacere delle donne delle quali v'è grande difetto — non sono che i possessori di qualche manuale mestiere di prima necessità, ossia per dirla più chiaramente — di lavoro :

non ne trovano gli stampatori, i rilegatori di libri e simili;

ne trovano poco i muratori (chè le case si fabbricano generalmente di legno), gli scalpellini, gl'inverniciatori, ecc.;

ne trovano non di rado i fabbri ferrai, specialmente se di campagna, i carpentieri, ecc.;

ne trovano sempre i minatori, i terraioli, tutti quelli insomma che adoperano vanga e piccone, benchè non conoscano una parola d'inglese. Ed a costoro l'alto salario (1) e il moderato prezzo dei viveri permettono facili risparmi e non tarda agiatezza.

Ma, fra tutte, la classe degli agricoltori e dei pastori è la preferita. Chi ha qualche denaro può comperarsi terreni al prezzo circa di una lira sterlina l'acro; chi non ne ha, può parimente acquistarne, compensando lo Stato con un equivalente lavoro personale da prestarsi sul luogo in pubbliche opere, come strade e canali, che poi gli torna indirettamente a vantaggio. Benchè il prezzo di una lira sterlina l'acro (lire it. 25) sia di molto rilievo se lo paragoniamo a quello dell'Unione americana chè è di un dollaro e un quarto (lire 6, 44), gli è appunto un tal prezzo che mette in grado i Governi delle Colonie di far pagare dalla immigrazione medesima le somme che essa lor costa.

E qui toccheremo di volo di due terre australiane, dalle quali ci arrivano eccellenti notizie dei nostri concittadini. La prima è la Nuova Zelanda, isola primamente occupata nel 1841 e che su una stesa di 100,000 leghe inglesi quadrate rinchiude all'incirca 350,000 abitanti. In quest'isola, come nelle altre colonie, fra l'immigrazione spontanea (*unassisted*) predominano ora i

(1) P. es.: — 1 scellino all'ora coll'obbligo di 8 ore di lavoro. E chi lavora qualche ora di più, guadagna altrettanti scellini di più.

valtelinesi. Non passa mese che le vaporiere, partite da Londra, non ne sbarchino squadre, appartenenti alla classe più domandata. Trovano subito, o quasi subito, da collocarsi; principalmente se non sono privi affatto di mezzi per recarsi all'interno, dove le braccia abbisognano. Nè il compenso vien scarso e gli accumulati risparmi s'impiegano solitamente in società interne o di navigazione, che danno, per lo più, buona prova. Vi mancano tuttavia le industrie, donde un vasto commercio d'importazione.

La seconda località è in un'altra isola colonizzata recentemente, e chiamasi Okuru (1). Ha dovizia di alberi, promette ferro e carbone. A Giugno del 1877 era abitata da settanta persone (compresi i fanciulli) delle quali sessanta italiane, dedicate tutte all'agricoltura. Possedeva ciascuno 60 acri di terra, di cui andava guadagnando la proprietà, pagandone il prezzo al Governo, come si disse, in altrettanto lavoro. Già la terra rispondeva al lavoro, già qualche casa di legno sostituiva la tenda. Erano in generale contenti, nè si lagnavano se non della mancanza di un po' di bestiame, perchè, emigrati senza il minimo capitale, non avean potuto ancora acquistarsene.

(1) Isola sud del Westland, colonia inclusa nel così detto *Jackson's Bay special Settlement*

EPILOGO

Che sia l'emigrazione un diritto fra i più caratteristici all'uomo e sia una economica necessità e un beneficio per tutti, quand'anche non ce lo dicessero le irrefutabili argomentazioni della più parte degli economisti moderni, lo proverebbe la sola sua storia, antica come la storia del mondo umano. Abbiamo, è vero, in questi ultimi anni assistito a scene di sconfinata sciagure, provenienti da questo gran fatto, ma gli anni, se hanno ragione sulle ore, debbono poi cedere ai secoli, que' secoli i quali ci mostrano la fiorentissima Europa, figlia dell'emigrazione.

Ciò essendo, parebbe che un *agente di emigrazione*, ossia una persona il cui officio fosse di agevolare l'esercizio di un tanto diritto, di dare il migliore indirizzo a una tale necessità, di promuovere infine un tal beneficio, dovesse nella società riconoscente avere posto fra i benemeriti. Eppure non è così. Ci ha mestieri, i quali, onestissimi per sè medesimi, non possono essere esercitati, salvo le dovute eccezioni, se non da gente di torbida moralità. Non deplorando episodio della emigrazione di cui tessemmo la cronaca, dove non entri la odiosa figura di uno di simili trafficanti di carne umana. Nè con ciò si vuol dire, che, se essi non fossero, la miseria non avrebbe a far altro che espatriare perchè si mutasse nel suo contrario. Non è la sventura un privilegio dell'emigrazione, ma è legge comune dell'umanità. Chi non trova, per così dire, nel patrio cielo, la buona sua stella, ben raramente la trova in cielo straniero. Ma altro è che l'emigrazione contenga, come tutto, il suo tanto di male, altro che uomini turpi pròvochino questo male per specularci.

Gli è con timore e disgusto che qui ci arrischiamo nelle clandestine regioni delle agenzie: C'è un tal garbuglio di fili, tanta camorra di affari, che per non perder la strada vi ci vorrebbe la compagnia di un Giudice criminale o di un Delegato di pubblica sicurezza. Dai Commissari generali di emigrazione e colonizzazione, che fanno brillare i loro miraggi in nitida stampa, scientificamente e non senza eleganze di stile, all'ultimo sotto-agente che gira i più celati casali dove la

povertà è ben nota ma non ancora l'inganno, distribuendo programmi zeppi di farfalloni d'ortografia e sintassi, quante truffe! Trovi agenti ufficiali che fanno operazioni di 100,000 coloni, *coolies* di razza bianca, coll'interesse di un milioncino, e agenti alla macchia che s'accontentano di una trentina o quarantina di lire qual prezzo di traversate gratuite, e hanno poi cura al momento in cui il gabbato s'imbarca, di carpirgli, la ricevuta o il contratto da cui risultano i reciproci obblighi, così distruggendo la prova della giunteria; trovi agenti che, pur di spedire la quantità di merce pattuita, ingaggiano ad esempio per la Nuova Zelanda (dove non sono richiesti che agricoltori) camerieri e cuochi e segretari comunali, e perfino telegrafisti, e agenti che offertisi agli emigranti per comperar loro a prezzi ridotti i biglietti di ferrovia, poniamo da Monaco a Amburgo, intascano il danaro e se la fumano. Qua poi vedi, nel contratto di arrolamento, imporsi la condizione della partenza da un porto straniero per sottrarre chi emigra alla protezione immediata delle proprie autorità, o vedi caricarsi emigranti in maggior numero di quel che comporti la nave, tanto che è forza di metterne a terra una parte prima di uscire dal Mediterraneo; là si sollecitano intanto nuovi ingaggi ed invii, quando lo Stato in nome di cui sono fatti, ha già dichiarato di non riceverne più, o equivocando sul generico nome di America, si mandano alla Venezuela i destinati al Brasile, e a Nuova York chi si arrolò per la Plata. E mentre emigranti, che anticiparono il prezzo di viaggi su battelli a vapore, ai quali la febbre gialla interruppe le corse, sono costretti per non morire sul lastrico di Marsiglia o Bordeaux e dal non potere più ritornare in patria dove il lor posto è già preso, a lasciarsi stipare su un legno a vela, altri abbandonati a bordo del *Denis* o del *Peppino* dagli intraprenditori falliti, e impediti tanto di proseguire che di retrocedere, tumultuano, o, trattenuti sull'*Haugereid* nella rada di Verdon, in balia di un capitano brutale, pagano colla fame e colle malattie il vergognoso guadagno degli avari armatori (1). È insomma una ine-

(1) Utilissimo per chi intende emigrare è il racconto dei tre suaccennati fatti: Il primo è quello dell'*Haugereid* (— Gennaio 1877) nave a vela norvegia in cui s'incastrarono a Bordeaux 286 emigranti italiani che dovevano essere tra-

stricabile rete, dove mangicaparre, falsari di contratti, e notizie, speculatori a danno di speculatori, eleganti cavalieri d'industria e rozzi sensali, si fan concorrenza intorno alle magre saccoccie dell'inesperto emigrante o alle casse di troppi confidenti Governi. E una volta che il gramo ingannato vi casca, è spacciato. Fa ch'ei s'accorga del giuoco e pretenda risarcimenti! Ogni agente sa declinare, in punta di legge, la propria responsabilità su altri agenti, finchè di bindolo in bindolo, il quere-

sportati al Brasile su un legno a vapore secondo il contratto coll'agente S. Mancavano lo spazio e il vitto, donde le malattie e la morte di 9 bambini. Il capitano si fermò senza causa 12 giorni nella rada di Verdon e 12 alla Rochelle. Riusciti gli emigranti a far pervenire le loro querele al R. Agente consolare in quest'ultimo porto, si procedette a una visita della nave per parte del Commissario d'emigrazione. Venne tosto ordinato lo sbarco di 176 passeggeri che il legno non potea capire, e minacciati gli altri dall'equipaggio, scesero anch'essi. Cinque giorni dopo lo sbarco, sentivano ancora il nauseante puzzo della sentina. Ma l'agente intanto falliva e spariva. Rimase la cauzione (L. 20,000) che, sequestrata dal Governo francese, fu in parte impiegata al mantenimento e al trasporto degli emigranti fino a Bardonnèche.

Il secondo fatto (16 novembre 1877) è quello del *Denis*, brigantino a palo, G. capitano del bastimento, di cui, ad ogni buon conto, appariva legalmente proprietaria la moglie, era venuto a Genova, dove, colla complicità degli agenti C. e T., aveva arrolato 500 passeggeri, promettendo di trasportarli al Brasile su un legno a vapore, condizione indicata nella bolletta che loro si rilasciava all'atto che pagavano il prezzo del passaggio (già come si disse, pagato dal Governo brasiliano). Senonchè, tali bollette, astutamente sottratte e distrutte, col pretesto che non servivano se non fino a Marsiglia, furono poi sostituite con altre in cui si designava il brigantino a palo di G. pel restante viaggio. Di qui, una ribellione a bordo, nel porto di Marsiglia, e minacce del capitano di far sospendere il cibo agli emigranti imbarcati. Intervenuta opportunamente la polizia francese, arrestò e capitano e agenti, e la spedizione ebbe fine.

Il terzo fatto (21 Marzo 1878) si riferisce al *Peppino*, altro veliere ancorato a Marsiglia, stato venduto da un italiano a due greci. Sullo scorcio del Novembre 1877 uno d'essi spediva un emissario in Italia ad arrolarvi emigranti per l'isola d'Haïti, e riusciva a comporne un nucleo di 80 non compresi i ragazzi. Non bastando però questo numero ad una proficua operazione, se ne raccolsero altri 70 nel Tirolo e nel Veneto. Ma anche qui, il Commissario ufficiale intervenne, appoggiandosi all'articolo 1° della legge sulla emigrazione che vieta di fare arrolamenti a chi non ne abbia avuta licenza dal Governo francese. In quella, l'antico padrone del bastimento, esigendo l'ultima rata del prezzo pattuito, diede l'allarme ai molti creditori di questi greci, sì che l'*embargo* fu posto sul *Peppino*. I due greci fuggirono. Il capitano licenziò l'equipaggio e scese. Gli emigranti, dopo di avere tumultuato e protestato, scesero pure.

lante arriva a colui che gli dovrebbe rispondere, ma che per un caso non strano, è in bancarotta ed in fuga.

Se or si domanda, qual fu la condotta in questo biennio, del Governo italiano di fronte all'emigrazione, fu, rispondiamo, pienamente conforme ai suoi doveri e poteri. Pur rispettando il verdetto della scienza moderna, la quale proclama la libertà di emigrare, nè ossequioso all'esempio della vicina Francia, che proibiva ai suoi cittadini gli arruolamenti per il Brasile e la Venezuela, il Governo italiano fe' tutto quanto le leggi attuali gli permettevano per tutelar l'emigrante contro la propria ignoranza e le subdole arti degli ingaggiatori. Diede cioè, la massima pubblicità per mezzo de' funzionari dell'interna amministrazione e per mezzo della stampa periodica ad ogni notizia di qualche utilità per la popolazione emigrante, e intorno alle condizioni geografiche, igieniche, politiche dei paesi che più invitavano gli animi e al prezzo delle derrate raffrontato ai salari, e alle leggi, ai contratti e perfino ai progetti di colonizzazione dei vari Governi (1), come pure agli inganni che si stavano ordendo; non lasciò d'incoraggiare le istituzioni che cooperano al filantropico scopo, come la benemerita Società di patronato per gli emigranti, nè inibì i suoi archivi agli studiosi della materia; richiamò in vigore alcune disposizioni della Circolare 18 Gennaio 1873 conciliabili colla libertà, come quella di non accordare il passaporto, nei luoghi dove una tal formalità fosse chiesta, se non a coloro fra gli emigranti che avessero fatto constare di aver ricevuto l'avviso del giorno dell'imbarco; deferì ai tribunali quanti agenti clandestini potesse e sfrattò gli esteri dallo Stato; tenne sull'avviso con ripetute Circolari i Prefetti, principalmente i Prefetti ai confini e ai porti del Regno; e quando la emigrazione in Svizzera minacciò di assumere proporzioni gigantesche si accordò col Go-

(1) Citeremo fra i progetti di colonizzazione quello del signor Barros e Cunha Ministro dei Lavori Pubblici del Portogallo, che vagheggiava di fondare nell'Alentejo tre colonie, una tedesca, una lombarda e una scozzese. Fatta per altro una gita sui luoghi (crediamo nel Maggio 1877), lo stesso Ministro dovette persuadersi della ineseguibilità del progetto, e perchè, non essendovi nell'Alentejo terre demaniali, il Governo avrebbe dovuto comprarne, il che non consentiva l'Erario, e perchè la qualità delle glebe non prometteva fruttuosi raccolti.

verno elvetico, che ci aveva pari interesse, affinchè i posti di gendarmeria sulle frontiere, avvertissero i lavoranti che trapassavano, della nessuna probabilità di trovar lavoro nella Confederazione; poi, quando l'avvertimento non valse, affinchè fosse respinto chi non provava di essere già accaparrato a lavori sicuri o non possedesse almeno una quarantina di lire, tanto per rincasare. Nè, davvero, il Governo poteva essere meglio servito di quel che fu dai funzionari dell'interna amministrazione e dell'estera. Già abbiamo detto della benefica influenza del conte Fè pei nostri emigrati al Brasile: dobbiamo aggiungere una parola di lode pel cavaliere di Licignano, Incaricato d'affari d'Italia al Guatemala, che s'impegnò, se non con fortuna, con cuore, ad alleviare la condizione di que' disgraziati, posti nel bivio fra la miseria e la rinuncia della cittadinanza nativa; pel marchese Spinola, al quale la colonia italiana di Buenos Ayres deve anche l'iniziativa di una cassa di rimpatrio, e pel commendatore Strambio, Console generale a Marsiglia, le cui premure a pro della nostra emigrazione sono tanto più apprezzabili in quanto che dovevano conciliarsi cogli interessi di molte classi di quella città commerciale (1). Altri Consoli poi diedero opera, più che con zelo d'ufficio, per procurare lavoro ai braccianti che loro capitavano a torme; come il cavaliere Peill che potè collocarne nei lavori delle fortificazioni di Colonia e della ferrovia della Mosella, otte-

(1) A mostrare quanto l'elemento italiano predomina nell'emigrazione che va ad imbarcarsi a Marsiglia, diamo il seguente specchietto:

Nel 1877 s'imbarcarono a Marsiglia

Italiani	6,992	Portoghesi	17	Tedeschi	4	Orientali	8
Svizzeri	50	Spagnuoli	16	Russi	4		
Ottomani	26	Austriaci	11	Uruguayini	3		
Argentini	25	Marocchini	10	Americano S. U.	1		
Inglesì	20	Brasiliani	6	Polacco	1		

In tutto, uomini 4,831, donne 1,317, fanciulli 831, poppanti 214. La maggior parte pel Brasile e la Plata.

nendo inoltre per tutti forti ribassi sui prezzi di trasporto; come il cavaliere Massone alla Venezuela, che seppe, senza toccare alla responsabilità della Legazione, provveder spesso e pane e lavoro; come molti e molti altri, di cui qualcuno mise anche mano alla sua borsa particolare e qualch'altro fu, in segno di riconoscenza, minacciato della vita. Nè taceremo del sig. d'Orbigny, Agente consolare alla Rochelle, che nell'episodio dell' *Haugereid* mostrò quanto un uomo di cuore può fare per i simili suoi, nè della Società di beneficenza a Marsiglia, che coadiuvando egregiamente quell'ottimo Consolo, distribuì soccorsi, appoggiò reclami, promosse rimpatri.

Contuttociò, bisogna pur confessarlo, i risultati non furono splendidi. La protezione interna riuscì raramente a distogliere l'emigrante dal correre ai danni suoi, l'estera ad attenuarglieli. E le cause son molte. Per quanto riguarda la tutela interiore, abbiamo, oltre la naturale incuria, anzi lo spregio per i consigli degli altri, la crassa ignoranza, usufruita abilmente dagli arrolatori, la quale fa sospettare in tutte le sollecitudini di un Governo altrettante minacce di fiscalità, e l'esca delle concessioni di terreno e dei passaggi gratuiti e la facilità di transito in Francia e colà il liberissimo imbarco. Di più, la legislazione attuale non dà mezzi al Governo per sbarazzare l'emigrazione dagli agenti sollecitatori. Sembra che i loro raggiri e le truffe non appartengano quasi, in faccia alla legge comune, ai delitti. Deferiti all'autorità giudiziaria, o ne tornano tranquillamente candidi come colombi, o se la cavano per le larghe maglie del Codice, non rimettendoci che qualche penna che loro non toglie la facoltà di volare. Quanto poi alla protezione estera, la si spunta non raramente contro Governi che hanno interessi contrari ai nostri. Se infatti, non si può, qui in Italia, dove la classe ufficiale concorre tutta ai medesimi scopi, persuadere chi intende partire a rimanersi in paese, come ciò si potrebbe, per es. ad Amburgo, a Brema, a Marsiglia, all'Havre, luoghi tutti pei quali l'emigrazione è fonte perenne di lucro? (1) E

(1) Giusta la relazione sulla emigrazione presentata nel 1877 al Reichstag, il numero degli emigrati imbarcati nel 1876 ad Amburgo, a Brema e a Stettino, benchè minore di 5,712 a quello del 1875, ascendeva ancora alla cifra di 50,577.

tanto ancor meno vi ha probabilità di riuscirci negli Stati di destinazione, perchè, da un lato, i Governi, solleciti di favorire la immigrazione non fanno sempre buon viso alle nostre rimozioni e proposte, riputandole talvolta lesive ai loro diritti e alla lor dignità, dall'altro le Legazioni Regie e i Consolati non possono quasi mai proteggere completamente le sorti dell'emigrato, o perchè v'è di mezzo un decreto di naturalizzazione, come alla Venezuela e al Guatemala, o per un articolo di Regolamento che determina tassativamente i casi in cui sono concessi i rimpatri e i sussidi, o per la quantità stessa dei supplicanti che impone un generale rifiuto. Nè val l'argomento dell'*eccezione del caso* che troppo spesso s'invoca, essendosi fatta per ora, una tale eccezione, universal regola, per soddisfare alla quale si esaurirebbe l'Erario. D'altra parte, se il Governo non ha obbligo alcuno di provvedere nel Regno ai propri indigenti, perchè mai ne ha d'avere per quelli che si trovano all'estero e che, di più, si son messi, a dispetto d'ogni solenne avvertimento, nel deplorabile stato? Tutto ciò dunque che i Rappresentanti Regi possano fare per gli emigrati è di loro indicare quali sono i lavori locali che domandano braccia, di raccomandarli alla benevolenza degli intraprenditori e alla protezione delle Autorità, di farli accettare, quando s'ammalano, negli ospedali, di lasciarli infine dallo Stato cui spetta, se la loro miseria si fa turbolenta, rimpatriare coll'espulsione.

Per rimediare a tutti o almeno a qualcuno dei mali che abbiamo accennati, molte proposizioni furono fatte al Governo. Fu, ad esempio, proposto che l'intero servizio dell'emigrazione diventasse pubblico com'è in Inghilterra, ma ciò avrebbe creato al Governo non assumibili responsabilità, nè l'esempio dell'Inghilterra ha valore, che ha proprie colonie nelle quali può sorvegliare la sorte de' suoi emigrati; fu proposto che nei porti del Regno si stabilissero agenzie ufficiali di controllo per tutto quanto riguarda le condizioni della partenza (contratto di arrolamento, prezzo della traversata, stato della nave, ecc.) ma si osservò giustamente che nel porto d'imbarco il male è per lo più irrimediabile, essendosi già l'emigrante sciolto dagli utili legami che lo rattenevano alla patria, come proprietà territoriale, salari, impieghi ecc.; fu proposto che non si permettesse l'imbarco a chi non garantiva di avere mezzi per il rimpatrio o pel rimborso delle spese eventuali che a suo vantaggio incontrassero

i Consoli, ma oltre che queste son vessatorie misure e quel ch'è peggio facilmente ingannabili, non si farebbe con esse se non aumentare gli imbarchi nei porti stranieri a danno dei nazionali; fu infine proposto che si omettesse nei passaporti la formola dell'assistenza diplomatica e consolare, la quale spesso lusinga i titubanti a emigrare e crea fastidi ai Rappresentanti Regi, che vedon pretendersi come diritto quanto non si concede che come rado favore, e di ciò si tenne, crediamo, calcolo. Nè mancarono insieme proposizioni perchè si andasse a piantare la patria bandiera su qualche pezzo di terra, non ancora occupato, per poi sfogarvi la emigrazione a solo nostro profitto, o perchè si trovasse un modo d'accordo fra le leggi italiane sulla naturalizzazione e quelle di America, ma, tutti questi disegni non avendo avuto fortuna, siam dispensati dal dirne più a lungo,

Conchiudendo; si fa sempre più viva la necessità di una legge completa sulla nostra emigrazione, che senza nè favorirla nè impedirli, giovi energicamente a proteggerla. Il voto del Congresso degli Economisti (Milano, 5 gennaio 1875) e quello dei nostri più valenti scrittori su questo argomento, dovrebbe invitare chi regge la pubblica cosa a proporre una in cui si potessero fondere, assieme con le proposte varie che già vennero formulate circa la presente materia (1), anche le disposizioni che già possediamo sul *trasporto dei passeggeri nei viaggi marittimi*, e sui passaporti, come pure talune generali istruzioni che trovansi nelle molteplici Circolari del Ministero dell'Interno ai Prefetti, aggiungendovi un largo capitolo di disciplina severa per le agenzie. Ed è su ciò che converrebbe insistere principalmente. Senza dividere l'opinione di coloro che le vorrebbero tutte proibite, poichè, molte volte, tali agenzie non sono soltanto utili ma necessarie, e d'altra parte non si farebbe, come si disse, che accrescere le industrie clandestine, desidereremmo che la legge desse al Governo una più vigorosa autorità su di esse. E a ciò non basta che l'agente sia tenuto a dimandare l'autorizzazione ministeriale, la quale non

(1) Tra le proposte più recenti sono degni di nota speciale lo schema di legge che gli onorevoli Minghetti e Luzzatti presentarono alla Camera dei Deputati nella tornata del 22 giugno 1878 e quello presentato pure nella stessa tornata dall'onorevole Del Giudice.

si concederebbe se non a persone d'indubbia moralità, non basta che le agenzie sieno soltanto permesse dove la sorveglianza della polizia o il controllo del Commissario d'Emigrazione, com'è in Francia e in Germania, riesca facile e quotidiano, e che gli altri agenti, girovaghi, clandestini, nazionali o stranieri, siano minacciati di pene che superino di gran lunga, in probabilità e misura, le promesse del lucro; occorre anzitutto che le agenzie da autorizzarsi prestino una cauzione in denaro proporzionata all'importanza degli affari che imprendono (in Francia va dalle 15 alle 30,000 lire) aumentabile quando si creda opportuno, la qual cauzione, destinata a risarcire chi emigra dei mali arrecatigli colposamente dalle agenzie, sarebbe la miglior guarentigia acciocchè la speculazione privata proceda di pari passo coll'onestà e coi veri interessi dell'emigrazione spontanea.

Fra le ultime notizie che ci pervengono in questi giorni sulla nostra emigrazione al Brasile, notiamo le seguenti. Benchè l'emigrazione ufficiale sia ora affatto cessata, la privata continua su vasta scala e minaccia di farsi sempre maggiore. Nei primi del dicembre 1878 il Vapore « *Liguria* » sbarcò a Rio de Janeiro 106 emigrati italiani e il dì 21 dello stesso mese, il vapore del Lloyd germanico « *Köln* » ne sbarcò altri 254 provenienti da Brema e dall'Havre, mentre colà se ne attendevano di giorno in giorno altri 100 che si erano imbarcati a Napoli.

Complessivamente, i coloni delle varie nazionalità giunti in Brasile negli ultimi 6 mesi del 1878 ascenderebbero ai 36,000, e la mortalità fra gli stessi sarebbe stata 5 volte maggiore che non in Italia.

Quanto poi alle somme spedite in patria da tutti i coloni, raggiunsero nel 1878 la cifra di 2 milioni circa di lire. Non è però che il 4 % degli emigrati italiani che possa inviare a casa sussidi.

BOLLETTINO CONSOLARE

PUBBLICATO PER CURA

DEL

MINISTERO PER GLI AFFARI ESTERI

DI S. M.

IL RE D'ITALIA

Volume XIX - Parte I.

1883

ROMA

LIBRERIA DEI FRATELLI BOCCA

Corso 216.

LE COLONIE BRASILIANE
CONTE D'EU E DONNA ISABELLA

RAPPORTO

dell'Avv. ENRICO PERROD

R. Console a Porto Alegre

(Gennaio 1883).

Consistendo la maggiore importanza di questo Ufficio consolare nelle numerose colonie italiane stanziate in questa provincia, e quasi tutte a poca distanza relativamente da Porto Alegre, ma sconosciute affatto e senza relazione alcuna col R. Consolato, mi parve più che urgente, fin dal mio arrivo, di farmi un criterio *de visu* del loro stato attuale, e però mi decisi a visitarne subito due almeno delle più importanti.

Così approfittai delle feste natalizie per recarmi a quelle denominate *Conte d'Eu e Donna* o *Principessa Isabella*.

Prima di partire però credetti bene di avvisarne verbalmente il signor Presidente della Provincia. Egli accolse con segni manifesti di soddisfazione il mio disegno. E poichè vaghe e contraddittorie erano state fin allora tutte le relazioni pervenute a questa presidenza su di esse, aggiunte cortesemente che dai miei giudizi e dai miei apprezzamenti, si sarebbe fatto un criterio sui vari bisogni di quelle colonie e nelle cose più urgenti da farsi a loro favore.

Addì 28 Dicembre u. s. m'imbarcai sul *S. Jean*, uno dei piccoli vaporini che fa il servizio dei rii; rimontai il fiume Cahy fino a

S. Giovanni di Montenegro, primo sbocco e centro di comunicazione per le numerose colonie *Marota*, *S. Maria de Soledad*, *Conte d'Eu* e *Donna Isabella*, ed i campi pastorizi della Vaccaria, rinchiusi precisamente fra le scaricazioni dell'Alto Uruguay, quelle del Taguary, nonchè a l'est da un affluente di Porto Rio, come appare dalla carta geografica.

Il 29 mi rimisi in cammino e non fu che a sera inoltrata che arrivai in una capanna in legno, che è la prima casa coloniale del *Conte d'Eu*, e serve di locanda, orrenda n'è la strada attraverso boschi e foreste vergini ancora, e tale che appena le nostre capre la potrebbero percorrere, con pantani ad ogni tratto, e senza ponti. Mi ringuagliardivo pensando all'eroismo de' primi nostri coloni, ed all'impressione dolcissima di andare a ritrovarmi in mezzo ad una popolazione di 14,000 abitanti, tutta bianca, e di cui 12,000 della nostra nazionalità.

Prima però di procedere nella mia narrazione, dirò qualche parola sulle colonie in generale.

Vi sono nel Brasile tre generi di colonie, le governative, le provinciali e le particolari.

Le prime dipendono e sono sotto la diretta amministrazione del Governo centrale, le seconde dal Governo provinciale, le terze sono proprietà di particolari che comprarono e dall'una e dall'altra autorità per un prezzo infimo, estensioni enormi di terreno, coll'intenzione di rivenderle essi stessi agli emigranti, ma giammai di coltivarle loro stessi.

Vi sono poi le colonie emancipate che dovrebbero chiamarsi piuttosto municipii, eppure dalla loro origine continuasi a chiamarle colonie.

Tredici sono oggi le colonie propriamente dette.

Conte d'Eu, *D. Isabella*, *Nuova Palmira*, *Caxias*, *Nuova Metropolis*, *S. Feliciano*, *Conventos*, *Estrella*, *Marata*, *Mundo Novo*, *Bocca di Monte*, *Montalverne*, *Nuova Amburgo*.

Appartengono alla prima categoria *Conte d'Eu*, *D. Isabella*, *Caxias*, *Bocca di Monte* alla seconda *Montalverne*, e *Nuova Petropolis*, alla terza tutte le altre.

San Leopoldo tutto tedesco, e *Silveira Martins*, tutto italiano sono oggi due fiorentissimi municipii, ieri colonie. Mi venne assicu-

rato che *Silveira Martins*, manda già incirca 40,000 franchi all'anno in Italia; esso ha preso la prima medaglia d'oro all'esposizione allemano-brasiliana di Porto Alegre poco tempo fa.

Qual'è la legge, base dell'amministrazione attuale delle colonie generali? È quella promulgata il 19 gennaio 1867.

In virtù delle disposizioni contenutevi, il Governo centrale crea la colonia, determina l'estensione uniforme di essa in 174,240,000 metri, la divide in lotti urbani e rurali di una superficie, che varia secondo le tre categorie, fra i 605,000 ed i 151,250 metri quadrati, fissa il prezzo d'ognuno, le condizioni per avere i titoli provvisorii e definitivi, le incumbenze del direttore e consiglio direttoriale, e le prescrizioni pure importanti cui hanno da assoggettarsi i coloni prima di essere proprietari delle terre, infine regola i sussidii bilanciati all'uopo e destinati all'emigrante-colono.

Interessando di conoscere in che consistono tali sussidii o meglio consistevano, li descriverò qui appresso:

« Art. 29. Durante i primi dieci giorni del loro arrivo, i coloni che lo vogliano, saranno sostenuti a spese della colonia, portandosi al loro debito il valore dell'anticipazione perchè possa essere rimborsato nella forma dell'art. 6.

« Art. 30. Nel giorno in cui il colono entrerà in possesso del suo lotto, il Direttore gli rimetterà, come aiuto gratuito pel suo primo stabilimento, la somma di 20,000 reis, e a chi fosse capo di famiglia, un dono eguale per ogni persona maggiore di 10 anni e minore di 50.

« Art. 31. I coloni avranno diritto di ricevere nella stessa occasione le sementi più necessarie per le prime piantagioni destinate al loro sostentamento, come altresì gli strumenti agricoli dei quali abbisognino; essendo il costo di questi come anche quello del diboscamento, casa provvisoria e qualsivoglia altra anticipazione, unito al prezzo delle terre per essere pagato congiuntamente a questo, e nel modo già dichiarato.

Debbo aggiungere che in certe colonie come in quelle *Conte d'Eu* e *D. Isabella*, i sussidii in sementi e provviste continuarono per due anni di seguito, però non gratuitamente, essi furono computati nel credito che il Governo ha verso ogni colono, e che questi deve saldare prima di ottenere il titolo definitivo. Fino allora il colono

non ha che un titolo provvisorio, abbenchè la colonia sia stata emancipata,

Col 1° Gennaio 1881 questa legge subì una grave modificazione, che per non essere stata sufficientemente divulgata ne' nostri comuni, è causa ancor oggi de' più strazianti spettacoli.

Gli articoli citati de' quali si parla sopra, furono soppressi, rimanendo in vigore tutte le altre disposizioni.

Non sussiste ora altro favore se non il passaggio fluviale gratuito da Rio Janeiro all'ultimo porto di sbarco.

I direttori fecero bensì osservare come questo favore serviva d'inganno agli emigranti, e così li esponeva a morir di fame prima di giungere alla sede delle colonie, e proposero o di sopprimere anche questo vantaggio o di ritornare all'antico regime protezionista, ma il Governo insistette nel suo mezzo termine, e diede anzi ordini perentorii alla Presidenza di attenervisi con tutto rigore.

Veramente ora si fa sentire meno il bisogno di questi sussidi, fuorchè quello consistente nel procurare gratuito il viaggio dal porto di sbarco alla sede delle colonie, reclamato vanamente con la maggior insistenza da tutti i direttori; anzi è un bene giacchè, sui 2,200 emigranti che arrivano qui all'anno, 1,500 non vengono più verso l'ignoto, ma chiamati da parenti od amici, i quali o già loro hanno preparato un'occupazione, o sono pronti ad aiutarli per fondare la colonia.

Pel Governo non vi sono più coloni nei nuovi arrivati, ma emigranti. Questo è il principio che va predominando.

Accennai all'emancipazione.

Quali ne sono le condizioni? Che diventano le colonie dopo di essere state emancipate?

La condizione imprescindibile è l'uso di una strada carrozzabile che rannodi la colonia al primo suo centro di consumo. Dato questo mezzo o lavoro, il Direttore procede alla contabilità d'ogni singolo colono verso il Governo, al rilascio dei titoli provvisorii (1) e nell'istesso

(1) *Designazione di lotto di terre.* — A viene, per il presente titolo, designato il lotto di terre, indicato nella pianta della Colonia, distretto.
 N. colla superficie di braccia quadrate, a un dipresso affine di acquistarlo come sua proprietà, a condizione di coltivarlo e stabilirvi dimora effettiva e di sottoporsi a tutti gli altri obblighi attinenti alla compra dello stesso lotto, i quali obblighi sono i seguenti:

tempo alla nuova misurazione dei lotti colonizzati, l'applicazione delle multe per chi deviò dai limiti prefissati nella prima demarcazione, e l'esame dei reclami a questo proposito. Compiute queste operazioni, la colonia vien dichiarata emancipata e diventa un municipio.

Fra le non emancipate, ma da esserlo entro l'anno corrente, secondo mi assicurò il loro direttore attuale, figurano precisamente *Conte d'Eu* e *D. Isabella*.

Posizione, superficie e clima di Conte d'Eu e Donna Isabella.

Amministrativamente queste due colonie non ne formano che una sola. Però in seguito ne parlerò separatamente per maggior chiarezza e precisione.

1. Curare della conservazione dei segni divisori quando abbia ricevuto il lotto misurato e demarcato impedendo che vengano slocati, e sostituendo per altri quelli che sieno stati distrutti dal fuoco o da altro accidente. Quando scompaiano o vengano slocati detti segni, la spesa, nel caso che sia necessaria, per il nuovo misuramento e demarcazione sarà unicamente a carico del compratore, e, se confinano due o più lotti, si dividerà proporzionalmente tra i rispettivi proprietari.

2. Nello spazio di sei mesi a datare da questa designazione deve star diboscata e piantata un'area di mille braccia quadrate e costrutta una casa per abitazione di esso e della famiglia, di 400 palmi quadrati, per lo meno. La trascuranza di quest'obbligo cagionerà la perdita delle bonificazioni già fatte, come delle rate già pagate, facoltando il direttore a vendere il lotto designato, salvo caso di forza maggiore o di malattia prolungata e provata, nel quale caso si concederà al compratore una proroga di 2 a 6 mesi.

Le questioni che possano nascere tra esso e il direttore, saranno risolte da arbitri scelti tra quelli che abbiano, almeno, tre anni di residenza fissa nella colonia.

3. Il compratore otterrà il titolo definitivo di proprietà del lotto designato dopo di averlo totalmente pagato, saldato tutto ciò che deve allo Stato e provando che esso od altra persona di sua piena confidenza abbia avuto per lo meno un anno di residenza abituale e coltivazione effettiva nel detto lotto.

4. Sono soltanto esenti dall'obbligo di abitazione e coltura effettiva i lotti di minor superficie nei distretti urbani che vengano concessi a fine di riconosciuta utilità. Non essendo convenientemente profittati nello spazio di 2 anni, cadranno in penalità, salvo giudizio arbitrato.

5. Le strade pubbliche avranno 4 braccia di larghezza, e non si potranno piantar alberi se non alla distanza di almeno un braccio dalla strada. Per l'apertura di nuove strade si sproprierà lo spazio necessario e ne saranno indennizzati i proprietari, tanto delle bonificazioni in esso esistenti, come del terreno, il prezzo del quale sarà quellò della compra primitiva durante i primi cinque anni, contati dalla data della stessa.

Esse sono collocate sul Rio dos Antos, uno degli affluenti superiori del fiume Taquary e si incontrano sulla stradiciola che da S. Giovanni di Montenegro prende la direzione ai campi della Vaccaria. Ognuna di esse possiede 16 leghe quadrate di territorio, la prima è distante 11 leghe e mezzo da S. Giovanni di Montenegro, e la seconda 15.

Non v'è un palmo di prateria sull'orizzonte, se non ciò che è diboscato e dissodato dai coloni. È tutto una foresta foltissima, che impone terrore.

Abbenchè l'elevazione del suo suolo non sia che di 770 metri al

6. Dovranno essere immediatamente e totalmente rimossi gli alberi che nel diboscamento cadessero sulla strada, affine di conservar sempre libero il transito, osservandosi a questo rispetto ciò che prescrive la Municipalità.

7. Per i ponti ed altri lavori pubblici, si potrà gratuitamente trarre dalle parti inculte dei lotti, legnami, pietre ed altri materiali e ne sarà indennizzato, mediante arbitraggio, il proprietario quando di ciò risulti danno permanente.

8. I proprietari dei lotti dovranno nei fondi degli stessi aprir scorciate, la cui conservazione rimane a loro carico, dovendo diboscarle e nettarle annualmente, conservando i segni competenti come si è già detto.

9. Il prezzo di questo lotto è di reis per braccio quadrato e sarà pagato dal compratore nella forma determinata dal rispettivo regolamento, il quale dovrà essergli stato palese. Finchè non sia totalmente pagato, e finchè non sia saldata qualsiasi altra somma che il compratore debba allo Stato, rimarrà lo stesso lotto ipotecato, non solo per il pagamento come per le multe in cui incorra il proprietario per infrazione delle leggi relative alla conservazione delle strade.

10. I diritti conferiti per la presente designazione sono vevoli per la persona o famiglia in cui beneficio è tratta, od ai suoi discendenti ed eredi colla necessaria idoneità per compiere cogli obblighi sopra accennati, e specialmente colla coltura ed abitazione costante e colla conservazione delle strade. Per la trasfenza di questi diritti per vendita o per qualsiasi altro modo, è necessaria l'approvazione del Presidente della provincia sull'informazione del Direttore.

. 18 . .

IL DIRETTORE

Dichiarando il Direttore soddisfatte le condizioni riferite nella clausola 2^a, la presente designazione ha la validità di *titolo provvisorio*.

Colonia, addì 18 . .

Essendo soddisfatte le condizioni menzionate e trovandosi il compratore sgravato di ogni debito al Tesoro Nazionale, gli appartiene il diritto di ricevere il *titolo definitivo* del lotto che per il presente gli fu designato.

Colonia, addì 18 . .

IL DIRETTORE

disopra del livello del mare, si sente assai freddo, non essendo raro il vedere cadere neve in Settembre ed Ottobre. Però la temperatura si mantiene più uniforme che nella pianura. Egli è per ciò che i nostri coloni trovano in queste contrade una temperatura somigliante a quella de' loro paesi ed un suolo fertilissimo, producendo esso perfettamente il grano, l'orzo; la segala, l'avena, il lino, il cotone e quasi tutti i frutti dell'Europa, siccome pure la mandorla, la canna di zucchero, il tabacco e diversi altri frutti e piante della zona tropicale.

Il Rio dos Antos che attraversa in una grande estensione quelle due colonie, il cui suolo è bagnato altresì da varii suoi affluenti, è navigabile per piraghe fino al villaggio di Santa Barbara, per scialuppe fino alla villa di Taquary, e per vapore fino alla città di Porto Alegre.

Il Rio dos Antos serve al trasporto dei legnami in zattere, le quali discendono a seconda dell'acqua. L'aria, il clima, le acque sono così pure e dotate d'ogni condizione di salubrità, che secondo l'ultimo movimento della popolazione non si ebbe a notare che 37 decessi all'anno su di una popolazione di 14 mila abitanti. V'è però da tenere in conto che questa emigrazione è il fiore della nostra classe lavoratrice.

In piante e vegetali, il suolo è pure assai ricco. Vi sono in abbondanza alberi di salsapariglia, di prina, di cicuta, di assenzio, di salvia, di bettonica, di cedro e di pini, nonchè di sambuco.

Eppure a malgrado di tutti questi vantaggi, che ora solamente si conoscono, arduissima ne fu la colonizzazione.

I racconti dei primordii della colonia fanno rabbrivire. Ci volle proprio tutta la forza del nostro carattere, tetragono ad ogni sofferenza e privazione, per piantarvi le basi di una civiltà, e già, lo posso dire, questa spunta rigogliosa e promettitrice di uno splendido avvenire.

Origine delle due colonie.

Secondo le informazioni avute, fin dal 1868 alcuni coloni tedeschi si provarono ad andare a diboscare quelle selve, ma retrocedettero tutti.

Il Governo provinciale deliberò nel 1871 di fare popolare per conto suo questo punto inferiore della provincia, dimenticato in mezzo alle foreste ed abitato da animali feroci, però non fu che nel 1874 che potè indurre alla virile impresa e per conto del Ministero di agricoltura, industria e commercio, 48 emigranti francesi con tutti i soccorsi di cui parlai; ma fuggirono anch'essi appena esaurite le anticipazioni, senza avere abbattuto una pianta. Nel 1876 questo territorio passò sotto il dominio diretto dello Stato, ed intanto altri emigranti erano sopraggiunti, e questa volta in maggior parte di nazionalità italiana. Questi solamente perdurarono imperterriti nella lotta che due o tre francesi soli sui 200 arrivati accettarono.

Vinte le prime difficoltà, vinto l'isolamento assoluto, l'emigrazione italiana non più cessò di fatti; due anni dopo, cioè nel 1877, secondo un rapporto a stampa presentato al Presidente dal Direttore interino signor Cartier, nella sola colonia *D. Isabella* si contarono già 1,929 coloni, di cui 1.302 italiani, 505 tirolesi, 12 francesi e 10 brasiliani, ed oggi fra le due colonie si contano secondo la cifra ufficiale fornitami dal Direttore, 12,000 abitanti di cui 10,000 italiani; anzi dalle informazioni raccolte, mi venne assicurato che la si può aumentare di duemila, per essere stato fatto il censimento un po' alla leggiera.

Quanto costarono al Governo brasiliano.

Quale fu per l'erario brasiliano l'anticipazione fatta? Da relazioni approvate, presentatemi dallo stesso signor Cartier, che ebbe sempre predominante influenza presso i Direttori, si ha da valutare senza timore di errare di molto, a 3,600 conti, cioè 9,000,000 di franchi la spesa totale anticipata dal Governo per queste due colonie, dalle loro origini fino al 1882 inclusivo, compresi però gli stipendi degli impiegati. Questa somma sembra enorme, eppure se grazie alla mancanza assoluta di controllo amministrativo, si ha da prelevare un terzo di quella somma per essere passata altrove; o spesa inutilmente, un terzo fra il novedecimo e mezzo ($2,200 \times 390,000$ reis) per *Donna Isabella* ed un novedecimo ($2,000 \times 300,000$ reis) per *Conte d'Eu*, che ricaverà dalla vendita del terreno con cinque anni di tempo, e quasi altrettanto nel credito che porterà in conto per provviste, se-

menti, e case provvisorie, nel rilasciare i titoli definitivi, a che si riduce questa protezione brasiliana all'emigrazione? Alla più felice delle speculazioni pel Governo ed il paese, ad un'intrapresa che ha da rendergli il 100 %/, mettendo a cimento tutto a favor suo il coraggio sovrumano de' nostri poveri contadini.

Vantaggi pel Brasile.

Di fatti in cinque anni, il Governo brasiliano si rimborserà di tutte le spese, e si creerà una ricchezza pubblica di oltre 10 milioni, procacciando alla provincia una regione che unitamente a quella Caxias pure italiana quasi tutta, ha da emancipare la provincia dell'importazione dei vini, grani, frutta e lino, e tosto sete, e provvederla di parecchi centri di attività e iniziativa nell'industria agricola, che giammai sarebbero spuntati da' suoi elementi indigeni neppure dal tedesco e dal portoghese. Poichè le colonie tedesche vecchie di 40 anni, sono rimaste povere relativamente alle nostre, e non hanno saputo estrarre da questo suolo se non i prodotti già conosciuti ai brasiliani; patate, fagioli, grano-turco, segala ed alcuni altri di importanza minore.

Con ragione, mi diceva il signor Antunes direttore attuale, essere le colonie italiane l'avvenire, l'unica ancora di salvezza per la prosperità ed il progresso di questa provincia.

Amministrazione.

L'amministrazione attuale si compone di un direttore, un'ingegnere, di due aiutanti, un sotto delegato di polizia, un medico ed un farmacista, più due fiscali.

Non mi consta che giammai alcun direttore siasi attorniato di un consiglio direttoriale dei più vecchi coloni; come prescrive la legge. Il suo compito principale è di condurre a termine la strada generale che rilega le due sedi a S. Giovanni di Montenegro, promessa da tanto tempo, epperò della massima urgenza; il Governo centrale non vi ha colpa, chè egli fornì sempre di molti mezzi pecuniarii le direzioni pagate, ma esse poco scrupolosamente adopraron quei mezzi per altri scopi.

Colonia Conte d'Eu — Confini.

Questa colonia si compone di un solo territorio limitato al nord e ovest dalla colonia *D. Isabella*, al sud dalla colonia particolare *Teutonia* e terre del barone di Jacuhy, all'est dalla suddetta *Teutonia* e terreni particolari di Santos Pinto.

Area.

L'area, compresi il distretto di Montrovel appartenente all'ex colonia *S. Maria de Soledad* annesso al *Conte d'Eu* nel 1877, è valutato in 46,754,40 ettari, di cui 5,324 da colonizzare ancora interamente. Vi sono adunque 190 lotti da ripartire e vendere.

Divisione amministrativa.

La colonia va poi divisa in 13 distretti (picade o linee in brasiliano) che sono Figuiera de Mello, Araripe, Aranja, Souza, Costa Real, Camargo, Garibaldi, Nova Garibaldi, Estrada geral, Boa Vista, Azevedo Costa, Victoria, Presidente Soares, S. Clara.

In questi 13 distretti vi sono già 2,000 lotti in via di colonizzazione. In media in coltura non ve n'ha ancora che la sesta parte di ognuno. Alcuni di essi distano sei a sette ore dalla sede, e non hanno altra via di comunicazione colla strada generale che un strettissimo sentiero appena praticabile, ingombrato ad ogni tratto d'alberi, pantanoso, da ingolfarsi fino alla cintura, pericolosissimo sotto ogni rapporto.

Popolazione.

Secondo i calcoli ricavati dai registri della Direzione e le informazioni avute dai più anziani, si ha da portarla a 5,500 abitanti la popolazione; dei quali 5,000 italiani, 100 francesi, 400 fra tirolesi e brasiliani.

Sede e Polizia.

Nella sede, scelta dagl'ingegneri come punto più conveniente pel futuro capoluogo del municipio, vi dimorano ora circa 200 persone.

Vi ha la sua residenza il primo aiutante del Direttore con un ragioniere che è italiano, nonchè il sotto delegato di polizia, unico ufficiale di pubblica sicurezza per una popolazione di 14,000 abitanti, o di 12,000, stando alla cifra ufficiale, ed è tanto occupato che tiene anche lui un negozio di ogni genere. In cinque anni non si contarono infatti in queste colonie che due delitti di sangue, ed il furto vi è quasi sconosciuto.

Chiesa ed abitazioni.

La colonia possiede una chiesuola in legno, ed un parroco stipendiato dallo Stato con la somma di 60,000 reis al mese (140 franchi) pure italiano. Inutile il dire che senza le elemosine dei coloni, egli non potrebbe vivere. Le case, meno una, sono ancora tutte in legno, però di una pulitezza ammirevole, mille volte più decenti che quelle che compongono i sobborghi di questa città. Eppure mattoni ve ne sono ed eccellenti da renderne la costruzione a miglior prezzo. Ve n'è una fabbricata nella sede stessa.

Industria agricola.

Ecco l'inventario industriale di tutta la colonia:

3 Fornaci di cui due per mattoni,
 20 e più molini ad acqua,
 1 Seghe a vapore,
 4 Sega ad acqua,
 2 Fabbriche di birra di proprietà tedesca,
 12 Negozi ove si vende di tutto; mercerie, ferramenta, vino, grani, fino a profumi per toeletta,

Il movimento di uno dei principali di questi magazzini è di 50 mila franchi all'anno,

2 fabbri ferraj,	2 Sarti,
2 calzolai,	2 falegnami,

Già si sta terminando da un italiano un'organo che la colonia intenderebbe di comperare per la sua Chiesa.

La vite cresce in modo sorprendente. Nel secondo anno si ha già dell'uva, nel terzo un raccolto abbondante. Le brinate (*gelées*)

che da noi rovinano alle volte tutta una messe, non hanno qui nessuna forza sulle piante, e perciò possono sopportarne due o tre senza che cessino di germogliare e produrre il delicato lor frutto. Secondo il dire di molti coloni, fu precisamente questa ricchezza agricola che trattenne i nostri emigranti, essendo il vino rosso carissimo e nocivo alla loro salute.

Il grano turco viene pure stupendamente appena seminato, abbenchè il campo sia ricoperto ancora dei rami e tronchi d'alberi che l'occupavano un mese prima.

Che fa anzi tutto il colono appena giunto? Taglia le piante più vicine alla casa, ne brucia i rami ed arbusti vicini, e dopo 15 giorni già vi semina ogni specie di grano e semi. I tronchi li lascia impu-tridire affinché seryano poi di concime.

In *Conte d'Eu* si è raccolto nel 1881 in media 5,000 ettolitri di vino. Triplice messe si ripromette di fare questo anno.

Prevalendo però l'uso ancora di produrre un po' di tutti i generi necessarii, darò una media del raccolto d'ogni famiglia all'anno sinora:

300	sacchi	di	grano	turco.
150	»	di	fagiuoli.	
25	»	di	patate.	
50	»	di	frumento.	
12	chilogr.	di	canape.	
25	»	di	lino.	
30	sacchi	di	riso.	

Visto l'eccedenza ragguardevole destinata al commercio, nella sede i prezzi basati su quelli di Porto Alegre ed il costo del trasporto fra la colonia ed il mercato centrale, sono bassissimi relativamente ai nostri.

Nella sede il vino . . . si vende L. 40 l'ettolitro

grano turco.	»	»	5	il sacco di	chilog. 55
frumento.	»	»	10	»	» 45
fagiuoli . . .	»	»	5	»	» 60

La media del costo di trasporto fino a Porto Alegre, è di 2,65 il sacco, e di 5,15 l'ettolitro di vino.

I prezzi invece in Porto Alegre sono:

Grano turco	(stessa misura)	L.	8 26
Vino	»	»	66 —
Fagioli	»	»	10 50
Fruento	»	»	7 —

La colonia che dà il risultato medio di cui sopra, si vende ora già 2,500 fr., detratto il debito verso il Governo brasiliano. In tre anni così ha:

In frutta si raccolgono delle pesche, fichi, ciriegie; ed oltre a ciò, canna da zucchero.

In animali vi sono già incirca:

3,000 vacche.
3,500 fra mule e cavalli.
e 3,000 capi, fra capre, pecore e suini.

Il prezzo medio di un mulo o di un cavallo è di L. 100 a L. 150.

La maggior parte del bestiame, se non tutta, proviene dai campi della Vaccaria.

Istruzione.

* Essendò stato uno de' miei moventi quello di farmi un criterio dello stato intellettuale di queste colonie e delle aspirazioni che vi si nutriscono riguardo l'istruzione, è naturale che ebbi a prendere le più accurate informazioni a questo proposito.

Chiunque rifletta che questa popolazione rozza quanto mai, vedeva per la prima volta il suo Rappresentante ufficiale, dopo essere stata sequestrata per sei o sette anni in quelle remote foreste, s'immaginerà forse che io sia stato assalito di suppliche. Benchè quei coloni avessero avuto tutto il tempo per prepararle, due sole, ed anche ragionevolissime, mi vennero presentate, una sulla strada di cui sopra, ed una sulle scuole. Da sè, hanno già fatto quanto le loro forze permisero a questo riguardo.

Di fatti il Governo brasiliano mantiene nella sede una maestra italiana, con stipendio di 15,000 reis al mese (36 fr.).

Chi non ha ancora economie, manda a questa i suoi bimbi, ma i padri di famiglia alquanto agiati, preferirono affidare, pagando 1000 reis al mese (2,50 fr.) l'istruzione elementare de' loro figli ad un maestro di loro fiducia, un tal Barni Emilio di Milano. Costui conta così 44 alunni, mentre tutti gli altri che stanno troppo distanti dalla sede, crescono nella più completa ignoranza. Questo maestro neppure potrebbe campare, egli e la famiglia con 105 fr., se non ricavasse una somma eguale con altri servizi di scritture pei coloni. È da notarsi che dall'interno tiene due ragazzi in pensione.

Ebbi a convincermi che egli ha istruzione e intelligenza superiore a quella di qualsiasi maestro elementare nostro. Però raro essendo ancora il denaro, ed elevatissimo il prezzo de' libri:

Abbecedario	500 reis (1 25)
Grammaticetta	1,000 » (2 50)
Libri semplici di lettura	(2 50 a 5,50)

lascio ai lettori il giudizio sullo spirito di coltura e di moralità che anima queste popolazioni agricole. Sulla media delle loro economie fissata in 300 fr. all'anno, secondo le mie indagini, ogni padre di famiglia preleva già 60 a 70 fr. per l'istruzione de' suoi bimbi. Eppure che mi chiesero verbalmente? Che domandano nella supplica? Non sussidii in danaro, ma in libri scolastici.

Sentendosi al riparo d'ogni sconvolgimento politico, questa gente ha una fede indomita nel lavoro; la comunanza negli affanni i più atroci, ha cementato fra loro un senso di mutuo soccorso, di concordia ammirevole; essa si trova soddisfatta, si lagna poco, epperò con quanta ragione; parla con un entusiasmo giovanile della sua patria, da cui la fame solamente la costringe a distaccarsi.

Della più grave importanza sarebbero le impressioni che andrebbe a suscitare e presso il popolo brasiliano e ad essi stessi, un aiuto governativo in quel senso, oltrecchè servirebbe di stimolo alle colonie più lontane per avere anche loro una piccola scuola. Guai se si lascia spegnere in queste contrade appartate, eppure sì attraenti agli emigranti onesti e laboriosi, i germi di un'istruzione elementare.

Questa generazione è inclinata a optare per la nazionalità italiana; gran pericolo s'avrebbe però di perdere tutto il vantaggio della legge brasiliana, se non ci preoccupiamo di aiutarli a vincere le prime

necessità morali. Domani forse quelli che oggi anelano con tutto il cuore verso questo lume, non lo vorrebbero neppure vedere anche se ne avessero a goderne gratuitamente. Fra le tre colonie *Conte d'Eu* (5,000) *D. Isabella* (6,000) e *Cacias* (9,000) attaccate le une alle altre a guisa di anello, abbiamo 20,000 connazionali, in cui regna, pel R. Governo, lo posso dire, una febbre d'entusiasmo che mi ha fatto piangere d'emozione. Quale influenza avvenire ha da seminare in questa provincia non dirò una larga protezione materiale, ma una testimonianza reale, continua de' desideri del R. Governo di secondare le più nobili loro aspirazioni?

Non v'è nulla da sperare sulle scuole brasiliane. Generali sono i lamenti e gli affanni nella città e nella campagna, dei padri di famiglia stranieri, a questo proposito.

Colonia Donna Isabella.

La distanza che separa le due sedi è di ore 2 e mezzo a cavallo percorsa da una strada larga di 5 a 6 metri, però mal tenuta ed inservibile ai carri.

Limiti.

La colonia *D. Isabella* è limitata al nord dal Rio Dos Antos, da terreni particolari e altri fiscali, ancora dalla strada generale di S. Giovanni di Montenegro alla Vaccaria, al sud dalla colonia *Conte d'Eu*, all'est dalla colonia *Clanias* e terreni particolari pure all'ovest dal Rio Dos Antos, e Rio Taquary.

Superficie.

La superficie è di 16 leghe quadrate.

Essa è divisa in due territorii, di uno verso il nord, ed ancora tutto da colonizzare, e l'altro verso sud lo è quasi completamente. L'area del secondo territorio è approssimativamente di 46,663,40 ettari, ed ha ancora 16,063 ettari, a vendere a' coloni. Essendo quasi altrettanto vasto il primo. Vi sono dunque ancora circa 60,000 ettari da colonizzare. (Dati fornitimi dal Direttore ed estratti da' registri ufficiali.)

La parte popolata va divisa in 15 linee o distretti coloniali:

Palmeiro	1,666	italiani secondo il censimento 1882		
Argemira	65	»	»	
Armenia	206	»	»	
Estrada generale	143	»	»	
Zamith	311	»	»	
Jacinto	426	»	»	
Faria Lemos	99	»	»	
Leopoldina	589	»	»	
Capo luogo	50	»	»	
Lima Fernandez	26	»	»	
Eulalia	110	»	»	
Alcantara	216	»	»	
Paulina	323	»	»	
Jansen	945	»	»	

Totale. . . 5,175 italiani

Silvo Pinto —
Pedro Salgado. —

Questi 15 distretti sono suddivisi alla loro volta in 2,200 lotti, tutti in via di colonizzazione.

Ogni lotto misura come già dissi 27 o 28 ettari quadrati.

In media non v'è finora che la sesta parte che sia diboscata e dissodata.

Ogni linea ha poi una cappella ed un cimitero.

Popolazione.

La popolazione generale è di circa 6,081 abitanti, suddivisa come segue :

5,175 italiani
735 austriaci (tirolesi tutti)
10 francesi
5 tedeschi
46 brasiliani.

Egli fu nel 1875 che arrivarono i primi coloni, e siccome i loro raccolti furono perduti dalla siccità, molti se ne andarono, specialmente i francesi.

• Nel 1877 v'erano soli 1,929 coloni, occupando sei linee solamente Strada generale, Palmeiro, Jansen, Leopoldina, Jacintho, S. Eulalia.

In cinque anni adunque vi fu accrescimento fra nascite e nuovi emigranti di 4,000 abitanti.

Sede.

La sede, di fatti, cambiò subito d'aspetto. Mentre nel 1877 non v'erano che le case della direzione, del medico, una cappella provvisoria, più 4 casupole, ora si contano già 21 case di pietra, e circa 40 altre in legno, però tutte di una pulizia che ricorda i *chalets* svizzeri.

Industria.

In tutta la colonia si trovano poi:

circa 40 negozi, forniti di ogni specie di articoli

3 fabbri ferrai

1 macellaio

1 albergo

4 calzolai

2 sarti

4 fabbriche di liquori

4 fabbriche di birra

1 falegname

4 fabbriche di mattoni

1 fabbrica di terra cotta (terraglie)

1 concia

60 molini idraulici

1 sega ad acqua

1 torchio.

Molte famiglie toscane fabbricano cappelli di paglia.

Industria agricola.

La media annuale in prodotti, per ogni famiglia o lotto coloniale è di:

55	sacchi	di grano turco
10	»	di fagioli
40	»	di patate
20	»	di frumento
30	»	di segala
10	»	di orzo
2	»	di riso
60	chilog.	di lino
10	ettolitri	di vino
50	chilog.	di tabacco.

Vi sono già 5 o 6 coloni che introdussero la coltura del cotone, come pure quella dei semi di bachi. In due anni si è già ricavato 5 o 6 kil. di seta in filo. Due o tre aspettano i forni che hanno di già ordinato in Italia. Un tal Zannone italiano mi diceva: sperava nell'anno corrente farne almeno 30 kil. di seta, ed avere intenzione di procacciarsi una macchina per lavorarla in famiglia.

Abbenchè ogni colono cerchi di produrre un po' di tutti i generi, secondo lo specchio di cui sopra, e naturale che molti coltivarino di preferenza, spinti dalle tradizioni di famiglia e dalla natura del suolo, un genere piuttosto che un'altro. La vite però è quella che eccita i maggiori sforzi, e dà pure il più lauto guadagno.

Vi sono già molti coloni che dopo tre anni soli di coltivazione, ne ritraggono già dai 3 ai 5 mila franchi all'anno. Si cerca eziandio di migliorarne la qualità, introducendo ognor più ceppi italiani, i quali danno un vino uguale al nostro, ed indi di molto superiore, senza paragone al vino d'uva indigena.

In Porto Alegre il vino delle colonie va surrogando sempre più il vino rosso di Bordeaux e quello troppo forte del Portogallo. Fra pochi anni queste colonie potranno già provvedere i paesi vicini di quest'importante merce.

Di chi ne sarà il vanto ed il profitto maggiore? Dei coloni italiani

e tirolesi esclusivamente, brasiliani e tedeschi non se ne intendono punto in questo ramo, ne se ne vogliono curare.

V'è un tal De Carli nostro pure, che non si occupa che del commercio delle piante italiane.

Visitai una colonia nella linea Palmeiro, e trovai presso un solo colono tutte le frutta dell'Italia: castagne, pomi, pere, aranci, ciriegie, noci insieme con le piante di caffè, zucchero e tabacco.

Esportazione.

Pressapoco gli articoli di esportazione con le quantità per l'anno scorso, sono per *Donna Isabella*:

5,000	ettoltri di vino
30,000	sacchi di grano turco
5,000	» di frumento
5,000	» di fagioli
500	» di segala.

più del tabacco; prodotti che secondo i prezzi indicati più sopra, recati in questo mercato, danno un valore che supera 700,000 franchi. Si aggiunga ciò che si ha da esportare in prodotti animali, e non si andrà ben lungi dal raggiungere il milione.

I capi di bestiame di tutta la colonia superano incirca le seguenti cifre:

Vacche	3,200
Mule	3,500
Cavalli	230
Capre	250
Pecore	180
Suini	3,000

Tutti questi dati mi vennero forniti dal signor cav. Cartier, oriundo francese, già direttore della colonia dal 75 al 77, ed ora dattosi interamente all'agricoltura; epperò colto ed espertissimo in tutto quanto riguarda la vita economica delle colonie.

Dal confronto fatto con certi dati favoritimi dal Direttore, ebbi a riscontrare la massima precisione. Anzi, onde non mi si dia taccia d'e-

sagerato nella mia relazione, riporterò un brano di un rapporto presentato da questo ex Direttore il 31 agosto 1877 a questa Presidenza.

« È poi di grande necessità ed urgenza che il Governo ordini
 « sussidiarli (i coloni linea Palmeiro e Leopoldina giunti 4 mesi prima)
 « come quelli della Strada generale, poichè quei coloni sono ridotti
 « ad una grande miseria, e se non saranno mantenuti dal Governo
 « fino al termine di questo anno, dovranno abbandonare i loro la-
 « vori e portarsi altrove per sostenersi.

« Il Governo che ha già fatto tanti sacrificii per questa colonia,
 « non tralascerà di ascoltare sì giusti reclami e di fornirli di soc-
 « corso fino a quel tempo. Posso garantire che così vedrà questa
 « fiorente colonia prosperare; poichè quasi tutti i coloni qui stabiliti sono
 « molto morigerati, e si riconosce in essi volontà di permanere, in
 « vista dei grandi risultati ottenuti in 18 mesi (Dicembre 1875 Ago-
 « sto 1877).

« Questi risultati, assicuro si possono dire senza dubbio superiori
 « alle forze dei coloni ».

Istruzione.

Già si è formata da quattro mesi una Società, detta Artistica di mutuo soccorso. Conta ora quarantaquattro membri, la cui quota mensile è di 500 reis (1,25 fr.). Radunatasi nella sua sala l'indomani del mio arrivo, riuscì farla tendere anche ad un altro fine, quello dell'istruzione elementare, accrescendo di 500 reis la quota, con libertà ai non soci di mandare i bimbi a quella scuola, mediante il pagamento di 1,000 reis (2,70) al mese per ogni ragazzo. Quasi tutti gli astanti non solo accettarono la mia proposizione, ma s'impegnarono sull'atto colle loro firme di corrispondere tal quota per un anno.

Nutrendo tutti, e specialmente il Presidente, colono agiatissimo, le migliori disposizioni a quell'intento, spero che fra mesi già sarà aperta la scuola.

Il domani ricevetti una lettera colla quale la Società mi avea nominato suo Presidente onorario.

In *Donna Isabella* v'è bensì una scuola pubblica, tenuta ancora da una donna, ma la maggior parte dei padri di famiglia ne ritirarono i loro ragazzi, e li affidarono ad un maestro italiano, di cui vidi i

diplomi di licenza ginnasiale, ed altri certificati di encomio rilasciati dalle nostre Autorità municipali, dandogli ciascuno 1,000 reis al mese di retribuzione.

V'è poi nella linea Palmeiro un'altra scuola mantenuta a gran pena a spese dei coloni. Il maestro è un tal Bolzoni Sante, di cui verificai pure i diplomi, e molti certificati di lode rilasciati da' nostri municipii.

Veramente è desolante la condizione di codesti maestri.

Essi si sentono più inciviliti, epperò nell'impossibilità, lavorando quanto i coloni, di fare la benchè minima economia.

Campano appena la vita, mentre molti de' loro concittadini vanno prosperando e facendosi in breve tempo un discreto patrimonio. D'altra parte, non avendo mai questi contadini pagato direttamente i maestri, stentano ora di prelevare sulle loro dure fatiche 60 o 70 fr. all'anno per l'istruzione de' loro figli, ed anche 150 per chi ne ha più d'uno.

Strade e progetti del Governo brasiliano.

Qual'è dopo quello delle scuole, il maggior bisogno ed altrettanto urgente da soddisfare? Quello delle strade, compito esclusivo delle Autorità locali. Per completare però, nella misura delle mie forze, la mia relazione, riporterò un brano di una piccola memoria che mi diè il Direttore al mio partire.

Vie di comunicazione, strade esterne.

Le strade esterne delle due colonie, che hanno da essere terminate entro sei mesi, sono:

1. La strada generale, che lega le sedi di *Conte d'Eu* e *Donna Isabella* al porto di S. Giovanni di Montenegro, nel Rio Cahy, con un'estensione di 57 Chilom. da costruire.

2. La strada Silveira Martins che dev'essere una delle più importanti linee di *Donna Isabella*, quella detta Palmeiro che va a legare le due colonie a quella di Caxias pure in grande progresso.

Nel futuro sarà pure di somma importanza la strada *Godoy de Vasconcellos* che dalla sede di *Conte d'Eu* si dirige al Rio dos Antos

comunicando coi campi della Vaccaria che già provvedono di bestiame d'ogni specie le due colonie.

Tutte queste strade dovranno servire al transito di carri e vetture.

Strade interne.

Riguardo alle strade interne, pessime sono le condizioni degli agricoltori attualmente. Essi non possono, senza enormi sacrificii trasportare i loro prodotti.

Il Governo nominò una Commissione coll'incarico di rilevare il costo di tutte queste strade, e credo che non si emanciperanno le colonie, prima di avere terminato questi miglioramenti richiesti.

Secondo mi disse lo stesso Direttore verbalmente egli intende con quei lavori facilitare eziandio ai coloni il pagamento delle loro terre, pigliando fra di loro a preferenza d'ogni altro gli operai, e dando tutta l'opera a partito.

Dalle assicurazioni fattemi di avere per ciò i mezzi e le istruzioni necessarie, dalla solerzia ed energia spiegata da lui in altre colonie di Blumenau e S. Caterina, v'è da essere certi che non siano vane promesse. È noto come in questa provincia vi sono colonie tedesche fondate 40 anni or sono; eppure da quanto vidi io stesso, e sentii dai tedeschi stessi, già le nostre, giovani di sei anni, le hanno superate in coltura; poichè, meno qualche rara eccezione, in quelle non si producono senonchè gli articoli già conosciuti dai brasiliani e sono: i fagioli neri, il grano turco, il frumento, la mandioca, e l'allevamento dei maiali. I negozi di mercerie però che s'incontrano attraversando le loro regioni, primeggiano naturalmente di molto su' nostri per il lusso, uguale senza esagerazione a quello delle nostre città di provincia.

Lo stesso signor Antones mi ripeté a più riprese, che di tutte le colonie impiantate nel Brasile, le più intelligenti, avanzate ed eroiche sono le italiane.

*Considerazioni generali su queste colonie
in relazione coi paesi d'origine.*

Due grandi opere pubbliche destinate a toglierci dall'isolamento e dal sequestro in cui si trova questa provincia e dalle piazze del Rio della Plata e da quelle altre del Brasile, sono in via di attuazione. Giorni fa, appena entrato al Ministero d'agricoltura e commercio e lavori pubblici il signor Enrico d'Avila, furono decretate le garanzie necessarie per la costruzione della strada ferrata tanto desiderata da S. M. l'Imperatore, ed osteggiata dalla piazza di Rio Grande e Pelotos, strada che rannodi S. Caterina a Porto Alegre, nonchè creata una Commissione di ingegneri sotto la direzione del primo idraulico dell'Impero per lo studio del progetto di disostruzione della barra di Rio Grande, che fa oggidi la disperazione dei naviganti e del commercio.

Di più, ogni giorno va crescendo il numero dei vapori fra Rio Janeiro e questi porti, a malgrado i continui contrattempi cui vanno esposti i legni. Dal mio arrivo già si sono costituite due Società, una inglese, una brasiliana con cinque vaporini, che arrivano fino a questo porto. Il concessionario che è un inglese della strada di ferro da Taquary alla colonia *Conte d'Eu*, sta per ottenere dalla provincia i privilegi d'uso nel mettere mano all'esecuzione dei lavori.

Da qui a 10 anni, fra l'accrescimento naturale della nostra popolazione ed i nuovi emigranti, che si possono valutare a 2,000 all'anno, si avrà un elemento italiano di 50,000 connazionali in questa provincia, circa un ottavo della sua popolazione.

Qual'è il mezzo migliore per noi di fare ridondare anche a nostro vantaggio questi miglioramenti, e questa emigrazione? Mentre predomina ancora la sfiducia de' nostri capitalisti, la poca se non nessuna conoscenza intorno alle risorse ed agli elementi molteplici di commercio di questa regione, mentre difettiamo ancora di un istituto quale la Società centrale di geografia commerciale di Berlino, ve n'è uno importantissimo, secondo me, quello di mantenere e di accrescere i legami che stringono queste colonie alla madre patria, ma specialmente alla diffusione la più possibile fra di esse della nostra

lingua, delle nostre opere, delle nostre industrie, anche mediante ogni sorta di stimoli, e di ricompense.

Così si potrà preparare al nostro commercio uno sbocco altrettanto importante quanto quello del Rio della Plata.

In mano di chi è ora tutto il commercio di importazione ed esportazione di questa provincia? Dei tedeschi. E perchè? perchè vennero chiamati, indotti dalle numerose loro colonie, presso cui non v'è punto iniziativa agricola, ma prepotente quella infatti di istruzione. Venga iniziata qui una corrente commerciale italiana, e la vittoria è nostra, essendo più numeroso il nostro elemento, ed i nostri articoli migliori e di maggior credito. Dura, aspra sarà la lotta, ma nostro, come fu nel campo coloniale, dev'essere il finale trionfo nel campo commerciale.

RAPPORT

sur la situation et sur le développement des ressources industrielles de la Norvège

PENDANT L'ANNÉE 1882

avec quelques considérations sur le mouvement de l'émigration du pays

par M. H. HUITFELDT

Agent Consulaire d'Italie à Drontheim

communiqué par M. le Chev. AUGUSTE ANDRESEN

R. Consul d'Italie à Christiania

(Février 1883).

Je m'empresse de transmettre un rapport sur la situation et sur le développement des ressources industrielles de la Norvège pendant l'année 1882, ainsi que quelques considérations sur le mouvement de l'émigration du pays, consignées dans une publication récente officielle dont je les ai détachées, dans l'espoir qu'elles pourront présenter quelque intérêt.

Agriculture.

Le printemps qui a suivi l'hiver extraordinairement doux de l'année 1882, a permis de terminer les travaux des champs dans les conditions les plus heureuses et beaucoup plus tôt qu'à l'ordinaire. Dans la Norvège méridionale, l'été et l'automne ont été marqués par des pluies continuelles, qui ont rendu difficiles la moisson et les travaux d'engrangement sans toutefois porter un préjudice sérieux aux récoltes, excepté sous le rapport de la qualité dont l'humidité excessive a sensiblement diminué la bonté. Dans la Norvège septentrionale, au contraire, la pluie a fait défaut pendant

EMIGRAZIONE E COLONIE

RAPPORTI

DI

RR. AGENTI DIPLOMATICI E CONSOLARI

PUBBLICATI

DAL R. MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI



ROMA

TIPOGRAFIA NAZIONALE DI G. BERTERO
VIA UMBRIA

1893

PORTO ALEGRE

Rapporto del R. Console cav. avv. EDUARDO DEI CONTI COMPANS DE BRICHANTEAU

(25 marzo 1882).

In obbedienza alla circolare n. 4 del 24 febbraio 1881 ho l'onore di trasmettere, qui unito, alla E. V. il rapporto sull'emigrazione italiana in questa vasta circoscrizione consolare.

Malgrado le più minute indagini da me fatte, per avere informazioni e dati statistici sulla nostra emigrazione nei due Stati di Matto Grosso e Santa Caterina, non mi riuscì che di avere notizie incomplete e di conoscere la cifra approssimativa degli italiani stabiliti in quelle due lontane regioni.

Lo Stato di Matto Grosso, che ha una superficie di 1,379,651 chilometri quadrati ed una popolazione di 79,750 abitanti, dista da questa città 35 giorni di viaggio per Buenos-Aires ed il Paraguay.

un piccolo capitale proprio e non sia accompagnato da una vigorosa famiglia, per farsi aiutare in questi primi lavori che sono faticosissimi, in specie sotto il sole della zona torrida, dovrà far tutto da sé; il che viene a dire lavorare molto e soffrire le maggiori privazioni. Solamente l'immigrante che si assoggetterà volentieri a questa fatica potrà nello spazio di pochi anni essersi una discreta posizione, e avrà davanti a sé un lieto e prospero avvenire; in caso contrario si perirà amaramente e tardi di avere lasciato la patria.

* L'emigrazione sia spontanea che contrattata, per non trovarsi, come si è trovata, esposta ai crudeli disinganni, dovrebbe venire in gruppi di poche famiglie e solamente quando abbia la certezza che già esistono terreni pronti per essere consegnati alle famiglie al momento del loro arrivo.

* Il Governo Imperiale dopo gli errori commessi nel pretendere di fondare colonie in terreni insalubri ed incolti e senza buona via di comunicazione, ha finalmente deciso ed ordinato che le colonie siano stabilite in terreni sani, fertili e copiosamente irrigati da fiumi e ruscelli e con buone strade carreggiabili, perché i coloni possano facilmente smerciare i loro prodotti sui prossimi mercati.

* Uniformandosi il Governo della provincia a questi ordini del Governo Imperiale, ha destinato per la colonizzazione straniera terreni che abbiano una sufficiente elevazione dal livello del mare, asciutti e relativamente salubri ed ove il calore raramente può superare quello del mezzogiorno d'Europa nei mesi di luglio e di agosto, modificato però dai venti sud e sud est che generalmente dominano nei luoghi elevati, e che lo rendono perciò più facilmente sopportabile.

* Ad illustrazione del presente articolo citeremo qui testualmente tradotte alcune parole che furono pronunciate nella Sessione del Parlamento brasiliano tenuta il giorno 30 maggio 1880 da un on. deputato a riguardo della immigrazione straniera nell'Impero.

* Signori, sempre pensai che al Governo incombesse procedere con prudenza in questo affare; gli immigranti solamente dovevano venire a misura che fossero chiesti dai proprietari e per la formazione dei nuclei coloniali; e tanto nel primo come nel secondo caso, tutte le providenze necessarie per ben riceverli dovevano essere in precedenza prese; ma contrattare l'introduzione di immigranti senza queste cautele, come fece l'onorevole ministro d'agricoltura, è condannare al discredito un servizio della massima importanza.

* Vuolsi sperare che il servizio della colonizzazione sarà regolato conforme i più savi intendimenti, e che non sarà più oggetto di speculazione mercantile.

* Pur nonostante il colono italiano che si decide a lasciare il suo paese, la sua famiglia, tutte le sue relazioni insomma, per essersi in luoghi ove ad un clima ardente si uniscono le differenze di lingua, di costumi e di alimentazione, deve prima pensarvi bene ed informarsi di tutte le condizioni che gli saranno proposte e delle facilitazioni offerte dal Governo brasiliano.

Si trovano colà 260 italiani sparsi nel vastissimo territorio e principalmente residenti nelle due principali città Cuyabà, la capitale dello Stato, e Corumbà, città commerciale a poca distanza dalla frontiera della Repubblica del Paraguay.

Nessuno dei 260 italiani che si trovano in Matto Grosso sono dediti all'agricoltura, ma tutti, invece, esercitano il commercio o svariate professioni o mestieri; da poche notizie ricevute dal R. Agente consolare in Corumbà si deduce che in generale i nostri connazionali si trovano in buona posizione economica e ritornano in patria quando hanno accumulato una buona somma di danaro. Non mi risulta che esista in Matto Grosso un nucleo abbastanza numeroso per dar luogo a fondazione di Società di mutuo soccorso o di beneficenza fra italiani, nè mi fu possibile di conoscere di quale entità siano la proprietà immobiliare italiana e i depositi nelle Banche; e solamente mi risulta che il signor Massimiliano Carcano, R. Agente consolare in Corumbà, possiede molini, segherie a vapore, raffinerie di zucchero e piantagioni di caffè per il valore di un milione e mezzo di lire. L'emigrazione italiana in Matto Grosso ha il carattere temporaneo, poichè, salvo poche eccezioni, i connazionali che colà si recano lasciano in Italia le loro famiglie per ritornare ad esse dopo qualche anno di lavoro.

L'esiguo numero d'italiani che *vari artes* si spargono nell'immenso territorio, rende impossibile qualunque giudizio complessivo sui medesimi, che per proprio conto ed individualmente si adoperano, con un mestiere qualunque, per migliorare la propria sorte.

La provincia (ora Stato) di Santa Caterina, ha una superficie di 74.156 chilometri quadrati popolata da 346.000 abitanti. Detto Stato quantunque limitrofo a questo, per mancanza di comunicazioni terrestri, dista da questa capitale 5 giorni di viaggio per fiume, lago e mare.

In questi ultimi 5 anni lo Stato di Santa Caterina venne popolato da gran numero di nostri coloni, quasi tutti veneti, i quali ebbero concessioni di lotti di terra dal Governo federale, formanti vari nuclei coloniali, fra i quali sono i più importanti quelli di Blumenau Itajáby, Azambuja, Luis Alvez e Grão Pará. La mitezza del clima e la fertilità della terra che è atta alla produzione propria dei climi tropicali e delle zone temperate, fa supporre che gli operosi nostri coloni possano ritrarre dal lavoro dei campi un adeguato compenso alle loro fatiche. Questo R. Consolato manca affatto di dati sufficienti per essere in grado di dare informazioni esatte sulla fondazione e successivo sviluppo di quella numerosa colonia e solamente può affermare, in base a recenti statistiche, che gli italiani che si trovano nello Stato di Santa Caterina raggiungono la cifra importantissima di 50 a 52 mila (1).

Lo Stato di Rio Grande del Sud ha una superficie di 236.553 chilometri qua-

(1) Relativamente allo Stato di Santa Caterina vedasi in seguito il rapporto del R. Console Conte Compagnoni-Marefocchi, in data 19 settembre 1889.

drati con una popolazione di 986,000 abitanti circa. Fa parte della confederazione o meglio degli Stati Uniti del Brasile dal 15 novembre 1889. Esso ha una costituzione propria basata su quella federale, ha una Camera elettiva che si riunisce in congresso una volta all'anno, e manda al Congresso federale in Rio de Janeiro un certo numero di deputati e senatori. Il Governatore eletto dai rappresentanti del popolo è la suprema autorità dello Stato; dura in carica 4 anni, e nomina tutti i funzionari amministrativi ed i giudici di pace, come pure le varie autorità di polizia, ecc. Questa organizzazione per gli Stati venne quasi letteralmente copiata da quella degli Stati Uniti d'America del Nord.

In questo Stato la prima immigrazione fu la germanica, sia colonica sia commerciale ed industriale, e, come prima arrivata, fu meglio favorita nella distribuzione delle terre; fiorenti colonie tedesche si trovano con vie di comunicazioni facili e numerose; ed il commercio e le poche industrie qui esistenti si trovano tuttora in mano dei medesimi; ciò non pertanto gli indigeni, per lunga esperienza fattane, trovano nel tedesco una certa rigidità di carattere e di forma, una restrizione nella coltivazione dei campi che non passa il limite assegnato in Germania da ben altri imperiosi motivi di clima e di poca fertilità del suolo; in una parola il tedesco difficilmente si assimila coll'indigeno e conserva quasi intatti, malgrado sia da lunghi anni qui stabilito e sia naturalizzato brasiliano, il carattere suo proprio, la lingua, le usanze della patria abbandonata. L'italiano invece si assimila facilmente coll'indigeno; ne parla in poco tempo la lingua, si dà ad ogni genere di cultura (è il primo che qui abbia prodotto vino e riso), si trova bene nell'ambiente nuovo che lo circonda, ne adotta in poco tempo le qualità ed i difetti, si nutre e veste alla brasiliana e si naturalizza *molto meno* che il tedesco, perchè in sostanza non ne ha bisogno per essere considerato come brasiliano, tanto si è, in tutto, assimilato con esso. Quante volte succede in occasione di feste patrie udire discorsi improntati ad uno schietto patriottismo, ma espressi in un idioma *italo-portoghese* che non è certamente quello di Dante o di Camoëns.

Queste eccezionali qualità dell'italiano, accoppiate con una operosità, onestà, sobrietà ed economia spinta talvolta fino all'eccesso, hanno fatto sì che il nostro emigrante specialmente colono sia qui preferito a tutti gli altri, compreso il tedesco, e nelle varie colonie, ove con enorme spesa s'introdussero russi, polacchi, belgi, francesi ed altri, si affrettarono ad allontanarli per sostituirli con italiani e di preferenza veneti. Tutti i direttori di colonie, nelle loro relazioni annuali, dirette al Governo federale, cantano le lodi del colono italiano e lo proclamano l'unico adatto per la coltivazione di queste terre.

Nel rapporto che trasmetto qui unito all'E. V., specie quello che si riferisce alla nuova colonia di Jaguar, fo noto in qual modo si corrisponda qui alla vantata eccellenza del nostro colono.

A parte l'immigrazione colonica che costituisce la grande maggioranza della colonia nostra in questo Stato e che forma perciò oggetto del mio rapporto, nume-

rosi sono i nostri connazionali sparsi nel Rio Grande del Sud e che costituiscono un'emigrazione di carattere temporaneo.

In quasi tutti i centri e città principali dello Stato si trova un buon nucleo di italiani appartenenti a tutte indistintamente le provincie d'Italia; ed in questi differenti nuclei quasi sempre si nota la seguente divisione sociale. Due o tre commercianti in buona posizione di fortuna con credito illimitato e con un giro di affari, secondo l'uso americano, che supera di 50 a 60 volte il capitale sociale effettivo. Questi commercianti, che sono quasi sempre egregie ed oneste persone e buoni patrioti, costituiscono i *magnati* della colonia; sono presidenti nati delle Società di mutuo soccorso, numerose in questo Stato (ve n'ha una almeno per ogni colonia), e forniscono lavoro e spesso mezzi di far fortuna ad un numero considerevole di venditori ambulanti. Questi, avuto a credito, dal commerciante italiano all'ingrosso, una certa quantità di merci e di generi i più svariati, che radunano in una cassetta apposita a vetri, con questo peso sulle spalle camminano sotto la sferza del sole per molte leghe, e vendono nelle campagne e nei luoghi più isolati la loro merce; ritornano in città quando la provvista è terminata, pagano al commerciante ciò che gli è dovuto, e riforniti ripartono.

Tale mestiere faticosissimo dà in generale un lauto profitto, e la maggior parte dei nostri commercianti non altrimenti cominciarono la loro attuale fortuna.

Questi venditori ambulanti si dividono poi in due categorie. Alcuni, e specialmente i meridionali, riunito un discreto capitale, 30 a 40 mila franchi, per esempio, abbandonano l'America e ritornano in patria, ove, in seno alla famiglia colà lasciata, comprano un podere od altrimenti impiegano il denaro guadagnato. Gli altri invece, principalmente i genovesi, toscani, lombardi, lasciano l'improbabile mestiere e si trasformano in piccoli negozianti, fissando la loro dimora nei punti, fuori della città, ove, per esperienza fattane, sia più facile e proficua la vendita.

In ogni città o centro di qualche importanza non manca mai il maestro od i maestri di musica e di canto; quest'ultimo in generale è un antico tenore o baritono superstite di qualche compagnia teatrale perduta in questi paraggi; ed il più delle volte questi maestri fanno ottimi affari e benedicono il giorno in cui l'impresario fallì, perchè tale fallimento segnò il principio della loro fortuna.

Segue poi un numero considerevole di mestieranti, come sarti, calzolai, fabbro-ferrai, lattai, falegnami, muratori, ecc., ecc., apprendisti ed inservienti dei medesimi, giardinieri, cocchieri, camerieri, padroni o semplici esercenti di alberghi ed osterie, nè manca il solito contingente di suonatori ambulanti e di lastrascarpe.

Le fabbriche e le industrie essendo poco sviluppate in questo Stato, non v'è impiego per grande numero di nostri operai; pure nella fabbrica di tessuti di lana, che esiste in Rio Grande, molti nostri operai sono di preferenza occupati.

Varie importanti reti ferroviarie sono in istudio ed alcune di già approvate, come quella che deve aprire le comunicazioni terrestri tra questo Stato e la Repubblica dell'Uruguay (mille e duecento chilometri circa), e quella che deve portare

vita e ricchezza nelle colonie agricole, cui dovrebbe attraversare, per giungere fino a San Paolo, 2 mila chilometri circa: e quando fosse posto mano alla costruzione di queste due grandi linee ferroviarie, non esito a dirlo, 30 mila operai italiani potrebbero esservi convenientemente impiegati.

Ma qui meglio che altrove si può applicare il motto " *dal detto al fatto corre un gran tratto* ", e le condizioni politiche ed economiche del Brasile sono così precarie da far temere che per lungo tempo ancora rimarranno allo stato di pio desiderio tutti quei grandiosi progetti. Presentemente 700 operai italiani sono occupati sulla ferrovia in costruzione da Casiquy ad Uruguayana e da questa ultima città a Bagé, ma non di rado i lavori vengono sospesi; talvolta sono ritardati per vari anni i pagamenti, e non si accettano, per ora, nuovi operai.

Non è questo certamente il momento propizio per i nostri operai di dirigersi in questo Stato, e dovrebbero rivolgersi altrove, se non vogliono trovarsi nella critica posizione di quelli che attirati da fallaci promesse rimangono privi di qualsiasi occupazione ed invadono il regio Consolato chiedendo pane e lavoro.

E perciò nell'interesse dei nostri connazionali debbo far osservare, che se non v'è inconveniente nel recarsi qui, chiamati da parenti od amici per esercitare un mestiere qualunque ed anche per riunirsi a qualche famiglia di coloni allo scopo di lavorare come agricoltore, ve ne sarebbe uno gravissimo per gli operai emigranti alla ventura, i quali non troverebbero lavoro e quei pochi che riuscissero a trovarlo sarebbero spiacevolmente sorpresi di essere pagati in carta brasiliana che perde *sull'oro il 137 per cento*; è questa una circostanza importantissima che dovrebbe essere generalmente conosciuta in Italia, specialmente in quelle regioni ove è più accentuato il desiderio di emigrare al Brasile, ove per momento esiste un forte squilibrio tra la mercede dell'operaio e le condizioni della sua esistenza.

Quanti operai veneti credono ancora che 1000 reis equivalgano ad 1 fiorino come essi chiamano lire 2. 50, mentre ora raggiungono appena il valore di 1 franco e 15 centesimi. A ciò si aggiunge la elevatezza dei prezzi anche nei generi di prima necessità, rimanendo inalterata la mercede dell'operaio.

In quanto ai coloni è detto diffusamente nel mio rapporto quale sia la loro condizione, e sono indicate le garanzie che si dovrebbero ottenere a loro favore per rendere meno increscioso e sensibile l'abbandono che essi fanno della patria.

Come è ampiamente detto nel mio rapporto sulle colonie agricole, un 20 per cento solamente è proprietario del lotto di terra che ha pagato al Governo brasiliano sborsando la somma di reis 180,000, e di cui ha potuto ritirare il titolo definitivo di proprietà; gli altri tutti rimangono usufruttuari del terreno, nè si potrebbe valutare anche approssimativamente il valore delle proprietà rustiche già possedute da italiani, poichè per la brevità del tempo la maggior parte dei lotti non furono ancora resi coltivabili e perciò da un anno all'altro possono acquistare un maggior valore a seconda del lavoro compiuto.

Si trovano presentemente in mano degli italiani 12,600 lotti di terra da 25 a 30

ettari ciascuno; e quando tutti fossero di assoluta proprietà dei nostri coloni, e fossero interamente coltivati, la proprietà rustica italiana rappresenterebbe nel Rio Grande del Sud la cospicua cifra di 23 milioni 950,000 franchi.

In quanto alle proprietà mobiliari urbane italiane e depositi nelle Banche si può calcolare che le prime non superino i 3 milioni di franchi in tutta questa circoscrizione consolare, e ciò perchè i commercianti di qualche importanza non comprano generalmente, col lucro fatto, proprietà di sorta, ma con quello aumentano il capitale sociale ed allargano la sfera delle loro operazioni. Nelle Banche poi non tengono in deposito ed in conto corrente se non le somme che sono necessarie per far fronte a prossime scadenze di effetti commerciali.

I venditori ambulanti invece, che appartengono in gran parte alle provincie meridionali, non tengono qui denaro impiegato, ma lo spediscono o lo portano essi stessi in Italia ove raggiungono, dopo un certo tempo, la rispettiva famiglia.

Nessun Istituto di credito italiano esiste in questo Stato; esistono bensì varie Associazioni di mutuo soccorso che hanno per iscopo di assistere il socio fornendogli medico e medicine in caso di malattia. In Porto Alegre v'è la Società di mutuo soccorso *Vittorio Emanuele II* che conta 400 soci; a Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguayana, Itaqui, Jaguarà ed in altri piccoli centri, esiste una Società di mutuo soccorso italiana con un numero di soci relativo all'importanza della colonia, ma a parer mio manca l'essenziale, cioè una Società di beneficenza la quale, come in altri Stati americani, sia chiamata a varcare i limitati confini di mutua assistenza fra i soci, e sia in grado in un dato centro di aiutare indistintamente tutti i connazionali che o per malattia o per altre disgrazie sieno incapaci temporaneamente di lavorare. Questa Società di beneficenza sarebbe una vera provvidenza in queste regioni, e riuscirebbe di valido aiuto al R. Consolato il quale malgrado il buon volere si trova nell'impossibilità di soccorrere a tante sventure e di lenire tanti dolori.

Col pessimo servizio d'emigrazione tra Rio de Janeiro e questo porto, quante famiglie giungono qui in miserando stato! Chi ha perduto il capo di famiglia, chi la madre, chi si trova gravemente infermo, altri ha mezza dozzina di figli in tenera età tutti in fin di vita (come vidi cogli occhi miei) (1) ed il povero console vorrebbe pure soccorrere tutti, ma deve fare violenza al suo cuore ed accordato ciò che limitatamente concede il regolamento, dà ciò che può (e non è molto) come privato, e passa oltre, mentre una Società di beneficenza potrebbe supplire a ciò che manca e rendersi benemerita della colonia intera. Non dispero di vedere fondata qui tale benefica istituzione di cui ho assunto l'iniziativa.

(1) A giustificare tali asserzioni riproduciamo un articolo pubblicato dal giornale di Porto Alegre, *L'Italiano*, in data 17 gennaio 1892:

* Quando pochi giorni fa ci siamo recati a visitare i lavori in corso per i nuovi locali d'emigrazione al Crystal, abbiamo avuto parole di sincera lode per il Governo federale, che senza badare a spese, toglieva una buona volta lo sconcio dei *gabbioli* attuali, facendo costruire un asilo d'immigrazione degno di una città civile quale si vanta esser Porto Alegre.

Colonie italiane esistenti nello Stato di Rio Grande del Sud.

(Marzo 1892).

Colonia « Bento Gonçalves ». — Nel nord dello Stato di Rio Grande del Sud furono fondate nel 1875 due colonie, che dal nome della figlia di Don Pedro II, erede del trono, e del suo consorte, si chiamarono rispettivamente « Donna Isabella » e « Conde d'Eu. » Caduto l'Impero, le due colonie furono riunite sotto la denominazione di « Bento Gonçalves, » ma tal nome si adopera specialmente per indicare la colonia prima chiamata « Donna Isabella, » mentre l'altra colonia continua universalmente a chiamarsi « Conde d'Eu. »

La colonia ora chiamata « Bento Gonçalves » fu emancipata nel 1885, quando finì la distribuzione dei lotti, e la *Sede*, o nucleo principale e centrale, fu elevata a *Villa*. Emancipare una colonia qui significa sottrarla alla dipendenza della Commissione d'ingegneri incaricati della distribuzione dei lotti, e istituirvi le autorità ordinarie.

* E tanto più ce ne rallegravamo pensando essere fra breve terminate le miserie, *qui*, dei poveri immigranti che una volta arrivati fra noi avrebbero potuto riposarsi, almeno per pochi giorni, in un asilo sicuro, prima di riprendere quella lunga odissea di patimenti che, cominciata al luogo di partenza sì di là dell'Atlantico, ha solo tregua con la morte. Il colono trova lenimento nel luogo al quale è diretto, quando però — passato il primo anno e superate le difficoltà che si presentano all'uomo abbandonato a sé stesso in mezzo a foreste inesplorate, lontano dai suoi simili, egli possa riuscire a fabbricarsi un asilo, per sé e per i suoi, con gli scarsi mezzi che gli vengono forniti dagli impiegati d'emigrazione.

* Dobbiamo in oggi tristamente riconoscere che ci eravamo ingannati perchè, non solo i lavori sono rimandati alle calende greche, e gli immigranti dovranno alloggiare ancora, chissà per quanto tempo, negli immondi *galhões*, ma per un fulmineo decreto del ministro d'agricoltura, Antão de Faria, sono stati licenziati tutti gli impiegati di questa ispettoria di terre e colonizzazione e 2300 emigranti italiani giunti coi vapori *Rio Parati* e *Rio Paraná* si trovano quindi alla mercé di sé stessi e delle malattie di carattere infettivo che li decimano.

* In quale deplorabile condizione essi si trovano privi di tutto e specialmente di medici e medicine è facile immaginare.

* Arrivati a 1900 per volta stivati come colli di mercanzia su due piccoli vapori, che a stento possono contenere 400 persona, dopo 10 o 12 giorni di viaggio, pieni di sudiciume e col morale spazzato dalle lunghe sofferenze, non è a far meraviglia se la mortalità li colpisce inesorabilmente e a bordo e a terra, specialmente col caldo che fa.

* I tristi episodi si succedono agli episodi i più strazianti: famiglie decimate, bimbi che piangono i genitori morti di recente, genitori che piangono i loro bimbi perduti per sempre; mariti che lamentano la perdita della moglie, mogli che lamentano la perdita del marito.

* Abbiamo assistito noi alle sbarco di un povero uomo padre di 5 figli tutti in tenera età, che scendeva faticosamente la scala mobile del piroscafo spingendosi avanti i figli piangenti, con in braccio il cadavere della moglie, morta da poche ore, e deposto il cadavere, risalire, piangendo, la scala, per ridiscendere subito, recando in braccio un'altra sua creaturina morta!

* È una nota lugubre, un lamento solo continuo, ed una nota predominante il rammarico d'essersi esposti volontariamente ad una fine dolorosamente immatura lontani dal suolo natto, e l'imprecazione sorda che sale rabbiosamente alle loro labbra contro chi è causa delle loro sventure.

* Per accrescere poi lo scoramento del quale sono invasi, un lungo e pesante *galhão* si sfasciò l'altra notte seppellendo sotto un centinaio di quegli sventurati e 15 rimasero feriti, 6 dei quali gravemente.

* E pensare che questi infelici credono che una volta giunti in colonia saranno friti i loro patimenti, quando appunto là cominciano le difficoltà maggiori e la lotta per la vita!

* E col vapore *Curitiba* si aspettano altri 700 immigranti che vengono a dividere la sorte dei primi!

* Non aggiungiamo nulla, crediamo che basti il racconto semplice di tanta miseria e di tanti innumeri trattamenti.

* Non stigmatizziamo l'opera di nessuno, ormai le parole sono superflue e di recriminazioni ne abbiamo fatte fin troppe; solo domandiamo se il Brasile chiama gli emigranti per popolare la terra o il cimitero.

La sede è composta di piccoli lotti urbani aventi metri 40 di fronte e 60 di fianco: dalla Sede poi si diramano le *lides*, le quali vengono attraversate da altre linee in tutte le direzioni; sulle linee sono posti i lotti rurali, che misurano metri 220 di fronte e metri 1100 di fianco, con un'area di circa 50,000 braccia quadrate.

I coloni italiani cominciarono a giungere in questa colonia fin dalla fondazione, cioè nel 1875; ogni anno ne sono giunti in media 600, altrettanti circa vi nasquero, sicchè l'attuale popolazione della colonia si può calcolare a 20,000 abitanti. Quasi tutti giunsero colle famiglie; quelli che erano arrivati senza di esse, poi le fecero venire; e i pochi scapoli in gran parte si sono ammogliati.

Coloro che si son dati all'agricoltura, e sono la massima parte, appartengono alle provincie venete; quelli delle altre regioni d'Italia, come toscani e meridionali, esercitano i vari mestieri.

I terreni sono quasi sempre lavorati dai rispettivi coloni proprietari, non avendo costoro generalmente i mezzi per pagare lavoratori alla giornata: quei pochi contadini che lavorano per conto d'altri guadagnano un mil reis al giorno (al cambio d'oggi lire 1. 25). Coloro che esercitano un mestiere guadagnano reis 2,000 per giorno.

Arrivato in colonia, l'emigrante veniva provvisoriamente ricoverato in vecchie baracche di legno, e dopo qualche giorno gli si assegnava un lotto. Egli giungeva quasi sempre sprovvisto di danaro, e, non essendovi lavori governativi a cui potesse applicarsi, e la sua terra nei primi tempi rendendo poco, menava nei primi anni una vita molto stentata.

Ogni famiglia riceveva un lotto rurale avente un'area di circa 50,000 braccia quadrate, al prezzo di reis 2 al braccio: però i primi lotti distribuiti, esistenti nella via Geral, hanno un'area di 100,000 braccia quadrate, del valore di reis 3 per ogni braccio quadrato. I coloni giunti senza famiglia ricevevano il lotto dietro promessa di far venire la moglie e i figli dall'Italia, e i celibi dovevano promettere d'ammogliarsi. Tutte le terre di questa colonia sono state distribuite.

La misurazione delle terre è stata fatta ad occhi chiusi, e i confini sono stati segnati con pali che ora sono quasi tutti marcati: i titoli, di cui i coloni sono stati muniti, sono anche poco precisi. Presso la Camera municipale non esiste una mappa della colonia, e le frequenti questioni per la proprietà dei terreni sono il più delle volte risolte in modo tutt'altro che soddisfacente. La Direzione dell'ex-colonia Bento Gonçalves si trova nella più recente colonia « Alfredo Chaves, » ma neanche in quell'ufficio esiste una mappa: per disegnarla convenientemente occorrerebbe misurare nuovamente con precisione tutte le terre, tenendo conto anche delle vendite e divisioni sopravvenute dalla fondazione della colonia fino ad oggi, e dei cambiamenti di proprietari dovuti alle successioni dei coloni defunti.

Ai coloni non veniva anticipata nessuna somma di danaro: nei primi anni della fondazione della colonia erano distribuiti alle famiglie gli attrezzi rurali e veniva somministrato il vitto per un anno, e se ne addebitava loro l'importo. In seguito il Governo brasiliano fece grazia ai coloni delle somme da essi dovute.

Ben pochi sono i lotti il cui prezzo è stato integralmente pagato al Governo, essi possono calcolarsi a cinque su cento. Il valore della proprietà rustica appartenente agli italiani si può calcolare approssimativamente a sei mila conti di reis (pari, al cambio bassissimo d'oggi, a lire it. 7,500,000).

I raccolti sono sufficienti per il consumo delle famiglie, o qualcosa ne avanza anche da vendere; ma molti coloni incontrano difficoltà non lievi a trasportare i loro generi alla Sede per essere venduti, stantechè le strade sono pessime in certi punti, massime nell'inverno, e non sono praticabili che da bestie da soma. Quando ad un colono avanza del granone, lo si dà all'ingrassamento dei maiali per poi venderne il lardo, di cui si fa molto consumo in

tutta la Repubblica. Debbo notare che il granone in questo paese ha la cattiva specialità di non conservarsi più di 6 mesi; dopo tale lasso di tempo è guasto da bachi, che lo polverizzano e lo rendono invendibile.

La più importante produzione è il granone: il frumento, il vino ed i legumi non riescono molto bene.

I coloni hanno sofferto molto nei primi tempi e per i maltrattamenti degli impiegati governativi, e per i cattivi ricoveri provvisori e per lo scarso nutrimento. Ma, ottenuto il lotto di terra e raccolti i primi prodotti, cominciavano a star meno male, perché la terra loro assegnata dà, come s'è detto, prodotti sufficienti pel mantenimento delle famiglie, e per procurarsi oggetti di vestiario: nè mancano delle famiglie molto lavoratrici, che hanno anche fatto qualche piccolo risparmio. La terra è poco fertile e montuosa, e per di più ingombra di pietre, tronchi d'albero ed altro; quindi il colono non la può lavorare che colla zappa, ricavando un raccolto più scarso che se la terra fosse lavorata coll'aratro. In ogni modo i coloni più laboriosi e favoriti dalla fortuna hanno fabbricato belle case, impiantati mulini e segherie, aperti negozi e fabbriche d'acquavite e di birra nei vari punti della colonia, e guadagnano bene.

Nella colonia Bento Gonçalves si trovano le seguenti autorità brasiliane: un'intendenza municipale, composta di un presidente e di 7 consiglieri; un giudice municipale supplente, un delegato di polizia e un giudice di pace, quasi tutti italiani naturalizzati.

Nelle famiglie dei coloni si parla sempre il dialetto veneto: a viaggiare in questa colonia, sembrerebbe d'essere in Italia, se i luoghi fossero ameni ed i terreni fertili come in patria. Meno pochi, che per bassi calcoli fanno gette esplicito della propria nazionalità, i coloni ne fanno dichiarazione per accettare la nazionalità brasiliana, nè si fanno inscrivere nel registro dei regi sudditi in questo consolato.

Trattandosi di contadini che, venendo qui colle famiglie, non hanno lasciato in Italia nè parenti nè interessi, l'emigrazione ha carattere permanente; se però il colono riuscisse a farsi una piccola fortuna farebbe forse volentieri ritorno in patria.

Nella colonia Bento Gonçalves sono le seguenti istituzioni italiane:

1° Nella Sede, la Società « Regina Margherita » fondata nel 1882, che ha per scopo il mutuo soccorso e l'istruzione. Il suo fondo di cassa è quasi nullo, però possiede una casa valutata 4 conti di reis (al cambio d'oggi lire 5000). I soci sono 120 e la loro contribuzione mensile è di reis 500 (lire 0. 65) per ciascuno;

2° Nella linea Ianzi v'è una piccola Società italiana fondata nel 1889, che ha anche per scopo mutuo soccorso ed istruzione; il fondo di cassa è minimo. Conta una cinquantina di soci, i quali pagano una quota mensile di reis 300;

3° Anche nella linea Santa Eulalia v'è una piccola Società fondata nel 1890. I 40 soci che la compongono pagano reis 100 al mese, ed i soci bisognosi, in mancanza di fondo di cassa, vengono soccorsi col procurar loro delle giornate di lavoro.

Vi sono in questa colonia 7 scuole brasiliane, delle quali 2 nella Sede (maschile e femminile) e 5 nelle linee. Queste scuole sono poco frequentate dai nostri alunni, che preferiscono le italiane, sicché il Governo brasiliano pensa a diminuire le sue.

Le scuole italiane sono parimenti 7, abbastanza frequentate, massime quella della Sede. Gli alunni sono in gran parte nati qui, potendosi calcolare quelli nati in Italia nella proporzione del 7 per cento.

Per gli alunni della scuola della Sede, figli dei soci, la scuola è gratuita: il sussidio governativo è sufficiente per pagare i maestri, la Società amministra il locale e i mobili, e sostiene anche qualche piccola spesa. Nelle altre scuole ogni alunno paga 500 reis mensili.

In generale i coloni desiderano lo sviluppo delle scuole italiane, ma, come in Italia, ve ne sono anche di quelli che poco si curano dell'istruzione dei loro figli.

I bisogni più urgenti sentiti dalla colonia sono un medico ed una farmacia ben provvista di medicinali ed a prezzi modici. La mancanza di un medico in una colonia così numerosa dà luogo a gravi inconvenienti facilmente immaginabili. Anche la presenza d'una levatrice è indispensabile: molte donne esercitano praticamente tale professione, ma, presentandosi un parto difficile, la povera partoriente deve soccombere per mancanza appunto di medico o d'una levatrice abile. I coloni però non hanno i mezzi per pagare il medico, o vorrebbero che fosse a carico del Governo brasiliano.

Malgrado la mancanza di assistenza medica, lo stato di salute della colonia è relativamente buono. Però di tanto in tanto appaiono le seguenti malattie: vaiuolo, morbillo, tifo, angina. Quando tali malattie si estendono molto, allora il Governo locale manda sul posto un medico che visita gratuitamente gli ammalati affetti dall'epidemia e somministra loro le medicine.

Passano per Bento Gonçalves, specialmente nella buona stagione, numerosi nostri coloni destinati alla colonia Alfredo Chaves, posta 40 chilometri al nord. L'*hospedaria* è una piccola casa in legno situata fuori del paese, insufficiente a contenere i numerosi emigranti, sicchè vengono prese in affitto delle vecchie case, proprio al centro del paese, con grave pericolo degli abitanti, nel caso che qualche emigrante giunga affetto da malattia epidemica. Molti s'ammalano, e, per mancanza di medico e medicine, la mortalità è grande, specie fra i bambini.

Colonia « Caxias ». — Questa colonia fu fondata nel 1875 e chiamata « Nucleo coloniale all'Est della nuova Palmira », nome che nel 1877 fu cambiato in quello di « Campo dos Bugres ».

Fu emancipata nel 1884 e prese il nome di « Freguezia de Santa Teresa de Caxias »; la Sede essendo stata da due anni elevata a Villa (borgata) chiamasi « Villa de Santa Teresa de Caxias ». Il suo territorio è diviso in 84 linee, e queste in 4000 lotti rustici, avente ciascuno, in media, l'area di 302,000 metri quadrati.

I primi coloni italiani giunsero in questa colonia verso la fine del 1875, e andarono mano mano aumentando, sicchè oggi si possono calcolare dai 23 ai 25 mila.

Quasi tutti son giunti colla loro famiglia, e quei pochi ch'erano arrivati senza di essa, l'hanno in seguito fatta venire.

Le provincie a cui in maggior numero appartengono i coloni sono quelle del Veneto, della Lombardia, del Piemonte; pochi sono i provenienti dall'Italia Meridionale.

La maggior parte dei coloni sono agricoltori, gli altri si danno a tutti i mestieri e professioni. Gli scultori in legno, pittori e fotografi, possono guadagnare da 4 a 5 mila reis al giorno (da lire 5 a 6. 25). I coloni che non hanno lotte, e lavorano per conto d'altri, guadagnano 1000 reis al giorno, oltre al vitto.

Le norme per la concessione dei lotti rustici osservate per la colonia Caxias, in cui la distribuzione è ora finita, sono le seguenti:

Il colono aveva diritto di scegliere il proprio lotto, dopo di che riceveva dalla Commissione di colonizzazione il titolo di concessione: coloro che non avevano famiglia, ricevevano mezzo lotto di terra. Il colono, dopo d'aver costruito nel proprio lotto una sua abitazione provvisoria, riceveva dal Governo, a titolo di anticipazione, la somma di reis 100,000; gli venivano inoltre somministrate sementi, ferramenta e gli attrezzi più indispensabili per lavorare il terreno. Il colono così contraeva verso il Governo un debito che s'elevava persino alla considerevole somma di un conto ed anche un conto e mezzo di reis (cioè, al

cambio d'allora, a lire 4300), incluso il valore della terra; debito che avrebbe dovuto essere pagato nel termine di 5 anni.

Per pratiche fatte da questo R. Consolato, il debito fu condonato per metà, e poscia, con decreto del 2 aprile 1890, fu condonato ogni debito dei coloni, tranne quello del valore del terreno. Da pochi mesi si trova nella colonia una Commissione governativa per riscuotere il prezzo dei lotti, alla ragione di 7 reis per braccio quadrato (metri 2, 20); e finora è stato riscosso l'importo di più di 600 lotti. Oltre di che sono stati regolati i titoli dei coloni, tenendo conto delle alienazioni e transazioni passate fra di loro.

Il valore approssimativo di ciascuna proprietà rustica appartenente ad italiani può calcolarsi in media, compresa la casa e le migliorie introdotte, ad un conto e 500,000 reis (pari, al cambio d'oggi, a lire 1800 circa): in complesso esse rappresentano un valore di lire 7,200,000. In questa somma non è compreso il valore dei lotti urbani, che è difficile a calcolare variando molto da lotto a lotto, a seconda della posizione e delle costruzioni annessi.

Il principal prodotto della colonia sarebbe il vino, ma i coloni non estendono, come vorrebbero e potrebbero, la coltivazione della vite non avendo modo, causa le cattive vie di comunicazione, di portare i loro prodotti sui mercati di consumo. Da Caxias a San Sebastião do Cahy non v'è che una cattiva via mulattiera, e da Cahy a Porto Alegre il trasporto si fa per fiume. Altro principal prodotto della colonia è il frumentone che viene usato per estrarne l'acquavite e per ingrassare i maiali.

La condizione dei coloni in generale è buona, specialmente per quelli che hanno volontà di lavorare; e potrebbe migliorare di molto la loro posizione se vi fossero vie più facili di comunicazione coi centri consumatori di prodotti coloniali.

Il colono italiano nei primi tempi non ispirava molta fiducia ed ebbe a soffrire ingiustizie da parte delle autorità brasiliane; oggi al contrario è considerato per il migliore degli agricoltori, e da cinque anni a questa parte è molto rispettato.

Malgrado la nessuna assistenza medica, lo stato di salute della colonia è florido. V'è di tanto in tanto qualche epidemia, ma poco estesa e di breve durata.

Gli emigranti italiani in Caxias erano una volta concordi, ma dopochè cominciarono a votare e a prender parte alla politica brasiliana, si sono divisi in partiti favorevoli all'uno o all'altro degli uomini politici che qui vertiginosamente si succedono al potere.

Uno dei peggiori effetti di queste discordie, e di questa incoerente partecipazione alla vita politica del paese, si è che nella colonia Caxias il sentimento patrio è meno forte che nelle altre colonie; le feste nazionali per esempio vi passano inosservate.

Nel seno delle famiglie italiane si continua a parlare la lingua italiana o, meglio, il dialetto veneto, ma la lingua brasiliana già ha incominciato a infiltrarsi.

La Società di mutuo soccorso « Principe di Napoli » fu fondata nel 1877; ha ora 90 soci e un capitale di reis 600,000. La Società ha per iscopo il soccorso ai soci ammalati o inabili al lavoro, e va progredendo.

Ciascun socio paga una retta mensile di 600 reis.

Le autorità Brasiliane in Caxias sono le seguenti: giudice municipale, delegato e sotto-delegato di polizia, giudice di pace, notaio, ufficiale dello stato civile; vi sono inoltre un Consiglio municipale composto di cinque membri e una Commissione di misurazione di terre e di colonizzazione.

Ad eccezione del giudice municipale, del notaio, dell'ufficiale dello stato civile e della Commissione delle terre e colonizzazione, le altre cariche sono occupate da Italiani naturalizzati.

Nella colonia sono aperte 7 scuole brasiliane.

Anche Caxias è attraversata da coloni di passaggio: essi sono ricoverati all'arrivo in una casa a ciò destinata, e dopo cinque o sei giorni vengono avviati ai nuovi nuclei coloniali di Antonio Prado e San Marco, dove egualmente sono ricoverati in pubblici ospizi e possono addirsi ai lavori delle strade e delle aperture di nuove linee, guadagnando reis 1.500 al giorno (lire 2 all'incirca al cambio d'oggi).

Colonia « Silveira Martins ». — Questa colonia, benché meno estesa e popolata di quelle di Caxias, Conde d'Eu e Bento Gonçalves, non è priva d'importanza ed accompagna le altre nel suo progresso.

Essa si estende tra i municipi di Cachoeira e quello di Santa Maria da Boca do Monte, ed è bagnata alla sua base dal fiume Jacuhy, mentre la sede e la parte principale della colonia si trova a 450 metri sopra il livello del mare.

La colonia fu fondata nel 1877, ma al principio non prosperò, dovuto ciò ai primitivi suoi coloni, i Russi-Polacchi, che la abbandonarono dopo poco tempo per recarsi nel Paraná, di dove anche partirono, quando cessarono i favori speciali che l'Impero per lungo tempo aveva loro accordati.

Subentrati gli italiani, la colonia non tardò a prosperare per numero e per produzione, e nel 1882, cioè appena 5 anni dopo la sua fondazione, essa fu emancipata dal regime coloniale, essendo stati i lotti di terra completamente demarcati e distribuiti ai coloni.

La posizione di Silveira Martins è in condizioni più vantaggiose delle altre; poiché essa è legata alla stazione denominata « Colonia » — sulla ferrovia Porto Alegre-Uruguayana — da una strada praticabile anche con carri e vetture per un'estensione di 15 chilometri.

Visitai personalmente detta colonia nel gennaio scorso, e, benché lo scopo principale del mio viaggio fosse quello di ispezionare le 8 scuole italiane sussidiate dal Governo, pure non trascurai sul luogo di esaminare le condizioni dei nostri coloni e di assumere tutte quelle maggiori informazioni che potessero in grado di dare al regio Governo un'idea esatta sullo stato della colonia, ormai esclusivamente popolata da connazionali.

Il territorio coloniale, che dal 1882 fu elevato a parrocchia sotto il municipio di Santa Maria da Boca do Monte, è diviso in Sede Silveira Martins, in nuclei, in lotti e linee; i nuclei sono due — Setarno, dal fiume omonimo, e nucleo Giringtona.

Le linee della Sede sono 12, 6 al Sud e 6 al Nord; ogni linea è composta di 30 a 50 lotti coloniali divisi dalla linea o strada, di fronte uno coll'altro. Come frazioni della Sede si contano « Arroio Grande » diviso in lotti, frazione « Valle Veronese » divisa in linee e lotti, o frazione « Valle Veneta » col prolungamento della linea chiamata Ribeirão Achille.

Come dissi più sopra, gli italiani cominciarono a sostituire i Polacchi Russi nel secondo semestre del 1877 a tutto il 1° semestre 1878, giungendo in quel periodo di tempo 200 famiglie circa, ossia, calcolate in media 6 persone per famiglia, un numero complessivo di 1200 italiani; questi dall'arrivo all'epoca attuale hanno aumentato in totale del 90 per cento, ossia 8 per cento circa all'anno, formando presentemente una popolazione di 11 a 12 mila abitanti coloni tutti italiani.

Tutti arrivarono colle rispettive famiglie; l'ottanta per cento sono nati in Italia, il 20 per cento sono nati qui. La grande maggioranza dei coloni sono veneti; vengono in seguito i friulani, i lombardi limitrofi colla provincia di Mantova e poscia i toscani. I friulani e lombardi come i veneti si dedicano quasi esclusivamente all'agricoltura, al commercio invece i toscani. Ogni contadino che lavora alla giornata guadagna 1000 reis col visto, gli altri 2 a 3 volte tanto; si noti però che il mil reis al cambio d'oggi non rappresenta che 1.25 della nostra moneta.

Appena arrivato, il colono veniva posto nella casa di emigrazione (baracca in legno),

gli si concedeva un lotto di terra dove il colono si fabbricava la casa in legno, e, questa terminata, vi si stabiliva colla famiglia e cominciava a lavorare nel suo lotto, che era sempre composto di un *bosco quasi vergine*.

I lotti, che terminaronsi di distribuire nel 1886, erano tutti eguali e conceduti solamente ai capi di famiglia e non a celibi, a meno che questi prendessero moglie e costituissero perciò una famiglia.

La media dei prezzi da 10 anni in qua per ciascun lotto buono o cattivo è di 180,000 reis, pagabile al Governo in una sola rata. Per i primi 10 anni dalla fondazione della colonia il colono non era obbligato a pagare il suo lotto di terra ma non diveniva mai proprietario, sibbene un semplice usufruttuario del suo podere.

Terminati nel 1888 i dieci anni, il Governo ha intimato il pagamento tollerandone fino ad oggi la mora, stabilendo però il termine del 30 giugno 1892 pel pagamento totale del lotto, fissando una multa del 10 per cento per chi non pagasse entro il termine stabilito.

I lotti distribuiti ai primi venuti, cioè a quelli che giunsero qui dalla seconda metà del 1877 alla prima metà del 1888, sono tutti eguali, ossia 300,000 metri quadrati (30 ettari di terra). Per quelli venuti dopo detta epoca, i lotti sono stati ridotti di un terzo, cioè a 200,000 metri quadrati (20 ettari).

In quanto a qualità del terreno i lotti si possono dividere nelle seguenti proporzioni: 50 per cento mediocri, il 25 per cento buoni ed il 25 per cento pessimi, e questi ultimi saranno abbandonati dai coloni qualora se ne esigesse il pagamento.

In Silveira Martins, differentemente da ciò che si praticò nelle altre colonie, non venne fatta al colono alcuna anticipazione di denaro, furono però dati attrezzi rurali che il colono doveva pagare dopo un certo tempo, ma per intervento del regio Ministro d'Italia in Rio de Janeiro venne a tutti cononato tale debito.

Fino ad oggi solamente il 20 per cento dei coloni è padrone del lotto di terra, che attualmente rappresenta un valore di 400,000 a 1,000,000 di reis (al cambio bassissimo attuale 500 a 1000 franchi) per ciascuno.

Il nostro colono è ben veduto dall'autorità Brasiliana, rappresentata in Silveira Martins dal delegato di polizia che è brasiliano e dagli ispettori secondari che sono in generale italiani naturalizzati brasiliani.

A dire il vero vi è poca unione nella colonia e, salvo una Società di mutuo soccorso che conta pochi soci in Silveira Martins (Sede), non vi è negli altri nuclei una istituzione che riunisca i coloni in un solo sentimento di italianità e mutua assistenza. Ed è talmente sconosciuto fra i venuti lo spirito di associazione, che in Silveira Martins chiamano patriota quello della stessa provincia ed al di là di quella non conoscono patria; il friulano poi si ritiene appartenere ad una nazione a parte chiamando *italiano* quello che non è *friulano*; questi sentimenti tutt'altro che patriottici fanno sì che si sviluppi e si accentui maggiormente fra i coloni lo spirito d'egoismo.

Ciascun colono parla in famiglia il dialetto del paese dove è nato; non si parla affatto l'italiano. Il sentimento della patria, o meglio del paese nativo, si conserva abbastanza vivo fra tutti quelli che sono nati in Italia, ma si considerano come brasiliani i figli nati nel Brasile, perciò la seconda generazione non sarà più italiana ma esclusivamente brasiliana.

La politica locale non ha ancora invaso la colonia Silveira Martins e, salvo qualche tentativo di agenti elettorali per far firmare ad alcuni coloni delle schede elettorali con promesse che poi non si mantengono, i coloni sono lasciati tranquilli.

I bisogni della colonia sono vari, il più urgente dei quali sarebbe l'assistenza medica che ora manca completamente, per modo che chi cade ammalato è obbligato di mandare un

messo a Santa Maria, distante 20 o 25 chilometri, spiegare la malattia e domandare una ricetta, poichè il medico di Santa Maria si rifiuta per qualunque prezzo di recarsi alla colonia ove per fare una visita dovrebbe impiegare due giorni. Il curato, che è ottima persona e buon patriota, offerse per un anno vitto ed alloggio gratuito al medico che volesse stabilirsi in Silveira Martins, assicurando che egli farebbe buoni affari; ma, malgrado ciò, non fu possibile di indurre un medico ad accettare la generosa offerta. Le malattie predominanti sono l'angina difterica per i bambini e la febbre tifoidea per gli adulti; malgrado ciò lo stato di salute è soddisfacente, poichè la mortalità non raggiunge il 4 per cento all'anno.

La produzione del suolo si riduce a vino, frumento, granturco, orzo, fagioli e patate: questi prodotti sono venduti dai coloni nella sede oppure nel capoluogo della comarca, Santa Maria, ove però il povero colono cade spesso in mano di speculatori che non pagano a contanti il prodotto, ma danno invece in contraccambio ed a prezzi altissimi qualche prodotto o merce di cui il colono ha necessità per sè e per la sua famiglia.

In generale nessun colono rimpiange la patria lontana perchè ha condotto seco l'intera famiglia e si compiace di essere qui divenuto proprietario.

Malgrado ciò è mia opinione, condivisa da molti, che i coloni nostri di Silveira Martins, se si trovano al riparo delle necessità materiali della vita, non diverranno mai agiati, poichè a ciò si oppone la qualità del suolo, per la maggior parte sassoso ed in montagna; passati i primi anni di fertilità che gli alberi secolari conservavano, sradicati questi, sarà necessario, con grave dispendio, di rinvigorire questa terra coperta di sassi e che le acque libere ormai nel loro corso renderanno arida ed infruttifera; forse la vite sarà fra pochi anni la maggiore risorsa dei coloni, se pure non si ripeterà il disastro delle *caçalletas*, che in quest'anno rovinò ogni cosa, o non si propaghi la fillossera che già in alcuni punti ha fatto capolino in queste colonie.

Delle scuole italiane esistenti nella colonia Silveira Martins, una sola è degna di qualche interesse, quella cioè del Nucleo Giringtonza; le altre sono piuttosto asili infantili ove i parenti inviano i propri figli per convenienza propria anzichè per volontà di istruirli ed educarli, e li tolgono quando all'età di 10 ad 11 anni possono essere utili al lavoro dei campi.

Colonia « Conde d'Eu ». — Come già si è accennato, l'attuale municipio Bento Gonçalves, si compone dell'ex colonia « Donna Isabella » (1° distretto) e dell'ex colonia « Conde d'Eu » (2° distretto).

La colonia Conde d'Eu fu fondata verso il 1873 ed emancipata nel 1884, quando fu ultimata la distribuzione dei lotti e ciascun colono ricevette il suo titolo provvisorio di proprietà.

I nostri connazionali cominciarono a venire in questa colonia nel 1876, e continuarono a giungere dall'Italia anche dopo la completata distribuzione dei lotti, chiamati dai propri parenti ed amici, i quali loro cedevano parte dei lotti, che vennero perfino suddivisi in 4 parti.

Per l'ultimo censimento fatto dalle autorità brasiliane nel luglio 1891, si può calcolare che la popolazione italiana in questa colonia ammonti a 11,000 persona. Di questi, appena un centinaio giunsero dall'Italia senza famiglia, ma poscia in gran parte si annogiarono.

Gl'immigranti in questa colonia appartengono quasi esclusivamente alle provincie di Cremona, Bergamo, Vicenza e Treviso; i non agricoltori sono muratori, falegnami, calzolari, fabbri, mulinal, merciai ambulanti, e guadagnano da reis 1,800 a 2,000 al giorno (lire 2. 25 a lire 2. 50). Il colono che, non avendo lotto proprio, lavora nel fondo altrui, riceve una mercede giornaliera di reis 1,000 (lire 1. 25), più il vitto.

La condizione dei coloni che arrivarono sul principio della fondazione della colonia è buona in generale; quelli che hanno lavorato incessantemente, e sono stati parchi nello spendere, hanno potuto costruirsi delle case di pietre e i ricoveri per maiali, vacche, cavalli, capre, polli, ecc.

I lotti venivano concessi alla condizione che nei sei mesi i concessionari vi costruissero una casa in legno e vi coltivassero una superficie coperta di bosco di 5 a 6 are. Il costo dei terreni era da 3 a 4 reis per metro quadrato; il prezzo dei lotti nella Sede era invece dai 7 ai 10 reis. Coloro che erano senza famiglia non sempre ricevevano il lotto; ciò era *ad libitum* dei direttori. Qualche volta si anticipavano ai coloni somme di denaro e si distribuivano badili, scuri, ecc., ecc., e se ne addebitava l'importo nel loro conto.

Quasi tutti i coloni si trovano ancora in debito verso lo Stato, ma non ho potuto raccogliere dati sicuri in proposito, nè tampoco sul valore delle proprietà degli italiani in Conde d'Eu, che però non può essere minore di tre milioni di franchi.

I prodotti della colonia sono il frumento, il granturco, i fagioli, il vino. I primi tre generi dopo alcuni mesi sono resi inservibili dal tarlo; la vite ha anche prodotto poco, ma ora la malattia si va con profitto combattendo colla calce e col solfato di rame.

In questa colonia si fa del buon vino e del formaggio, ma l'industria più sviluppata è l'allevamento dei maiali.

I coloni italiani sono apprezzati dalle autorità brasiliane e si trovano in buoni rapporti con esse; sono abbastanza rispettati perchè concordi.

Nel seno delle famiglie si parla la lingua italiana, o, per meglio dire, il dialetto patrio; i figli nati in colonia da genitori italiani essendo considerati dalle leggi del paese come brasiliani, le loro famiglie, volenti o nolenti, accettano tale principio.

Gli alunni che frequentarono le nostre scuole sono per $\frac{1}{4}$ nati in Italia e per $\frac{3}{4}$ nati in questo Stato. Le 5 scuole brasiliane sono pochissimo frequentate dai nostri alunni, i quali non ne comprendono la lingua.

I genitori italiani desiderano che le scuole italiane esistano e prosperino. Concorrono al loro mantenimento o col pagare da 700 a 800 reis al mese per ciascuno al maestro, o col riunirsi in società e soddisfare l'emolumento all'insegnante parte in generi e il resto in danaro. Si deplora specialmente la mancanza di libri.

L'unica istituzione italiana che si trovi in questa colonia è la Società di mutuo soccorso « Stella d'Italia, » fondata nella Sede il 10 marzo 1884; il suo scopo è di soccorrere il socio in tempo di malattia e durante la convalescenza. La quota mensile di ciascun socio è di reis 1000 al mese; quando è ammalato riceve la stessa somma per giorno, più gli vien pagata la visita medica di qualche pratico; e durante la convalescenza, finchè non può lavorare, riceve 800 reis al giorno.

Il fondo di cassa della Società è depositato al « Banco da Provincia » di Porto Alegre ed ascende oggi a reis 4,224,300, pari oggi a lire it. 5280.

Essendo la colonia posta a 870 metri sul livello del mare, l'aria v'è salubre, e, salvo un mite vaiuolo importato dagli immigranti, non v'appariscono epidemie. Ed è vera fortuna, perchè nella colonia non v'è medico, e i poveri ammalati debbono accontentarsi delle scarsissime nozioni mediche di qualche colono che in Italia è stato domestico d'un dottore!

Oltre ad un medico e a un farmacista, i bisogni più urgenti della colonia sono le buone e facili vie di comunicazione. Altro bisogno universalmente sentito è quello d'un mercato; oggigiorno il contadino non ha modo di mettersi in diretta corrispondenza col compratore, e deve servirsi dell'intermediario d'un commerciante, che s'arricchisce a sue spese.

Colonia « Encantado » (*Terreni venduti da privati*). — Confinante coll'ex-colonia Conde d'Eu trovasi la colonia « Encantado, » che giace sulla sponda sinistra del fiume Taquary, meno una piccola parte che si trova sulla riva opposta. Il luogo pigliò nome dall'*arroyo* (ruscello) *Encantado*, che con molti altri corsi d'acqua interseca la vallata del Taquary (sulla sponda sinistra gli *arroyos* Santo Augustò dos Conventos Vermelhos, São Theodoro, da Secca, e sulla destra Guaporè e Jacaré).

La colonia Encantado sorse nel 1878, ed è anch'essa divisa in linee e lotti, che hanno il loro fronte sui torrenti o ruscelli. I primi coloni italiani giunsero nel 1881, ed il loro numero ora è accresciuto a 180 famiglie, ossia a 900 persone all'incirca: essi vennero per loro conto dalla vicina colonia Conde d'Eu, appartenendo i terreni d'Encantado a privati e non al Governo.

I coloni, per la maggior parte, sono delle provincie venete e sono quasi tutti agricoltori: qualche industriale ha mulini e distillerie di granturco e canne da zucchero, nè mancano i commercianti che, quando le acque del fiume sono alte, si servono di quella via di comunicazione per esportare i prodotti della colonia o importarvi i generi che mancano.

La mercede del colono che lavora per conto d'altri è di reis 1500 al giorno, e quelli che esercitano il mestiere di fabbro-ferraio, falegname, calzolaio e muratore, guadagnano reis 2500, ma non hanno sempre lavoro.

Le terre sono dai proprietari e dalle Società vendute a 8 reis al braccio quadrato, e si suole pagare un terzo o metà del valore anticipatamente, ed il resto in 8 anni. Ben 144 coloni italiani hanno soddisfatto il loro debito, mentre soli 36 non hanno ancora pagata l'intera somma dovuta: il valore approssimativo della proprietà rustica posseduta da italiani è di reis 324,000,000, pari, a un cambio medio, a circa mezzo milione di franchi.

Nell'ultimo triennio la produzione del vino fu scarsissima; gli altri prodotti furono: granturco ettolitri 825,200; fagioli ettolitri 6700; fave ettolitri 2100.

La coltura dei fagioli e delle fave è stazionaria, mentre quella del granturco è in via d'aumento, essendo la principale industria della colonia l'ingrassamento dei maiali. Si coltiva anche, ma in piccole proporzioni, il grano, la canna da zucchero e il tabacco.

I coloni desiderano una strada, giacchè il Rio non è sempre navigabile, ed essi non sempre possono in alcune stagioni esportare i loro prodotti. Però, malgrado l'insufficienza delle vie di comunicazione, essi sono quasi tutti contenti della loro condizione.

Nel seno delle famiglie dei nostri connazionali non si parla che l'italiano, e solo pochi di essi hanno chiesto la naturalizzazione brasiliana.

I così detti « ispettori di quartiere » sono le sole autorità brasiliane che si trovano nella colonia « Encantado, » ma si pensa di nominarvi un subdelegato e un giudice di pace.

La Società « Unione Agricola » fu fondata il 3 marzo 1886 collo scopo di edificare una chiesa e una scuola: nate delle scissure, la Società si sciolse e risorse il 1° maggio 1889 collo stesso nome, ma con diverso statuto, collo scopo precipuo di promuovere l'istruzione.

A 4 chilometri da questa scuola se ne trova un'altra nella frazione San Giuseppe, fondata il 1° maggio 1891: il numero dei soci che la sostengono è di 21, che pagano una quota mensile proporzionata al numero dei figli che frequentano la scuola.

A 5 chilometri e mezzo da questa seconda scuola ve n'è un'altra fondata a San Rocco al Jacaré, mantenuta da una Società composta di 24 membri.

Lo stato sanitario è buono, non essendovi epidemie. I coloni si sono quotati per reis 5000 annui ciascuno, e così si sono procurati un medico che li visita gratuitamente.

Colonia « Alfredo Chaves ». — La colonia « Alfredo Chaves » fu fondata sul finire del 1885 nel territorio di « Roça Riama; » essa non è ancora emancipata, non essendo ultimata la distribuzione dei lotti.

I primi coloni italiani giunsero in questa colonia nell'anno di sua fondazione; nel 1886 erano 1625; nel 1887 ne giunsero 1800; nel 1888, n. 1061; nel 1889, n. 2400; nel 1890, n. 2765; nel 1891, n. 2800, sicchè il loro numero attuale è di 12,451.

Si calcola che 97 su cento dei coloni giunsero colle famiglie; essi appartengono, per la maggior parte, alle provincie di Cremona, Bergamo, Treviso, Vicenza, Belluno. Quasi tutti sono agricoltori, e gli altri o muratori, o falegnami, o fabbri, o calzolai. Il colono agricoltore che lavora per conto d'altri guadagna giornalmente reis 1500 (lire 2 all'incirca), e l'artigiano guadagna reis 2500 (lire 3.15).

Al suo arrivo il colono è ricoverato in un baraccone, e vi rimane finchè non abbia costruita la casetta nel suo lotto. Se vuole lavorare per conto del Governo colla mercede quotidiana di reis 1,500, può occuparsi fin dal primo giorno.

Appena giunge, gli vien concessa a sua scelta una porzione di terra boschiva di m. q. 302,500, più, se lo desidera, un lotto urbano di m. q. 1500. Il prezzo dei lotti rustici varia secondo la località, da reis 2 a 3 per ogni 4 m. q. circa. Coloro che sono senza famiglia ricevono mezzo lotto soltanto; a tutti in generale vengono concessi reis 100,000 per la costruzione della casa, più il vitto *gratis* nei primi cinque giorni, e le ferramenta indispensabili per i lavori d'agricoltura.

Quasi tutti i coloni sono in debito verso lo Stato, meno qualcuno che spontaneamente pagò. Il valore approssimativo della proprietà rurale che ad ogni singolo colono appartiene, si può calcolare a circa reis 180,000 (lire 225 al cambio d'oggi); sicchè può dirsi che le proprietà degli italiani in Alfredo Chaves abbiano il valore complessivo di circa mezzo milione di lire italiane (s'intende al prezzo di costo, perchè ora il valore è di 2 milioni).

La produzione più importante è quella del granturco, per l'ingrasso dei maiali; per l'ultimo triennio si possono fissare le seguenti cifre: granone, ettolitre 108,000; fagioli, ettolitre 1400; patate, ettolitre 800; frumento, ettolitre 44,000; linseme, ettolitre 600; segala, ettolitre 26,000; orzo, ettolitre 3000; canna da zucchero, piante 4,500,000.

In generale la condizione del colono può dirsi buona, i laboriosi e i previdenti possono anche fare dei risparmi perchè per lo più i raccolti sono abbondanti; migliore sarebbe la condizione economica degli agricoltori se con comodo via di comunicazione potessero agevolmente portare i loro prodotti sui mercati di consumo.

Il sentimento d'italianità non è del tutto perduto, e nelle famiglie non si parla che il dialetto patrio.

L'unica istituzione italiana esistente in questa colonia è la Società « Confederazione italiana », fondata il 24 giugno 1891. Essa ora conta 59 soci ed ha un fondo di cassa di circa 400,000 reis (lire 500 al cambio d'oggi); la casa ov'è la sede sociale è anche proprietà del sodalizio. Scopo dell'istituzione è il mutuo soccorso e l'istruzione; la quota mensile dei soci è di un mil reis (lire 1.25) per ognuno.

Per mantenere le tre scuole italiane esistenti in Alfredo Chaves, i coloni concorrono con 500 reis mensili per ognuno.

L'emigrazione essendo eminentemente agricola, ha carattere stabile. Il colono rimpiange forse la patria nei primi tempi, ma poscia s'affretta a chiamarvi parenti ed amici, perchè, malgrado gli stenti del lungo viaggio e della laboriosa installazione, trova modo di migliorare col tempo la sua condizione.

Lo stato di salute in questa colonia è florido. La Commissione delle Terre ha un medico ed una farmacia, e distribuisce le medicine gratuitamente.

Pelotas. — Nella comarca di Pelotas si trovano circa 5000 italiani, dei quali 2500 nella città, 400 nella colonia Maciel e 2000 nelle campagne, specialmente nelle *charqueadas* (manifatture di carne secca).

Nella città di Pelotas i nostri connazionali generalmente sono dell'Italia meridionale, artigiani o negozianti. Quasi tutti gli alberghi sono tenuti da italiani, compresi i principali: *Alliança*, *Brazil*, *Piemontese*, *Milano*, ecc.; come anche le migliori vendite di pannine, tintorie, negozi di commestibili, fabbriche di paste e calzolerie. I principali azionisti della linea della tramvie sono italiani.

È doloroso dover dichiarare che, malgrado che la colonia italiana di Pelotas sia buona ed operosa, non è ben veduta dalla gente del paese.

Colonia Maciel. — La colonia Maciel dista da Pelotas 8 leghe (la lega brasiliana è di m. 5800); sorge sopra una catena di colline, ed è unita alla capitale della Comarca da una cattiva via mulattiera. Essa fu fondata circa il 1880, e la distribuzione dei lotti non è ancora finita. È abitata da una cinquantina di famiglie quasi tutte italiane (veneti e qualche meridionale); calcolando da 6 a 8 persone per famiglia, può dirsi che la colonia conta da 300 a 400 persone. Le case sono di mattoni o fango, rivestite di legno.

Il terreno è piuttosto fertile, e vi crescono abbastanza bene la vite e i cereali. I nostri coloni sono laboriosi, ma non riescono a raggiungere l'agiatazza perchè per mancanza di vie di comunicazione non possono vendere i loro prodotti, sicchè limitano la coltivazione a quel tanto che basti all'alimento delle loro famiglie. Vi sono due mulini idraulici appartenenti a coloni italiani.

Anche lì è stata improvvisata una piccola scuola italiana nella quale insegna un contadino: non v'è nessuna autorità brasiliana; un nostro connazionale ha il titolo d'ispettore ed è una specie di giudice conciliatore.

Colonia di Jaguary. — Nell'ottobre 1889 venne fondata la colonia di Jaguary su terreni accordati alla provincia di Rio Grande do Sul dal Governo Imperiale, ed al principio dell'anno 1891 si contavano mille emigranti russi colà stabiliti. Quella colonia dipende dai municipi di S. Vincenzo e Thiago do Boqueirão occupando una superficie di 263,589,000 mq.; è distante 23 chilometri da Villa São Vicente, 41 chilometri dalla stazione di Umbú sulla linea ferroviaria Porto Alegre-Urugayana.

Lo sviluppo della colonia fu lento al principio a motivo dei suoi primi abitatori, i Russi Polacchi, i quali non essendo adatti per l'agricoltura e poco amanti del lavoro, non fecero buona prova in Jaguary come in tutte le altre colonie dello Stato, ed il direttore della colonia, l'ingegnere Severiano de Souza Almeida, fece ogni sforzo per rimpatriare i Russi Polacchi sostituendoli con Italiani.

Il Colono Italiano. — In una sua relazione diretta al Governo federale al principio del corrente anno il detto direttore così si esprimeva testualmente:

« Essendo mio dovere di esporre i vantaggi dell'emigrazione che deve essere preferita, non esito ad affermare che è di gran lunga superiore a tutte le altre l'emigrazione italiana, che per la sua costanza, vita economica, spirito industrioso ed attitudine è superiore alla stessa emigrazione tedesca. Il colono italiano, economico e sobrio fino all'eccesso, industrioso e atto alla coltivazione delle nostre terre, assicura il suo benessere ed indipendenza con vantaggio di tempo e di condizioni sopra qualunque altro colono. L'emigrazione polacca, spagnola, austriaca, belga e francese ha dato generalmente pessimo risultato mancandole completamente le attitudini per la coltivazione delle nostre terre boschive, poichè non sa far uso di ferramenta e si rende intollerabile per le sue esigenze, non tro-

« vando sufficiente l'aiuto che le dà il Governo federale, e facendosi invece notare per la « propria indolenza. »

Non vi è più dubbio alcuno che in questo Stato, che provò le emigrazioni di quasi tutti gli Stati europei, l'unico emigrante accettato e desiderato sia l'italiano; ma da questo fatto, entrato nella coscienza pubblica, molte considerazioni si possono dedurre non certo favorevoli a queste autorità, che, pur riconoscendo la grande superiorità del nostro colono, non lo trattano di fronte agli altri, e di fronte al suo merito intrinseco, con quella *parzialità* e giustizia cui egli avrebbe pure diritto. Mentre il polacco, benché considerato inutile anzi nocivo, è fatto segno ad ogni maggior riguardo e lo si sopporta per mesi intieri senza lavorare nei ricoveri di emigrazione, e si finisce per rimpatriarlo con spese enormi pel Governo federale, l'italiano invece, che aborre di vivere nell'ozio e che reclama di essere inviato senza indugio sul luogo del lavoro, è soggetto molte volte ad angherie, cattivi trattamenti e poca considerazione; forse perchè è di carattere più mite e poco propenso alla rivolta.

Ciò dicendo, non mi riferisco al colono veneto già stabilito nel suo lotto coloniale; poichè allora, a dire il vero, sono quasi cessati per lui i patimenti e le disgrazie, tanto più che i direttori di queste colonie sono tutte persone egregie ed umane, che sanno convenientemente apprezzare il merito del nostro colono, e lo amano e lo fanno rispettare; mi riferisco invece al modo umano con cui è trattato il nostro colono dal momento del suo sbarco in Rio de Janeiro fino al suo arrivo nella colonia.

Già ebbi occasione di riferire al regio Ministero circa il modo deplorabile con cui è fatto il servizio di emigrazione da Rio de Janeiro a questa città. Gli emigranti nostri, pigiati in numero da 8 a 900 sul ponte d'un piccolo piroscalo brasiliano che a mala pena potrebbe contenerne 100, soffrono fame, sete, sonno, per 11 giorni di seguito, ed in quel lungo viaggio si sviluppano ogni sorta di malattie; il nutrimento è *scarso e ripugnante*, gli impiegati di bordo maltrattano in ogni modo i nostri emigranti, insultandoli come gente che venga qui per isfamarsi senza produrre; nell'impossibilità di coricarsi per mancanza di spazio, le madri non sono più in grado di allattare i loro bambini, che muoiono a torme sul bastimento stesso o poco dopo il loro arrivo in questa *hospedaria* (ricovero) ove giungono sfiniti ed affranti in modo da destare la compassione del cuore il più indurito. Molti di questi emigranti hanno perduto il loro bagaglio, cioè tutto il loro avere, e questo bagaglio, malgrado le più attive pratiche fatte in tutte le direzioni dal regio Consolato, non si ritrova il più delle volte, lasciando così intere famiglie nell'impossibilità di cambiarsi, e perciò soggette a tutte quelle infermità che la mancanza di pulizia può generare.

Questo ricovero poi non è adatto per il numero rilevante di emigranti che vi si riceve, talvolta 2500 in una volta; e malgrado il buon volere di questa Ispettorìa di terre e colonizzazione, che non si rifiutò mai di attendere ai giusti reclami del Consolato, pure il vitto è talvolta pessimo e tutt'altro che confacente a persone sposate e malaticcie per lunghi patimenti anteriormente sofferti.

Di qui alle colonie il servizio non è fatto in modo migliore, e per quelli che devono per esempio recarsi a Jaguary, ove per giungere sono necessarie 4 ore di vaporetto sul fiume, 14 ore di ferrovia ed una giornata e mezzo di cammino in carrette primitive, i patimenti di ogni sorta ricominciano, poichè per chi non può con danaro procacciarsi il necessario, manca talvolta per una intera giornata il nutrimento.

Ho creduto di accennare a questi gravi inconvenienti parlando della colonia di Jaguary, perchè essendo essa ancora in via di fondazione, sarà colà che s'inverranno di preferenza i nostri coloni, che in questi ultimi mesi si succedono in numero inquietante.

La popolazione attuale della nuova Colonia di Jaguary ascende a 4441 abitanti, di cui 2109 sono italiani; i lotti di terra sono tutti di 25 ettari ciascuno, ed i prodotti principali

sono frumentone, fagioli, frumento, riso, tabacco ed in piccola quantità l'uva e la canna da zucchero.

La colonia è bagnata dai fiumi Jaguary e Jaguarisinho e da diversi ruscelli, dei primi tributari.

Le terre situate in avale dei due fiumi sono argillose, prestandosi a qualunque genere di coltivazione. le altre alquanto calcaree e sassose, le vie di comunicazione interne sono in via di formazione, ma mancano affatto strade rotabili, non solamente per collegare la colonia coi centri di consumo, come pure per dar lavoro ai coloni che arrivano nei mesi da luglio a gennaio, i quali, terminato il sussidio del Governo per la costruzione della loro casa, ancora non potrebbero vivere senza l'aiuto governativo, non potendo che dopo tre mesi cominciare a raccogliere il prodotto del suolo.

Unisco un quadro riassuntivo delle colonie italiane in questa circoscrizione consolare, nonché uno specchio delle colonie agricole coll'indicazione del valore delle proprietà italiane.

Allegato n. 1.

Quadro delle colonie italiane esistenti nella circoscrizione del R. Consolato d'Italia in Porto Alegre.

CITTÀ E COLONIE	ITALIANI	CITTÀ E COLONIE	ITALIANI
Porto Alegre e dintorni	6,000	<i>Riporto</i>	15,020
Pelotas e dintorni	4,600	Sant'Antonio da Patrulha	1,000
Maciel « Colonia »	400	Caxias	25,000
Rio Grande del Sud	600	Bento Gonçalves	20,000
Bagé	1,000	Conde d'Eu	11,000
Sant'Anna do Livramento	600	Alfredo Chaves	12,451
Uruguayana	500	Encantado	900
Itaquy	300	Silveira Martins	12,000
Santa Maria da Boca do monte	450	Jaguary	2,100
Cachoeira	220	Santa Caterina (Stato)	52,000
Passo Fundo	350	Matto Grosso (Stato)	250
A riportarsi	15,020	Totale	151,740

Quadro riassuntivo delle colonie agricole.

N° d'ordine	NOME DELLE COLONIE AGRICOLE	POPOLAZIONE Italiana	N U M E R O dei lotti appartenti ad Italiani	LORO VALORE in Lire italiane
1	Bento Gonçalves	20,000	3,000	7,500,000
2	Silveira Martins	12,000	1,500	3,000,000
3	Conde d'Eu	11,000	1,300	3,000,000
4	Encantado	900	180	500,000
5	Alfredo Chaves	12,451	2,000	2,000,000
6	Maciel	400	80	150,000
7	Caxias	25,000	4,000	7,200,000
8	Jaguary	2,109	800	600,000
	Totale	89,850	12,660	29,350,000

Le colonie italiane nella provincia di Santa Caterina.

Rapporto del R. Console conte cav. avv. MARIO COMPAGNONI-MAREFOSCHI.

(Porto Alegre, 19 settembre 1899).

Nella mia recente visita a Desterro, capitale della provincia di Santa Caterina, fui sorpreso nell'udire che più di 20,000 italiani dimoravano in quella provincia, quasi sconosciuta all'estero, e non abbastanza apprezzata dallo stesso Governo locale.

Quantunque sia una delle più piccole del Brasile con una superficie di circa 75,000 chilometri quadrati e una popolazione di 220,000 abitanti, essa si presta forse più di qualunque altra alla immigrazione straniera, e potrebbe ricevere più di un milione di europei sviluppando le grandi ricchezze che racchiude nell'interno tuttora imperfettamente esplorato.

Oltre all'approdo di Desterro che è un ancoraggio sicuro, e che con pochi lavori potrebbe divenire un porto di primo ordine, capace di contenere centinaia di bastimenti, ciò che raramente si riscontra lungo queste estesissime e pericolose coste del Brasile, la provincia di Santa Caterina possiede un altro magnifico porto più verso il Nord, all'imboccatura del fiume San Francisco.

Il clima è dovunque eccellente e non vi si verificano non solo le epidemie comuni nelle altre provincie del Nord, ma neppure tante malattie locali che affliggono i poveri immigranti quasi dappertutto nel Brasile, anche nelle contrade ritenute le più sane.

Numerosi fiumi in gran parte navigabili permettono di penetrare nell'interno della provincia con facilità e senza gravi spese, collegando punti distanti che rimarrebbero altrimenti sprovvisti di qualunque via di comunicazione.



Bollettino del Ministero degli Affari Esteri

N. generale 144
N. di Serie 7

GIUGNO

1899

BRASILE

Lo Stato di Rio Grande do Sul e l'Emigrazione italiana

RAPPORTO DEL CONTE PIETRO ANTONELLI
REGIO MINISTRO IN RIO JANEIRO

La vendita del *Bollettino* è affidata alla Libreria BOCCA in Roma
ed ai suoi corrispondenti in tutto il Regno.

Prezzo del presente fascicolo L. 0. 25.

Roma, 1899 — Tipografia del Ministero degli Affari Esteri.

Fascicoli pubblicati nell'anno 1899

N. 139	— Parte amministrativa e notiziario (Gennaio)	L. 0.25
» 140	— Parte amministrativa e notiziario (Febbraio)	» 0.25
» 141	— Parte amministrativa e notiziario (Marzo)	» 0.25
» 142	— Parte amministrativa e notiziario (Aprile-Maggio)	» 0.45
» 143	— CARLO NAGAR — Il distretto consolare di La Plata	» 0.55

*Viaggio
Rio-Plata 22/1
3.12 - 10.1
2 giorni per
S. P. A. o 200*

Lo Stato di Rio Grande do Sul e l'Emigrazione italiana

RAPPORTO DEL CONTE PIETRO ANTONELLI

Regio Ministro in Rio Janeiro

Maggio 1899

Allo scopo di studiare personalmente la condizione dei nostri emigranti al Brasile, mi sono recato nel mese di dicembre u. s. nello Stato di Rio Grande do Sul, che, dopo quello di San Paolo, è lo Stato dove maggiormente affluiscono i nostri connazionali e dove si calcola che attualmente il numero d'italiani nati in Italia e di origine italiana non sia inferiore ai 200 mila.

Partito da Rio il 3 dicembre sopra un piroscalo della compagnia brasiliana di navigazione costiera, toccando i porti di Paranaguà e Florianopolis giunsi l'8 di quel mese nella città di Rio Grande. Il giorno seguente mi recai in ferrovia a Pelotas per riprendere il battello con destinazione a Porto Alegre.

Colà il presidente dello Stato, signor Borges de Medeiros, cui venni tosto presentato dal nostro console, mi salutò con calda parola, dicendosi lieto di accogliere il rappresentante di una nazione amica e poco dopo mi offrì di fare una escursione nell'interno delle colonie italiane, e fu subito fissato che sarei partito nelle prime ore anti-meridiane dell'11. Sua Eccellenza mi annunciò che sarei stato accompagnato dal signor Parobé, ministro *das obras publicas*, e dal sub-capo di polizia, signor colonnello Bento Porto. Tralascierò per brevità di parlare di tutte le feste che in quei giorni mi furono offerte, come tralascio di descrivere quelle ch'ebbi in Rio Grande ed in Porto Alegre dalle società italiane e da tutta la colonia.

La linea da me percorsa nell'interno dello Stato è quella che raccoglie il maggior nucleo di coloni italiani. Trattandosi di una regione non abbastanza conosciuta e di un grandissimo interesse

pel presente e per l'avvenire dei nostri connazionali, è il caso di redigere una breve relazione sulle impressioni del viaggio e sulla azione nostra e dei nostri lavoratori in quel florido Stato.

La mattina del 12 m'imbarcai sul piroscalo *Colonial*, che rimontò per ottanta chilometri il Rio Cahy ed arrivò alla sera a San Sebastião, limite estremo di navigabilità del fiume e punto di riunione dei commercianti che mantengono i loro traffici con la regione alta del paese. Il fiume Cahy ha una navigazione facile per battelli che non abbiano un pescaggio superiore ai tre metri. Una compagnia germanica mantiene un attivo commercio ed un servizio di battelli a vapore. Le sponde del Cahy sono in gran parte abitate da coloni alemanni, i cui maggiori si stabilirono nel Rio Grande più di cinquanta anni or sono. La mattina seguente partii da San Sebastião a cavallo, accompagnato dal ministro dei lavori pubblici e dal colonnello Bento Porto, percorrendo sessantasei chilometri su una strada carrozzabile, fiancheggiata da colonie, e verso le 5 e mezzo di sera giunsi a Caxias. Caxias è una città che aumenta continuamente, ed il suo nucleo coloniale fu fondato nel 1875: la sua popolazione è calcolata, secondo i dati ufficiali, a circa 22 mila abitanti. Le abitazioni sono in gran parte di legno di pino, abbondantissimo in tutta la regione. L'elemento italiano è il predominante, ed a questo è dovuto il rapido progresso raggiunto in questi ultimi anni.

Il viaggiatore che percorre la strada che da San Sebastião va a Caxias, non può non osservare che da San Sebastião al Rio das Antas, ossia per un percorso di circa 50 chilometri, case e sistema di coltivazione hanno un aspetto del tutto germanico, mentre al di là del fiume si nota una differenza per la varietà delle culture e per la distribuzione delle case, da far riconoscere la diversa nazionalità degli abitanti, essendo quelli di quest'ultima regione per la maggior parte italiani. Gli stessi indigeni riconoscono solo dall'aspetto se una colonia è abitata da alemanni o da italiani. Mentre i nostri fabbricano le loro case ai lati delle strade, il colono germanico preferisce collocare la sua abitazione nel fondo del suo possedimento. L'alemanno coltiva fagioli, patate, grano turco ed alleva in gran quantità i suini. L'italiano invece, e questo è quello che più si rimarca, oltre a coltivare tutto quanto coltivano gli alemanni, ha introdotto la coltivazione della vigna in estesa scala, e quella importantissima del frumento, il quale è considerato come uno dei prodotti più ricchi del paese.

L'aspetto generale delle famiglie e degli abitanti è di gente sana, ben nutrita e soddisfatta. Il municipio di Caxias è situato ad una altezza media di 920 metri sul livello del mare, il clima è temperato, e dai medici colà residenti mi fu assicurato che non esistevano malattie infettive e che lo stato della salute pubblica non poteva essere più soddisfacente.

Pel nostro arrivo la città era adornata con archi di verdura, bandiere e festoni. Visitai la Società italiana *Principe di Napoli* che ha nella sala sociale un ritratto di Sua Altezza Reale con dedica firmata dall'augusto Principe; ritratto che la Società custodisce come un prezioso ricordo. La più perfetta armonia regnava fra italiani e brasiliani ed a questa festa italiana si associarono autorità e cittadini brasiliani con grande soddisfazione dei nostri connazionali.

La via fino al fiume das Antas è leggermente ondulata; al di là del fiume, invece, il paese è montagnoso. Da Caxias mi recai ad « Antonio Prado », percorrendo una distanza di 44 chilometri a cavallo. Questo altro nucleo coloniale è pure in gran parte abitato da italiani e discendenti da italiani. La sua fondazione rimonta al 1886, la popolazione è valutata a circa 7000 abitanti e la colonia è a soli 700 metri sul livello del mare.

Da una statistica compilata dal direttore della colonia risulta che la grande maggioranza della popolazione è di italiani nati in Italia e non naturalizzati, i quali sommerebbero a 3926, e di figli di italiani, considerati brasiliani dalle leggi locali, calcolati in circa 3000. Dopo vengono i polacchi, che sono calcolati in numero di 618, gli svedesi in numero di 22, 40 austriaci, 6 francesi, 14 spagnuoli.

Nostro corrispondente consolare officioso è il parroco, il quale in un banchetto che mi fu dato la sera del mio arrivo, ricordando d'aver servito l'Italia nell'esercito, brindò con effusione al Re ed alla patria lontana.

Da « Antonio Prado » per un cammino meno facile degli altri già percorsi, mi recai ad « Alfredo Chaves » distante 43 chilometri. La via è, come in tutte quelle regioni, fiancheggiata da abitazioni coloniali e da prospere coltivazioni. Le case in legno di pino hanno apparenza nell'esterno gradevole, e nell'interno sono molto pulite e ben tenute. « Alfredo Chaves » ha l'aspetto di una città che dovrà quanto prima avere un aumento di popolazione. In questa come nelle altre città, che sorgono per opera del lavoratore che colà va a stabilirsi, il governo statale ha con lodevole previdenza tracciato i

piani dell'area cittadina, dividendola in lotti, dove è indicato su quali linee devono essere costruite le case ed il minimo della grandezza della abitazione. Per « Alfredo Chaves », il signor Barreto Leite, capo della commissione della colonizzazione, mi ha assicurato che, malgrado l'estensione della città, i lotti urbani erano già quasi tutti venduti.

La sede di questo nucleo, che rappresenterebbe la città, ha diciannove strade ed una grande piazza con vari edifici pubblici relativamente importanti, una grande chiesa e circa 300 case, delle quali trentadue di commercio, nella maggior parte costruite in legno. « Alfredo Chaves » ha una altezza di 856 metri sul livello del mare ed una popolazione di circa 23 mila abitanti, dei quali 12,778 italiani; 5,940 brasiliani, quasi tutti figli di italiani; 1,360 tedeschi, 1,950 polacchi e 216 di nazionalità diverse. La colonia è divisa in 53 linee, formando un totale di 3,644 lotti rustici già tutti occupati.

Invitato dal signor Parobé fui a visitare uno dei nuclei coloniali più recenti, distante circa 50 chilometri da « Alfredo Chaves », chiamato *Guaporé*. Al tempo della rivoluzione, dove oggi è la sede coloniale era ancora bosco selvaggio che dava rifugio ad ogni specie di malfattori. Il colono italiano, superando innumerevoli difficoltà per mancanza di strade, per terreni difficili ad essere diboscati, ha ridotto quella regione una delle più belle, ed il centro coloniale è quello che attualmente viene di preferenza ricercato per la produttività delle terre e per la bontà del clima. La distanza che separa « Alfredo Chaves » da *Guaporé* è di circa 50 chilometri, dei quali più di due terzi si percorrono per una via mulattiera fangosa e di transito difficoltoso.

Il nuovo nucleo è situato sul dorso di una collina ed ha aspetto pittoresco e gaio. È all'altezza di circa 500 metri sul mare, e fu fondato dall'operoso ingegnere brasiliano José Montauz nel 1892. La sua popolazione è di circa 6,642 abitanti, dei quali 5,333 italiani, 567 brasiliani, figli di italiani, 200 tedeschi, 402 polacchi, e 140 di differenti nazionalità.

Lo sviluppo di *Guaporé* non rimonta alla data della fondazione, ma a quella della pacificazione del paese, ossia a circa tre anni fa. Le terre sono date agli immigranti nuovi venuti ed ai figli dei vecchi immigranti che abbiano già una famiglia.

Ripercorrendo la via già battuta, tornai in « Alfredo Chaves »,

per recarmi a « Bento Gonçalves » distante da Guaporé circa ottantanove chilometri. È « Bento Gonçalves » uno dei nuclei coloniali più antichi. La sua fondazione rimonta al 1875 ed è situato all'altezza di 540 metri sul livello del mare, contando una popolazione di ventimila abitanti, la maggior parte italiani. La città ha già una sistemazione permanente: vi è un eccellente albergo, e le abitazioni sono nella più parte in muratura, e mostrano appartenere a persone che vivono agiatamente. Vi è un teatro e la vita sociale è relativamente molto avanzata.

Da Bento Gonçalves una strada carrozzabile lunga 14 chilometri conduce all'antica colonia *Conde d'Eu*, che oggi porta il nome di colonia *Garibaldi*. Questo nucleo coloniale è il più antico di tutti quelli da me visitati, rimontando la sua fondazione al 1874. La sede della colonia è all'altezza di 560 metri sul livello del mare, ed i suoi abitanti ascendono a circa 14,000. È una piccola città abitata da commercianti ed agricoltori, quasi tutti italiani o figli di italiani. Vi è un buon albergo, tenuto da un italiano, e l'accoglienza fattaci dalla colonia *Garibaldi* non fu certo inferiore per cordialità a quella ricevuta in altre colonie.

La mattina del 23 dicembre partimmo a cavallo e percorremmo una strada carrozzabile di 64 chilometri, arrivammo al villaggio di *São João de Montenegro*, situato sulla sponda destra del fiume Cahy. 25 chilometri più in basso di *São Sebastião*, punto di partenza della nostra escursione nell'interno. Il paese torna quindi ad essere abitato nella sua grande maggioranza da alemanni o figli di alemanni. Con la stessa lancia *Colonial* scendemmo il fiume e sbarcammo in Porto Alegre alle 11 1/2 della sera.

Restai in Porto Alegre fino al giorno 29, impiegando quei giorni a visitare gli ameni dintorni della capitale statale, come Belem, San Leopoldo, Nova Amburgo, Amburg-Berg, queste ultime le più antiche colonie tedesche, ed in treno speciale visitai Teresopolis, anticamente chiamata *Tristeza*, dove fui ricevuto dalla società italiana *Giuseppe Mazzini*. Ho pure avuto occasione di visitare la *Hospedaría dos immigrantes*, situata sulla sinistra del Rio Guazba. Questo immenso edificio, che ha in altri tempi ospitato più di 3000 emigranti, è provvisoriamente occupato da un battaglione di milizia federale. Col cessare della emigrazione sussidiata, il governo riograndense non ha trovato necessario tenere aperto un così vasto edificio; agli immigranti in arrivo viene accordata l'ospitalità in

Porto Alegre stessa ed i mezzi per trasportarsi nelle colonie, dove speciali commissari sono incaricati di dare ai nuovi venuti lavoro e terre.

Sulla stessa via della *Hospedaria dos immigrantes* è notevole l'asilo di mendicizia, fondato dal padre bahiano reverendo Cachic. Detto edificio è stato costruito con le offerte della pubblica carità, e in esso furono applicati tutti i sistemi più moderni che l'igiene richiede. I dormitori sono bene arieggiati, le biancherie di buona qualità e pulitissime, ogni camerone ha dei bagni caldi e freddi a tutte le ore del giorno e della notte, luce elettrica, cucine a vapore, ecc.

La commissione italiana di ricevimento, la vigilia della partenza, mi offrì un banchetto, al quale presero parte S. E. il Presidente dello Stato coi suoi segretari di Stato, ufficiali di gabinetto ed aiutanti d'ordine, l'intendente municipale, il capo di polizia, il comandante la guarnigione, il senatore Giulio de Castilho ex-presi'ente, rappresentanti della stampa, del club del commercio, il console cavaliere Ciapelli e la parte più eletta della collettività nostra. Furono scambiati dei cordialissimi brindisi al nostro Re e al Presidente dello Stato federale. Notevoli furono le parole del signor de Castilho in un forbito discorso, nel quale fece l'elogio della colonia italiana, che dichiarò apprezzare da lunga data, ricordando che quando tutti i punti dello Stato erano in agitazione, durante la nota rivoluzione, le colonie italiane si mantennero in pace, rispettando la legge e non interrompendo il loro lavoro. Sua Eccellenza il presidente dello Stato replicando al mio discorso, nel quale avevo rilevato essere necessario allargare le relazioni commerciali con l'Italia, fece voti perchè questa mia proposta si realizzasse, assicurando che da parte del governo statale il commercio italiano troverà il più largo appoggio e la più sincera simpatia.

La mattina del 5 sbarcai in Rio de Janeiro, avendo dato con ciò termine alla mia escursione, che ha avuto la durata di trentatrè giorni, dei quali otto di navigazione per andare a Porto Alegre, otto pel ritorno a Rio, dodici nell'escursione all'interno delle colonie, cinque a Porto Alegre. Nell'interno ho percorso 370 chilometri a cavallo e 135 di navigazione fluviale.

Tracciato questo mio itinerario, reputo indispensabili alcune considerazioni sullo Stato di Rio Grande do Sul, che è il più meridionale degli Stati dell'unione brasiliana e che ha un'estensione ter-

ritoriale di 236,553 chilometri quadrati con un milione circa di abitanti. La popolazione è in continuo aumento, ma non ho dati precisi per poter determinare a quanto ammonti attualmente. Nel 1819 abitavano lo Stato di Rio Grande 79,000 individui, nel 1863 392,720, nel 1872 652,231 e nel 1894 1,075,000. Lo Stato di Rio Grande ha, in generale, aspetto di paese montagnoso e accidentato, e può dividersi in tre zone: la marittima, la zona del sud e quella chiamata Cima da Serra. La prima è pianura, dove prospera l'allevamento del bestiame; la seconda è leggermente accidentata, atta alla pastorizia ed alla coltivazione dei cereali; la terza è la più montagnosa e ricoperta di estesissimi boschi. Il clima dello Stato di Rio Grande è temperato. Porto Alegre è forse il punto più caldo; ma la temperatura media fu nel 1897 di 20°, 5, come mi risulta dal relatorio del 1897 del ministero dei lavori pubblici, con una temperatura minima di 18°, 38 in media, e massima di 22°, 62. I mesi dal dicembre al marzo sono i più caldi. Il termometro in questa stagione, che è la estiva, segna da 29° a 30° come massima e circa 12° come minima. Non così è la temperatura nell'alto della Serra, dove essa è molto meno elevata, anche a pochi chilometri dalla città, ed è molto più bassa nelle colonie situate sui monti, comprese quelle da me visitate. Nei tropici il sole è sempre cocente; ma la mitezza del clima più che dalle stagioni deve essere determinato dalla freschezza della nottata, e le notti di Porto Alegre, e soprattutto delle sue colonie, hanno questo vantaggio.

Le piogge sono frequenti, e l'alternarsi di acqua e di sole è quello che più favorisce la coltivazione delle terre. Immensa importanza ha la parte idrografica dello Stato riograndense, e questa importanza contribuirà al futuro progresso industriale e commerciale di quello Stato. Oltre la parte marittima bagnata dall'Oceano Atlantico nella sua costa fra Mampituba e Chuhy, ossia dal 28° al 34° di latitudine australe, vi sono le acque interne, che si possono dividere in due grandi bacini, quello orientale, che sbocca dal canale di Rio Grande, e quello occidentale, che versa le acque nell'Uruguay. Il primo si calcola avere una superficie di 102,054 chilometri quadrati; il secondo 134,499 chilometri quadrati. Nel bacino orientale vi sono i due grandi laghi *dos Patos* e *Mirim*, ricongiunti fra loro dal *rio Gonçalo* dove, sulla sponda sinistra, è situata la città di Pelotas; queste acque poi entrano, come si è detto, nel canale di Rio Grande, dove sorge la città omonima.

Il lago *Mirim* è un vero mare interno, come pure il lago *dos Palos*; quest'ultimo ha una estensione calcolata a 264 chilometri di lunghezza e 50 di larghezza massima; il primo ha la lunghezza di 246 chilometri e mezzo con le sponde irregolari e con una larghezza massima di 52 chilometri e mezzo. Nel lago *dos Palos* il fondo è irregolare, ed arriva ad avere dieci metri di profondità; e nelle vicinanze di Itapua raggiunge la notevole profondità di 44 metri.

Questa grande massa d'acqua, che conduce a Porto Alegre, non è atta alla navigazione di navi di gran pescaggio, non per la profondità del lago, ma pel passaggio degli stretti. I due punti più difficili sono quello del *Guazbá*, al cui lato sinistro è situata la capitale dello Stato, e dove spesso l'acqua non raggiunge i quattro metri, e l'altro canale di Rio Grande, dove, pei continui lavori idrografici che si vanno eseguendo, si calcola una profondità di sette metri.

Questo miglioramento della navigazione, che tanto sta a cuore al governo dello Stato, ha permesso ad una compagnia tedesca di navigazione d'inviare nel porto di San José del Nord, situato nel canale di Rio Grande e di fronte alla città omonima, grosse navi pel trasporto delle merci, e si può dire che queste assorbono in gran parte l'importazione e l'esportazione fra lo Stato di Rio Grande e l'Europa. Gli stessi negozianti italiani, per convenienza economica, sono costretti ad inviare le merci italiane in Amburgo per farle giungere a Rio Grande e viceversa; e tutto questo produce grave danno ai nostri scambi commerciali con quella ricca regione, dove il consumo dei nostri prodotti non è in proporzione col numero degli italiani. Il Presidente dello Stato e il senatore Castilho mi hanno manifestato il loro vivissimo desiderio che una qualche compagnia italiana stabilisca una linea diretta con Genova. Il governo locale è disposto a favorire una simile impresa, che è pure il *desideratum* dei numerosi connazionali colà residenti. Disgraziatamente, però, l'Italia non è il paese delle iniziative: le nostre compagnie di navigazione danno sempre prova di poca volontà nell'aumentare le loro linee, salvo che abbiano la quasi certezza che queste saranno immediatamente remunerative. Non così i tedeschi, i quali, studiato che abbiano un paese, tentano l'impresa anche con sacrifici nei primi tempi, e riescono poi ad affermarsi in quel posto che una lodevole attività ha loro procacciato.

Su questo punto importante per la nostra bandiera mercantile

e per l'accrescimento della nostra esportazione nell'America meridionale, mi permetto di richiamare l'attenzione delle compagnie marittime italiane, cui raccomando di occuparsi più che oggi non facciano della navigazione a questa parte dell'America, ed in modo speciale ai porti meridionali del Brasile, dove i piroscafi italiani non vengono, e dove, perciò, la nostra bandiera mercantile è rappresentata solamente da qualche veliero.

Le vie di comunicazione nell'interno dello Stato sono in continuo aumento, così pure le ferrovie. Quelle esistenti sono le ferrovie da Porto Alegre a Nova Amburgo di 43 chilometri, e l'altra di 174 chilometri, che corre sulla riva sinistra del Rio Uruguay, attraversando i municipi di Uruguayana e Itaqui. Una piccola ferrovia di 18,600 metri va da Rio Grande alla costa del mare, alle stazioni balneari di Bolacha e Casino. Vi è poi una ferrovia da Pelotas a San Lorenzo, ed altre linee sono in costruzione ed in progetto. Oltre quella già indicata del prolungamento da Nova Amburgo a Caxias, vi sono due grandi linee ferroviarie, quella da Tupaceretam a San Luiz, avendo delle diramazioni per Itaqui e Nonohay e l'altra da Nonohay a Caxias, passando per Alfredo Chaves.

Durante il mio soggiorno a Porto Alegre ho avuto il piacere di conoscere il signor Mayer, rappresentante di un sindacato di capitalisti di Berlino, i quali hanno ottenuto la concessione delle sopracitate due linee ferroviarie. Non conosco gli estremi del contratto; ma, da quanto mi fu assicurato da persone bene informate, il governo pagherebbe la costruzione di queste linee cedendo alla compagnia dieci chilometri per ogni lato, dove la via ferrea dovrà passare, solo là dove il terreno appartenga allo Stato e non ai privati. Il prezzo della terra sarebbe calcolato a 2,200 reis all'ettaro. Con questa concessione, e dato il numero delle colonie esclusivamente alemanne, è facile immaginare che grande influenza e quale espansione la Germania acquisterà nello Stato riograndense. Qui pure è dovuto all'attività del suo popolo l'aumento continuo della loro espansione. Capitalisti, industriali, commercianti lanciano da ogni lato i propri rappresentanti, studiano progetti di ferrovie, di strade, di ponti e questi progetti presentano all'approvazione del governo, corredandoli della combinazione finanziaria, fatta sempre in base alle condizioni del paese, che vogliono economicamente occupare. Di italiani che sieno andati a Rio Grande allo scopo di fare simili studi non vi ha traccia; e se a noi non fa difetto l'elemento lavoratore

che lotta e forse supera qualunque altro, dobbiamo constatare la più grande deficienza nell'elemento direttivo ed intellettuale.

Oltre alle vie ferrate, l'esteso paese di Rio Grande ha ancora necessità urgente di migliorare ed aumentare i mezzi di comunicazione, sia servendosi della navigabilità dei fiumi, sia aprendo vie nelle foreste vergini che ricuoprono il suo ricco suolo. Da questo deriva per conseguenza logica la necessità di costruzioni di ponti, che si preferiscono in ferro e che potrebbero essere forniti dagli stabilimenti della penisola.

La difficoltà è quella già più sopra accennata: che, cioè, i nostri industriali non spiegano attività in questa parte del mondo. Qualche raro italiano viene mandato a studiare i commerci di queste regioni; quasi sempre scarsamente fornito di mezzi per far fronte alle inevitabili spese di rappresentanza, il suo lavoro non è però mai ben determinato, mentre la materia sulla quale deve riferire è vastissima.

Dove l'Italia ha sempre vinto la concorrenza altrui è nell'agricoltura, e Rio Grande do Sul ne è uno dei più notevoli esempi; ivi il lavoratore italiano, da poco tempo arrivato, è già all'altezza dei lavoratori vecchi di altri paesi, colà stabiliti da più di mezzo secolo; e se con lo sviluppo delle colonie si svolgessero, nella stessa proporzione, le relazioni commerciali, è certo che l'Italia avrebbe in quel paese un immenso avvenire ed una influenza economica importante. Il servizio di emigrazione, che prima era fatto dallo Stato federale col viaggio pagato agli immigranti, è oggi affidato alle cure del governo statale, il quale è fautore dell'immigrazione spontanea, cioè non sussidiata. Il modo onde è regolata la colonizzazione non potrebbe essere più favorevole al lavoratore della terra.

Il dottor Parobé, ministro delle opere pubbliche, uomo integerrimo, e che da oltre cinque anni esercita le sue funzioni con criteri elevati e con sentimento di giustizia, mi diceva: « Noi non desideriamo una numerosissima corrente immigratoria; ci contentiamo di pochi, ma che sieno buoni e che diventino proprietari della terra e si stabiliscano nel nostro paese; e se questo elemento di immigrazione sarà italiano, tanto più facile è la nostra buona intesa per la naturale assimilazione che deriva dalla razza e dalla lingua ».

È qui opportuna una breve esposizione del modo onde è regolata l'immigrazione riograndense. Il governo fa, a sue spese, la misurazione di ogni lotto coloniale, che ha in media mille e cento metri

di lunghezza e duecento settanta di larghezza, il che dà trenta ettari di terreno. Il prezzo varia da uno a cinque reis il metro quadrato (1), ed è pagabile in cinque anni nella forma che l'agricoltore preferisce. Nei due primi anni nessun pagamento è dal governo reclamato. L'immigrante, se ha famiglia ed è agricoltore, è mantenuto a spese dello Stato al suo giungere nello Stato ed ha diritto al trasporto gratuito al nucleo coloniale, che o sceglie di sua iniziativa o gli viene indicato dalla direzione d'immigrazione e colonizzazione. Giunto nel centro coloniale, il governo gli accorda quattro giorni di riposo, e lo fa trasportare pure gratuitamente al luogo ove può scegliere il suo lotto di terra; la quale concessione è fatta ai termini del seguente *testuale* titolo provvisorio, che alla fine del pagamento viene mutato in titolo definitivo firmato dal presidente dello Stato.

STATO DI RIO GRANDE DO SUL.

Colonia

Designazione di un lotto di terre.

In virtù del presente viene designato a favore del signor il lotto di terre menzionato nella pianta della colonia, distretto col N. . . . ed avente l'area di poco più o meno, perchè egli lo acquisti come proprietà sua sotto la condizione di coltivarlo ed abitarlo effettivamente, e sotto le altre obbligazioni inerenti alla compra dello stesso lotto, le quali sono le seguenti:

1. Ricevendo il compratore il lotto misurato e demarcato in fronte ed in parte nel fondo, deve curarsi della conservazione dei termini o marchi, facendo attenzione che non sieno traslocati, e sostituirli con altri nel caso venissero distrutti per fuoco od altri accidenti. Nel caso poi che questi scomparissero o si trovassero fuori di luogo, la spesa di una nuova misurazione e demarcazione, se fosse necessaria, correrà unicamente per conto del compratore, o, se il lotto avrà per confinanti due o più lotti, si divideranno le spese tra i rispettivi confinanti.

2. Dopo sei mesi da questa designazione, deve trovarsi diboscata e piantata per lo meno un'area di mille braccia quadrate, e costrutta, per l'abitazione permanente del colono e della famiglia, una casa della grandezza non minore di quattro-

(1) Cinque *reis* sono, al cambio d'oggi, meno di mezzo centesimo di lira.

cento palmi quadrati. La non osservanza di questa obbligazione importerà la perdita dei miglioramenti che il colono avrà fatto come pure delle quote che avrà pagato, potendo il direttore vendere il lotto stesso, salvo però i casi di forza maggiore e malattia prolungata e provata, ch , in tal caso, sar  concessa al compratore una moratoria di 2 a 6 mesi; dovendosi le questioni, che fra il direttore ed il colono si suscitassero, essere decise per arbitri scelti tra coloro che avranno per lo meno tre anni di residenza fissa nella colonia.

3. Il compratore otterr  il titolo definitivo di propriet  del lotto designato dopo averne pagato per intero il prezzo e saldato quanto deve alla nazione, e provato che egli o persona di sua confidenza abbia avuto nello stesso lotto un anno per lo meno di residenza abituale con una coltivazione effettiva.

4. Soltanto sono esenti dall'obbligo di abitazione e coltivazione effettiva quei lotti di minore superficie, nei distretti urbani, concessi a qualche fine di riconosciuta utilit . Se non saranno convenientemente adoperati dentro lo spazio di due anni, perder  il concessionario ogni diritto sopra gli stessi salvo il giudizio di arbitrato.

5. I cammini rurali avranno non potendovisi piantare alberi se non alla distanza di un braccio per lo meno dalla strada. Per l'apertura di nuove strade si esproprier  lo spazio necessario venendo indennizzato il proprietario tanto dei miglioramenti che vi esistono mediante un giudizio d'arbitrato, come del terreno, il prezzo del quale sar  quello della compra primitiva durante il primo quinquennio da contarsi dalla data del presente.

6. Dovranno essere immediatamente e per intero rimossi gli alberi che durante il diboscamento fossero caduti sopra i cammini, al fine di conservarne sgombro il transito; osservandosi a questo riguardo quanto si trova prescritto nei regolamenti delle Camere municipali.

7. Circa a ponti ed altre oper  pubbliche, si potr  trarre gratuitamente, dalla parte non coltivata dei lotti, legnami, pietra ed altri materiali; e risultandone da questo un pregiudizio permanente, avr  luogo una indennizzazione determinata da arbitri.

8. Nella demarcazione dei fondi dei lotti devono i loro proprietari e confinanti aprire i sentieri (*picadas*), la conservazione dei quali resta a loro carico, dovendo dagli stessi essere questi diboscati e nettati annualmente e conservati i competenti termini o marchi come si   dichiarato.

9. Il prezzo di questo lotto   di rs. per e sar  pagato dal compratore a termini del rispettivo regolamento, del quale gli si dar  conoscenza. Finch  non si realizzer  il pagamento del prezzo, come pure di tutto quanto il compratore deve allo Stato, rester  lo stesso lotto ipotecato non solo per il riferito pagamento, ma altresì per le multe nelle quali il proprietario possa essere incorso per infrazioni ai regolamenti municipali sulla conservazione dei cammini.

10. I diritti conferiti da questa designazione riguardano soltanto la per-

sona o la famiglia alla quale venne fatta, o ai discendenti ed eredi con la necessaria capacità di adempiere i doveri prescritti, e specialmente colla costante coltivazione ed abitazione, e colla conservazione delle strade. Per il trasferimento di questi diritti per vendita o per qualsiasi altra maniera, deve precedere l'approvazione del presidente dello Stato dietro informazione del direttore.

(Data)

Il direttore

Dichiarando il direttore soddisfatte le condizioni della clausola 2ª, la presente designazione vale come *titolo provvisorio*.

(Data)

Essendo stato adempiuto alle surriferite condizioni, ed il compratore essendo liberato di fronte alla pubblica finanza, egli ha diritto al *titolo definitivo* del lotto che per la presente gli venne assegnato.

(Data)

Il direttore

CONFINI.

Al nord col lotto n. . . . , all'ovest col lotto n. . . . , al sud col lotto n. . . . , all'est col lotto n. . . .

(Firma)

Il governo anticipa un sussidio in danaro per la costruzione della casa e dà a credito gli attrezzi rurali necessari: queste somme anticipate vengono, dopo due anni di residenza, ad essere ammortizzate nella stessa forma del prezzo del lotto. Durante il viaggio, ho incontrato delle famiglie di agricoltori, le quali viaggiavano a cavallo: i loro bambini erano adagiati in piccole casse a dorso di quadrupede, uno da un lato, ed uno dall'altro, avviluppati nella loro biancheria in modo da impedire un rovesciamento. Interrogato un colono di Guaporé come aveva cominciato il suo arduo lavoro di diboscare e coltivare, mi fece la seguente narrazione: — « Avuta la concessione del lotto ed il relativo titolo provvisorio, ho misurato duecento metri quadrati di bosco, che ho distrutto col fuoco; ho immediatamente costruito una piccola casa in legno ed ho con tutta la mia famiglia zappato il terreno e seminato granturco con un bastone che ha la punta ferrata e che gettato in terra fa un piccolo buco, dove si posano due semi di granturco. Per questa operazione i membri della famiglia, muniti tutti di bastoni, si mettono in una sola linea di fronte e, marcando un passo di 75 centimetri, affon-

dano contemporaneamente le aste, gettano le semenze e continuano ad avanzare. Col primo raccolto, in parte serbato pel consumo della casa, in parte venduto, ho cominciato a comprare galline e piccoli porci e ho man mano aumentato i miei prodotti, piantando il frumento, continuando il diboscamento, e coltivando, con la vigna, le patate dolci del paese, i fagioli, gli ortaggi ed infine qualche albero fruttifero, come peschi, meli, albicocchi ecc.». —

Questo contadino era già in regola con l'amministrazione, aveva il suo titolo definitivo che gli costava reis 187,200 (1), e che oggi avrebbe un valore di quattro o cinque *contos* di reis (2). Il valore della terra, che il governo cede ad un prezzo molto modesto, aumenta in Rio Grande anche nelle colonie più lontane in modo straordinario, non solo per quelle coltivate, nelle vicinanze di Porto Alegre (alcune colonie che in origine furono vendute dallo Stato a poco più di 200,000 reis, valgono ora dodici *contos* di reis), ma ancora pei terreni che rimasero incolti e dei quali per antiche concessioni i possessori hanno i titoli definitivi. In tali terreni il governo non può esercitare alcuna azione, sebbene suo desiderio sarebbe quello di dividere la terra, evitare il grosso proprietario ed ottenere che ogni terra ceduta sia, come è prescritto dal regolamento, coltivata e resa produttiva. Questo è il sistema attuale che non può però estendersi agli antichi concessionari, i quali legalmente ebbero le terre dalle passate amministrazioni.

La facilità con la quale in pochi anni si può realizzare un guadagno sulla compra e vendita della terra può d'altro lato essere un pericoloso miraggio pei nostri agricoltori; e mi spiego. Un contadino con una famiglia di sei persone, se possiede trenta ettari di terra coltivabile, diventa un proprietario relativamente agiato, trovando nella terra tutti i mezzi per una vita comoda per quanto economica. La mancanza, infatti, di facili comunicazioni fa sì che il contadino può darsi il lusso di bere una parte del vino e di mangiare, oltrechè la polenta, i proverbiali maccheroni, come pure di consumare le uova e le galline nei giorni di festa, aggiungendo a questi prodotti quelli dell'orto, venderà, poi, i prosciutti ed il grasso dei maiali,

(1) Meno di 150 lire al cambio d'oggi.

(2) Tra le 2800 e le 3500 lire al cambio d'oggi.

mã terrà il rimanente pel consumo della casa. Tutti questi vantaggi sono grandissimi e ad essi non si possono certo paragonare quelli che alla stessa famiglia potrebbero derivare dall'impiego di sei od otto *contos* di reis. Ed io ho in varie circostanze esortati i nostri contadini a non farsi vincere dalla tentazione di una speculazione facile, ma bensì a cercare di mantenere le terre di cui sono possessori, e ad approfittare, anzi, di una situazione favorevole, che col tempo dovrà scomparire, per aumentare le loro proprietà rurali.

Quanto all'attuale governo dello Stato di Rio Grande do Sul, esso sègue le orme dell'ex presidente Giulio de Castilhos: è un governo d'ordine e di economie.

Nel settembre dell'anno scorso il debito dello Stato era ridotto a reis 4. 502: 000,000 ossia a meno di quattro milioni e mezzo di franchi. Nel bilancio in corso l'introito è calcolato a reis 9. 248: 716,664 e la spesa a reis 9. 197: 596,078 con un saldo attivo di reis 51: 120,586. La costituzione statale accorda il libero esercizio delle professioni liberali, e nel regolamento giudiziario è concessa l'assistenza giudiziaria gratuita ai poveri. Il movimento immigratorio è calcolato da 1500 a 2000 immigranti all'anno, cifra che è così ridotta dopo che fu abolita la immigrazione sussidiata. Dal 1886 in poi la immigrazione più numerosa fu la italiana; viene subito dopo la tedesca con una notevole differenza in meno. Nel 1897, ossia dopo sospesa la immigrazione sussidiata, sopra una entrata totale di 1451 immigranti, gli italiani furono in numero di 690, i tedeschi di 242: e nel primo semestre del 1898 sopra 646 immigranti vi furono 352 italiani contro 108 tedeschi.

Ho creduto opportuno citare queste cifre, perchè si crede che nel Rio Grande do Sul il numero di alemanni sia superiore a quello di tutti gli altri stranieri. È certamente la tedesca la colonia più antica (che rimonta, secondo i dati ufficiali, al 1824, mentre l'italiana comincia nel 1877) ma, negli anni specialmente della immigrazione sussidiata, il numero degli italiani fu rilevante ed oggi in quello Stato si può considerare che la colonia tedesca e l'italiana numericamente si equivalgono. Dove l'alemanno di gran lunga ci supera, senza possibilità per noi di far paragoni, è nel commercio, nella navigazione, nella proprietà rurale ed urbana, e soprattutto nella ricchezza individuale e nella influenza morale.

Per concludere: lo Stato di Rio Grande do Sul può offrire ancora una facile e regolare sistemazione per quei nostri connazionali,

i quali, lasciando la patria, aspirino a diventare col lavoro proprietari della terra. Le rapide fortune, se pure avvennero, sono ignote oggidi. Ciò che quella regione può offrire è un asilo conveniente e la possibilità per il lavoratore sobrio ed attivo di crearsi una posizione indipendente ed anche agiata.

Questo è quanto quella parte di America può dare di sicuro.



Bollettino del Ministero degli Affari Esteri

N. generale 161

N. di Serie 10

MARZO

1900

BRASILE

LO STATO DI RIO GRANDE DO SUL NEL BRASILE

E L'IMMIGRAZIONE ITALIANA

RAPPORTO DEL CAV. ENRICO CIAPELLI

REGIO CONSOLE IN PORTO ALEGRE

La vendita del *Bollettino* è affidata alla Libreria Bocca in Roma
ed ai suoi corrispondenti in tutto il Regno.

Prezzo del presente fascicolo L. 0. 25.

Roma, 1900 — Tipografia del Ministero degli Affari Esteri.

Fascicoli pubblicati nell'anno 1900

- N. 154 — G. AVARNA — Produzione e commercio degli olii in Grecia . L. 0.15
» 155 — ENRICO CHICCO — Origine italiana della industria della
seta in Lione » 0.15
» 156 — GIULIO CESARE MONTAGNA — I commerci della Spagna . » 0.35
» 157 — Parte amministrativa e notiziario (Gennaio) » 0.25
» 158 — R. RIZZETTO — Lo Stato del Parà nel Brasile » 0.35
» 159 — GAETANO CARACCILO DEI DUCHI DI CASTAGNETA — Per
un ufficio italiano di collocamento a lavoro negli Stati
Uniti » 0.15
» 160 — Parte amministrativa e notiziario (Febbraio) » 0.55
-

LO STATO DI RIO GRANDE DO SUL NEL BRASILE

e l'immigrazione italiana

RAPPORTO DEL CAV. ENRICO CIAPELLI

R. Console in Porto Alegre

Dicembre 1899

Durante l'anno 1898 entrarono in questo Stato 1606 immigranti, fra i quali 989 italiani, 261 tedeschi, 151 austriaci, 98 polacchi ed i restanti di vari altri paesi.

Dei 989 immigranti italiani, 784 giunsero direttamente dal regno; 187 dallo Stato di San Paolo; 6 da Florianopolis; 12 dalla repubblica dell'Uruguay e furono destinati nelle seguenti località: a Guaporè 440; a Ijuhy 202; a Jaguary 109; a Caxias 45; a Silveira Martins 30. Nei dintorni di Porto Alegre ne rimasero 67 e gli altri furono divisi fra Conde d'Eu, Antonio Prado, San Feliciano, Bento Gonçalves.

Entrarono, poi, senza far capo all'ufficio d'immigrazione altri 648 italiani; di questi: 476 provennero dall'Italia, 162 da San Paolo e 10 da Florianopolis.

Nel 1898 si ebbe dunque in totale un movimento immigratorio di 1637 italiani, così ripartiti a riguardo della provenienza: 1260 dal regno e 377 dagli altri Stati del Brasile e dall'Uruguay.

Dal 1° gennaio al 31 maggio del corrente anno arrivarono complessivamente 750 immigranti divisi come segue: 417 italiani; 119 polacchi; 94 tedeschi; 64 spagnuoli; 19 austriaci; i restanti di diverse nazionalità.

Dei 417 connazionali, 353 giunsero dall'Italia; 21 da San Paolo; 43 dalla repubblica dell'Uruguay ed ebbero le seguenti destinazioni: a Guaporè 154; a Ijuhy 85; a Caxias 23; a Jaguary 18; a Bento Gonçalves 13; a Silveira Martins 12; i restanti in altre località.

Nel medesimo periodo di tempo entrarono inoltre 462 immigranti spontanei, dei quali 271 italiani; 82 tedeschi; 89 polacchi; gli altri di varie nazionalità; per cui durante i primi cinque mesi del corrente anno arrivarono complessivamente 1212 immigranti; fra questi 688 connazionali.

Occorre però notare che in questo Stato, almeno finora, non esiste immigrazione ufficiale; sicchè, in realtà, gl'immigranti sono tutti spontanei, poichè il governo non ne prende cura se non dopo lo sbarco a Rio Grande, fornendo il viaggio gratuito da colà fino al luogo di destinazione e concedendo lotti di terreno da pagarsi nello spazio di cinque anni ed altre facilitazioni durante i primi tempi.

Come s'è visto, gl'immigranti italiani furono preferentemente destinati a Guaporè, Ijuhy e Jaguary, dappoichè a Caxias, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, già eretti a municipi, non vi sono oramai terreni demaniali disponibili ed in quest'ultime località vengono mandati soltanto quei coloni che abbiano la propria famiglia da raggiungere o che vi sieno chiamati da parenti già da tempo stabiliti.

A Jaguary l'area di proprietà dello Stato rimasta vacante è di poca estensione; sicchè i nuclei che presentemente interessano di più i nostri connazionali sono: Guaporè, nel municipio di Alfredo Chaves, e Ijuhy, il quale è diviso fra i territori dei municipi di Cruz Alta, Santo Angelo e Palmeira.

Mi soffermo quindi, in primo luogo, su questi due ultimi centri, trascrivendo dalle relazioni della segreteria di Stato per le opere pubbliche, relative agli anni 1898 e 1899, i principali dati che ad essi si riferiscono e passo poi a far cenno di Jaguary, Guarany, Villanova e Marquez do Herval.

Della vastissima colonia Guarany, soltanto una minima parte è occupata e vi rimangono, per conseguenza, disponibili delle aree immense. Terreni vacanti esistono pure a Villanova e Marquez do Herval ed in questi due nuclei, ma specialmente a Guarany, un numero rilevante di agricoltori potrà, in avvenire, trovare collocamento vantaggioso.

Municipio di Alfredo Chaves e nucleo Guaporè. — La colonia di Alfredo Chaves, elevata ultimamente a municipio, è situata a 28° 58' 16" di latitudine sud e 8° 26' 56" di longitudine ovest dal meridiano di Rio Janeiro e confina al nord con il fiume da Prata

e terre particolari; al sud con il fiume das Antas; all'ovest con il nucleo Guaporè e terre particolari; a levante con i fiumi das Antas e Prata.

Il paese, in generale montuoso, viene bagnato da numerosi fiumi e torrenti, nessuno dei quali però navigabile, in causa delle molte cascate che ne interrompono il corso.

La sede del municipio è collocata a 850 metri sul livello del mare ed alla distanza di 261 chilometri dalla capitale dello Stato e di 118 dal porto fluviale più vicino, che è quello di San Giovanni di Montenegro.

La temperatura massima è di circa 32, la media 22 e la minima di 5 centigradi. Questi dati, con leggieri modificazioni, valgono anche per gli altri centri coloniali in appresso indicati, ad eccezione di Guarany, dove la temperatura è un po' più elevata.

Il nucleo di Alfredo Chaves fu fondato nel 1885 con coloni italiani sulla sponda destra del rio das Antas in continuazione di quello già chiamato Donna Isabella, ora Bento Gonçalves, il quale ultimo, in quell'epoca, aveva raggiunto la sponda sinistra del predetto fiume.

Conta complessivamente 37,535 abitanti (dei quali 23,428 sono italiani) così divisi: nel territorio di Alfredo Chaves 28,700, di cui soltanto 800 circa dimorano nella sede, ed a Guaporè 8,835.

In Alfredo Chaves l'area coltivata è di m. q. 934,200,000 e l'area incolta di 192,300,000.

I lotti rustici sono 1790 e disponibili ne rimangono soltanto 8.

I lotti urbani demaniali esistenti nella sede ascendono a 396, dei quali 40 sono tuttora vacanti.

Guaporè ha un'estensione coltivata di 130,150,000 m. q. e la non coltivata misura m. q. 230,000,000.

I lotti rustici occupati sono 101, nel mentre i disponibili ammontano a 323 di buona terra ed in posizione di grande avvenire.

I principali prodotti sono: granturco, frumento, segala, fagioli, canna da zucchero, unicamente impiegata alla distillazione dell'acquavite, vino, ecc.

Quest'ultimo nucleo manca a solutamente di strade ed il progetto di aprirne una che lo leghi al municipio di Lageado, dal quale dista 66 chilometri e che sarebbe il porto fluviale più vicino, non ha avuto ancora principio di esecuzione; nel mentre fra Guaporè ed Alfredo Chaves non v'è che un sentiere mulattiero di difficilissimo transito e che non si può percorrere ordinariamente in meno di una giornata.

La colonia Guaporè è, quindi, pel momento, completamente isolata.

La produzione di queste due località è valutata a circa 3871 *contos di reis* (1); spettandone ad Alfredo Chaves 2923 ed a Guaporè 948.

L'esportazione totale fu nel 1898 di 1618 *contos*; cioè: da Alfredo Chaves 1404, da Guaporè circa 214 e fra gli articoli principali figurano: il grasso di maiale (*banha*), 300,000 chilogrammi; la carne di maiale, 112,500 chilogrammi; l'acquavite, 33,000 litri; uova, dozzine 200,000; *herva-matte*, (sorta d'erba che si beve in infusione come il tè) 45,000 chilogrammi; granturco, 200,000 sacchi.

Ijuhy. — La colonia Ijuhy, la cui fondazione risale appena a nove anni, è posta a 43 chilometri da Cruz Alta, stazione della linea ferroviaria Passo Fundo-Cruz Alta-Santa Maria-Margem, la quale ultima dista da Porto Alegre circa cinque ore di navigazione fluviale.

È situata a 28° 18' 25" di latitudine sud e 10° 45' di longitudine ovest da Rio Janeiro e confina al nord col municipio di Santo Angelo, dal quale è separata per mezzo del fiume Ijuhy-grande; all'ovest con il ruscello Conceição; al sud con terreni appartenenti a privati.

Dei 43 chilometri che separano Ijuhy da Cruz Alta, 18 attraversano boschi e 25 praterie e campi incolti.

Le comunicazioni sono allo stato rudimentale; pochi chilometri di strada ed in pessime condizioni e ponti di legno che garantiscono il transito soltanto quando sotto ad essi c'è povertà di acqua.

La relazione della segreteria delle opere pubbliche, con la franchezza e la scrupolosa esattezza cui sono informate tutte le pubblicazioni ufficiali dello Stato di Rio Grande del Sud, così si esprime su questo punto:

« Tutte le strade abbisognano di serie riparazioni, dovendosi « fare anche non piccoli movimenti di terra, per impedire che fra « poco non diventino intransitabili ed occorre ricostruire tutti i ponti ».

L'area totale di questa colonia è di m. q. 513,889,379; l'area occupata di 383,851,780; la disponibile di 130,037,599.

In totale contiene 2715 lotti, dei quali 2069 rustici e 646 urbani.

Dei lotti rustici, 1587 sono occupati e 482 disponibili; di lotti urbani sono occupati 267 e liberi 379.

La popolazione, nel 1895, era di 6500 abitanti, la maggior parte

(1) Un *conto di reis* vale, al cambio attuale, circa lire 750.

polacchi, tedeschi e brasiliani; presentemente è salita a circa 8500, mercè l'elemento italiano fattovi affluire in questi due ultimi anni.

La produzione è calcolata a 2000 *contos di reis* (circa un milione e mezzo di lire) e consiste principalmente in granturco, fagioli, *amendoim* (frutto che dà un discreto olio per illuminazione), frumento, segala, orzo, riso, fave, lenticchie, piselli, manioca, patate, canna da zucchero, vino e tabacco.

I principali prodotti d'esportazione sono: grasso di maiale, tabacco, acquavite, granturco, farina di frumento, di granturco, di segala.

L'esportazione si valuta a 350 e l'importazione a 500 *contos*.

Jaguary. — È situata nel municipio di San Vicente e si compone dei nuclei Jaguary, Ernesto Alves, Toroquà, S. Xavier e Toropy; fu fondata nel 1889 con coloni italiani.

Si trova a 29° 30' di latitudine sud e 11° 30' di longitudine occidentale da Rio de Janeiro ed all'altezza di 156 metri sul livello del mare.

Da Porto Alegre dista 459 chilometri, ma appena 41 dalla stazione ferroviaria d'Umbù (linea Porto Alegre-Uruguayana).

Il territorio, leggermente ondulato, è percorso da vari fiumi e torrenti, che però non sono navigabili nel dominio della colonia.

La popolazione ascende a 11,648 abitanti, per la metà italiani.

L'area complessiva è di m. q. 624,750,000, dei quali rimangono disponibili m. q. 29,250,000.

I lotti rustici occupati sono 2524; disponibili ne restano soltanto 60.

Su 1987 lotti urbani, sono occupati 479 e vacanti 818.

Nel mese di marzo di quest'anno fu inaugurato il ponte metallico « Julio de Castilhos » sul fiume Jaguary e precisamente nella sede del nucleo. Questo importante miglioramento arrecò un gran beneficio alla colonia.

I principali prodotti sono: riso, patate, *amendoim*, segala, orzo, fagioli, tabacco, granturco.

La produzione annuale è valutata a 1500 *contos di reis*.

Questa colonia conta diversi importanti stabilimenti industriali: un molino a vapore che nel 1895 produceva giornalmente 120 *arrobas* vale dire 1600 chilogrammi di eccellente farina di frumento e la cui produzione è oggigiorno aumentata, una segheria a vapore, fabbriche di grasso di maiale e stabilimenti per la brillatura del riso.

Guarany. — Questa colonia era dapprima designata col nome di *Lucena* e comprende un'immensa estensione di terreni demaniali disponibili, limitati dai fiumi Uruguay, Ijuhy-Grande, Nhancorà e dalle praterie del municipio di Santo Angelo.

È situata fra il 27° 30' ed il 28° 30' di latitudine australe e l'11° ed il 12° di longitudine occidentale dal meridiano di Rio Janeiro.

Il suo territorio è in generale poco montuoso e viene bagnato dall'Uruguay, dal Comandahy e da altri fiumi e torrenti tutti tributari del primo.

Il clima vi è piacevole e sanissimo.

Si divide in due nuclei: Comandahy e Uruguay e conta, complessivamente, appena 3023 abitanti, tutti brasiliani e polacchi.

L'area non coltivata misura 5,561,460,000 m. q., nel mentre la coltivata è appena di m. q. 20,240,000, divisa in 707 lotti.

Fu già proceduto alla misurazione di 4175 lotti rustici, sicché non appena i nuclei Guaporè e Ijuhy saranno sufficientemente provvisti di braccia, il governo tenderà ad avviare a Guarany una corrente d'immigrazione.

La distanza da questa colonia a Porto Alegre è di 556 chilometri e di 120 alla stazione ferroviaria di Cruz Alta.

Possiede soltanto 79 chilometri di strade carreggiabili. Vi si produce presentemente quel tanto che basta alla vita dei pochi coloni che la abitano o poco di più. Infatti, l'esportazione è valutata a 62 *contos di reis*.

I principali prodotti sono: canna da zucchero, tabacco, riso, fagioli, granturco, mandioca, piselli, patate, fave, frumento, orzo, ecc.

« La colonia Guarany è incontestabilmente destinata a rappresentare una parte importantissima nell'avvenire dello Stato di Rio Grande del Sud, non soltanto per l'eccellente qualità e fertilità delle sue terre, nelle quali non un seme va perduto, come pure la sua posizione sulla sponda dell'Uruguay, il qual fiume, con piccola spesa, può essere reso navigabile anche a quell'altezza, e così pure per l'amenità del clima e la vastità dei terreni provvisti dei migliori legnami esistenti nell'America del sud, come sarebbero l'angico, il pipè, il cedro, il lauro, il cangerana, l'açonta-cavallo, il guajunvira, il cabriuva ed altri ».

In questi termini conclude, parlando della colonia Guarany, la relazione statistica della segreteria di Stato per gli affari interni ed esteri, pubblicata in questo mese, e devo ritenere che i suoi apprezzamenti sieno esatti.

Infatti, un connazionale, persona intelligente e disinteressata, che percorse per lungo e per largo quella regione, finora da pochi conosciuta, si espresse con me pressapoco nei medesimi termini.

Ciononostante non è assolutamente il caso che il nostro agricoltore ci pensi, nè accetti, per ora, di esservi destinato, poichè si troverebbe nel più completo isolamento e nell'impossibilità di trarre beneficio alcuno da tante ricchezze.

La colonia Guarany è però, fin da adesso, uno splendido campo aperto a compagnie di capitalisti, le quali, dopo aversi assicurato il concorso del governo per l'apertura di strade e la regolarizzazione di quella parte dell'Uruguay non ancora completamente navigabile, si proponessero l'acquisto di grandi estensioni di terreni allo scopo di rivenderli in appezzamenti a dei coloni ed in pari tempo si desero al traffico dei legnami.

Per dare un'idea delle varietà di cui quella regione è ricca, trascrivo alcuni dati sulle principali specie, traendoli dal relatorio del 1896 della segreteria di Stato delle opere pubbliche.

Angico (acacia angico). — Fra tutti i legnami che si trovano in questo Stato è forse quello di maggior durata; pesa più dell'acqua e s'impiega nella costruzione di rotabili, di navi, di traversine per strade ferrate, ecc. Raggiunge l'altezza di 12 a 14 metri ed ancora più, giacchè nel mercato appariscono tavole da 5 a 12 metri di lunghezza. Vi sono tre qualità di *Angico*: bianco, giallo e rosso.

Ipè (tecoma chrysantha). — Impiegasi nelle opere di costruzione, specialmente in quelle in cui è richiesta molta resistenza. È il solo legno che serve per far boccie da giuoco.

Cedro (cedrela brasiliensis). — È il miglior legname per la costruzione di mobili che si trovi nello Stato. Vi ha cedro giallo, bianco e rosso; quest'ultimo è il migliore ed il più resistente.

Lauro (cordia excelsa). — Legname non molto duro, più pesante dell'acqua, resiste al tempo ed è impiegato specialmente per costruzioni navali.

Cangerana (cabralea cangerana). — Legname più pesante dell'acqua, resiste al tempo anche in terreni umidi. Serve per mobili.

Canella negra (nectandra mollis). *Canella seiva* (nectandra rigida). *Canella sassafrás* (nectandra cymbarum). — Danno legnami molto stimati. La seconda specie fornisce pali alti e fortissimi.

Açonta-cavallo (luhea sp.). — Dà un legname eccellente e che

serve ai più svariati usi; si adopera specialmente per la fabbricazione di basti, sedie, ecc.

Guajunvira (patagómula americana).— Legname duro e più pesante dell'acqua; è di lunga durata e si presta alla fabbricazione di carri, mobili ed a tutte le opere di resistenza; serve anche per traversine delle strade ferrate. Fornisce tronchi della lunghezza di 10 a 12 metri e di un metro e più di diametro.

Colonia Villanova e Colonia Marquez do Herval, a circa 29° 58' latitudine sud e 7° 9' longitudine ovest da Rio de Janeiro.

La colonia Villanova confina coi municipi di Santo Antonio da Patruíha e Conceição do Arroio e dista da Porto Alegre 120 km.

Conta 2365 abitanti, la maggior parte italiani.

L'area è di m. q. 140,000,000, dei quali soltanto 45,000,000 sono coltivati.

La colonia Marquez do Herval, a nord-est di Villanova, è bagnata dal fiume Tramanday. Ha 1384 abitanti, in maggior parte italiani; la sua area è di m. q. 60,000,000 dei quali i due terzi sono coltivati.

Tanto in un nucleo, quanto nell'altro si coltivano specialmente: granturco, fagioli, patate, riso, frumento, segala, luppolo.

Ma ambedue difettano di vie di comunicazione, alle quali, in causa delle condizioni del suolo, che è molto accidentato, non potrà essere così presto provveduto e per questo motivo e per altre cause sono questi i nuclei che, finora, hanno dato scarsissimi risultati.

VIE DI COMUNICAZIONE NELL'INTERNO DELLO STATO.

Questo delle comunicazioni è il problema dalla cui soluzione, più o meno rapida e più o meno completa, unicamente dipende la maggior prosperità del paese.

Ora come ora, a voler designare le cose con verità, si sta male.

Regioni intere senza traccia di strade, o con strade dette carreggiabili, le quali, meno una o due, non meritano tale appellativo se non per la loro larghezza, fangose ed accidentate, senza ripari, neppure nei punti più pericolosi, tagliate da correnti d'acqua, che nell'inverno le rendono inservibili per parecchie settimane; centri abitati da decine di migliaia di coloni comunicanti per mezzo di sentieri disagiati e tortuosi.

Di queste disgraziate condizioni non è certamente il governo attuale che abbia la colpa; è questa una triste eredità lasciata da governi precedenti.

Da una decina di anni molti miglioramenti si sono ottenuti, ma il lavoro fu necessariamente interrotto durante l'ultima rivoluzione, che durò dal 1893 al 1895, e di gran lunga impari ai bisogni sono tuttora i mezzi destinati a porre riparo a questo stato di cose.

L'illustre dottor Pereira Parobè, segretario di Stato per le opere pubbliche, il quale ha esattissima e completa conoscenza dei diversi nuclei coloniali, fa, nella sua relazione di quest'anno, le seguenti considerazioni:

« Chi ha percorso la regione coloniale dieci anni or sono può, « oggi, notare i grandi miglioramenti che in questo periodo di tempo « si sono conseguiti nelle sue vie di comunicazione.

« Tuttavia le nostre strade sono ancora molto imperfette, a « causa delle loro pessime condizioni e della loro cattiva costruzione.

« Molto poco, pertanto, si fece; nè si può fare di più senza « considerevole spesa, per migliorare le primitive condizioni di de- « clivio esagerato e di curve a piccolo raggio ».

Mettendo poi a confronto lo stato della strada « União e Industria » che lega la città di Petropolis, nello Stato di Rio de Janeiro, a Juiz de Fora, in quello di Minas Geraes, « l'unica strada carroz- « zabile che sia stata costruita nel Brasile obbedendo ai principi di « ingegneria », con le strade della zona coloniale dello Stato di Rio Grande do Sul, fa rilevare che nella prima il pavimento è a *macadam*, la pendenza massima del 3 per cento ed il raggio minimo delle sue curve di 50 metri; mentre in queste « il pavimento è dei « più grossolani che si possano immaginare, le pendenze vanno fino « al 15 per cento e più, ed i raggi delle curve discendono talvolta « a meno di 10 metri ».

È così che un carro a sei muli su quella può portare un carico utile di 4320 chilogrammi, su queste dello Stato di Rio Grande do Sul di appena 900 chilogrammi.

Le strade che maggiormente interessano i coloni italiani sono le seguenti:

1° Strada « Rio Branco » da San Sebastiano del Cahy a Caxias, centro abitato da circa 30,000 connazionali. È, senza dubbio, la migliore arteria che possieda la regione coloniale, avendo subito importanti riparazioni dall'aprile 1896 al marzo 1898, con una spesa

di 142 *contos*, e malgrado l'abbondanza delle piogge il transito non ne fu interrotto durante l'inverno 1898.

Il prezzo medio di trasporto su questa strada è di *reis* 700 (circa 60 centesimi) per ogni 15 chilogrammi.

2ª Strada « Buarque de Macedo ». Unisce il porto fluviale di San Giovanni di Montenegro con gli importanti centri di Conde d'Eu, Bento Gonçalves ed Alfredo Chaves, complessivamente abitati da 50 a 60 mila italiani.

Dal 1896 ad oggi anche questa strada subì delle serie riparazioni, però il suo stato è tuttora poco soddisfacente, come si rileva dai seguenti ragguagli che tolgo dalla relazione della segreteria delle opere pubbliche per l'anno 1898:

« Quest'importante via di comunicazione si rese intransitabile « durante l'inverno 1897 ed il suo stato, che già era pessimo, peggiorò considerevolmente a causa delle abbondanti piogge cadute « in quell'anno.

« Nel colle « da Figueira » la strada primitiva era nelle peggiori condizioni immaginabili; il suo letto, che in quel tratto ha « una pendenza approssimativa del 20 per cento, era formato da « grosse pietre, messe a nudo per l'azione del tempo e del transito, « che, come è noto, è grande. Fu perciò sviata per il declivio di « levante di detto colle, dove, oltre che alla favorevole esposizione « ai raggi solari, ha una pendenza approssimativa del 10 per cento « e minore estensione che nel tracciato primitivo ».

Dalla relazione del corrente anno rilevo poi:

« Non fu lusinghiero lo stato di questa strada nemmeno durante « l'ultimo inverno essendo stato difficile il transito, soprattutto dei « veicoli, malgrado l'attività di chi ne ha l'impresa della manutenzione, ciò che dinota evidentemente la deficienza delle opere eseguite in questi ultimi tempi, per cui l'anno vengente dovremo « spendere una somma importante per migliorarla. Conviene, però, « mettere in rilievo che raggiungeremo il fine cui miravamo, ristabilendone il transito interrotto nell'inverno del 1897, nonostante « il rigore eccezionale dell'inverno 1898, più piovoso dell'antecedente, « ed abbiamo ridotto facile il transito nell'estate, che prima era « difficile, principalmente dopo le piogge.

« Occorre tener presente lo stato in cui si trovava questa via « per apprezzare con giustezza l'utilità dei lavori eseguiti in essa ».

Riguardo alle vie di comunicazione che interessano i nuclei di

Antonio Prado (italiani 7370) e San Marco (italiani circa 800), nella relazione del 1898 leggo:

« Dice il sotto-direttore della commissione di terre e colonizzazione che, dotati i due nuclei di strade carreggiabili, che li mettono in facile comunicazione con i mercati consumatori, diventeranno subito due importantissimi centri coloniali e che sarà molto più prospera la vita dei suoi abitanti, i quali non smettono un sol momento di chiedere l'apertura di strade e la costruzione di ponti sui fiumi das Antas e San Marco ».

Ma in quella del 1899 osservo che per il servizio di manutenzione delle strade carreggiabili di quei due nuclei si spesero *reïs* 290.000 (poco più di lire 200) dal luglio 1898 al maggio ultimo, e che nulla si spese per le strade vicinali.

Condizioni generali dei coloni. — È giuocoforza riconoscere che vi sono delle colonie le quali si trovano in posizione difficile, in particolar modo dacchè il governo si è messo seriamente a ricuperare il prezzo dei terreni venduti a respiro.

Il credito dello Stato per questo titolo è valutato in 3814 *contos di reïs* (circa tre milioni di lire) così diviso:

Alfredo Chaves e Guaporè	<i>contos</i> 1,600
Jaguary	» 339
Antonio Prado e San Marco	» 355
Villanova e Marquez do Herval	» 207
Ijuhy	» 500
S. Feliciano, Barão do Triumpho e Marianna Pimentel	» 600
Guarany	» 213
Totale	<i>contos</i> 3,814

Mi mancano dati per poter precisare quanto del predetto importo spetti agli italiani; ma più di due terzi è di certo.

Sarebbe egualmente interessante di determinare il quantitativo del debito vecchio e quello derivante dagli acquisti recenti.

A questo riguardo si può peraltro affermare che dei due milioni di lire dovute dai nostri connazionali, almeno la metà spetti a vecchi coloni.

Infatti l'immigrazione in questi ultimi anni fu poco numerosa. Entrarono italiani:

Nel 1889	7,578	Nel 1894	424
» 1890	2,765	» 1895	978
» 1891	9,440	» 1896	917
» 1892	7,523	» 1897	690
» 1893	1,503	» 1898	989

Di tale poco confortante situazione i coloni stessi hanno in parte la colpa, giacchè per molti anni parecchi di essi hanno trascurato di versare la benchè minima quota, approfittando della paterna longanimità del governo, che facilmente accordava delle dilazioni al pagamento.

Però la causa principale dell'attuale malessere finanziario è da attribuirsi all'enorme deprezzamento dei principali prodotti, derivato da due circostanze, una delle quali vecchia, ed è la deficienza delle vie di comunicazione, in modo che i trasporti sono oltremodo costosi e per alcuni articoli addirittura impossibili, e l'altra, che data da poco, la concorrenza, cioè, che qualche altro Stato dell'Unione fa, oramai, ad alcuni prodotti del Rio Grande del Sud.

Così un sacco di granturco del peso di chilogrammi 60 viene ora pagato a Bento Gonçalves, una delle località dell'altipiano in condizioni di viabilità relativamente favorevoli, 2.000 o 3.000 *reis* (vale a dire in media lire 1.90) ed un sacco di fagioli dello stesso peso non sorpassa quel prezzo; mentrèchè il trasporto di un sacco di frumentone o di fagioli fino a San Giovanni di Montenegro costa circa 3.000 *reis*.

Il grasso di maiale, il cui prezzo era salito e si era mantenuto per parecchio tempo a 2.000 *reis* il chilogramma, ora si vende a 500 *reis* (40 centesimi di lira), sicchè anche l'allevamento dei suini, che costituiva una delle principali risorse dei coloni, non dà, almeno pel momento, che un lucro molto scarso.

Sono quindi grandi le difficoltà ch'essi incontrano per far denaro dei loro prodotti; denaro necessario per comperare gli articoli che non sono di produzione locale, specialmente gli oggetti di vestiario, il caffè, lo zucchero, ecc. e per affrancare le terre.

Però molto potrebbero fare per superare la crisi e migliorare la loro posizione, sia dedicandosi alla coltivazione della vite su più larga scala ed industriandosi a fabbricare del vino che resista al trasporto, sia attendendo maggiormente alla coltivazione del frumento, la quale, ora, è circoscritta a poche località, sicchè quasi

tutta la farina che si consuma nello Stato viene importata dall'Argentina e dall'Uruguay, nel mentre qui vi sono delle immense regioni adattate alla coltura di questo cereale, ben più remuneratore del frumentone, al quale, invece, gli agricoltori italiani danno ostinatamente la preferenza, forse perchè è di più sicura riuscita e richiede minori fatiche.

Dovrebbero pure coltivare il lino che, in molti siti, cresce bene ed il cui prodotto, se non di molta consistenza, è però sufficientemente atto a fornire dei discreti tessuti per uso di famiglia, ed in alcuni luoghi tentare la coltivazione della canapa.

Un'altra risorsa potrebbero forse procurarsi con l'allevamento dei bachi da seta, che pur è così largamente praticato nei paesi donde vengono i coloni, ma ch'essi hanno qui completamente trascurato, meno rarissime eccezioni, in parte perchè, finora almeno, non s'è potuto ottenere che un prodotto di molto inferiore al nostro a causa, si ritiene, della qualità della foglia troppo grossa, ma più probabilmente perchè richiede diligenti cure, alle quali anche i nostri male si adattano dopo qualche tempo di soggiorno in questi paesi.

Quanto al concorso del governo non può venire che lentamente.

Il bilancio dello Stato è ristretto: circa 10 mila *contos* in tutto (approssimativamente 7 milioni e mezzo di lire), e di quest'importo un decimo scarso viene impiegato in lavori di pubblica utilità, compresi 3 o 400 *contos* che si spendono per la costruzione e manutenzione di strade, ponti, ecc.

Ritengo che questa somma, oltremodo esigua, trattandosi di un paese vasto come l'Italia e dove in fatto di viabilità quasi tutto è ancora da fare, non potrà essere così presto aumentata, poichè lo Stato ha da provvedere a spese d'amministrazione, che pur essendo rigorosamente limitate al puro necessario, costituiscono però un importo relativamente rilevante ed a quelle per la sicurezza e per il mantenimento dell'ordine pubblico, le quali ultime, in ispecie, non ammettono assolutamente riduzioni di sorta, non potendo lo Stato prosperare se non vi fosse pienamente assicurata la tranquillità, e dall'altro canto il governo è troppo giudizioso e troppo severa è la sua politica finanziaria per ingolfarsi in onerose operazioni di credito.

Occorre quindi aspettare che le risorse del paese, il quale, considerato del suo complesso, è già bene incamminato sulla via della prosperità, vadano gradatamente sviluppandosi, si da permettere all'amministrazione pubblica di cseguire quel complesso di lavori in

massima stabiliti e che, una volta attuati, daranno un considerevole impulso alla vita economica della regione coloniale.

Conclusione. — Col mettere in evidenza le condizioni in cui si trovano presentemente alcuni nuclei abitati da connazionali non ho inteso di distogliere nessuno, che ne avesse l'intenzione, dal venire in questo Stato ad esercitarvi l'agricoltura. Voglio soltanto si sappia che se gl'immigranti troveranno qui un clima confacente e salubre, un governo illuminato e coscienzioso, leggi e polizia che proteggono pienamente il nazionale come lo straniero, vasti terreni, da cui ricaveranno abbondantemente e senza grandi stenti i generi alimentari necessari alla vita, dovranno però lavorare tenacemente ed usare molta economia per riuscire ad affrancare la colonia, migliorare la posizione e procurarsi qualche agio di vita civile.

Oltre a ciò ho inteso dare un'idea generale dei vantaggi e delle difficoltà d'ordine topografico delle varie località ove esistono terreni demaniali disponibili, che potrà servire come prima guida nella scelta di uno piuttosto che di un altro nucleo.

E su quest'ultimo punto stimo utile di riassumere: i nostri connazionali dovrebbero evitare, per ora, di essere destinati alla lontana colonia *Guarany*, dove, come già osservai, si troverebbero a grande distanza dai centri abitati da italiani e le cui condizioni di adattamento alle varie colture non sono ancora perfettamente assodate.

Dovrebbero evitare pure Villanova e Marquez do Herval e preferire, in ogni caso, Ijuhy a Guaporè.

Ijuhy, da un paio di anni, cioè da quando gl'italiani hanno cominciato ad affluirvi, ha notevolmente progredito e siccome le sue terre sono fertili ed acconcie a tutti i prodotti, diverrà una fiorente colonia non appena sarà migliorata la strada che la lega alla stazione ferroviaria di Cruz Alta, ciò che potrà essere conseguito in uno spazio di tempo relativamente breve, trattandosi di un percorso di 50 chilometri in terreno che presenta minori difficoltà di quello sul quale dovranno essere costruite le strade da Guaporè ad Alfredo Chaves e da Guaporè a Lageado, e sarà costruito un ponte sul fiume Ijuhy, indispensabile per garantire il transito sicuro e facile, principalmente agli abitanti della sponda destra, dove esiste la maggiore estensione di terreni disponibili.

Gli immigranti che disponessero di una somma di denaro suf-

ficiente per sopperire alle spese d'acquisto di un lotto di terreno, ed a quelle d'impianto e di mantenimento per un anno, potrebbero anche prendere in considerazione i terreni di proprietà privata esistenti a Caxias, Jaguary e nel municipio di Lageado che si possono ancora acquistare a dei prezzi convenienti, oppure vedere se tornasse loro più conto di stabilirsi nelle vicinanze di Porto Alegre dove, benchè in proporzioni molto minori, sono tuttora disponibili dei terreni particolari, collegati mediante buone strade alla città, la quale offre naturalmente uno sbocco largo, diretto, e quindi remuneratore, di tutti i prodotti.

Allo scopo, poi, che sieno conosciute con precisione le principali norme che regolano presentemente l'immigrazione in questo Stato, riporto quegli articoli del regolamento sulle colonie dello Stato pubblicato col decreto n. 247 del 19 agosto ultimo scorso, che interessano direttamente gl'immigranti, omettendo, per brevità, gli altri.

CAPITOLO I. — *Colonizzazione e formazione dei nuclei.*

Art. 1. Le terre demaniali adatte allo stabilimento di agricoltori, specialmente nelle zone già colonizzate, saranno misurate e divise in lotti, per linee o sezioni, che saranno annesse alle colonie esistenti o formeranno nuovi nuclei.

Art. 2. I nuovi nuclei saranno divisi in sezioni e queste suddivise in lotti rurali, cadauno di circa 25 ettari, destinati all'agricoltura.

Art. 3. Appena saranno aperte le linee o sezioni coloniali si progetteranno le strade interne occorrenti per il transito locale, le strade rotabili che congiungeranno le sezioni alle strade generali, vie ferrate o sponde di fiumi, riservando a tale scopo una zona di terreno della larghezza di 15 metri per i cammini vicinali e di 25 metri per le strade generali.

Art. 4. In ogni nucleo, preferendosi la parte più centrale o quella che fosse prossima a fiumi navigabili od a strade di ferro, e sempre ove esista acqua in abbondanza e sieno buone le condizioni di salubrità, si riserverà una sezione od un'area di 300 ettari, più o meno, per la sede del nucleo.

Art. 5. Quest'area sarà divisa in due zone eguali e concentriche, separate da una via di 20 metri di larghezza.

§ 1. L'area centrale sarà divisa in quadrati, alla distanza di

20 metri l'uno dall'altro, riservandone due o tre per piazze pubbliche e suddividendo i restanti in lotti urbani di 1250 metri quadrati.

§ 2. L'altra zona sarà riservata per passeggio pubblico od all'ampliamento avvenire della sede, nel quale ultimo caso sarà divisa opportunamente in lotti, previa autorizzazione del governo dello Stato.

Art. 6. In una piazza o nel punto principale del borgo saranno riservati lotti per le scuole ed edifici pubblici.

Art. 7. In ogni nucleo, nelle vicinanze della sede, sarà riservato un terreno, di circa 40 ettari, fertile e con sufficiente quantità di acqua, per l'impianto di una stazione sperimentale di agromonia.

Art. 8. In ogni sezione saranno scelti e riservati, al momento della misurazione, alcuni lotti nei quali abbondino legnami propri a costruzioni ed altre opere; così pure quei lotti ove esistessero curiosità naturali, come grandi cadute d'acqua, grotte, ecc., i quali saranno concessuti soltanto dietro espressa autorizzazione del governo ed alle condizioni da esso fissate.

Art. 9. A conveniente distanza della sede sarà tracciato un recinto ad uso di cimitero.

CAPITOLO II. — *Ricevimento e stabilimento d'immigranti.*

Art. 10. Ad ogni straniero, qualunque sia la sua nazionalità, venuto spontaneamente nello Stato e che desidera dedicarsi all'agricoltura e divenire piccolo proprietario rurale, lo Stato fornirà il trasporto dalla città di Rio Grande fino al luogo di destinazione.

Art. 11. Nella capitale si concederà, per lo spazio non eccedente dieci giorni, alloggio agli immigranti che si destinano alla agricoltura.

Art. 12. Nella sede dei nuclei dove saranno trasportati, gl'immigranti avranno alloggio e mantenimento per lo spazio di otto giorni, che non potrà essere prolungato, salvo malattia od altra causa di forza maggiore.

Art. 13. Ogni straniero, agricoltore, che fosse arrivato a sue spese fino alla capitale, presentandosi all'ufficio competente entro sei mesi dal suo arrivo e producendo il passaporto ed un documento comprovante i suoi buoni precedenti, potrà essere trasportato nei nuclei per conto dello Stato.

Art. 14. Arrivando nei nuclei l'immigrante sceglierà un lotto fra quelli misurati e disponibili.

Art. 15. Entro otto giorni sarà trasportato nella sezione o linea dove è situato il lotto scelto e vi sarà immediatamente installato.

Art. 16. Al momento in cui prenderà possesso del lotto l'immigrante riceverà gli strumenti del lavoro (vanga, pala, zappone, scure, coltellaccio, martello e chiodi) fino all'importo di 30,000 *reis*, che sarà posto a suo debito.

Art. 17. Nel primo semestre della sua installazione l'immigrante, capo di famiglia, o per esso un figlio maggiorenne, sarà adibito alla costruzione dei cammini vicinali, percependo 500 *reis* per ogni metro eseguito.

§ unico. Quest'ausilio non sorpasserà i *reis* 125,000 (circa 100 lire) per ogni famiglia, essendo il colono obbligato a conservare in buono stato la strada vicinale o generale che fronteggia il lotto.

Art. 18. In caso di malattia ed assoluta mancanza di ricorsi, l'immigrante, durante il primo anno, riceverà aiuti per il mantenimento e la compra di medicine ed altri soccorsi necessari, che gli saranno prestati nel limite del possibile.

CAPITOLO III. — *Prezzo dei terreni. Distribuzione, concessione e vendita di lotti.*

Art. 19. Il prezzo dei lotti misurati per la coltivazione non sarà inferiore ad un reale per metro quadrato, e sarà fissato secondo la qualità dei terreni e la posizione (1).

Art. 20. Il prezzo dei lotti urbani, che verrà pure fissato secondo la situazione e la qualità, non sarà minore di 20 *reis* per metro quadrato nei nuovi nuclei e di 40 *reis* nelle colonie attuali.

Art. 21. I lotti rustici saranno concessi agli immigranti nuovi arrivati e, previo decreto del governo, a brasiliani od a stranieri con famiglia già residenti nello Stato, i di cui precedenti ed attitudini garantiscano l'utilizzazione dei terreni.

(1) Il prezzo dei terreni rurali varia da un reale a cinque per metro quadrato. Un reale (unità della moneta brasiliana) corrisponde a 20 *reis*, e 20 *reis*, tenuto conto delle odierne fluttuazioni del cambio, a circa un centesimo e mezzo di lira italiana, sicchè il costo di un metro quadrato è attualmente di un centesimo e mezzo a sette centesimi e mezzo di lira.

Art. 22. Ad ogni individuo non si concederà un'area maggiore di un lotto, salvo i casi in appresso specificati o quando contiguo al lotto vi fosse un eccesso di terreno insufficiente per costituire un altro lotto o che non potesse essere utilizzato per lo stabilimento di altro agricoltore.

Art. 23. Nella supposizione di cui nell'articolo precedente l'eccesso di terreno sarà concesso al possessore del lotto contiguo, od essendovi più di un confinante, ripartito fra essi equamente, essendo a loro carico la spesa della misurazione.

Art. 25. Al colono la cui famiglia contasse più di dieci membri riuniti sotto lo stesso tetto e per il quale fosse insufficiente l'area di un lotto rurale, potrà essere concesso un altro lotto, purchè questo sia contiguo a quello già posseduto o dal medesimo separato da una distanza non maggiore di un chilometro.

Art. 26. I figli dei coloni maggiori di 21 anno, quando formano famiglia propria, avranno diritto alla concessione di lotti per stabilirsi separatamente; essi dovranno domandarne al governo la concessione.

Art. 27. I terreni di un nucleo che non fossero suscettibili di coltivazione e fossero soltanto acconci per pascoli, dopo essere stati divisi in lotti, saranno, per il prezzo minimo, concessi a colui che possedessero animali da pascolo o venduti ad individui che desiderassero stabilirsi per l'allevamento di bestiame.

§ unico. Ad ogni persona non si farà concessione o vendita di più di due simili lotti.

CAPITOLO IV. — *Debito coloniale. Modo di pagamento.*

Art. 28. Il debito coloniale, deriva dal valore dei terreni, dagli istrumenti di lavoro forniti dal governo e dalle multe.

Art. 29. Gl'immigranti avranno il termine di cinque anni per pagare il prezzo dei lotti ed il valore degli istrumenti di lavoro che avessero ricevuto in conformità dell'articolo 16.

§ 1. Colui che effettuerà il pagamento integrale entro il secondo anno del suo stabilimento godrà di una riduzione del 12 % sull'ammontare del debito coloniale.

§ 2. Se il pagamento fosse fatto nel 3° anno lo sconto sarà del 6 %.

§ 3. Nessuna riduzione si farà nel 4° e nel 5° anno.

Art. 30. Trascorso il termine di 5 anni, i coloni che non avranno saldato il loro debito, saranno multati nella proporzione del 20 % nel 6° anno e del 30 % nel settimo anno, sopra il valore dei terreni.

Art. 31. I coloni avranno la facoltà di pagare il debito in quote, le prime delle quali, quando sieno debitori degl'istrumenti di lavoro, saranno destinate al pagamento di questo debito, facendosi sopra quelle che corrispondono al valore dei terreni gli sconti e gli aumenti in conformità alle disposizioni degli articoli precedenti.

Art. 32. I nazionali e gli stranieri già residenti nello Stato pagheranno la metà del valore del lotto all'atto della cessione, o dentro di un anno con l'aumento del 10 %, e l'altra metà nel termine di due anni.

§ unico. Questo termine, che decorrerà dalla data della concessione, potrà essere prolungato di due anni restando il concessionario od il compratore sottoposto nel primo anno di proroga alla multa del 20 % sull'importo di cui è debitore verso lo Stato ed a quella del 30 % nel 2° anno.

Art. 33. I figli di coloni di cui è oggetto l'art. 26, avranno il termine di tre anni per il pagamento dei lotti, restando, in caso di ritardo, soggetti alla multa del 20 % nel 4° anno ed a quella del 30 % nel 5° anno.

Art. 35. Le disposizioni degli articoli 29, 30 e 31 sono applicabili ai coloni già stabiliti, computandosi il tempo decorso dalla loro installazione alla data della promulgazione di questo regolamento.

CAPITOLO V. — *Occupazione e possesso dei lotti. Obbligazioni.*
Titolo di proprietà.

Art. 38. Non sarà assicurato il possesso definitivo dei lotti a nessun concessionario o compratore se non dopo la coltura effettiva per più di sei mesi.

Art. 39. Ogni immigrante entro 90 giorni a partire dalla sua installazione in un lotto rurale dovrà aver preparato il terreno necessario per la piantagione e la costruzione della casa (1).

§ 1. Colui che non adempirà a questa obbligazione perderà il diritto al lotto, al salario pel lavoro delle strade vicinali e, se avesse

(1) « Feito derribada » cioè atterrati gli alberi e spianato il terreno.

ricevuto gl'istrumenti, dovrà restituirli, a meno che non giustificasse il ritardo e cominciasse immediatamente a coltivare il lotto.

Art. 40. Qualora sei mesi dopo la concessione, il lotto non avesse avuto principio di coltivazione e non vi fosse stata costruita una casa, sarà considerato disponibile; ed il concessionario dovrà restituire allo Stato il valore degli utensili che avesse ricevuto.

Art. 41. Alla fine di due anni a contare dalla data della concessione di un lotto, il concessionario dovrà avere alzato una siepe almeno lungo la fronte, costruito una casa per l'abitazione sua e della famiglia e stabilitavi dimora abituale e coltura definitiva.

Art. 42. I concessionari o possessori di lotti che non avranno strettamente adempiuto a questi obblighi, saranno passibili di una multa di 100,000 *reis*.

Art. 43. Vi saranno due specie di titoli, cioè :

I. Titoli provvisori, che saranno consegnati agl'immigranti novanta giorni dopo del loro insediamento nei lotti o quando avranno ottemperato al disposto degli art. 39 e 40 ;

II. Titoli definitivi, che saranno dati ai concessionari quando avranno effettuato il pagamento integrale del debito contratto con lo Stato, con i quali sarà anche garantita la proprietà, sempre sotto l'osservanza del disposto dell'art. 38.

Art. 46. Dei lotti concessi mediante pagamento del loro valore o della metà in contanti, sarà dato ai concessionari, invece di titolo provvisorio, una ricevuta del quantitativo pagato e una dichiarazione di concessione, con menzione del decreto governativo, numero, situazione, area e prezzo del lotto.

CAPITOLO VII. — *Concessione di lotti urbani.*

Art. 58. Il prezzo di terreni o lotti urbani sarà pagato all'atto della concessione, fissandosene il prezzo nei termini dell'art. 20.

Art. 59. Saranno concessi detti lotti a qualsiasi persona che ne faccia domanda, nazionale o straniera, indistintamente, e che si obblighi a munir di cerchia il terreno, aprir e tener pulite le strade adiacenti, costruire una casa in legno o in muratura.

Art. 67. Potrà essere fatta concessione di più di un lotto urbano pel prezzo minimo a persona, compagnia od impresa che si proponesse di fondare officine o stabilimenti di riconosciuta utilità

per la popolazione, eccettuati quelli di concia di pelli e le fabbriche che, entro dei limiti urbani, possono essere nocivi alla salute pubblica.

CAPITOLO IX. — *Disposizioni diverse.*

Art. 107. Gl'immigranti agricoltori nel primo anno della loro installazione sono esenti dal pagamento delle imposte.

Art. 110. I concessionari dei lotti dovranno coltivarli da sè stessi o per mezzo di persone della loro famiglia.

Art. 111. Non si potrà abbattere i boschi esistenti nei lotti se non una volta al momento del primo installazione e per l'estensione necessaria alla piantagione, costruzione della casa e delle siepi.

§ 2. In ciascun lotto il rispettivo concessionario sarà, cinque anni dopo del suo installazione, autorizzato ad abbattere un'altra porzione di bosco eguale alla prima, dovendo ricominciare a coltivare i primi campi, trascorsi che sieno cinque anni di coltivazione dei terreni ottenuti col secondo taglio.

Art. 114. Il primo colono che in ciascuna sezione di un nucleo introdurrà strumenti agrari nuovi e perfezionati e li impiegherà con buoni risultati, riceverà dallo Stato, a titolo di premio, la metà della spesa fatta per l'acquisto degl'istrumenti stessi, purchè sia debitamente comprovata.

(continua no Tomo II)